

**ANDERSON LUIS CAMELUCCI**

**CRISE MONÁRQUICA E AS EXPERIÊNCIAS DE REPÚBLICA NO  
MUNICÍPIO DE FRANCA (1880-1906)**

**FRANCA  
2008**

**ANDERSON LUIS CAMELUCCI**

**CRISE MONÁRQUICA E AS EXPERIÊNCIAS DE REPÚBLICA NO  
MUNICÍPIO DE FRANCA (1880-1906)**

**Dissertação apresentada à Faculdade de História,  
Direito e Serviço Social da Universidade Estadual  
Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do  
Título de Mestre em História. Área de Concentração:  
História e Cultura Social.**

**Orientador: Profa. Dra. Denise Aparecida Soares de Moura**

**FRANCA  
2008**

Camelucci, Anderson Luis

Crise monárquica e as experiências de República no município de Franca (1880-1906) / Anderson Luis Camelucci.

–Franca : UNESP, 2008

Dissertação – Mestrado – História – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP.

1. Brasil – História – Império. 2. Brasil – História – República. 3. Elite política – Franca (SP), 1880-1906.

CDD – 981.552Fr

**ANDERSON LUIS CAMELUCCI**

**CRISE MONÁRQUICA E AS EXPERIÊNCIAS DE REPÚBLICA NO  
MUNICÍPIO DE FRANCA (1880-1906)**

**Dissertação apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social da  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do Título de  
Mestre em História. Área de Concentração: História e Cultura Social.**

**BANCA EXAMINADORA**

**Presidente:** \_\_\_\_\_  
**Profa. Dra. Denise Aparecida Soares de Moura**

**1º Examinador:** \_\_\_\_\_

**2º Examinador:** \_\_\_\_\_

**Franca, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2008.**

**Dedico este trabalho aos meus pais  
Luiz Virgilio e Ana Maria e ao meu  
irmão Emerson.**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço inicialmente ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro concedido durante a realização deste trabalho.

Também gostaria de agradecer aos professores do Programa de Pós-Graduação em História pela maneira com que contribuíram com a minha formação pessoal, especialmente a professora Márcia Regina Capelari Naxara e ao professor Lélío Luiz de Oliveira pelos apontamentos apresentados no Exame Geral de Qualificação, contribuindo assim para o desenvolvimento do trabalho. Da mesma forma gostaria de agradecer de uma maneira especial a Denise Moura pela dedicação, profissionalismo e empenho na orientação deste trabalho. Com certeza a professora Denise Moura foi fundamental para a superação dos problemas que eventualmente apareceram, contribuindo dessa forma para que esse trabalho chegasse ao seu final, por tudo isso dedico meus sinceros agradecimentos.

Por fim agradeço a minha família, especialmente a meu pai e minha mãe pela oportunidade que me deram de continuar estudando, pelo apoio e confiança que sempre tiveram em mim; ao meu irmão e a Ana Lúcia que além de ser uma pessoa muito especial nunca deixou de ter paciência e de me incentivar nos momentos difíceis.

CAMELUCCI, Anderson Luis. **Crise Monárquica e as experiências de República no Município de Franca (1880-1906)**. 2008. 158 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008.

## RESUMO

O presente trabalho procura demonstrar as experiências de Repúblicas no município de Franca, entre os anos de 1880-1906. Nesse sentido as experiências de Repúblicas em Franca podem ser apreendidas a partir das especificidades da propaganda republicana no município. Isso ocorre a partir do ano de 1880, quando a propaganda republicana ganha força no município de Franca, concomitantemente com a fundação do Partido Republicano de Franca e da participação do município nos Congressos Republicanos. Apesar de Franca e freguesias apresentar um contingente republicano pouco numeroso – se comparado com outras cidades como Campinas, Amparo, Botucatu, Piracicaba, Rio Claro - é possível a identificação de experiências de Repúblicas implícitas nas relações – que muitas vezes estavam arraigadas em interesses políticos partidários – entre republicanos e os indivíduos que compunham as fileiras do partido Conservador e Liberal, indicando também o “terreno” político em que as idéias republicanas eram propagadas no município, bem como a adesão de parte da elite dirigente ao regime republicano no final dos anos 80. Diante disso, as experiências de Repúblicas no município de Franca estiveram presentes nos debates que envolveram a crise do Brasil-Império. Por intermédio do jornal *O Nono Districto* a elite dirigente e intelectual - a maneira dos grupos que compunham a geração 1870 - debateu os temas que evidenciavam esse momento de crise: federação, separação Igreja do Estado, instrução pública, abolição da escravidão, imigração. Ao debater essas questões, *O Nono Districto* também se preocupou em apontar soluções para a superação da crise. Além disso, *O Nono Districto* se atentou em questões de cunho mais pragmáticas que visavam o progresso do município, como a autonomia municipal defendida nas páginas do jornal. A análise que o jornal faz da República e dos republicanos nesse momento de crise do Império brasileiro contribui para a identificação de experiências de Repúblicas em Franca. O advento da República, seu processo de consolidação e a adesão da elite dirigente de Franca também conferiram para o município experiências de Repúblicas. Nesse sentido, grupos “marginalizados” da política local aproveitaram-se dos momentos de tensão e afirmação do PRP na política paulista – criação do Partido Católico, a eminente criação do Partido da Lavoura, a cisão do PRP em 1901 e a revolução monarquista de 1902 - para efetuarem uma crítica ao modelo de República então vigente. Esses debates apontavam além das críticas ao regime republicano, soluções para os problemas arraigados nesse “modelo” de República então vigente. Por outro lado, esses debates caminhavam em “defesa” do regime republicano. Nesse sentido a “defesa” do regime era feita pelos políticos “situacionistas” que também se ampararam na imprensa local. Portanto, esses debates efetuados pelos grupos políticos locais por intermédio da imprensa conferiram para o município de Franca várias formas de concepção do regime republicano, consubstanciadas, pois, nas experiências de Repúblicas.

**Palavras-chave:** Franca. crise monárquica. República. elite política.

CAMELUCCI, Anderson Luis. **Monarchical crisis and the experiences of Republic in the Municipal district of Franca (1880-1906)**. 2008. 158 f. Dissertation (Masters Degree in History) – Faculty of History, Law and Social Work, São Paulo State University “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008.

### **ABSTRACT**

In spite of their small number and customers in the city of Franca by the end of 19<sup>th</sup> century, the republicans were always very active concerning both their participation in the Francana political life and in the propaganda of their ideas. Therefore, they resort to the press. However, from 1887 on, with the intensification of the republican propaganda in the city of Franca, the political scene of apparent stability which involved both monarch parties taking turns in the local power was transformed. The consequences of these alterations were felt in the rearticulation of the political power around the Republic, when setting the groups which would walk in opposite sides in the local politics as a result of diverse interests. This paper aims at analyzing the republican idea in the city of Franca as well as what the influence of the republican propaganda was to the alternation of the local political scene in the last years of the Empire, which brought about series of political resistance in Franca in the first years of the Republic – the creation of the Catholic Party in 1890, the great division of the PRP in 1901 and the monarch rebellion in 1902 – which were only gotten around in 1906, with the political “reconciliation” carried out by PRP.

**Key-words:** Franca; monarchical crisis; Republic; politics Elite.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição dos eleitores em algumas cidades da Província de São Paulo .....	23
Tabela 2 - Participação dos municípios nos Congressos Republicanos .....	28
Tabela 3 - Filiação partidária e distribuição ocupacional dos vereadores francanos .....	45
Tabela 4 - Resultado da eleição para deputado provincial pelo 9º Districto de São Paulo – Comarca de Franca. ....	48
Tabela 5 - Filiação partidária e distribuição ocupacional dos vereadores francanos .....	51
Tabela 6 - Filiação partidária e distribuição ocupacional dos vereadores francanos .....	54
Tabela 7 - Revezamento dos vereadores Francanos na última Legislatura.....	56
Tabela 8 - Partido Republicano Federal: 22/12/1894.....	110
Tabela 9 - Partido Republicano Federal do Município de Franca: 30/12/1896.....	110
Tabela 10 - Partido Republicano Governista do Município de Franca: 09/04/1898 .....	110
Tabela 11 - Partido Republicano de Franca: 15/03/1901 .....	110
Tabela 12 - Partido Republicano de Franca: 28/09/1901 .....	111
Tabela 13 - Partido Republicano de Franca: 05/10/1904 .....	111
Tabela 14 - Composição do Diretório do Partido Republicano Dissidente de Franca.....	125
Tabela 15 – Resultado da eleição de 1901.....	126
Tabela 16 – Presença de dissidentes no Partido Republicano.....	149

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 1 EXPERIÊNCIAS DE REPÚBLICA NA PROPAGANDA REPUBLICANA EM FRANCA .....</b>	<b>15</b>
<b>1.1 Propaganda republicana.....</b>	<b>18</b>
<b>1.2 As experiências de República nas alianças político eleitorais.....</b>	<b>32</b>
<b>1.3 Elite dirigente e República.....</b>	<b>44</b>
<b>CAPÍTULO 2 A CRISE DO BRASIL-IMPÉRIO E AS EXPERIÊNCIAS DE REPÚBLICA NO JORNAL <i>O NONO DISTRICTO</i> .....</b>	<b>59</b>
<b>2.1 <i>O Nono Districto</i> na crise do Brasil-Império: debates e vias de mudanças .....</b>	<b>59</b>
<b>2.2 As experiências de República no jornal <i>O Nono Districto</i> .....</b>	<b>83</b>
<b>CAPÍTULO 3 AS “REPÚBLICAS” NO MUNICÍPIO DE FRANCA.....</b>	<b>105</b>
<b>3.1. O Partido Republicano: “superação de conflitos e consolidação” .....</b>	<b>106</b>
<b>3.1.1 O Partido Republicano e o “adesismo” na política local.....</b>	<b>113</b>
<b>3.1.2 Atuação do Partido Republicano de Franca .....</b>	<b>117</b>
<b>3.1.3 A cisão de 1901 e a formação do Partido Republicano Dissidente de Franca .....</b>	<b>123</b>
<b>3.2 Os dissidentes francanos e a República contestada.....</b>	<b>126</b>
<b>3.3 Em defesa do regime.....</b>	<b>143</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>151</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>153</b>

## INTRODUÇÃO

O advento da República e posteriormente sua consolidação ensejam mais que uma mudança de regime político. Pensar a República como uma opção viável para o Brasil naquele momento significou também colocar em discussão vários projetos que implicavam em interesses de vários grupos políticos – ou de uma geração de políticos - e que passaram a compor um cenário político mais heterogêneo.<sup>1</sup> A conjuntura em que essa geração de políticos surgiu envolveu um momento de transição no qual a construção de uma nova ordem pública passou a conviver com o peso de uma tradição que o Império brasileiro moldou e conservou durante décadas.

Dessa forma, pensar essa nova ordem pública implicou em colocar em discussão uma gama variada de temas relacionados às mudanças que a sociedade brasileira e paulista vivenciavam naquele momento e que por sua vez evidenciavam todo esse processo de transição: federação, separação Igreja-Estado, secularização dos cemitérios, abolição da escravidão, imigração, instrução pública.

No entanto, o novo regime que o 15 de novembro inaugurou “[...] não correspondeu precisamente a nenhum dos projetos dos contestadores e nem concentrou poder em um único grupo.”<sup>2</sup> De imediato, a preocupação dos grupos políticos que se assentavam no novo regime era a “[...] prioridade pela ordem [afastando] o perigo da ‘rés publica’ que rondava as antecâmaras do poder.”<sup>3</sup> Nesse sentido, a elite queria reservar para si, a tarefa de debater e construir a República que ela mesma havia instaurado. Segundo Lincoln Penna, o novo regime “[...] empolgava as correntes mais influentes do país” e logo de o início pairava um clima de

---

<sup>1</sup> Ângela Alonso, apresenta os vários grupos que compunham a geração de 1870, a saber: “liberais republicanos”, “novos liberais”, “positivistas abolicionistas”, “federalistas abolicionistas do Rio Grande do Sul”, “federalistas científicos de São Paulo” (PRP). Esses grupos possuíam um fator de coesão que era político: oriundo da experiência compartilhada de marginalização política em relação ao status quo imperial, que por sua vez estava concentrado nas mãos dos conservadores saquaremas. Nesse sentido ao criticar os pilares de sustentação desse status quo imperial – “indianismo romântico”, “liberalismo imperial” e “catolicismo hierárquico” – que por sua vez propiciou aos conservadores se manterem à frente da condução da política no II Reinado, a geração 1870 utilizou-se do repertório político europeu, que forneceu aos contestadores as ferramentas políticas no qual conseguiram dar vazão as suas críticas. Alonso destaca que o repertório político europeu somente pode ser utilizado para uma crítica coerente por parte da geração de 1870 devido ao conhecimento da realidade nacional que esses indivíduos possuíam. Dessa forma o repertório europeu utilizado pela geração 1870 passou por uma espécie de seleção, conforme sua capacidade de fornecer respostas para o momento de crise então vivenciado. ALONSO, A. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 176.

<sup>2</sup> Ibid., p. 325.

<sup>3</sup> PENNA, L.A. **O progresso da ordem: o Florianismo e a construção da república**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997. p. 38-39.

intranqüilidade devido à dificuldade “[...] de acomodação de inúmeros interesse que passaram a compor o cenário político-institucional.”<sup>4</sup>

Contudo o advento da República, além de “não produzir os abalos que são inerentes aos processos de mudanças políticos-institucionais” cujas características “estiveram mais perto” de “alterações de governo nos marcos da legalidade”<sup>5</sup> ao invés de uma “ruptura, em geral típica das transições de regimes políticos”, também propôs “uma alternativa tímida de reformas dos costumes públicos dentro da ordem.”<sup>6</sup>

A própria transição do regime republicano, inicialmente se deu de uma forma tranqüila: “[...] o denominador comum foi a transferência dos quadros políticos monárquicos para as fileiras republicanas e para os governos estaduais ou locais”<sup>7</sup>, predominando dessa forma o situacionismo dos grupos dirigentes, praticamente sem oposições de grande intensidade, referendando assim quase que “[...] o caráter de uma transmissão de cargos.”<sup>8</sup>

Nos seus primeiros anos, o regime republicano passou a conviver com os “inúmeros interesses” derivados da composição “heterogênea” que marcou a República: sobreveio antigos elementos ligados ao Império, militares, “setores isolados das camadas médias urbanas” e os republicanos “históricos”, dentre os quais os paulistas que tinham no PRP, seu instrumento de ação política.<sup>9</sup>

Essa “pluralidade” política contribuiu para dilatar a *entropia*<sup>10</sup> que marcou a República nos seus primeiros anos como afirma Renato Lessa:

---

<sup>4</sup> PENNA, L.A. **República brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 36.

<sup>5</sup> Segundo Lincoln Penna o governo republicano tratou de assumir todos os compromissos herdados do regime imperial, que incluíam os compromissos nacionais contraídos durante o regime anterior, os tratados com as potências estrangeiras, a dívida pública interna e externa. A nível nacional, “[...] o sistema bancário, as repartições publicas, comércio e demais atividades vitais do país não sofreram quaisquer alterações em seus negócios”, nem mesmo os títulos brasileiros no exterior sofreram qualquer tipo de abalos, “[...] e a vida dos cidadãos do Rio de Janeiro – palcos dos acontecimentos – transcorreu sem alterações dignas de registro em seu cotidiano, nada indicando que acabara de se processar uma mudança de vulto.” PENNA, L.A. **O progresso da ordem: o Florianismo e a construção da república**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997. p 52.

<sup>6</sup> Ibid., p. 33, 65.

<sup>7</sup> SILVEIRA, R.M.G. **Republicanism e federalismo: um estudo da implantação da República Brasileira (1889 – 1902)**. Brasília, DF: Senado Federal, 1978. p. 83.

<sup>8</sup> Ibid., p. 97.

<sup>9</sup> Ibid., p. 36.

<sup>10</sup> O termo entropia foi utilizado por Renato Lessa para qualificar a experiência política da primeira década republicana, permeada de desencontros políticos e sem um aparelho institucional organizado – “um equivalente funcional do poder moderador” – que pudesse agir como árbitro das disputas políticas entre os grupos, fornecendo assim estabilidade política ao novo regime. LESSA, R. **A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira**. São Paulo: Vértice : Ed. Revista dos Tribunais / Rio de Janeiro: Ed. IUPERJ, 1988. p. 49.

[...] o legado dos primeiros anos entrópicos apresenta alto grau de incerteza. A indefinição dos procedimentos de governo somaram-se à anarquia estadual um padrão tenso de relações entre o Governo e o Congresso. Ao contrário do Modelo Imperial, a intervenção do Executivo nos estados e seu controle sobre o processo eleitoral não tiveram como resultado a formação de atores coletivos dotados de alguma identidade política mais permanente.<sup>11</sup>

No entanto essas primeiras impressões que o advento da República deixava transparecer foram se modificando a medida em que a consolidação do novo regime era elaborada. Isso em grande parte devido à composição “heterogênea” dos grupos políticos que emergiram com o novo regime, carregando consigo os vários projetos que referendavam a nova ordem pública tão debatida nos anos finais do Império.

E em detrimento “das tendências heterogêneas” - que antes estavam inseridas dentro do contexto de crise do Brasil-Império - que passavam a ocupar o poder com o advento da República, ficava difícil, de imediato, atender os anseios de um determinado grupo; daí surge a tensão dos primeiros anos, que foram marcados, segundo Lincoln Penna, por uma guerra de posições.<sup>12</sup>

Além da composição dos grupos políticos e seus respectivos projetos para a consolidação de uma nova ordem pública sedimentada pelo regime republicano, Renato Lessa levanta um outro fator que contribuiu para alavancar a instabilidade política dos primeiros anos do novo regime:

Os primeiros anos republicanos se caracterizaram mais pela ausência de mecanismos institucionais próprios do Império do que pela invenção de novas formas de organização política. O veto imposto ao regime monárquico não implicou a invenção positiva de uma nova ordem. O que se seguiu, conforme será visto, foi uma completa desrotinização da política, o mergulho no caos. [...] importa considerar de modo sistemático o que foi vetado pelos republicanos: a engenharia política do Poder Moderador.<sup>13</sup>

Nesse caso, Lessa aborda que a ruptura das instituições monárquicas também colaborou para que a nova ordem pública que se propunha sob a égide republicana não fosse facilmente encontrada, pelo menos nos anos iniciais do regime republicano. Conforme destacamos anteriormente mesmo com a transição aparentemente tranqüila, o regime republicano logo no seu início se viu cercado de problemas institucionais, esbarrando nos vários projetos de Repúblicas defendidos pelas “tendências heterogêneas” que passaram a

---

<sup>11</sup> LESSA, R. **A invenção republicana**: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. São Paulo: Vértice : Ed. Revista dos Tribunais / Rio de Janeiro: Ed. IUPERJ, 1988. p. 74.

<sup>12</sup> PENNA, L.A. **República brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 37

<sup>13</sup> LESSA, op. cit., p. 43.

ocupar o “novo” espaço político, além de que “[...] o abandono dos critérios monárquicos de organização do espaço público inaugurou um período de dilatada incerteza política.”<sup>14</sup>

Diante desse contexto a via republicana passou por um longo processo de “acomodação” das tendências indicando permanentemente momentos de cisões que colocaram em dúvida a consolidação do novo regime. Os anos que se passaram indicavam que a República brasileira teria um longo caminho a percorrer, buscando assim, a sua afirmação no contexto político brasileiro.

Portanto, a idéia de República foi pensada e elaborada em vários momentos, envolvendo diferentes grupos com interesses diversos. O presente trabalho se enquadra nesta ordem de preocupação, pretendendo discutir as experiências de República a partir da realidade política de um município paulista.

Como as elites dirigentes e intelectuais locais concebiam essas idéias? Quais eram os referenciais teóricos, filosóficos e literários que essa elite fez uso tanto para elaborar uma crítica ao regime monárquico, quanto para vislumbrar a República como uma saída política viável no município de Franca? Em que medida as crises que marcaram a consolidação do novo regime, levaram a elite política do município de Franca a repensar os caminhos traçados pelas elites dirigentes nacionais?

As balizas temporais -1880-1906 - foram escolhidas na medida em que é na década de 1880 que a propaganda republicana surgiu e se intensificou com a participação do município de Franca nos Congressos Republicanos. Como é sabida a década de 1880 também marcou a acentuação da crise e a correlata *descrença*<sup>15</sup> nas instituições imperiais.

Esse período marca a participação da elite dirigente e intelectual do município nos debates que envolviam a crise política do momento e sugere um quadro de indefinição da própria “experiência” de República a nível nacional.

Após a proclamação do novo regime, terá início uma difícil conjuntura de confrontos pela afirmação da ordem republicana em meio a vários projetos políticos. No Estado de São Paulo, o Partido Republicano Paulista posicionou-se à frente da política estadual. No entanto, os anos de 1889 a 1906 marcaram a primeira fase do PRP no período republicano, caracterizado por Casalecchi como: “superação dos conflitos e consolidação”<sup>16</sup> no qual o partido – a exemplo do que acontecia com o regime republicano – enfrentou momentos de

---

<sup>14</sup> LESSA, R. **A invenção republicana**: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. São Paulo: Vértice : Ed. Revista dos Tribunais / Rio de Janeiro: Ed. IUPERJ, 1988. p. 5.

<sup>15</sup> VIANNA, O. **O ocaso do Império**. Brasília, DF: Senado Federal, 2004. p. 91.

<sup>16</sup> CASALECCHI, J.E. **O Partido Republicano paulista**: política e poder (1889 – 1926). São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 14.

instabilidades e crises internas, quando da criação do Partido Católico em 1890, a eminente criação do Partido da Lavoura, cisão do PRP em 1901 e a revolução monarquista em 1902. Em Franca, os políticos que vivenciavam uma espécie de “marginalização” política e aproveitaram-se desses pontos-chave para efetuarem uma crítica ao “modelo” de República então vigente.

No primeiro capítulo deste trabalho serão caracterizadas as especificidades da propaganda republicana no município de Franca, atentando-se para as comparações com outros municípios que concentraram grandes contingentes de republicanos e, por conseguinte, uma participação de longa data nos Congressos Republicanos. A intenção é de demonstrar como as características do republicanismo local contribuíram para moldar as experiências de Repúblicas nesse período.

Neste mesmo capítulo será realizada uma discussão sobre as relações e/ou as linhas de ação políticas traçadas pelos partidos políticos constituídos no município – Conservador, Liberal e Republicano e as experiências de República que podem ter sido codificadas em suas propostas político-partidárias. A partir disto poderá ser esboçado o perfil político da elite dirigente de Franca na última década do Império a fim de se poder avaliar tanto o “terreno” político em que a propaganda republicana se desenvolveu no município, como a adesão dos políticos locais ao novo regime.

No segundo capítulo, será feita a inserção do município de Franca, por intermédio do jornal *O Nono Districto*, na crise do Brasil-Império. Pretende-se discutir as maneiras pelas quais o jornal participou das temáticas que visavam à implantação de uma nova ordem pública e que estiveram presentes no repertório da geração de 1870.

Nesse sentido, o jornal procurou por intermédio dos debates dos temas – que também envolvia questões mais pragmáticas e de ordem local, como a autonomia municipal - que estavam inseridos na crise do Império brasileiro, apontar soluções que levassem para as vias de mudança, com o intuito de superação desse momento de crise. Propõe-se também demonstrar as experiências de República que estiveram presentes nas páginas do jornal.

No último capítulo, pretende-se demonstrar a transição e a adesão da elite dirigente de Franca no regime republicano. A seguir passa-se a compreender como a instabilidade do PRP influenciou o Partido Republicano de Franca, quando da criação no município do Partido Católico; a eminência de criação do Partido da Lavoura, a cisão do PRP em 1901 e a participação de Franca na revolução monarquista de 1902.

A partir dessas questões será possível caracterizar como esses grupos “marginalizados” e “dissidentes” da política local, por intermédio dos jornais *Tribuna da*

*Franca e A Cidade da Franca*, criticaram o “modelo” de República então vigente, e em contrapartida em quais momentos a imprensa local, principalmente o jornal *O Francano* saiu em “defesa” do regime.

A base documental está constituída em sua grande maioria - além das Atas da Câmara Municipal de Franca, das Atas do Partido Republicano de Franca, do Código de Posturas Municipais que estão depositados no Museu Histórico Municipal *José Chiachiri*, e dos inventários post-mortem dos cartórios de primeiro e segundo ofícios de Franca que se encontram no Arquivo Histórico Municipal *Capitão Hipólito Antônio Pinheiro* – na imprensa. Os jornais locais perfazem os alicerces da pesquisa: *O Nono Districto*, *A Ephoca*, *O Francano* que fazem parte do acervo do Museu Histórico Municipal José Chiachiri; *A Tribuna da Franca e A Cidade da Franca* que estão digitalizados no Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa Histórica (CEDAPH) da Unesp/FRANCA. Alguns números *d’A Província de São Paulo* que foram utilizados também estão disponíveis no CEDAPH; os números do jornal *O Estado de São Paulo* estão no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Nesse sentido, diante da importância e do crescimento da imprensa como referência documental para a pesquisa histórica Tânia de Luca assevera:

Pode-se admitir, à luz do percurso epistemológico da disciplina e sem implicar a interposição de qualquer limite ou óbice ao uso dos jornais, e revistas, que a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que elegera como digno de chegar até o público. O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da **análise do discurso** que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, alias, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa.<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> DE LUCA, T.R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 139.

## CAPÍTULO 1 AS EXPERIÊNCIAS DE REPÚBLICA NA PROPAGANDA REPUBLICANA EM FRANCA

Vários trabalhos foram produzidos, cujo tema versa direta ou indiretamente sobre a vida política francana na passagem do Império para a República. Dentre os grandes trabalhos que contemplaram essa temática de uma maneira mais incisiva, podemos destacar o de Mildred Regina Gonçalves Naldi<sup>18</sup> e o de Egle Roberto Menezes de Melo.<sup>19</sup> Naldi procurou desvelar as relações políticas entre o Coronel José Garcia Duarte e o Bacharel Estevão Leão Bourroul<sup>20</sup>.

No âmago dessas relações políticas, segundo a autora, o primeiro, detentor do poder político contava com a colaboração do segundo que por sua vez detinha uma grande capacidade de articulação, representando os interesses do Coronel José Garcia Duarte não apenas no âmbito do município, mas também junto aos políticos provinciais.

O trabalho de Melo procura caracterizar as especificidades do coronelismo francano utilizando como manancial teórico “a conceituação” de Victor Nunes Leal. Melo também

---

<sup>18</sup> NALDI, M. R.G. **Coronelismo e poder local**: Franca 1850-1889. Franca: Ed. Unesp/Franca, 1992.

<sup>19</sup> MELO, E.R.M. **O coronelismo francano**: a consolidação da hegemonia (1880 – 1914). 1995. 127 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho, Franca, 1995.

<sup>20</sup> Segundo o jornal **A Tribuna da Franca**, 30/11/1904, p. 02, Estevão Leão Bourroul formou-se “Bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas” na Faculdade de Direito em São Paulo em 28 de novembro de 1881 em uma turma de grandes expoentes da política nacional: Júlio de Castilhos, Eduardo Prado, Theofilo Dias, Aristides Maia, Eduardo de Aguiar, Valentim Magalhães, Raymundo Correa e Eduardo Fernando Lima. Segundo Naldi, da sua passagem por Franca, Bourroul foi eleito deputado provincial pelo Nono Distrito eleitoral da província de São Paulo. Foi responsável pela fundação do jornal *Correio da Franca e A Justiça* – já no período republicano colaborou com o jornal **Tribuna da Franca** - além da Biblioteca Municipal e do Clube da Lavoura; sendo responsável também pela organização de um ciclo de Conferências Populares. Como advogado da Câmara Municipal de Franca foi eleito membro do Conselho Municipal e Instrução Pública; foi juiz Municipal e de Órfãos do Termo de Franca e juiz de Direito interino entre 1885-1886. Como jornalista Bourroul teve uma participação intensa fora do município de Franca “escrevendo em vários jornais da capital e do interior” como: *O Circulo dos Estudantes Católicos*, *O Onze de Agosto*, *O Catholico*, *A Reação*, *A Vanguarda*, *A Aurora*, *O Apóstolo*, *A Ordem*, *O Monitor Catholico*, além de redigir o *Correio Paulistano*. Bourroul também se destacou como escritor tendo publicado os seguintes trabalhos: *O Partido Conservador da Franca* (no qual Bourroul procurou traçar diretrizes para reorganização do Partido Conservador de Franca), *Não! Simples Resposta a uma Pergunta* (1890), Hércules Florence (ensaio literário), *O Conde de Parnahiba* (apontamentos biográficos) *O doutor Ricardo Gunbleton Daunt* (ensaio biográfico) e *Frei Caetano de Messina* (estudo histórico religioso). NALDI, op. cit., p. 85-91.

Segundo nota divulgada na **A Tribuna da Franca** do dia 23/11/1903, p. 2, Bourroul serviu como secretário do presidente da província de São Paulo entre os anos de 1886-1889. Ainda segundo a referida nota: “Proclamada a República o Dr. Bourroul não renegou os seus princípios de monarchista, e como catholico tomou parte na fundação do partido catholico de S. Paulo sendo nas eleições federaes de 15 de setembro de 1890, candidato o mais votado do partido obtendo para mais de 7.000 votos.”

procura traçar “um perfil” político e econômico das elites dirigentes que estiveram à frente do poder político local dentro de um período que, para o autor, marcou a consolidação do coronelismo no município de Franca: 1880-1914.

Em outros trabalhos (cujas temáticas vislumbraram temas não relacionados ao político) mesmo de uma maneira indireta, também se percebe uma preocupação em caracterizar a vida política francana na passagem do Império para a República.

Tosi, ao procurar respostas sobre os motivos que levaram a instalação da indústria coureiro-calçadista em Franca procurou delinear alguns traços da vida política francana principalmente na última década do Império, no qual as influências e os valores da “hegemonia conservadora” formada pelo Coronel José Garcia Duarte, Bacharel Estevão Leão Bourroul e o Padre Cândido Martins da Silveira Rosa conseguiam estabelecer condutas, “[...] ordenamentos, adequações e relações que estreitavam muito o âmbito em que um articulado contrário pudesse se mover.”<sup>21</sup>

Di Gianni<sup>22</sup> ao pesquisar a imigração italiana no município de Franca destacou a força política de Caetano Petraglia, um dos responsáveis pela fundação do PRP no município de Franca (o médico e também imigrante italiano André Comitê também teve participação na política local elegendo-se vereador na legislatura 1890-1892).

O trabalho de Rodrigo da Silva Teodoro<sup>23</sup> preocupou em demonstrar as origens e as formas de obtenção de crédito por parte dos cafeicultores do município de Franca, mas em determinado momento, deparou-se com o cunho personalista que demandava os empréstimos. Dessa forma, não deixou de observar as ligações comerciais entre os grandes chefes políticos francanos, destacando a força da parentela no interior da política local.

Contudo, o objetivo desse capítulo, consiste em analisar um setor específico da elite, ou seja, a elite política e dirigente de Franca, vislumbrando seus “movimentos” de composição e recomposição, em uma cidade média do nordeste paulista, na última década do Império.

---

<sup>21</sup> TOSI, P.G. **Capitais no interior: Franca e a história da indústria coureiro-calçadista (1860-1945)**. Franca: Ed. Unesp/FHDSS, 2002. p. 59.

<sup>22</sup> DI GIANNI, T.P. **Italianos em Franca: imigrantes de boa estrela em uma cidade do interior**. Franca: Ed. Unesp/FHDSS, 1997.

<sup>23</sup> TEODORO, R.S. **O crédito no mundo dos senhores do café: Franca 1885 – 1914**. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, SP, 2006.

É importante ressaltar que essa análise se encontra inserida não necessariamente em concepções e conceitos de “hegemonia” ou mesmo de análises que englobam o coronelismo<sup>24</sup> como foi veiculado nos trabalhos anteriormente mencionados. A análise da composição e recomposição da elite dirigente de Franca irá inseri-la em outro contexto histórico: o ponto de partida da análise será o crescimento do republicanismo no município de Franca, demonstrando as formas pelas quais o município aderiu à propaganda republicana.

Contudo espera-se com esse tipo de abordagem vislumbrar como ocorreram as experiências de República no município de Franca, cuja temática permeia todo o trabalho. Mas como seriam então os pressupostos desse tipo de análise? Nesse sentido, busca-se a compreensão das formas de composição e recomposição dos grupos políticos que estiveram à frente da política local na última década do império. Quem seriam esses grupos? É importante frisar que a referência a grupos diz respeito a indivíduos que estavam atrelados aos partidos políticos que se encontravam organizados em Franca naquele período, a saber: Conservador, Liberal e Republicano.

Dessa forma será tratado não só como esses grupos políticos interagiam entre si, mas com os líderes políticos do restante província dentro de ocasiões ou em outras palavras, pontos-chave por nós selecionados, que muitas vezes envolviam seus próprios interesses (em sua maioria interesses políticos), mas também os interesses da localidade ao qual residiam e que acima de tudo, nos direcionam para o entendimento das experiências de República em Franca, em um momento em que a crise do Império brasileiro ia se acentuando com a descrença das suas próprias instituições, abrindo

---

<sup>24</sup> José Murilo de Carvalho procura desvelar a “imprecisão e incoerência” do uso de conceitos básicos que envolvem o “poder local e suas relações com o Estado nacional no Brasil”. Nesse sentido nos ateremos na revisão conceitual que Carvalho faz do coronelismo segundo a análise de Victor Nunes Leal, já que mesmo aqueles autores que usam o conceito de coronelismo de Leal o fazem “em sentido distinto”. Segundo José Murilo de Carvalho a concepção “correta” de coronelismo na análise de Leal é “um sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos”. Surge a partir da “confluência de um fato político” – federalismo implantado pela República – “com uma conjuntura econômica” – decadência econômica dos fazendeiros em face do correlato fortalecimento do poder do Estado. Diante dessas características traçadas por Leal é que José Murilo de Carvalho definirá a concepção de coronelismo: “um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca de reconhecimento por parte deste de seu domínio no Estado. O coronelismo é a fase do processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo. O coronelismo não existiu antes dessa fase e não existe depois dela”. CARVALHO, J.M. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: \_\_\_\_\_. **Pontos e bordados:** escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. (Humanitas, 22). p. 130-132.

espaço para que uma geração<sup>25</sup> de políticos exprimissem suas críticas propondo as vias de mudança dentro de uma nova ordem pública.

É importante destacar que em alguns momentos a documentação utilizada já foi visitada e trabalhada por outros pesquisadores, o que não tira o mérito da análise, já que se busca projetar um outro tipo de enfoque: que consiste em vislumbrar como as peculiaridades do avanço do republicanismo em Franca e as linhas de ação política que delinearão as relações dos grupos políticos locais conformaram as experiências de República próprias do município de Franca.

José Murilo de Carvalho delinea com propriedade essa questão:

Revelar novas fontes e novas informações é sem dúvida importante, mas não constitui condição necessária para o trabalho historiográfico inovador. A inovação pode estar na maneira pela qual dados já conhecidos são organizados e interpretados.<sup>26</sup>

## 1.1 Propaganda republicana em Franca.

Como o objetivo da pesquisa consiste em demonstrar as experiências de República do município de Franca, é importante contextualizar o avanço do republicanismo, ou seja, da propaganda republicana nas cidades do Oeste Paulista, buscando, contudo, as especificidades da inserção da propaganda republicana no município de Franca.

Surgia no dia três de Dezembro de 1870, no Rio de Janeiro, nas páginas do jornal A República, o Manifesto do Partido Republicano. Esse documento afastava os meios revolucionários ou qualquer tipo de convulsão da ordem como maneira para se alcançar o poder, invocando a evolução política através da via eleitoral.

---

<sup>25</sup> Estamos nos referindo a geração de 1870. Segundo Alonso, “a modernização material do país e a decadência das instituições centrais do Império feriram o coração saquarema, abrindo uma crise apenas concluída com a queda do regime”; é nesse contexto de crise que “emergiram múltiplas manifestações públicas de protesto, exarcebando a demanda liberal por reformas” oriundas dos vários grupos políticos que compuseram a geração de 1870. ALONSO, A. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 95-98. No entanto é no próximo capítulo que nos deteremos no debate proporcionado pela geração de 1870 e como o município de Franca esteve inserido no mesmo.

<sup>26</sup> Prefácio de José Murilo de Carvalho ao livro de PENNA, L.A. **O progresso da ordem: o Florianismo e a construção da república**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997. p. III.

De certo modo, o Manifesto “refletia o pensamento liberal clássico”,<sup>27</sup> bem como “[...] salientava as contradições do regime (monárquico) entre a teoria e a prática e intimava os monarquistas a mostrarem os abusos da coroa”<sup>28</sup>, aludindo à necessidade de uma República federativa.

Ainda hoje o Manifesto do Partido Republicano suscita muitos debates na historiografia. Um dos principais pontos desse debate consiste na validade do documento e sua importância na efetivação do movimento republicano no Brasil. Segundo Iraci Galvão Salles, o Manifesto Republicano significou “[...] a sistematização e o avanço do republicanismo”, além de sua efetivação como movimento partidário.<sup>29</sup>

Para Reynaldo Carneiro Pessoa, “[...] o Manifesto de 1870 reflete a evidencia da desagregação do regime monárquico no Brasil.”<sup>30</sup> Segundo Ângela Alonso, “o teor de seu liberalismo democrático” expressava a crise do Império, construído por intermédio do “repertório da política científica”, expressando “[...] as tensões dos liberais republicanos com a tradição inventada pelos saquaremas em vários sentidos.”<sup>31</sup>

No entanto, Sérgio Buarque de Holanda arrefece os efeitos do Manifesto: “[...] o documento de 1870 é, mesmo no campo da política, anti-revolucionário e contemporizador.”<sup>32</sup> Isso porque a maioria dos signatários do manifesto saíram das fileiras liberais, e muitos haviam ocupado altos cargos políticos no Império (como é o caso de Saldanha Marinho), ou seja, tinham raízes políticas na elite imperial. Logo o Manifesto apresentava um caráter reformador, tendo na “evolução política das idéias” as ferramentas para realização das reformas preconizadas no documento.

Apesar de todas as interpretações que o Manifesto de 1870 tem levantado ao longo dos anos, para o presente trabalho, sua maior contribuição pode ser resumida nas duas primeiras frases: “É a voz de um partido a que se alça hoje falar ao paiz. E esse partido não carece demonstrar a sua legitimidade.”<sup>33</sup> Isso posto, demonstra a tentativa de transformar os anseios

---

<sup>27</sup> CARVALHO, J.M. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Brasília, DF: Ed. UnB, 1980. p. 28

<sup>28</sup> BOEHRER, G.C.A. **Da Monarquia à República**: história do Partido Republicano no Brasil (1870 – 1889). Rio de Janeiro: MEC, [195-?]. p. 35

<sup>29</sup> SARMENTO, C. Estabilidade governamental e rotatividade de elites políticas no Brasil Imperial. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 150, 1986. p. 25.

<sup>30</sup> PESSOA, R.C. O primeiro centenário do Manifesto Republicano de 1870. **Revista de História**, São Paulo, ano 21, v. 41, n. 84, p. 409, out./dez. 1970.

<sup>31</sup> ALONSO, A. **Idéias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 180.

<sup>32</sup> HOLANDA, S.B. O Manifesto de 1870. In: \_\_\_\_\_. (Dir.). **Do Império à República**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972. t. 2. v. 5. (Historia geral da civilização brasileira).

<sup>33</sup> PESSOA, op. cit., p. 409.

republicanos em uma ação organizada, em um Partido Republicano<sup>34</sup>.

O Manifesto de 1870 suscitou uma série de adesões na província de São Paulo. O Clube Radical de São Paulo se converteu em Clube Republicano, seguido de perto por inúmeras localidades que de imediato prestaram seu apoio ao Manifesto através de cartas e proclamações: Jundiaí, Amparo, Itapetininga, Capivari, Itu e Taubaté.<sup>35</sup> Essa rápida adesão da província paulista ao Manifesto e a propagação dos Clubes Republicanos fizeram com que Zimmermann afirmasse:

A transformação de vários Clubes Radicais em Clubes Republicanos e o surgimento de novos imediatamente após o aparecimento do Partido no Rio de Janeiro nos fazem supor que a idéia republicana já era assunto em debate na província.<sup>36</sup>

Em relação à província do Rio de Janeiro Hidilberto Ramos Cavalcanti de Albuquerque Júnior nota que o movimento republicano seguia “uma evolução natural e lenta, porém bastante segura” principalmente após o ano de 1888, sob a liderança de eminentes republicanos como Silva Jardim, Nilo Peçanha e Alberto Tôrres.

O autor destaca o aparecimento de vários Clubes Republicanos seguidos de grande número de jornais atuando de maneira bastante significativa, como era o caso da “*Gazeta do Povo* em Campos, *O Povo* em Niterói, *O Amigo do Povo*, *A Idéia*, *Garatuja* e *Tymburibá* em

---

<sup>34</sup> Segundo Emilia Viotti da Costa a idéia de República não foi uma novidade que se instaurou apenas no momento de crise do II Reinado. Muito pelo contrário. Na colônia a República significou “[...] a revolta contra a metrópole, a negação do estatuto colonial.” A independência do Brasil também deu uma nova conotação ao ideal republicano. Toda e qualquer manifestação que lembrasse, ou que usasse a palavra República para justificar, ou denominar algum movimento contestatório, era tida como “oposição ao governo”. No processo de independência brasileiro a República foi cogitada por uns poucos indivíduos de tendências radicais “utópicas”, que se espelhavam nas Repúblicas da América, nos federalistas norte-americanos, alimentando o sonho de uma possível República para o Brasil. No entanto prevaleceu a Monarquia Constitucional, pois nas circunstâncias que o Brasil se encontrava no limiar da independência a saída monárquica foi aquela que mais de adequava a uma situação já pré-estabelecida anteriormente, que assegurava uma gama de interesses políticos e econômicos a uma elite muito bem enraizada cuja característica foi a de construir um Estado que atendesse as suas necessidades de manutenção do poder, prevalecendo dessa forma “[...] a maior continuidade com a situação pré-Independência [mantendo] um aparato estatal mais organizado, mais coeso e talvez mais poderoso.” COSTA, E.V. **Da Monarquia a República: momentos decisivos**. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 478-479. Para Américo Brasiliense, “[...] as idéias republicana há muito circulavam pelo país.” O referido autor rememora fatos que comprovam as pretensões republicanas: Revolução Pernambucana de 1817, Confederação do Equador de 1824, Revolução Farroupilha ou a República do Piratini de 1835. Apesar da presença do ideal republicano em vários momentos da história. BRASILIENSE, A. **O programa dos partidos e o Segundo Império: exposição e princípios**. São Paulo: Tipografia de Jorge Seckler, 1978. p. 87-89. Emilia Viotti da Costa considera “[...] essa primeira fase poderia ser considerada a do republicanismo utópico, pois não havia propriamente uma ação organizada, um partido republicano e muito menos um planejamento revolucionário.” COSTA, E.V. **Da Monarquia a República: momentos decisivos**. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 479.

<sup>35</sup> BOEHRER, G.C.A. **Da Monarquia à República: história do Partido Republicano no Brasil (1870 – 1889)**. Rio de Janeiro: MEC, [195-?]. p. 74.

<sup>36</sup> ZIMMERMANN, M.E. **O PRP e os fazendeiros de café**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1986. p. 12.

Resende, *Quinto Distrito, Transformação, A Revolução, Imprensa Barramansense* em Barra Mansa.”<sup>37</sup>

O movimento republicano na província do Rio de Janeiro “[...] estava inteiramente integrado nas articulações republicanas que se desenvolveram em todo país”, destacando-se vários focos republicanos pelo interior da província: “Campos, Barra Mansa, Sapucaia, Cantagalo, Petrópolis, Vassouras, Paraíba do Sul, Cabo Frio, Nova Iguaçu, Itaboraí, São Fidelis e Itaocara.”<sup>38</sup>

Diante disso, o autor procura demonstrar que a província do Rio de Janeiro “[...] jamais esteve alheia ao desenvolvimento da campanha republicana; pelo contrário, bem longe de refratária as novas idéias, a Província desenvolveu uma intensa propaganda republicana.”<sup>39</sup>

Apesar das várias adesões e manifestações de apoio ao Manifesto de 1870 e aos correligionários do Rio de Janeiro, os republicanos paulistas guardaram muitas e importantes diferenças com seus congêneres da capital. De imediato, os republicanos de São Paulo tiveram a preocupação de “dar um cunho eminentemente federativo” ao partido que pretendiam fundar, guardando a “[...] autonomia entre núcleos locais, entre estes e o provincial e entre este e o criado na Capital do Império, constituía o objetivo dos republicanos.”<sup>40</sup>

Segundo José Murilo de Carvalho e George Boehrer, o êxito dos republicanos paulistas deveu-se, antes de tudo, às sólidas estruturas partidárias baseadas nos municípios, contrastando com os republicanos do Rio de Janeiro, “[...] que nunca conseguiram formar um partido sólido.” Ainda dentro da questão da estrutura partidária, Ângela Alonso parece esclarecer melhor à proeminência dos paulistas em detrimento tanto dos republicanos do Rio de Janeiro quanto dos partidos imperiais:

A especificidade do republicanismo de São Paulo esteve na organização de clubes em vários municípios e na efetivação de uma estrutura partidária, com representantes locais, assembléias e regulamentos internos que deram ao Partido republicano local um sentido moderno, que o Liberal e o Conservador, estruturados a partir de chefes vitalícios, não possuíam e que seu congêneres da Corte nunca logrou alcançar.<sup>41</sup>

---

<sup>37</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, H.R.C. **O Republicanismo Fluminense: 1887-1891**. 1974. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1974. p. 85.

<sup>38</sup> *Ibid.*, p. 87.

<sup>39</sup> *Ibid.*, p. 105.

<sup>40</sup> DEBES, C.S. **O Partido Republicano de São Paulo na propaganda (1872-1889)**. São Paulo: [s. n.], 1975. p. 9.

<sup>41</sup> ALONSO, A. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 153.

Outros aspectos diferenciavam os republicanos paulistas e os republicanos do Rio de Janeiro. Esses dois núcleos republicanos apresentavam preocupações distintas; enquanto os republicanos do Rio de Janeiro “[...] refletiam preocupações de intelectuais e profissionais liberais, os paulistas refletiam preocupações de setores cafeicultores de sua província.”<sup>42</sup>

A República aparecia para os republicanos da Capital, como o regime das oportunidades políticas, que lhes eram vetadas pela política saquarema: enfim “[...] um regime que anulasse privilégios estamentais e ampliasse a representação política abrindo espaço para negócios e candidaturas, [portanto], um programa político e não social.”<sup>43</sup> Ao contrário,

[...] a principal preocupação dos paulistas não era o governo representativo ou direitos individuais, mas simplesmente a federação, isto é, autonomia provincial. Eles pediam o que fora a prática do liberalismo do século XVII na Inglaterra, isto é, não a ausência de governo, mas o governo a serviço dos seus interesses.<sup>44</sup>

Essas diferentes posturas que se acentuavam dentro de ambos os núcleos republicanos, frente a uma mesma conjuntura histórica de crise do Brasil-Império, pode ser explicada pela composição social dos partidos: nas fileiras republicanas da Capital a grande maioria dos membros do partido eram profissionais liberais 63,15% contra 55,55% dos paulistas. Em contrapartida, os paulistas tinham um grande número de proprietários rurais em suas fileiras, 30,56% contra menos de 2% dos republicanos do Rio de Janeiro.<sup>45</sup>

Na Convenção de Itu, dos 133 congressistas, 78 eram “lavradores” (capitalista) formando a “vanguarda do movimento”, o que facilitava a coesão de idéias que visava acima de tudo à autonomia provincial (federação), que lhes facultassem o direito de gerir seus próprios negócios sem a tutela do centralismo do Império. Segundo o próprio Campos Salles, o PRP delimitava com precisão quem poderia participar das fileiras do partido: deveriam pertencer “[...] ao mesmo meio social, com a mesma disposição de espírito e sentimentos e estar sujeitos às mesmas influências locais.”<sup>46</sup>

Diante do contexto histórico exposto acima, como o município de Franca reagiu frente ao crescimento do republicanismo na província de São Paulo? Quais eram as relações dos republicanos de Franca com os seus congêneres paulistas? E ainda: quais os pontos que os

---

<sup>42</sup> CARVALHO, J.M. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Brasília, DF: Ed. UnB, 1980. p. 219.

<sup>43</sup> ALONSO, A. **Idéias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 111.

<sup>44</sup> CARVALHO, 1980, op. cit., p. 209.

<sup>45</sup> Ibid., p. 214.

<sup>46</sup> SALLES, I.G. **Trabalho, progresso e sociedade civilizada**: o Partido Republicano Paulista e a política de mão de obra (1870 – 1889). São Paulo: HUCITEC; Brasília, DF: INL, 1986. p. 15.

distanciavam ou aproximavam dos partidos monárquicos já constituídos no município? As respostas para esses questionamentos podem direcionar para as experiências de República peculiares do município de Franca, além de proporcionar o entendimento da transição do quadro político local no momento da mudança de regime.

A princípio, um bom caminho para responder a essas questões, é analisando de uma maneira acurada os números que Boehrer fornece quanto à distribuição dos republicanos em algumas cidades da província de São Paulo. Dessa maneira, os dados apresentados por Boehrer quando comparados com a realidade de Franca, podem contribuir para o direcionamento das maneiras pelas quais Franca aderiu ao crescimento do republicanismo.

**Tabela 1 - Distribuição dos eleitores em algumas cidades da Província de São Paulo**

<i>Cidade</i>	<i>Republicanos</i>	<i>Conservadores</i>	<b>Liberais</b>
Campinas	230	200	131
Amparo	122	160	95
Rio Claro	118	78	90
Casa Branca	34	80	105
Araras	40	10	40
Limeira	10 (6)	90 (89)	50 (39)
Capivari	35	80	20
Porto Feliz	17	44	40
Mogi-Mirim	10	100	135
São Simão	15 (8)	35 (22)	90 (24)
Ribeirão Preto	23	15	100
Atibaia	10	15	50
Tieté	16	110	47
Cunha	1	134	50
Socorro	5	58	50
Nazaré	0	21	20
Campo Largo	0	20	0
S. João da Boa Vista	30	55	60
S. José dos Campos	3	86	65
Piracicaba	58 (59)	59	103
Mococa	19	49	69
Cajuru	3	42	92
Batatais	4	44	112
<b><i>Franca (freguesias)</i></b>	<b>20</b>	<b>155</b>	<b>260</b>
Botucatu	41	79	51
Santa Bárbara	11	11	11

**Fonte:** BOEHRER, G.C.A. **Da Monarquia á República:** história do Partido Republicano no Brasil (1870 – 1889). Rio de Janeiro: MEC, [195-?]. p. 94.

De acordo com os números do quadro acima, os municípios que concentram os maiores contingentes de republicanos são Campinas, Amparo, Rio Claro, e Piracicaba. No

entanto, esses números por si só são insuficientes para demonstrar os motivos que levaram essas cidades a alcançarem esse eleitorado republicano.

No caso de Campinas, por esse período a cidade já conhecia um grande desenvolvimento econômico ocasionado pela expansão cafeeira que gradativamente se deslocava do Vale do Paraíba para o Oeste da província. Em 1870, a produção de café do município ficava em torno de “1.300.000 arrobas”.<sup>47</sup> Segundo Lima, as riquezas do café possibilitaram “modificações em todos os setores da vida da cidade; sintomas de modernização eram visíveis, numa manifestação do espírito aberto e receptivo a inovações da gente do Oeste paulista”.<sup>48</sup>

Ainda segundo a autora, o desenvolvimento econômico da cidade alavancou “o progresso intelectual” fornecendo a Campinas “[...] condições de modernização capazes de transformar a cidade no principal núcleo urbano regional, pólo de concentração de idéias e aspirações e ao mesmo tempo disseminador do progresso.”<sup>49</sup>

A disseminação das “idéias e aspirações” ficou por conta do jornal local *Gazeta de Campinas* que fundado em 1869 e contava com a colaboração de eminentes republicanos como Campos Sales, Francisco Glicério, Américo Brasiliense e Francisco Quirino dos Santos. O jornal, que era apoiado pelo “1º Diretório do Partido Republicano de Campinas”, e seguia uma linha que consistia “[...] no ataque ao Império, procurando acentuar as vantagens que a República traria para o país”, bem como defendia os interesses dos fazendeiros locais em pontos importantes como transporte, crédito agrícola e mão-de-obra.<sup>50</sup>

Segundo Bilac, “as idéias republicanas em Rio Claro já eram fortes desde a década de 1870” quando os líderes dos partidos monárquicos “não deixaram seguidores, seja pelo encerramento da carreira política, seja pela morte dos líderes de expressão”. Os republicanos fundaram o Partido Republicano Rio-clarense no ano de 1872, e no mesmo ano conseguiram ganhar as eleições municipais coroando a hegemonia dos republicanos até o fim do regime monárquico.

Ao proclamar-se à República, “[...] eram os líderes republicanos que ocupavam os quadros políticos municipais.”<sup>51</sup> Bilac credita o êxito de Rio Claro na “[...] participação

---

<sup>47</sup> LIMA, S.L.L. **Fazendeiros do oeste paulista rumo a republicanização (1870-1889)**. 1986. 158 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986. p. 29.

<sup>48</sup> Ibid., p. 29.

<sup>49</sup> Ibid., p. 30.

<sup>50</sup> Ibid., p. 34.

<sup>51</sup> BILAC, M.B.B. **As elites políticas em Rio Claro: um estudo sobre a formação dos setores dirigentes em um município paulista**. 1995. 345 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, SP, 1995. p. 48-49.

política no movimento republicano” a dois fatores: a proximidade do município com os grandes centros do republicanismo do Estado (Campinas e Piracicaba) e as ligações dos republicanos locais com os expoentes do PRP como Campos Salles e Manoel de Moraes Barros.

Segundo Dean, o município de Rio Claro foi “[...] teatro de transições importantes: do regime colonial para o de sesmarias, do Império para a República (sua sede foi uma das primeiras a criar um diretório do Partido Republicano) e da escravatura para o trabalho livre.”<sup>52</sup>

Piracicaba também aparece em destaque no quadro acima, congregando um número considerável de republicanos e se transformando – como afirma Bilac – num dos grandes centros do republicanismo da província de São Paulo. Essa condição alcançada por Piracicaba se deve em grande medida pela influência da família Moraes Barros que além de contar com a presença de Manoel de Moraes Barros, contava também com outro eminente republicano, Prudente de Moraes.

Outro ponto importante e que pode contribuir para o entendimento das especificidades do republicanismo no município de Franca diz respeito à análise das cidades que participaram do primeiro Congresso Republicano na cidade de São Paulo<sup>53</sup> em julho de 1873. Nesse caso, vale a pena mencionar as 29 localidades: Capital, Santos, Jundiaí, Belém de Jundiaí (Itatiba), Campinas, Limeira, Rio Claro, Mogi-Mirim, Penha de Mogi-Mirim (Itapira), São João da Boa Vista, Pirassununga, Patrocínio das Araras (Araras), Piracicaba, Porto Feliz, Itu, Indaiatuba, Sorocaba, Itapetininga, Botucatu, Jaú, Brotas, Bragança Paulista, Amparo, Serra Negra, Atibaia, Cotia, São José dos Campos, Paraibuna, e Taubaté.<sup>54</sup>

A grande maioria desses municípios pertencia à região denominada “Oeste Paulista”. Segundo Emilia Viotti da Costa, a preponderância “dos elementos do Oeste Paulista” vem “[...] confirmar que, para estes, o ideal republicano era um instrumento na realização de suas aspirações de mando.”<sup>55</sup> A autora ainda caracteriza a importância do Oeste paulista para a difusão do ideal republicano: “[...] o caráter pioneiro, a mobilidade social, a prosperidade crescente favoreciam a difusão das idéias novas [...]”<sup>56</sup>

Zimmermann afirma que será do Oeste Paulista que “sairão os homens representativos do PRP”:

---

<sup>52</sup> DEAN, W. **Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 15.

<sup>53</sup> Esse congresso foi o primeiro depois da Convenção de Itu.

<sup>54</sup> BRASILIENSE, A. **O programa dos partidos e o Segundo Império: exposição e princípios**. São Paulo: Tipografia de Jorge Seckler, 1978. p. 115-117.

<sup>55</sup> COSTA, E.V. **Da Monarquia a República: momentos decisivos**. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 480.

<sup>56</sup> *Ibid.*, p. 481.

Primeiro, o da representatividade interna, isto é, as regiões onde existiam clubes ou mesmo partido republicano local e políticos escolhidos nessas regiões para representá-los nos Congressos do Partido.

[...]

Segundo, o da representatividade política, isto é, os políticos que se tornaram lideranças no partido, aqueles que mais atuavam, constantemente lembrados para representar o partido nas Casas Legislativas, e que também de destacavam no âmbito interno do mesmo, conseguindo impor sua ação.<sup>57</sup>

As cidades que apresentam os maiores contingentes de republicanos são em grande medida integrantes dessa lista que participou do Congresso do Partido Republicano Paulista na cidade de São Paulo, como é o caso de Campinas, Amparo, Araras, Porto Feliz, Piracicaba, Botucatu e São João da Boa Vista. Portanto, pode-se dizer que são cidades de um republicanismo “histórico”. Essa constatação pode ser um indício de que as “idéias republicanas” já haviam sendo discutidas nesses municípios e assim como ocorreu em Campinas e Rio Claro, por intermédio de chefes republicanos de destaque na política provincial, essas cidades reuniram condições de se organizar como partido político de uma maneira mais sistemática de modo a dar vazão e unidade aos princípios que o Partido Republicano Paulista propugnava.

No caso de cidades que ficavam no “Novo Oeste Paulista”, na região de Ribeirão Preto, “a campanha republicana foi intensa”, principalmente no município de São Simão. Contudo, a fundação de um Partido Republicano organizado, ocorreu em um período posterior se comparadas com os municípios de Rio Claro e Campinas. Segundo Godoy, o Partido Republicano de São Simão<sup>58</sup> foi fundado em 06 de fevereiro de 1885 “em reunião presidida por Francisco Glicério” um dos líderes republicanos da grei paulista.

---

<sup>57</sup> ZIMMERMANN, M.E. **O PRP e os fazendeiros de café**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1986. p. 38.

<sup>58</sup> A Câmara Municipal de São Simão em 1888, por intermédio do seu presidente, Manoel Dias do Prado, manifestou apoio aos vereadores da Câmara de São Borja no Rio Grande do Sul quando da aprovação de uma moção que pedia a convocação de uma constituinte para deliberar sobre a sucessão do trono no caso de morte do Imperador: “que a Câmara Municipal de São Simão, trilhando o caminho constitucional e certa de que interpreta os sentimentos de seu munícipes e de todos os cidadãos que se interessam pelo engrandecimento do Brasil, manifeste o desejo de ser consultado a Nação acerca da disposição do artigo 4º da constituição, que está contido nas suas atribuições ex-vi do artigo 58 da sua lei orgânica, a 1º de outubro de 1828. Sala de Sessões, 31 de janeiro de 1888.” PESSOA, R.X.C. **O ideal republicano e seu papel histórico no segundo reinado: 1870-1889**. São Paulo: Edições do Arquivo do Estado, 1983. p. 187. Segundo relato do republicano Rodolpho Miranda, os vereadores da Câmara de São Simão por terem prestado seu apoio a moção da Câmara de São Borja, foram reprimidos pelo chefe do Partido Conservador, Barão de Cotegipe que “[...] mandou meter sub judice os vereadores de S. Simão, chamando para substituí-los a câmara anterior. Esse ato de violência produziu o efeito que era esperado: inspirou certo pavor nos municípios comprometidos” produzindo acima de tudo “[...] um certo desfalecimento entre os republicanos, máxime quando os conservadores que estavam no poder e tinham as autoridades policiais em suas mãos, iniciaram o seu trabalho de perseguições, chegando os mais exaltados a ameaçar os vereadores processados com a força, o que aterrorizou as respectivas famílias.” Senado do Estado de São Paulo – sessão em 20/08/1925. LANG, A.B.S.G. **A propaganda republicana na província de São Paulo**. São Paulo: USP : CERU, 1995. p. 78.

Importante também destacar a presença, no município de São Simão, do líder republicano Rodolfo Miranda, que mais tarde ocupará o cargo de membro “[...] permanente da Comissão Diretora do PRP de 1917 a 1930” contribuindo, contudo, “[...] com as dissidências perrepistas de 1895, 1901 e 1906.”<sup>59</sup>

No município de Uberaba – que tinha ligações comerciais com Franca<sup>60</sup> – a campanha republicana se intensificou apenas a partir de 1889 em certa medida devido “a mocidade uberabense” ter se afeiçoado com a República e “[...] aos poucos cerrou fileiras em torno deste ideal, a que se apressaram em agregar muitos políticos velhos dos partidos liberal e conservador.”<sup>61</sup> Hildebrando Pontes afirma que “[...] a propaganda já se fazia, abertamente em quase todas as reuniões populares” e foi impulsionada pela visita a cidade do Conde d’Eu quando no mesmo dia um grupo de “jovens uberabenses” fundou o Clube Republicano 20 de Março.<sup>62</sup>

No município de Franca e nas suas freguesias, os republicanos também se fizeram presentes. O número de 20 eleitores republicanos alistados em 1881 no município de Franca e freguesias necessita de uma análise mais acurada, cujo um dos objetivos consiste em demonstrar as especificidades do quadro político local na última década do império. Num primeiro momento é preciso salientar que apesar desses números colocarem Franca acima de cidades como Porto Feliz, Tiete, São Simão, Mogi-Mirim, Limeira, entre outras, também é necessário a atenção para a contra parte monarquista que esses números representam.

Os Conservadores aparecem como a grande maioria entre os eleitores do município com 256 votantes, seguidos pelos Liberais com 155. A soma dos eleitores dos três partidos perfaz um total de 431 indivíduos, cabendo aos republicanos uma porcentagem de 4,64% do eleitorado do município. Essa porcentagem, contudo, é bem inferior àquela apontada por Debes para a província de São Paulo para o ano de 1885, indicando que o eleitorado republicano perfazia algo em torno de 17,69%.<sup>63</sup>

---

<sup>59</sup> GODOY, H.A. **O coronelismo em Ribeirão Preto de 1889 a 1937**. 2000. 179 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. p. 140-141.

<sup>60</sup> Tosi afirma que “[...] do ponto de vista das transformações proporcionadas sob o regime da cafeicultura, a cidade (Franca) exerceu, de 1865 a 1915, uma larga influência sobre os domínios da antiga Freguesia da Franca, tanto no território paulista quanto no mineiro, fazendo convergir para a cidade e, mais precisamente, para as estações da ferrovia a produção cafeeira e de ‘gêneros do paiz’, tendo a cidade, sobretudo, agido como um entreposto de bens até então inacessíveis, que passaram a de difundir por um mercado regional.” TOSI, P.G. **Capitais no interior: Franca e a história da indústria coureiro-calçadista (1860-1945)**. Franca: Ed. Unesp/FHDSS, 2002. p. 85.

<sup>61</sup> PONTES, H. **História de Uberaba e a civilização no Brasil Central**. 2. ed. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1978. p. 130.

<sup>62</sup> *Ibid.*, p. 130.

<sup>63</sup> DEBES, C.S. **O Partido Republicano de São Paulo na propaganda (1872-1889)**. São Paulo: [s. n.], 1975. p. 115.

**Tabela 2 - Participação dos municípios nos Congressos Republicanos**

<b>Cidades</b>	<b>Congressos (anos)</b>
Campinas	72-Itu-73-74-78-80-81-83-87-88-89
Rio Claro	73-74-78-80-81-87-88-89
Amparo	72-Itu-73-74-78-80-81-83-87-88-89
Casa Branca	78-80-81-83-87-88-89
Araras	73-74-83-87-88-89
Limeira	73-74-78-80-83-87-88-89
Capivari	Itu-73-74-80-81-83-87-88-89
Porto Feliz	Itu-73-74-81-83-87-88-89
Mogi-Mirim	Itu-73-74-78-80-81-83-87-88-89
São Simão	87-88-89
Ribeirão Preto	81-87-88-89
Atibaia	73-74-78-80-83-87-88-89
Tieté	Itu-81-87-88-89
Cunha	87-88-89
Socorro	83-87-88-89
Nazaré	_____
Campo Largo	_____
S. João da Boa Vista	73-74-78-80-81-87-88-89
São José dos Campos	73-74-87-88-89
Piracicaba	Itu-73-74-78-80-81-83-87-88-89
Mococa	78-80-87-88-89
Cajuru	78-80-87-88-89
Batatais	_____
<b>Franca</b>	81-83-87-88-89
Botucatu	Itu-73-74-81-87-88-89
Santa Bárbara	83-87-88-89

**Fonte:** Adaptado de LANG, A.B.S.G. **A propaganda republicana na província de São Paulo.** São Paulo: USP : CERU, 1995. p. 128-132.

No quadro acima, para uma melhor compreensão, foram selecionados os mesmos municípios que estiveram presentes no quadro I, quando, por intermédio dos dados fornecidos por Boehrer, foi demonstrado a distribuição dos eleitores segundo suas filiações partidárias.

Dessa forma, cruzando os dados do quadro I com os dados referentes ao quadro II percebe-se, pelos menos em sua grande maioria, que os municípios que concentram grandes contingentes de republicanos foram aqueles que tiveram participação ativa desde os primórdios da propaganda organizando clubes ou mesmo partidos republicanos, o que lhes possibilitou o envio de delegados representando-os nos Congressos Republicanos<sup>64</sup>.

Os municípios de Campinas, Amparo, Rio Claro, Piracicaba, Capivari, Botucatu, São João da Boa Vista, concentraram grandes contingentes de republicanos, ao mesmo tempo em que tiveram uma participação de longa data nos Congressos Republicanos na província de São Paulo. No entanto, essa relação que envolve a participação nos Congressos Republicanos e o número de republicanos nos municípios não se constitui numa regra, devido às especificidades da propaganda republicana em cada município.

Em municípios como Ribeirão Preto, São Simão, Patrocínio do Sapucaí – antigo distrito de Franca e que participou dos Congressos nos anos de 1887-88-89 - e Franca, nos quais não se encontram uma grande concentração do número de republicanos, a propaganda republicana pode ter começado de uma forma mais intensa a partir da década de 1880 já que a participação desses municípios nos Congressos Republicanos começa nesse período.

Segundo informações do jornal *Nono Districto*<sup>65</sup>, o Partido Republicano de Franca foi fundado no início da década de 1880 – a julgar pela primeira participação de Franca nos Congressos Republicanos, no ano de 1881, essa informação parece bastante crível - pelo cidadão Jacintho Moura<sup>66</sup>. O Partido também contava com seu orador Fernando Vilela de

---

<sup>64</sup> Segundo Lang a participação dos municípios paulistas nos Congressos Republicanos foi crescendo gradativamente ao longo dos anos, dado que pode ser um importante indicador de que a propaganda republicana foi bem recebida pela província paulista. Se no ano de 1873 estiveram presentes apenas 29 municípios dos 89 existentes na província, correspondendo cerca de 32,5%, em 1874 e 1878 eram 36 localidades representadas. No ano de 1887 participaram 66 municípios representando 60% dos 110 municípios existentes; nos Congressos de 1888 e 1889 o número de municípios representados nos respectivos Congressos alcançou a marca de 67. LANG, A.B.S.G. **A propaganda republicana na província de São Paulo**. São Paulo: USP : CERU, 1995. p. 31.

<sup>65</sup> **O Nono Districto**, 30 jul. 1882, p. 1.

<sup>66</sup> É difícil saber qual foi a influência do republicano Jacintho Moura para o município de Franca. O certo é que nas eleições provinciais de 1883 quando foi candidato pelo Nono Distrito Jacintho Moura se quer foi lembrado pelos eleitores republicanos de Franca. O único candidato republicano agraciado pelos francanos foi Martinho Prado Júnior que recebeu apenas 6 votos. Ao que parece Jacintho Moura era candidato republicano “independente” ou seja, não tinha sua candidatura referendada pelo PRP, que no Nono Distrito eleitoral apoiava o republicano Martinho Prado Júnior. Por isso mesmo Jacintho Moura tomava certos posicionamentos que diferiam da conduta do PRP, como por exemplo, a referente à escravidão. Sua circular publicada no jornal **Nono Districto** no dia 1 out. 1883 expressa a sua posição sobre o assunto: “Com relação à questão do elemento servil que hora preocupa os mais sérios espíritos minha posição é de – Abolicionista. E aqui não falla em mim o sentimento em nome de impulsos do coração, falla, sim, a convicção que me há resultado de um estudo criterioso e de uma meditação profunda com vistas, antes de tudo, aos grandes interesses sociaes implicados nos negócios da escravidão entre nós.”

Andrade<sup>67</sup>. Dentre os republicanos de Franca, o único que conseguiu ocupar um cargo na política local foi Francisco Lucas Brigagão, sendo eleito vereador no ano de 1882.<sup>68</sup>

No entanto, o Partido Republicano de Franca conseguiu sedimentar alianças políticas com os partidos monárquicos locais. Essas alianças propiciaram aos republicanos de Franca a participação na política local visto que sozinhos não alcançariam tal condição já que com um contingente eleitoral reduzido não poderiam fazer frente aos partidos monárquicos.

Em Franca a propaganda republicana se intensifica a partir de 1886, quando surge o jornal oficial do Partido Republicano de Franca, intitulado *O Tiradentes*. No ano seguinte surge outro jornal republicano, *A Sentinela*.<sup>69</sup> Ambos os jornais desferiam violentos ataques ao segundo reinado, o que também pode caracterizar o posicionamento dos republicanos de Franca no final do Império:

A monarquia quer mais dinheiro. Quer... E quer. Não dá satisfações? Mas, a quem? O povo, esse fidelíssimo povo brasileiro é um animalzinho manso, paciente, inofensivo, uma verdadeira ovelha e os homens do governo tem a tesoura na mão.

Podem tosquiá a vontade!

Mas, acautelai-vos, ó corja de perdulários! Ó sanguessugas cruéis! Ó ladrões! Bem pode ser que o tenro animalzinho, que a ovelha inofensiva se transforme de repente em leão corajoso e vingador. Se não nos enganamos, já está se transformando: as câmaras municipais dirigem-se aos poderes competentes e protestam altivamente contra a escandalosa ladroeira... A monarquia quer dinheiro? Quer? Pois vá querendo. Estamos cansados de aturar uma forma de governo que, sobre muito cara não presta pra nada.

Queremos um governo bom e barato!

Queremos a República! Viva a Republica!<sup>70</sup>

Esse “fervor republicano–revolucionário” presente no artigo no ano de 1888 coincide com os períodos de desenvolvimento do republicanismo no Brasil. O Manifesto de 1870 seguia a esteira da política imperial, afastando de seu programa a via revolucionária, chegando a ponto de se utilizarem autores que fizeram parte do repertório intelectual dos Conservadores para justificarem as principais idéias do Manifesto.<sup>71</sup>

Não é sem razão que o Manifesto logo no seu início procurava esclarecer a linha de conduta que os republicanos se utilizariam para divulgar suas idéias:

---

<sup>67</sup> **O Nono Districto**, 26 abr. 1884, p. 1.

<sup>68</sup> **O Nono Districto**, 9 jul. 1882, p. 3.

<sup>69</sup> *A Sentinela*, 30 set. 1888 apud EVANGELISTA, J.G. Notas sobre a abolição e a república na Franca. **Revista Regional de História**, Franca, p. 43, 1990. Segundo informações do jornal **O Francano** o redator do *A Sentinela* era o jornalista Adolpho Santos. **O Francano**, 9 nov. 1888, p. 2. (destaque do autor).

<sup>70</sup> *Ibid.*, p. 43- 44.

<sup>71</sup> ALONSO, A. **Idéias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 180.

[...] “não é nossa intenção convulsionar a sociedade em que vivemos. Nosso intuito é esclarecê-la” utilizando, contudo, “as armas da discussão, os instrumentos pacíficos da liberdade, a revolução moral, os amplos meios do direito, postos ao serviço de uma convicção sincera, bastam, no nosso entender, para a vitória da nossa causa, que é a causa do progresso e da grandeza de nossa pátria”.<sup>72</sup>

Nesse sentido, em sua maioria, os principais signatários do Manifesto de 1870 procuraram fazer com que o ideal de República seguisse uma linha de ação partidária que contemplasse o “evolucionismo político” contido nas páginas do próprio manifesto de 1870.

Essa posição política era referendada por intermédio dos seus discursos: “Os republicanos do Brasil têm, sobretudo assentados o seu plano em uma base que a revolução pacífica, a revolução das idéias, calmos e tranqüilos aguardam firmes o futuro [...]”<sup>73</sup>;

Mas se acaso há da parte de alguns correligionários o intuito de determinar ao partido um caminho diverso daquele que lhe foi traçado pelo Manifesto de 1870, transportando-o do campo da discussão e da propaganda pacífica para o campo da revolução armada, fazendo-o abandonar as armas da persuasão e da influência moral para substituí-la pelo facho incendiário da discórdia civil e da guerra fratricida, então assumam quem quiser, não eu essa responsabilidade perante o país e perante a História.<sup>74</sup>

Na província de São Paulo até 1888, o Partido Republicano Paulista deu continuidade à ação política pautada no “evolucionismo”. Posteriormente o PRP cogitou uma mudança de atitude frente à morosidade em que os acontecimentos caminharam, alterando “sua tática, passando à ação perturbadora da ordem pública”.<sup>75</sup>

No entanto, ainda segundo Pessoa, a linha política de ação revolucionária “[...] desejosa de uma maior atuação junto ao povo mediante conferências, comícios ou outros meios de divulgação” adquiriu força quando Silva Jardim se engajou na propaganda republicana a partir de 1888, presidindo uma série de conferências por todo o Brasil que tinha como principal objetivo à condenação do “Terceiro Reinado”.

Mesmo em menor número muitos signatários do Manifesto de 1870 cobravam uma “maior participação dos republicanos nos movimentos de expressão popular”. Lopes Trovão asseverava que dentro dos signatários do Manifesto existiam “facções intermediárias”: a primeira liderada por Ubaldino do Amaral que “[...] confederava os evolucionistas aos

---

<sup>72</sup> PESSOA, R.C. O primeiro centenário do Manifesto Republicano de 1870. **Revista de História**, São Paulo, ano 21, v. 41, n. 84, p. 401-437, out./dez. 1970. p. 409. (destaque do autor).

<sup>73</sup> Saldanha Marinho apud PESSOA, R.X.C. **O ideal republicano e seu papel histórico no segundo reinado: 1870-1889**. São Paulo: Edições do Arquivo do Estado, 1983. p. 138.

<sup>74</sup> Quintino Bocaiúva apud PESSOA, 1983, op. cit., p. 139.

<sup>75</sup> DEBES, C.S. **O Partido Republicano de São Paulo na propaganda (1872-1889)**. São Paulo: [s. n.], 1975. p. 75.

evolucionistas- revolucionários”, e a segunda, liderada pelo próprio Lopes Trovão que “concatenava os evolucionistas- revolucionários aos revolucionários”.

Essa divisão no que diz respeito às linhas de ação política por parte dos fundadores do Manifesto de 1870 fez com que Pessoa chegasse à conclusão da não existência de “[...] unidade quanto ao encaminhamento que deveria ser dado para se alcançar o objetivo principal, ou seja, a derrubada da monarquia.”<sup>76</sup>

Nesse caso, os republicanos de Franca poderiam se enquadrar, levando em consideração o teor do artigo publicado e seu ano de publicação, 1888, ao que fora uma tendência no interior da propaganda a partir de então, implementando uma propaganda republicana mais agressiva e incisiva contra o regime monárquico.

## **1.2 As experiências de República nas alianças políticas-eleitorais**

A partir de agora passaremos a analisar as relações dos republicanos de Franca com os Conservadores e Liberais, vislumbrando os momentos e as estratégias que visavam seu fortalecimento político dentro do município. Essas alianças se davam em sua maioria nos momentos de disputas eleitorais objetivando tanto às trocas de favores políticos quanto a maneira pela qual os republicanos ascendiam no interior da política local.

Os republicanos de Franca apareciam em número reduzido quando comparados aos partidos monárquicos, e essa condição de inferioridade numérica os forçava na maioria das vezes a buscar alianças políticas que lhes facultassem uma certa proeminência no âmbito da política local. Essas alianças políticas eram vistas muitas vezes de uma forma negativa por parte de alguns políticos, já que para muitos os republicanos de Franca perdiam sua “identidade” e seus princípios como movimento partidário que lutava – pelos menos na teoria – para derrubar o regime monárquico. Contudo, as alianças políticas não eram privilégio apenas dos republicanos francanos, ocorrendo em praticamente toda a província de São Paulo.

O artigo abaixo indica como de dava as relações dos republicanos com os partidos monárquicos no âmbito da política local:

---

<sup>76</sup> PESSOA, R.C. O primeiro centenário do Manifesto Republicano de 1870. **Revista de História**, São Paulo, ano 21, v. 41, n. 84, p. 401-437, out./dez. 1970. p. 177.

Alguns indivíduos, e entre elles o sr. Francisco Lucas Brigagão chefe do partido republicano d'esta cidade assistiram a reunião conservadora effectuada no domingo, 23, em casa do honrado sr. tenente-coronel José Garcia Duarte.

[...]

Os republicanos não deveriam ir lá, embora convidados, como não foram os liberaes.

Não deveriam ir, em primeiro logar, porque um abysmo separa os conservadores dos verdadeiros republicanos, istoé, dos que tem firmes crenças republicanas.

Não deveriam ir, em segundo lugar, porque corria, com certo fundamento, o boato de que na reunião assentar-se-hia o plano de assalto a typografia d'O Nono Districto, folha profundamente democrática, e de agressão aos redactores, cujas idéias são bem conhecidas.

[...]

Mas os republicanos foram ao pagode conservador e ultramontano!

(Defende os seus amigos se é capaz sr. Martinho Prado Junior!)<sup>77</sup>

Além de criticar a incoerência política da reunião em que congregava partidos de lados opostos no que diz respeito as suas ações políticas, o artigo termina colocando em dúvida a existência do partido republicano de Franca. O artigo questiona além do comportamento político dos republicanos, devido a sua presença em uma reunião de políticos conservadores, a linha de ação partidária do partido dentro do seu principal objetivo, que era justamente a implantação da República.

Já o artigo abaixo, parte do pressuposto que para a implantação do regime republicano, ou em outras palavras, para militar em um partido que almeja tal feito, tem-se primeiro que saber “o que é republica”; pois segundo o artigo “[...] não há entre vós (republicanos) um que conheça os deveres do republicano.” Nesse caso, a crítica do jornal cabe não só ao saber “teórico” dos republicanos em relação ao regime que almejavam construir, mas também se os republicanos de Franca vivenciavam uma experiência de República que fosse possível direcionar suas atitudes como partido organizado:

Nunca acreditamos na existência do partido republicano n'esta cidade; mas se ingenuamente houvéssemos acreditado, hoje estaríamos convencidos de que tal partido não existe.

O que existe é um grupo insignificante de indivíduos, que, por despeito, por economia ou por qualquer motivo indecoroso, se dizem republicanos.

Se fossem como os de Franca todos os republicanos brasileiros, daqui a cinco mil annos a Republica seria a forma de governo do Brazil [...]

Não há entre vós um que saiba o que é republica; não há entre vós um que conheça os deveres do republicano!

Não continueis, portanto, a comprometter uma idéia elevada e grandiosa, declarai-vos francamente conservadores, pois cascudos sois.<sup>78</sup>

---

<sup>77</sup> **O Nono Districto**, 30 abr. 1882, p. 2.

<sup>78</sup> *Ibid.*

Nesse ponto é interessante analisar, como questões de âmbito local, atingiram maior amplitude, passando a envolver os grandes chefes políticos provinciais. No artigo referido, o articulista, chefe do partido liberal de Franca, Francisco Barbosa Lima ao criticar a postura do republicano Francisco Lucas Brigagão sentenciava: “Defende seus amigos se é capaz sr. Martinho Prado Junior!”

No dia 28/06/1882, na coluna Secção Livre da *Província de São Paulo* Martinho Prado Júnior (um dos chefes republicanos do Nono Distrito eleitoral da província de São Paulo) saía em defesa do republicano de Franca:

Sem nos envolvermos na luta pessoal que ora assoberba os ânimos na cidade da Franca: sem ressentimentos pessoais ou outro qualquer móvel que nos arredem da mais perfeita imparcialidade, precisamos, comtudo, de contrariar algumas increpações que hão sido atiradas aos nossos correligionários e amigos d’aquella localidade, pelo sr. Francisco Barbosa Lima.

[...]

S.s os censuras por andarem, arredados dos liberaes, e, no entanto, é o primeiro a censurar os seus correligionários, dizendo que não são liberaes que não pugnam por princípios, chegando a confessar, ainda há poucos dias, que se fosse eleitor no 4º districto moveria guerra aberta ao sr. Paula Souza, por ter feito parte de um governo que nada symbolisa.

Si são assim os liberaes, como s.s o diz com inteira e franca responsabilidade, como quer que os republicanos prestem seu apoio a taes homens e governo?

S.s chama de republicanos sinceros os de outras províncias que apóiam o governo, e, apesar de liberal, estigmatiza-o dizendo que está sacrificando o partido, nada representa perante os princípios.<sup>79</sup>

Martinho Prado Junior, para justificar o distanciamento político entre liberais e republicanos no município, e seu conseqüente apoio aos conservadores, utiliza-se dos mesmos argumentos de Francisco Barbosa Lima. Nesse sentido, Martinho Prado argumenta que na medida que o governo liberal torna-se incoerente com o programa do partido (como veremos adiante a incoerência do partido Liberal na Província vai fazer com que os liberais de Franca se abstenham das eleições municipais) e recebe críticas do mesmo Barbosa Lima, como os republicanos prestariam apoio “a taes homens de governo?”

É interessante ressaltar que essa quebra de convicções que fez parte do cotidiano dos partidos monárquicos está dentro do contexto de crise do Brasil-Império.

Durante a consolidação do Império brasileiro, além da origem social, já que ambos os partidos estavam vinculados a grande propriedade, outros fatores foram responsáveis pela homogeneidade da elite imperial: ensino superior, a ocupação (principalmente no emprego publico), “proteção familiar”; fatores que restringiam o acesso aos cargos políticos

---

<sup>79</sup> *A Província de São Paulo*, 28 jun. 1882.

somente aqueles indivíduos que pertenciam “ao clube”: dos 256 cargos políticos ocupados nos 67 anos de Império – 235 senadores, 219 ministros e 72 conselheiros - passaram apenas 342 indivíduos.<sup>80</sup>

Contudo, essa “unidade de convicções” que propiciou a longa duração do Império chegava ao fim e com ela o consenso intra-elite. Daí o porquê das críticas do liberal francano Francisco Barbosa Lima à atuação do próprio partido na província de São Paulo.

Fatores de ordem política, na maioria das vezes, explicam a aproximação entre republicanos e conservadores<sup>81</sup>. Essa aproximação resultava de um apoio mútuo entre ambos os partidos nas pugnas eleitorais como destaca Célio Debes:

Os ajustes entre eleitores de facções diversas objetivando a troca de votos, favorecendo os candidatos com maiores probabilidades de êxito em paróquias diversas. Onde o candidato de um dos partidos fosse o preferido de eleitorado, receberia os votos de seu adversário, melhor colocado em outra localidade, dando-lhe em troca, através dos eleitores de seu Partido nesta paróquia, apoio idêntico. Era, na verdade, um intercâmbio de votos em que se beneficiavam as preeminências dos grupos em disputa, com o alijamento de seus companheiros de chapa despidos de expressão eleitoral. A prática era generalizada e o tráfico de votos ocorria entre republicanos e monarquistas e, igualmente, entre liberais e conservadores.<sup>82</sup>

“O tráfico de votos” descrito por Debes entre monarquistas e republicanos nos vários distritos eleitorais da província também era uma prática comum no município de Franca:

O candidato menos votado na eleição de 1º de dezembro n'esta freguezia foi, o dr. Martinho Prado Junior.  
O ilustre republicano teve apenas 3 votos.  
Deve, porem, orgulhar-se desse três votos que lhe foram dado com toda a espontaneidade, com a convicção que só sabe inspirar a verdadeira democracia.  
O candidato republicano não implorou votos e limitou-se a dirigir a sua brilhante circular aos eleitores seus correligionários.  
E estes perseguidos pelos saltimbancos da monarchia difficilmente resistiram aos guisos e as lantejoilas imperialistas.  
Três cidadãos honestos, republicanos sinceros e rígidos ficaram firmes perante os pinches dos arlequins.  
*Os outros, o próprio presidente do Club Republicano lá se misturam com a turba dos servos da monarchia.*<sup>83</sup>

<sup>80</sup> CARVALHO, J.M. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Brasília, DF: Ed. UnB, 1980. p. 127.

<sup>81</sup> Zimmermann aponta duas razões que podem explicar o distanciamento de republicanos e liberais: a primeira é que durante o período entre 1878-1887 o Partido Liberal era governo e diante disso o PRP sempre evitou em fazer alianças com o Governo já que isto poderia comprometer “os princípios republicanos” que tinham como cerne o federalismo e o combate ao governo centralizador do Império. A segunda razão “[...] é que uma aproximação entre ambos poderia fazer com que o programa republicano fosse identificado com o liberal, visto a proximidade de propostas, e com isso o partido republicano corria o risco de nulificar-se[...]”, além do que “[...] as simpatias entre republicanos e conservadores, poderiam trazer benefícios eleitorais (como de fato ocorreu) sem o risco de identificação de programas.” ZIMMERMANN, M.E. **O PRP e os fazendeiros de café**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1986.p. 53.

<sup>82</sup> DEBES, C.S. **O Partido Republicano de São Paulo na propaganda (1872-1889)**. São Paulo: [s. n.], 1975. p. 86.

<sup>83</sup> **O Nono Districto**, 6 dez. 1884, p. 1-2. (grifo nosso),

O artigo acima transcrito denota, além das alianças políticas no período eleitoral a instabilidade do partido republicano de Franca dentro de um período importante do PRP na província de São Paulo que consistia nas disputas eleitorais, no qual o partido teria a oportunidade de medir forças com os partidos monárquicos, visando na maioria das vezes não apenas a vitória nos pleitos eleitorais, mas também a “popularidade” do partido no interior da província, visto que se poderia avaliar a dimensão da propaganda republicana, que era feita através de manifestos, comícios, *meetings*, enfim por intermédio do proselitismo do partido.

Zimmermann explica o papel das eleições para o PRP:

[...] significativo o papel das eleições para se entender a estratégia do PRP, porque este entendia que na ocupação de cargos eletivos estava a forma de se atingir os objetivos desejados por ele, ou seja, pretendia realizar as reformas necessárias através de mudanças nas leis. Isso demonstra, mais uma vez, a postura republicana em realizar suas propostas sem a radicalização, mantendo a ordem e a moderação.<sup>84</sup>

Zimmermann ainda destaca que a atuação dos republicanos paulistas no legislativo foi marcada pelas discussões de duas temáticas: econômica e política, sendo que a primeira refletia a “[...] preocupação em agilizar a produção do setor mais rico da economia paulista” que era a produção cafeeira, e a segunda apresentava o sentido “de colocar a província como agente direto organizador de sua administração e não dependente do governo central”.<sup>85</sup>

Em artigo publicado na Província de São Paulo, podemos perceber os ajustes eleitorais envolvendo conservadores, liberais e republicanos, agora no Nono Distrito eleitoral da província de São Paulo:

Vamos ao 9 Distrito.

No 1 escrutínio tiveram o dr. Antônio Cintra 699 votos e o dr. Brasília 534, no segundo aquele 750 e este 679, isto é, o sr. Cintra mais 51 e o senhor Brasília mais 145 votos.

Cumpra ainda notar que o sr. Dr. Martinho Prado, nesse escrutínio, teve alguma votação conservadora, por afeição, sendo esses votos acrescidos ao dr. Cintra no segundo.

Como pois se tem o desembaraço de escrever que o sr. Cintra teve no segundo escrutínio 150 votos republicanos (interrogação).

Donde saíram os 145 que teve o sr. Brasília no segundo escrutínio, além da votação obtida no primeiro(interrogação).

Quem ignora que o senhor Brasília teve cerca de 40 votos republicanos em S. João da Boa vista, 21 em Casa Branca, 22 no Sapicado, assim como muitos em Santa Rita, Franca, Cajuru, e outros pontos, votos dados ostensivamente (interrogação).

---

<sup>84</sup> ZIMMERMANN, M.E. **O PRP e os fazendeiros de café**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1986. p. 44.

<sup>85</sup> *Ibid.*, p. 54. (grifo nosso).

Os algarismos provam, portanto, a sociedade, que poucos votos republicanos, e só de afeição, teve o sr. Cintra, que, cumpre lembrar, obteve no 1º escrutínio 165 votos mais que o sr. Brasília.

*A respeito da eleição provincial, é notório no nono distrito, que os liberais deram sua votação principalmente ao sr. Bourroul e também ao sr. Prado Júnior, com o propósito de prejudicar ao ilustre sr. Dr. Pereira da Cunha, cuja não eleição resultou desse fato e de ser a votação conservadora, do lado do sul, mais concentrada, mais concentrada no Dr. Antonio Correa, ali residente e mais relacionado.*<sup>86</sup>

No interior da política francana os acordos eleitorais também eram comuns como se depreende do artigo abaixo:

Qualifica o senhor Brigagão de intolerante em política!...

É uma heresia que não perdoaremos jamais S.S.

Intolerante nós, que ainda por ocasião da eleição da actual Câmara Municipal o (procuramos?) e incluímos na chapa liberal?!...

E S.S. sabe que se não foi eleito deve-o a não se conhecer bem, a ter interpretado mal o nosso sincero e leal procedimento. Suppoz que precisávamos dos votos de seus parciaes, empavezou-se, suppoz-se indispensável e começou por deitar importância. Depois disto, veio uma outra circunstancia que concorreu para alterarmos o nosso plano. O Sr. Brigagão e os seus co-religionarios declarando não votarem nos demais candidatos da chapa liberal sonharam uma liga com conservadores e pretenderam fazer descer o presidente da Republica francana, à cadeira de presidente da Câmara municipal.

Assim obrigou-nos a excluil-o da chapa a ultima hora, deixando reduzido aos 20 votos que pode obter.

[...] Intolerante nós, que ainda na ultima eleição para deputados provinciaes, ao passo que seus parciaes estavam votando no candidato conservador, auxiliávamos lealmente a eleição do seu candidato republicano?![...]

Intolerante nós que sem podermos obter um só voto republicano para o candidato liberal, quer no primeiro, quer no segundo escrutínio, conseguimos votos liberaes não só para o republicano, como para o candidato ultramontano?<sup>87</sup>

Através desse artigo pode-se apreender como eram construídas as alianças políticas envolvendo os republicanos no município de Franca. Os republicanos procuravam construir alianças com os partidos com o intuito de alcançar participação na vida política do município. No caso do referido artigo, o republicano Francisco Lucas Brigagão procurou num primeiro momento ser incluso na chapa liberal com o fim de eleger-se vereador com os votos dessa chapa. Na medida em que foi excluído da chapa liberal por divergências entre seus correligionários e os liberais, procurou uma aproximação com os conservadores visto que seu eleitorado republicano não tinha força política suficiente para lhe garantir a vitória nas urnas.

Esse episódio que marcou a política local já havia sido presenciado nas eleições para deputados provinciais em São Paulo. Segundo Debes, nas eleições de 1876 “[...] o Partido

<sup>86</sup> **A Província de São Paulo**, 14 jan. 1882. (grifo do autor).

<sup>87</sup> **O Nono Districto**, 24 jun. 1882, p. 2.

Liberal dando curso a uma pratica por ele instituída, procedera à eleição prévia para escolha de seus candidatos”, nos quais entre eles figurava o chefe do Partido Republicano Paulista Américo Brasiliense. Apesar de ser incluso na chapa Liberal Brasiliense, manteve-se fiel aos seus princípios, asseverando que “[...] nas questões políticas estarei onde o programa do meu partido me indicar que esteja discutindo e votando. Em todas as outras questões me colocarei ao lado daqueles que se interessarem nobremente pelo progresso de nossa terra”.<sup>88</sup>

Boehrer também demonstra que no Rio de Janeiro essa prática era comum: em 1884 os republicanos chegaram a ter cinco representantes na Assembléia Provincial, fato este que poderia demonstrar a força e o crescimento do partido no Rio de Janeiro, “[...] se os membros da Assembléia (não fossem) republicanos apenas no nome, (pois) na verdade haviam concorrido na chapa liberal.”<sup>89</sup>

Em artigo do dia 20/09/1884, *O Nono Districto* criticava a imparcialidade e a incoerência política da câmara municipal de Franca composta de conservadores e do republicano Francisco Lucas Brigagão. No entanto, o artigo também demonstra a “incoherencia suprema” do republicano, colocando-se contrário às votações do PRP na Assembléia provincial.

Quem analysar o procedimento da câmara sob a mais rigorosa imparcialidade conver-se-há de que essa corporação não pratica o acto mais comezinho sem uma causa política e um fim igualmente político.

Manifestação aos deputados paulistas que votaram contra o projeto Dantas (projeto liberal); representação contra o juiz municipal (liberal); representação contra o imposto de 3\$00 sobre os escravos da lavoura (lei que obteve felicitações de toda a imprensa e da Sociedade central de Imigração); representação contra o collecter e o agente do correio (liberaes) por ter mudado suas repartições do edificio do Fórum para as casas de suas redidencias; representação contra tudo que não é essencialmente conservador e escravocrata.

Entretanto – incoherencia suprema! – um dos vereadores é republicano e acompanha sem restrições os seus companheiros, esquecendo-se ou ignorando que o imposto de 3\$ sobre os escravos da lavoura é uma lei cujo projecto foi apresentado pela bancada republicana e votado por todos os deputados republicanos; esquece-se e ignora que os republicanos da corte votarão em dezembro, no 2º escrutínio nos candidatos que apoiarem os projecto Dantas e que os republicanos paulistas farão o mesmo, se n’elles pulsarem corações de escravocratas.<sup>90</sup>

Além das alianças político-eleitorais envolvendo os partidos políticos a nível provincial e também municipal, é possível avaliar as relações que os republicanos do PRP estabeleceram ou tentaram estabelecer com a elite política e dirigente de Franca. O debate

<sup>88</sup> DEBES, C.S. **O Partido Republicano de São Paulo na propaganda (1872-1889)**. São Paulo: [s. n.], 1975. p. 83.

<sup>89</sup> BOEHRER, G.C.A. **Da Monarquia á República: história do Partido Republicano no Brasil (1870 – 1889)**. Rio de Janeiro: MEC, [195-?]. p. 68.

<sup>90</sup> **O Nono Districto**, 20 set. 11884, p. 1.

travado entre o republicano Martinho Prado Junior e o chefe do partido liberal local, Francisco Barbosa Lima envolvendo o traçado da Mogiana corrobora para esse tipo de análise, além de direcionar de uma maneira implícita as experiências de República no município de Franca.

Apesar desse debate já ter merecido seu devido espaço pela historiografia local, o intuito é de discutir como suas conseqüências redefiniu não só a relação política entre a elite política e dirigente de Franca com os republicanos provinciais em um determinado momento que acima de tudo envolvia os interesses da municipalidade, mas também a própria experiência de República em Franca.

Segundo Rogério Naques Faleiros, a partir do momento em que fora concretizada as garantias de juros paulista e mineira

[...] o traçado mais provável (da Mogiana) iniciando –se as obras por Casa Branca seria o que os cronistas da época chamavam de ‘caminho natural da Mogiana’: São Simão, Cajuru, Matto Grosso dos Batatais (Altinópolis), Batatais e Franca, atravessando o Rio Grande no Porto da Espinha ou Ponte Alta, ambos nas proximidades de Santa Rita do Paraizo (atual Igarapava), seguindo rumo a Uberaba, ponto de destino em contrato. Ainda, segundo este ‘caminho’ Ribeirão Preto seria um subramal que se ligaria à linha tronco através de São Simão.<sup>91</sup>

Faleiros assevera a existência do que ele denominou de “provincail marketing” no qual as províncias de Minas Gerais, Goiás, Mato-Grosso e Pará apresentavam suas “[..] benesses naturais e as possibilidades comerciais” para atrair a ferrovia:

Patrocínio. Município de máxima importância, oferecerá a Mogyana grandes lucros como importador e exportador. Ricas pastagens e férteis e extensas matas provam que a sua industria pastoril e agrícola será sólida e perene garantia da Mogyana pelo Jaguará [...].<sup>92</sup>

Portanto, o que estava em jogo era a “acirrada disputa entre municípios”. Essa disputa, no entanto ficava mais acirrada, já que a “[...]lógica que presidia a definição dos traçados de uma ferrovia ligava-se a vários aspectos políticos e econômicos.”<sup>93</sup>

Dessa forma, a partir de 1882, Martinho Prado Júnior lança no jornal *A Província de São Paulo* uma série de artigos defendendo a mudança do traçado da ferrovia que segundo o próprio Martinho Prado “[...] deveria sair de Casa Branca, passando por São Simão e

<sup>91</sup> FALEIROS, R.N. **Homens do café**: Franca 1880-1920. 2002. 224 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, SP. 2002. p. 51

<sup>92</sup> **O Nono Distrito**, 26 jan. 1884, p. 2.

<sup>93</sup> TOSI, P.G.; FALEIROS, R. N. Nas fronteiras do capitalismo: a Mogiana e os (dês)caminhos da expansão ferroviária. **Lócus**: Revista de História, Juiz de Fora, v. 06, n. 2, p. 117, 2000.

Ribeirão Preto tendo Uberaba como destino, sendo o Porto de São Fidelis o ponto de travessia do Rio Grande, deixando cidades como Batatais, Franca e Sacramento muito à direita da linha tronco.”<sup>94</sup>

Curioso, é que segundo Faleiros, a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação, na segunda metade de 1882 “[...] decidiu tornar aquilo que seria um subramal no mais novo prolongamento da linha principal [confirmando] a vitória das potencialidades de Ribeirão Preto sobre as de outros municípios – tendo Martinico Prado como principal porta-voz.”<sup>95</sup>

No entanto, só depois que a Mogiana confirma a passagem por Ribeirão Preto<sup>96</sup> é que Martinho Prado volta atrás defendendo os trilhos da “linha férrea (deveria) tocar em Franca por toda forma”:

Sendo a alliança dos interesses commerciaes e administrativos a será preocupação da lei que autorisou o prolongamento da Mogyana, deve o seu traçado ser o seguinte:

Sahindo do Ribeirão Preto, atravessa o Rio Pardo nas proximidades do Porto do Venâncio, e prosseguindo d’ahi, deixando Batataes à direita, ir a Franca... Esta direcção, embora atravessasse regiões que não se prestam a cultura do café, serve para a grande importação de sal, e daria sahida fácil a produção de toucinho, queijo e gado que cria-se n’essa região em grande escala. A direcção mais recta, de terrenos mais planos, e servindo núcleos de população maior, de R. Preto a Franca, é deixando Batataes a direita. Convém, porém, a linha férrea tocar na Franca por toda forma [...]

Da Franca deve procurar o Rio Grande a esquerda, aproveytando este traçado o Carmo e Santa Rita (Ituverava e Igarapava) collocando todo o commercio do triangulo mineiro a maior proximidade dos mercados. O seu ponto de passagem no Rio Grande será no Anhanguera (Espinha) ou outro qualquer, mais conveniente. Fora d’este traçado, por nós observado, e attendendo as mais minuciosas informações não conhecemos outro que melhor possa conciliar os interesses da companhia com o publico.<sup>97</sup>

Dentro desse debate que envolve os interesses de Franca, *O Nono Districto* por intermédio dos seus redatores e colaboradores imprimiu uma defesa eficiente, conclamando a passagem dos trilhos para o município ao mesmo tempo em que criticava a postura tomada por Martinho Prado Júnior, tanto nos quatro primeiros artigos publicados no jornal

---

<sup>94</sup> FALEIROS, R.N. **Homens do café**: Franca 1880-1920. 2002. 224 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, SP. 2002. p. 52.

<sup>95</sup> Ibid.

<sup>96</sup> Ainda segundo Faleiros e Tosi, o que interessava a Martinho Prado Júnior era a passagem dos trilhos da Mogiana pelo município de Ribeirão Preto, no qual desde o fim da década de 1870 já havia mandado realizar estudos que comprovaram as potencialidades da região como grande produtora de café. Logo depois de efetuada a pesquisa Martinho Prado adquiriu sua primeira fazenda em Ribeirão Preto (“Albertina”) e em 1885 comprou uma fazenda ainda maior, “Guatapará”. Dessa forma “[...] a ferrovia traria uma dinâmica muito mais intensa, transformaria o caráter da produção e caracterizaria de uma forma totalmente nova a vida no nordeste paulista.” TOSI; FALEIROS, op. cit., p. 118.

<sup>97</sup> *O Nono Districto*, 17 dez. 1882, p. 1. (destaque do autor).

*A Província de São Paulo*, em que o mesmo não defendia a passagem dos trilhos a Franca, quanto no quinto e nos sexto artigos, em que o político republicano por intermédio da sua “Contradição mais flagrante” passa a defender a passagem dos trilhos a cidade.

*O Nono Districto* lançou uma série de artigos defendendo a passagem dos trilhos para o município, ao mesmo tempo em que criticava a postura tomada por Martinho Prado Júnior, a saber: 30/07/1882; 06/08/1882; 05/11/1882; 12/11/1882; 19/11/1882; 26/11/1882; 03/12/1882; 10/12/1882; 17/12/1882; 24/12/1882; 31/12/1882. Contudo, dentro da proposta inicial desse capítulo, os dois artigos abaixo apontam claramente como se deu às relações da elite dirigente francana com o republicano Martinho Prado Júnior.

O Sr. Martinho Prado Junior antes de ser eleito, isto é em 7 de novembro de 1881, dirigiu-nos uma carta onde se encontra o seguinte:

“Pelo resultado que vae apparecendo da eleição provincial me parece que serás eleito em primeiro escrutínio.

Agora desejo saber o seguinte: se entrares em 1º escrutínio, podes dar-me ahi na Franca alguma votação?

Nenhum outro candidato pode auxiliar-te em qualquer serviço a essas localidades, como eu; conheço as localidades, quero firmar influencia no centro, por isso envidarei todo o esforço de que poder dispor na Assembléia em prol dos interesses d’essa zona”.

Mais tarde S.S dirigiu-nos outra carta, onde se lê o seguinte:

“A futura Assembléia provincial, se eu for eleito, vai constar de 15 conservadores, 16 liberaes e 5 republicanos.

Aos republicanos vai caber as decisões de todas as questões, não se podendo decidir nada sem o seu concurso.

Elles far-se-hão valer o mais que for possível, e tanto mais que vão para lá três superiores aos outros partidos, que são Rangel Pestana, Prudente e Campos Salles.

Agora os que dizem que os republicanos nada valem, saberão se elles podem ou não derribar projectos, atrapalhar qualquer pretensão.

Manda-me dizer se podes ou não dar-me ahi algum apoio, certo de que os negócios da Franca hão de ser discutidos e votados na Assembléia pelos republicanos, conforme attitude do seu eleitorado liberal, em relação a mim, candidato republicano.<sup>98</sup>

Nesse artigo, além das já conhecidas alianças eleitorais que nesse caso envolveram os liberais locais e os republicanos, Martinho Prado Júnior compromete-se, no momento em que era candidato a uma vaga de deputado provincial pelo Nono Distrito eleitoral da província de São Paulo que “[...] os negócios da Franca hão de ser discutidos e votados na Assembléia pelos republicanos.”

Dessa forma, em troca de apoio político que nesse caso viria dos liberais liderados por Francisco Barbosa Lima, o candidato republicano asseverava seu comprometimento

---

<sup>98</sup> *O Nono Districto*, 6 ago. 1882, p. 2.

com “os negócios da Franca”; isso no ano de 1881, portanto antes da definição do traçado da Mogiana.

*O Nono Districto* termina o artigo criticando a “quebra” da promessa feita por Martinho Prado, alegando que seu interesse momentâneo foi almejar a vitória nas urnas:

Pois bem: o Sr. Martinho Prado teve o apoio que pedia, não por causa das ameaças que nos mandava, mas em consequência das promessas que nos fazia de auxiliarmos na Assembléia.

[...] Este procedimento do ilustre chefe ainda serve para demonstrar a sinceridade dos taes republicanos paulistas.

Sirva ao menos de lição para guiar no futuro os eleitores liberaes.

O Sr. Martinho Prado, negando-nos o seu concurso na Assembléia, como promettera, teve em vista um fim político.

Temos, pois, demonstrado que não somos contradictorio, ao mesmo passo que podíamos citar muitos factos para provar a incoherencia da *republica paulista*. Não o faremos porque eles estão no domínio publico.<sup>99</sup>

Quando Martinho Prado, a partir do V artigo da série advoga que “convém, porém, a linha férrea tocar em Franca por toda forma”, segundo a historiografia local, o político republicano estava interessado em vencer as eleições de 1884 para deputado geral pelo Nono Distrito. Diante disso, Martinho Prado esperava obter a sua segunda vitória, agora em âmbito eleitoral, já que a primeira o republicano já havia conseguido como porta-voz dos interesses de Ribeirão Preto na mudança do traçado da Mogiana.

Segundo Faleiros,

[...] este distrito (Nono Distrito) correspondia ao nordeste paulista, justamente a área preterida pela Mogiana ao decidir-se por Ribeirão Preto, e Martinico – um dos candidatos – tentava desesperadamente, a despeito dos outros artigos da série, defender um outro caminho para o prolongamento passando por Franca, a maior Freguesia desta região.<sup>100</sup>

Portanto, ao advogar a passagem dos trilhos pelo município de Franca, Martinho Prado Júnior, além de tentar uma vaga na Assembléia Geral pelo Nono Distrito, estava repetindo uma estratégia política que o mesmo havia efetuado três anos antes para o mesmo fim, que havia resultado em vitória eleitoral.

Essa estratégia utilizada pelo eminente republicano paulista foi duramente criticada pelos redatores e colaboradores do *Nono Districto*:

<sup>99</sup> *O Nono Districto*, 6 ago. 1882, p. 2.

<sup>100</sup> FALEIROS, R.N. *Homens do café: Franca 1880-1920*. 2002. 224 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, SP. 2002. p. 54.

Em que pese aos inimigos da Franca, breve teremos aqui a via-férrea.  
[...]  
Devem estar satisfeitos aquelles que propugnaram pela idéia, porque coroados vão ser os seus esforços.  
Gaspar da Silva, César Ribeiro, Barbosa Lima e Gomes da Silva são deste número: advogaram com calor o prolongamento da linha, a despeito mesmo dos sarcasmos de pessimistas como o Dr. Martinho Prado Junior, que qualificava de disparatada semelhante aspiração.  
Infenso ao traçado, fazia-lhe guerra sem tréguas nem mysterio.  
Entretanto passa a lei garantindo juro a companhia, e certo de que a Franca não será prejudicada, é o primeiro a vir à imprensa, mostrando-se interessadíssimo pelo commettimento da companhia.  
É o caso de dizer-se: quem não o conhece que o compre.  
Quer passar aos olhos dos francanos como um dos advogados do traçado; eles, porém, é que dispensam tão officioso bemfeitor.  
Não estão na memória de todos os seus escriptos e as suas palavras até em conferencias publicas?  
O Sr. Martinico forma um péssimo juízo dos francanos.  
Acostumados a tratar com os seus correligionários d'aqui, que, salvas poucas e honrosas excepções, não vêem dous dêdos diante do nariz, pensa que todos são beocios.  
Engano: nem todos os francanos comem corujas, nem todos aceitam a rançosa pomada que quer impingir-lhes.  
[...]  
Pode, portanto, o futuro candidato ir a outra freguezia vender sua pomada, por quanto, se aqui tivermos, como havemos de ter, a estrada de ferro, não lhe devemos por isso a menor gratidão: foi advogado contrario.<sup>101</sup>

As críticas efetuadas pelo jornal *Nono Districto*, somadas a “contradição” de Martinho Prado Júnior em relação ao traçado da Mogiana – já que o político republicano só passou a defender os trilhos para o município de Franca quando a Companhia Mogiana havia garantido que a ferrovia chegaria a Ribeirão Preto, e no momento em que se aproximava o pleito eleitoral – foi extremamente prejudicial a Martinho Prado nas eleições de deputado geral para o Nono Distrito.

Na comarca de Franca, Martinho Prado Júnior ficou em último lugar com apenas 27 votos, sendo que em Franca obteve apenas 3 votos. A pouca expressividade conseguida por Martinho Prado Júnior no pleito eleitoral realizado principalmente no município de Franca pode ser levada em consideração quando se procura questionar sobre as maneiras pelas quais estavam sendo direcionadas não só a propaganda republicana no município, mas também as próprias experiências de República.

Nesse caso especificamente prevaleceu o interesse do município em detrimento de qualquer “ideal” de República ou mesmo do projeto político implementado pelo PRP que pudesse estar vinculado a vitória do candidato republicano, pois a vitória eleitoral para os republicanos paulistas significava uma oportunidade de atuação dentro da Assembléia

---

<sup>101</sup> *O Nono Districto*, 5 nov. 1882, p. 3.

Provincial que lhes facultava possibilidades mais claras de ação política, incluindo nesse caso, a busca do regime republicano.

### **1.3 Elite dirigente de Franca e a República**

Para a compreensão do desenvolvimento do republicanismo e da sua relação com os partidos monárquicos, faz-se necessário caracterizar a vida política local na última década do Império, identificando o tipo de “terreno” em que crescia a propaganda republicana em Franca e as experiências de República suscitadas através dos embates políticos dos grupos constituídos no interior do poder local em um momento de crise das instituições monárquicas. Além disso, será traçado o perfil político dos vereadores francanos nesse período de crise das instituições imperiais com o intuito de tentarmos aparar algumas arestas deixadas pela historiografia local.

Antes de entrarmos diretamente ao assunto, gostaríamos de explicar algumas questões. A primeira delas consiste nos métodos utilizados para alcançar o perfil socioeconômico dos vereadores. Para tal tarefa foi lançada mão de dois tipos de informações: as Atas da Câmara Municipal de Franca e os Inventários dos respectivos vereadores.

As Atas da Câmara Municipal serviram de referencial para chegar às conclusões acerca da ocupação dos vereadores, visto que no dia da apuração dos votos dos indivíduos que concorriam no pleito eleitoral, além da quantidade dos votos também eram divulgados, na sua grande maioria, a ocupação ou profissão dos vereadores naquele momento.

Com essas informações preliminares em mãos recorreu-se aos Inventários cruzando as informações, chegando-se aos resultados acima mencionados. Importante destacar que na sua grande maioria as informações contidas nas Atas da Câmara conferiam aquilo que estava presente nos Inventários.

Com relação à filiação partidária utilizamos os dados das Atas de Qualificação Eleitoral e informações fornecidas pelo jornal *O Nono Districto* cruzando com os dados apresentados por Egle Roberto Menezes de Melo e percebemos que todos os dados estavam corretos, com exceção do indivíduo Antonio de Andrade Lobo Bastos que na lista de Melo aparece como Conservador e na nossa como Liberal.

**Tabela 3 - Filiação partidária e distribuição ocupacional dos vereadores francanos**

<i>Nome</i>	<i>Legislatura</i>	<i>Partido</i>	<b>Profissão</b>
Frederico N. Moura	1880-1882	Liberal	Advogado
Antonio S. Barbosa	1880-1882	Liberal	Agricultor
Antonio Jacob Ferreira	1880-1882	Liberal	Agricultor
Vigilato de Paula Marques	1880-1882	Liberal	Negociante e Agricultor
Joaquim G. Andrade	1880-1882	Liberal	Agricultor
Joaquim A. Nascimento	1880-1882	Liberal	Agricultor e Negociante
João Evangelista Fonseca	1880-1882	Liberal	-----
José Gomes de Faria Gaia	1880-1882	Liberal	Negociante
Vicente Nunes Ferreira	1880-1882	Liberal	Agricultor

**Fonte:** Adaptado de MELO, E.R.M. **O coronelismo francano:** a consolidação da hegemonia (1880 – 1914). 1995. 127 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho, Franca, 1995. p. 70-71; Inventários do 1º e 2º ofício de Franca; Atas da Câmara Municipal de Franca.

De acordo com o quadro acima, no início da década de 1880, os Liberais tiveram o pleno domínio da política, conseguindo unanimidade na Câmara apesar da sua inferioridade numérica em relação aos Conservadores. O crescimento do Partido coincidiu com a inauguração da primeira loja maçônica, “Amor e Segredo”, instalada na cidade e dirigida pelo Venerável e um dos chefes do Partido Liberal, Antônio Barbosa Lima. Segundo Reis, a grande maioria de seus integrantes pertencia ou estavam ligados ao Partido Liberal: Francisco Barbosa Lima, Ignácio Barbosa Lima, Francisco Garcia Duarte, Joaquim Galdino Gomes da Silva, Antonio de Andrade Lobo Bastos, Antônio Sebastião Barbosa, Norberto Frago, Francisco Martins Ferreira Costa, Antonio Canuto de Azevedo e Antonio Vicente Monteiro.<sup>102</sup> A única exceção nessa lista era a presença do republicano Francisco Lucas Brigagão. Também é importante ressaltar que os Liberais francanos tiveram seu representante no quadro de deputados provinciais, o que atesta a importância do partido no Nono Distrito eleitoral<sup>103</sup> e particularmente no município de Franca; em fevereiro de 1882 Francisco

<sup>102</sup> TAVARES, M.R. **Entre a cruz e o esquadro:** o debate entre a Igreja Católica e a Maçonaria na imprensa francana (1882-1901). 2007. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2007. p. 84.

<sup>103</sup> Segundo Naldi “[...] constituíam o antigo Nono Distrito eleitoral de São Paulo os seguintes colégios eleitorais: Casa Branca, São Simão, Ribeirão Preto, Batataes, Franca, Carmo (Ituverava), Santa Rita do Paraíso (Igarapava), Patrocínio do Sapucaí, Espírito Santo de Batataes, Mato Grosso de Batataes, Cuscuzeiro, Sant’Anna dos Olhos d’Água, Cajurú, São José do Rio Pardo, Mococa, Caconde, Santo Antonio da Rifaina, Sapecado, Espírito Santo do Pinhal, São João da Boa Vista.” NALDI, M. R.G. **Coronelismo e poder local:** Franca 1850-1889. Franca: Ed. Unesp/Franca, 1992. p. 63.

Barbosa Lima tomava posse de sua cadeira da Câmara provincial.<sup>104</sup>

O domínio dos liberais na política local no início da década de 1880 suscitou uma reformulação dos quadros dirigentes do Partido Conservador, que ficou a cargo de Estevão Leão Bourroul:

A primeira condição para organização do partido conservador francano, é uma assembléia geral do eleitorado da comarca a qual compareçam os partidários residentes na cidade e nas diversas paróquias dos dois municípios.  
As resoluções que se tomarem só terão valor indiscutível autoridade incontestada, se forem tomadas por todo eleitorado reunido [...]  
Tratando-se da eleição de um diretório central, que assuma a chefia do partido, compreende-se que todo e qualquer eleitor deve ser ouvido.  
O diretório central composto por maioria absoluta de votos e escrutínio secreto, compor-se-a de tantos membros quanto julgar conveniente o eleitorado.  
Constituído o diretório, estará ipso facto constituída a chefia do partido [...].  
O chefe do partido, neste caso, não será nem este, nem aquele cidadão. Será o diretório central e permanente.<sup>105</sup>

Ao contrário do que Melo assevera, a reformulação do Partido Conservador de Franca idealizada por Bourroul guarda algumas especificidades que o distanciam do que até então era a regra dos partidos monárquicos: “estruturados em chefes vitalícios” que comandavam os partidos de cima para baixo, centralizando decisões e os meios de ação política.

Estevão Leão Bourroul procurou por intermédio de um diretório central, abranger todo o “eleitorado da comarca” que por sua vez teria a responsabilidade de eleger, via sufrágio eleitoral “secreto” a composição do mesmo diretório. Nesse sentido Bourroul procurou imprimir um conjunto de regras para os indivíduos que almejassem participar do diretório central do partido conservador, visando tanto à homogeneidade, quanto à coesão de idéias, contemplando “[...] os nomes dos que por suas relações pessoais, serviços e inteligência são uma garantia para a ordem e disciplina do partido conservador francano”,<sup>106</sup> qualificando e selecionando os indivíduos que por ventura quisessem fazer parte do diretório central do partido.

Apesar de propugnar pela mudança da estrutura partidária, Bourroul procurou conservar os princípios do partido ao defender a união entre Igreja e Estado, reprimindo energicamente a “propaganda abolicionista, como essencialmente revolucionária.”<sup>107</sup> Melo complementa sua argumentação asseverando que na organização partidária proposta por

---

<sup>104</sup> **O Nono Districto**, 15 fev. 1882, p. 3.

<sup>105</sup> apud MELO, E.R.M. **O coronelismo francano**: a consolidação da hegemonia (1880 – 1914). 1995. 127 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 1995. p. 60.

<sup>106</sup> apud *Ibid.*, p. 60.

<sup>107</sup> *Ibid.*, p. 61.

Bourroul, o mesmo empenhou-se “na defesa dos interesses das classes proprietárias”, classes, estas, “[...] que encontraram em Bourroul o intelectual capaz de formular respostas aos problemas colocados pelas mudanças no fim do Império”.<sup>108</sup>

No entanto, essa constatação formulada por Melo de que Bourroul agia “na defesa dos interesses das classes proprietárias” provêm do trabalho de Mildred Gonçalves Naldi, *Coronelismo e Poder Local em Franca: 1850-1889*.

No caso de Franca, procuramos analisar detidamente a participação de um Coronel “in loco”; visto que essa participação tornou-se muito significativa, na medida em que a “reciprocidade de interesses e favores” passa a ser mais visível através da atuação do Coronel José Garcia Duarte, o Barão da Franca, na vida política local, como vereador, Presidente da Câmara, Delegado de Polícia e outras atribuições de caráter político-administrativo.

No entanto, pelo fato de não ter tido “grau de escolaridade” que pudesse habilitá-lo devidamente a funções político-administrativas, usou de seu porta-voz, como intelectual orgânico, o Dr. Estevão Leão Bourroul.

A atividade do intelectual orgânico corresponde a sua ação entre intelectuais como categoria orgânica de cada grupo. O que importa considerar no papel do intelectual orgânico é sobretudo sua função, que é diretiva e organizativa, isto é, educativa e intelectual. Observemos, no desenrolar de nossas considerações, que, se o Coronel usou o intelectual para se projetar em nível local e se contactar em nível provincial com outras lideranças, Bacharel também dele se beneficia.<sup>109</sup>

O intuito não é descaracterizar a análise empreendida por Naldi. No entanto, a relação do Coronel José Garcia Duarte com o Bacharel Estevão Leão Bourroul nem sempre foi de reciprocidade, ou de apoio mútuo no campo da política. Isso porque Bourroul tentava em 1883, sua reeleição como deputado provincial pelo Nono Distrito eleitoral. Na *Secção Livre* do jornal *Nono Districto* é divulgado um abaixo assinado dos eleitores francanos prestando apoio ao candidato da União Conservadora Antonio Luiz Pereira da Cunha, residente no município de Casa Branca. Como consta no abaixo assinado, a primeira assinatura era do Coronel José Garcia Duarte.

Nos abaixo assinado, eleitores d’esta comarca, apresentamos como nosso legitimo candidato por este Districto à Assembléia Provincial, nas próximas eleições, o Doutor Antonio Luiz pereira da Cunha, a quem protestamos nosso apoio e coadjuvação:

1. Tenente Coronel José Garcia Duarte<sup>110</sup>.

---

<sup>108</sup> MELO, E.R.M. **O coronelismo francano**: a consolidação da hegemonia (1880 – 1914). 1995. 127 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 1995. p. 62.

<sup>109</sup> NALDI, M. R.G. **Coronelismo e poder local**: Franca 1850-1889. Franca: Ed. Unesp/Franca, 1992. p. 18-19.

<sup>110</sup> **O Nono Districto**, 1 jul. 1883, p. 3. (grifo nosso)

*O Nono Districto* no dia 22/071883 ironizava a candidatura de Bourroul reforçando o apoio dos chefes conservadores locais ao candidato Antonio Luiz Pereira da Cunha:

[...] Segundo se depreende nas adesões ao candidatura do Sr. Pereira da Cunha, só uma fracção insignificantissima do partido conservador da Franca (fracção que obedece ao ódio pessoal de um individuo) pode apioar a candidatura illegítima e barlesca do sr. Bourroul.

Os chefes, os homens de prestigio como o Tenente-Coronel Garcia Duarte e o sr. Miguel Gomes de Oliveira, sustentam, como devem, a candidatura do sr. Pereira da Cunha, que, na ultima eleição, o sr. Bourroul, servindo de instrumento do partido liberal, derrotou.

Quanto ao apoio liberal que o sr. Bourroul conta em diversos municípios, diremos que pessoa fidedignas nos hão informado de que o *católico municipalista*(?) nem um voto alcançara em Casa Branca, S. Simão e Ribeirão Preto. Pois o partido liberal não tem candidato digno?<sup>111</sup>

Ao que parece o apoio dado pelos conservadores francanos ao candidato da União Conservadora Antônio Luiz Pereira da Cunha foi fundamental para sua vitória na comarca de Franca. No caso de Bourroul, o resultado foi totalmente o inverso, pois a falta de apoio político resultou na derrota das urnas.

**Tabela 4 - Resultado da eleição para deputado provincial pelo 9º Districto de São Paulo – Comarca de Franca**

<b>Franca</b>
<b><i>Candidatos</i></b>
Dr. Antonio L. Pereira da Cunha – 63 votos
Dr. João R. da Silveira – 38 votos
Dr. Estevão Leão Bourroul – 27 votos
Dr. Martinho Prado Junior – 6 votos
Dr. M. B. da Cruz Tamandaré - 1 votos
Em branco (cédulas) – 1 voto
<b>Sapucahy</b>
<b><i>Candidatos</i></b>
Dr. Antonio L. Pereira da Cunha – 25 votos
Dr. João R. da Silveira – 3 votos

<sup>111</sup> *O Nono Districto*, 22 jul. 1883, p. 3.

---

**Santa Rita do Paraíso*****Candidatos***

Dr. A. G. dos Santos Lopes – 27 votos

Dr. Martinho Prado Junior – 22 votos

Dr. Antonio L. Pereira da Cunha – 11 votos

Dr. Estevão Leão Bourroul – 6 votos

**Batataes*****Candidatos***

Dr. A. L. Pereira da Cunha – 45 votos

Dr. José Feliciano F. da Rosa – 39 votos

Dr. M. B. da Cruz Tamandaré – 18 votos

**Espírito Santo*****Candidatos***

Dr. José Feliciano F. da Rosa – 10 votos

Dr. M. B. da Cruz Tamandaré – 10 votos

---

Fonte: *O Nono Districto*, 20 out. 1883, p. 3.

No entanto a vitória do candidato Antonio Luiz Pereira da Cunha não se deu apenas na Comarca de Franca; o resultado final apontava a vitória em 1º escrutínio do candidato da União Conservadora por todo o Nono Distrito eleitoral com um total de 311 votos. Estevão Leão Bourroul conseguiu apenas 51 votos que não foram suficientes para levá-lo a disputa do 2º escrutínio.<sup>112</sup>

A derrota de Bourroul no pleito eleitoral leva a outro questionamento: se como afirma Naldi “[...] o Coronel (usava) o intelectual para se projetar em nível local e se contactar em nível provincial com outras lideranças” a vitória no pleito eleitoral garantiria presença de Bourroul na Assembléia provincial paulista, no qual o Coronel José Garcia Duarte com certeza teria a projeção desejada por intermédio de Estevão Leão Bourroul. Curiosamente *O Nono Districto* apresentou a quantia paga aos deputados provinciais constatando que coube a Estevão Leão Bourroul a maior quantia: 1.116\$320.<sup>113</sup>

É importante ressaltar que a relação entre o Coronel José Garcia Duarte e Estevão Leão Bourroul empreendida por Naldi não fica desqualificada, mas essa relação em

---

<sup>112</sup> *O Nono Districto*, 27 abr. 1883, p. 3.

<sup>113</sup> *O Nono Districto*, 8 abr. 1883, p. 1.

determinados momentos sofreu pequenas rupturas, que talvez fugissem ao controle de ambos. É difícil saber os motivos que levaram o Coronel José Garcia Duarte a apoiar o Dr. Antonio Luiz Pereira da Cunha, mas essas razões podem advir do âmbito estritamente político, já que Pereira da Cunha era candidato “oficial” da União Conservadora, cujo chefe era nada menos que o Conselheiro Antonio Prado.

Talvez a fidelidade partidária a União Conservadora e a Antônio Prado justificasse o apoio do Coronel José Garcia Duarte, já que mesmo Bourroul sendo candidato Conservador não contava com o apoio “oficial” do partido, visto que na últimas eleições, segundo o jornal *Nono Districto*, Bourroul havia sido eleito com votos liberais, e esperava que na tentativa de reeleger-se deputado essa mesma estratégia política funcionasse novamente.<sup>114</sup>

O artigo abaixo ajuda compreender a influência de Antônio Prado junto do partido conservador de Franca liderado pelo coronel José Garcia Duarte. O artigo também atesta a divisão do partido conservador em dois grupos: o primeiro, grupo Duarte, liderado pelo coronel José Garcia, e o segundo, grupo Miguel, liderado pelo advogado Miguel Gomes d’Almeida.

As próximas eleições de deputados geraes vão decidir qual dos dous chefes conservadores dispõe de maior influencia no partido: se o sr. tenente-coronel José Garcia Duarte ou o advogado Miguel Gomes d’Oliveira.  
O sr. dr. Delfino Cintra apoiado pelo grupo Duarte, que queimará o ultimo cartucho pelo candidato da União (Conservadora) tem todas as probabilidades de trinphar por que trabalham por eles os srs ultramontanos Bourroul e José Theodoro.  
O sr. dr. João Mendes Filho tem por si só o grupo Miguel, bem diminuto na verdade, mas igualmente resolvido em sustentar lucta eleitoral com toda a energia.<sup>115</sup>

Se no caso da eleição de Bourroul a falta de apoio do grupo liderado por José Garcia Duarte custou-lhe a vitória no pleito eleitoral, o desfecho da eleição acima mencionada ratificou a força do coronel Duarte em detrimento do grupo liderado por Miguel Gomes d’Almeida. Isso posto devido à vitória do candidato da União Conservadora Delfino Cintra na Comarca de Franca apoiado pelo grupo Duarte.

---

<sup>114</sup> Em 1904 no jornal *Tribuna da Franca* Estevão Leão Bourroul escreve uma nota sobre essa eleição esclarecendo que a União Conservadora havia organizado suas listas e o seu nome havia sido excluído do *Nono Districto* e “combatido com vehemencia”. Segundo Bourroul, “[...] fui combatido (franca e lealmente) pela maioria do partido addito a União Conservadora” e pelos chefes conservadores locais entre os quais “[...] os srs José Garcia Duarte, Joaquim Augusto Ferreira Alves, Miguel Gomes de Oliveira, José Antonio de Lima, Virgilio Gomes Guimarães.” **Tribuna da Franca**, 13/01/1904, p. 02.

<sup>115</sup> **O Nono Districto**, 3 maio 1884, p. 3.

**Tabela 5 - Filiação partidária e distribuição ocupacional dos vereadores francanos**

<i>Nome</i>	<i>Legislatura</i>	<i>Partido</i>	<b>Profissão</b>
Álvaro Lima G. Junior	1883-1886	Conservador	Agricultor e Negociante
Antonio Flávio de Castro	1883-1886	Conservador	Agricultor
José Emygídio Figueiredo*	1883-1886	Conservador	
José Carlos Vilhena**	1883-1886	Conservador	Agricultor
José Garcia Duarte	1883-1886	Conservador	Agricultor
José Rodrigues Costa	1883-1886	Conservador	Agricultor
Thomaz José da Mota	1883-1886	Conservador	Agricultor
Moysés Antonio Prado***	1883-1886	Conservador	Negociante
Francisco Lucas Brigagão	1883-1886	Republicano	Negociante

**Fonte:** Adaptado de MELO, E.R.M. **O coronelismo francano:** a consolidação da hegemonia (1880 – 1914). 1995. 127 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 1995. p. 70-71; Inventários do 1º e 2º ofício de Franca; Atas da Câmara Municipal de Franca.

\*Pela pesquisa que fizemos nas Atas da Câmara Municipal, o cidadão José E. Figueiredo substituiu o vereador Joaquim Alves Faleiros, provavelmente no ano de 1884.

\*\* José Carlos de Vilhena substituiu o vereador José Antonio de Lima. Fonte: Atas da Câmara Municipal de Franca, 14 abr. 1883, folha 85.

\*\*\* Moysés Antonio do Prado substituiu o vereador José Teodoro de Melo. Fonte: Atas da Câmara Municipal de Franca, 5 abr. 1886, folha 28.

A julgar pela legislatura 1883-1886, a primeira impressão é a de que as mudanças de Bourroul devolveram a hegemonia ao partido Conservador, visto que o mesmo conseguiu a maioria absoluta na câmara. Além da reestruturação do partido implementada por Bourroul, os conservadores contavam com personalidades influentes no município, caso do Padre Candido Martins da Silveira Rosa e do Coronel José Garcia Duarte que conseguiram estabelecer relações de poder que tinham um misto de influências pessoais, arraigadas pelo personalismo, que juntos com Bourroul constituiram “[...] os personagens mais destacados na tessitura conservadora na cidade.”<sup>116</sup> Contudo acrescentaríamos nessa lista o Juiz de Direito de Franca, Dr. Joaquim Augusto Ferreira Alves que ao longo de sua trajetória no município, sempre esteve ao lado dos interesses dessa “hegemonia conservadora”, cujas principais características que os colocavam no mesmo lado na política local era a defesa da monarquia e da escravidão, “[...] adeptos de uma moral eclesiástica também conservadora [mas que] foram homens que, em seu tempo, tornaram-se os protagonistas de uma primeira onda de modernização.”<sup>117</sup>

<sup>116</sup> TOSI, P.G. **Capitais no interior:** Franca e a historia da indústria coureiro-calçadista (1860-1945). Franca: Ed. Unesp/FHDSS, 2002. p. 59.

<sup>117</sup> Ibid.

Diante disso, para essa “hegemonia conservadora” a República não era bem vinda. Talvez esse fato esclareça melhor a questão: no dia 21 de abril de 1884, *O Nono Districto* lançou um número especial para a comemoração do aniversário de morte de Tiradentes, no qual várias personalidades do município tiveram a oportunidade de prestar suas homenagens, relatando a importância de Tiradentes nas páginas do jornal. Eis o que escreveu Estevão Leão Bourroul:

A Franca celebra hoje o aniversario do supplicio do Alferes de Cavallaria Joaquim José da Silva Xavier, alcunhado o Tiradentes.  
*Não é esta e nem pode ser uma festa republicana; é sim uma comemoração patriótica, essa homenagem prestada à memória do cabeça da mal denominada conspiração mineira.*<sup>118</sup>

A intenção de Bourroul era afastar qualquer relação entre a comemoração de Tiradentes com uma possível manifestação em prol do regime republicano no município, procurando assim impingir um caráter patriótico ao acontecimento.

No entanto, a desistência dos Liberais em disputar as eleições de 1883, contribui para que os Conservadores retomassem a hegemonia no município. Mas quais as razões que levaram os Liberais francanos a desistirem dos pleitos eleitorais?

No dia 24/06/1882 a Secção Livre do *Nono Districto* publica um comunicado, assinado pelos dois chefes do partido, Francisco Barbosa Lima e Frederico do Nascimento Moura, dirigindo-se “Ao eleitorado liberal do município de Franca”:

Os abaixo assignados aconselham aos seus co-religionarios do município da Franca, completa abstenção na próxima eleição da Câmara e Juizes de paz. Motivos de ordem política e que mais tarde farão os abaixo assignados chegar ao conhecimento dos seus co-religionários, levaram-nos assim proceder.<sup>119</sup>

Os “motivos de ordem política” a que se referiam os chefes liberais eram dados a conhecer no número seguinte do *Nono Districto*:

O actual gabinete não inspira confiança nem aos liberaes sertanejos!  
Desejando manifestar o desgosto que lhes causa a política do sr. Martinho Campos, os directores do partido liberal d’este município recommendaram aos seus correligionários a abstenção completa na eleição de vereadores e de juizes de paz. Devemos observar que o partido liberal elegeria, sem a mínima difficuldade, quatro vereadores, e elegeria cinco se fizesse esforço para isso.  
O liberal sincero sente-se, naturalmente triste e desanimado, em vista do procedimento do ministério, que não quer fazer reformas, que não tracta de cumprir

---

<sup>118</sup> *O Nono Districto*, 21 abr. 1884, p. 2. (grifo nosso).

<sup>119</sup> *O Nono Districto*, 24 jun. 1882, p. 3.

as promessas do partido, que falseia com impudência a nova lei eleitoral, mandando rasgar diplomas legítimos, que não admite discussão na câmara sobre o elemento servil, para que não se perturbe o bom sono dos fazendeiros, e que, finalmente, mantem-se pela tolerância vergonhosa dos adversários.

[...] Aplaudimos sinceramente o acto dos distintos cidadãos, que dirigem o partido liberal francano.

Mais uma vez provam que sabem resistir a paixão partidária, quando a dignidade o exige, mais uma vez provam que não são políticos interesseiros.<sup>120</sup>

Nesse comunicado, os chefes liberais francanos Francisco Barbosa Lima<sup>121</sup> e Frederico do Nascimento Moura apresentaram seus descontentamentos com o Gabinete Liberal, então no poder. Segundo os liberais francanos, seu congêneres partidário estava se afastando dos princípios defendidos pelo partido, principalmente pelo não cumprimento da nova lei eleitoral (Lei Saraiva) e pelo escamoteamento da discussão do “elemento servil” na Câmara.

As críticas dos chefes liberais francanos parecem traduzir o comportamento do partido ao longo do Império brasileiro. Nesse sentido, o partido liberal, às vezes que subiu ao poder procurou legitimar a “ordem sóciopolítico” imperial criada pelos conservadores, propondo aperfeiçoar os mecanismos de representação política, pois queriam ampliar as possibilidades de se assentarem no poder ao invés de revogar a ordem monárquica<sup>122</sup> fazendo valer a assertiva de que “não há nada mais parecido que um conservador do que um liberal no poder”. Cléa Sarmiento aponta que os momentos de alta estabilidade política dos gabinetes ministeriais aconteciam com a presença de políticos conservadores no poder. Em contrapartida, a autora observa que os momentos em que a estabilidade política apresenta índices mais baixos, os ministérios eram presididos por políticos liberais.<sup>123</sup>

Portanto, a maneira que os liberais francanos encontraram para protestar contra as atitudes do Partido Liberal foi abstenção das eleições municipais, fato este que demonstra que a elite dirigente do município de Franca estava atenta aos acontecimentos da política nacional e dessa forma conseguia tomar decisões que em alguns momentos os distanciavam até mesmo das imposições partidárias dominantes.

A última legislatura da Câmara Municipal de Franca merece algumas apreciações e considerações, cujos objetivos consistem, sobretudo, em inserir Franca nos momentos finais da crise das instituições imperiais. Nesse sentido, os vereadores que aparecem nessa primeira

---

<sup>120</sup> **O Nono Districto**, 2 jul. 1882, p. 1.

<sup>121</sup> Francisco Barbosa Lima deixa a liderança do partido liberal em agosto de 1883 na chefia de seu tio Antonio Barbosa Lima. **O Nono Districto**, 26 ago. 1883, p. 2.

<sup>122</sup> ALONSO, A. **Idéias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 69.

<sup>123</sup> SARMENTO, C. Estabilidade governamental e rotatividade de elites políticas no Brasil Imperial. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 150, 1986.

configuração política são os vencedores do pleito eleitoral ocorrido entre 10 de Julho e 23 de Agosto de 1886.

**Tabela 6 - Filiação partidária e distribuição ocupacional dos vereadores francanos**

<i>Nome</i>	<i>Legislatura</i>	<i>Partido</i>	<b>Profissão</b>
Antonio A. Lobo Bastos	1887-1889	Liberal	Agricultor e Negociante
Antonio Carlos Villena Jr.	1887-1889	Conservador	Agricultor
Antonio M. de Andrade Jr.	1887-1889	Conservador	Negociante
João Vilela Reis	1887-1889	Conservador	Agricultor
João Soares da Silva	1887-1889	Conservador	Agricultor
Joaquim Rodrigues Costa	1887-1889	Conservador	Agricultor
Firmiano O. Ferreira Braga	1887-1889	Conservador	Advogado
José Antonio de Lima	1887-1889	Conservador	Agrimensor
Antonio Sebastião Barbosa	1887-1889	Liberal	Agricultor

**Fonte:** Adaptado de MELO, E.R.M. **O coronelismo francano:** a consolidação da hegemonia (1880 – 1914). 1995. 127 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 1995. p. 70-71; Inventários do 1º e 2º ofício de Franca; Atas da Câmara Municipal de Franca.

Naquela oportunidade foram eleitos em 1º escrutínio os cidadãos Firminiano Octaviano Ferreira, 25 votos; Joaquim Rodrigues da Costa, 23 votos; Antonio de Andrade Lobo Bastos, 21 votos; João Vilela dos Reis 21 votos; Antonio Sebastião Barboza 21 votos. Os cidadãos Antonio Martins de Andrade Junior com 19 votos; José Antonio de Lima, 16 votos; Antonio Carlos de Vilhena Junior, 12 votos; Emilio Galvão de Miranda, 10 votos; João Soares da Silva, 7 votos; Luciano Vieira Santiago, 5 votos; Francisco Martins Ferreira Costa, 2 votos; Chispiniano Francisco Junqueira, 2 votos e Urbano Rodrigues Nogueira com apenas 1 voto, não atingiram o coeficiente eleitoral, e portanto, a necessidade do segundo escrutínio<sup>124</sup>. No segundo escrutínio foram eleitos respectivamente: Antônio Carlos de Vilhena, 46 votos; João Soares da Silva, 45 votos; Antônio Martins de Andrade Junior, 43 votos; José Antônio de Lima, 36 votos<sup>125</sup>.

No entanto, cruzando essas informações com os dados fornecidos por Egle Roberto Menezes de Melo, pode-se perceber uma “instabilidade” política para essa ultima legislatura, levando em consideração que dos nove vereadores eleitos apenas três – Antônio

<sup>124</sup> Livro de Atas da Câmara Municipal, 10 jul. 1886, f. 39.

<sup>125</sup> Livro de Atas da Câmara Municipal, 23 ago. 1886, f. 41.

de Andrade Lobo Bastos, Antônio Sebastião Barboza, ambos liberais, e o conservador José Antônio de Lima - terminaram o mandato, ou melhor, foram depostos pelo Governo Provisório que publicava decreto decidindo pela dissolução das câmaras, criando Conselhos de Intendência. Contudo, é difícil precisar as causas ou os motivos que levaram os vereadores francanos a passarem por tamanha rotatividade nos cargos num período relativamente curto: 12 indivíduos ocuparam seis vagas na câmara.

Segundo Naldi “[...] a participação política representava o poder e para tal existia sempre uma contrapartida” que beneficiava os ocupantes de cargos públicos:

1. isenção de taxas de impostos.
2. proteção especial da força policial.
3. considerações especiais, tais como: licenças, contratos, tec., essas concessões eram dadas principalmente aos produtores de café e profissionais liberais.
4. os grandes comerciantes (em geral aqueles que operavam no mercado por atacado) desfrutavam de grandes regalias.<sup>126</sup>

Porém o ano de 1887 marca a chegada da ferrovia em Franca fazendo com que

[...] os negócios com estradas de ferro e as transformações que estas proporcionaram, especialmente no caso da economia e da sociedade francana, estavam muito além da capacidade de imposição dos homens no sentido de serem eles os responsáveis pelas mudanças; estes adaptaram-se a elas.<sup>127</sup>

Talvez mesmo diante das benesses que a ocupação de um cargo público<sup>128</sup> proporcionava, muitos vereadores francanos naquele momento tenham optado por se dedicar aos seus negócios – já que em sua grande maioria eram agricultores e comerciantes - dentro dessa nova conjuntura de “transformações” arraigadas a chegada dos trilhos da Mogiana.

O quadro abaixo demonstra o revezamento dos vereadores na ultima legislatura, excetuando os três indivíduos que cumpriram seu mandato.

---

<sup>126</sup> NALDI, M. R.G. **Coronelismo e poder local**: Franca 1850-1889. Franca: Ed. Unesp/Franca, 1992.p.65.

<sup>127</sup> TOSI, P.G. **Capitais no interior**: Franca e a historia da indústria coureiro-calçadista (1860-1945). Franca: Ed. Unesp/FHDSS, 2002. p. 83.

<sup>128</sup> Nas sessões da Câmara Municipal de Franca no período percebe-se uma grande quantidade de ausências dos vereadores chegando-se a ponto de se cancelar sessões por não estar presentes o número mínimo de vereadores. Em muitos casos eram alegados motivos de ordem pessoal como problemas de saúde na família, em outros casos era usual “culpar as fortes chuvas” ou “as péssimas condições das estradas” pelo não comparecimento às sessões.

**Tabela 7 - Revezamento dos vereadores Francanos na ultima Legislatura**

<i>Nome</i>	<i>Legislatura (tempo de mandato do vereador)</i>	<b>Partido</b>
Antonio Carlos de Vilhena Junior	1887-1888	Conservador
Antonio Martins de Andrade Junior	1887-1889	Conservador
Crhispiniano F. Junqueira	1887-1889	Conservador
João Vilela dos Reis	1887-1888	Conservador
João Soares da Silva	1887-1889	Conservador
Firminiano O. Ferreira	1887	Conservador
Luciano Vieira Santiago	1888-1889	Conservador
Joaquim Servulo Vassimom	1887-1889	Liberal
Francisco S. do Nascimento	1887-1889	Liberal
Emilio Galvão de Miranda	1888-1889	Liberal
Francisco M. Ferreira Costa	1888-1889	Liberal
Joaquim Rodrigues Costa	1887-1888	Conservador

**Fonte:** Adpatado de MELO, E.R.M. **O coronelismo francano:** a consolidação da hegemonia (1880 – 1914). 1995. 127 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 1995. p. 70-71.

Do ponto de vista político esse período acentua a desagregação das instituições imperiais como assevera Beatriz Cerqueira Leite:

Mas as condições do país não permitiam a manutenção do *status quo*. As instituições estavam em decadência. A Câmara dos deputados era um brinquedo do Gabinete. O Senado deixava a fórmula de Nabuco de não fazer política, para se envolver nas disputas parlamentares. O Ministério comandava a vida política nacional com ramificações na Província e no Município. O Conselho de Estado já quase não se reunia e não conseguia a proposta liberal, brilhantemente defendida por Zacarias de Góis, de responsabilidades dos ministros pelos atos da Coroa. De forma que os novos projetos agora apresentados, tornando eletivos os Presidentes do Conselho, reformulando o Senado e o Conselho de Estado, pareciam estar chegando tarde demais. Não se acreditava mais nas reformas propostas. Era o Império que perdera sua credibilidade.<sup>129</sup>

No município de Franca é difícil precisar se a crise nas instituições imperiais teve reflexo na organização política dos partidos monárquicos. Contudo algumas modificações são perceptíveis no quadro político local no período: a filiação do coronel Francisco Martins Ferreira Costa – que na República atuará como um dos porta-vozes dos interesses do PRP no município - ao partido republicano depois de romper com o partido liberal; a conversão ao republicanismo do jornal *O Nono Districto* em 1887 (fato este que será melhor delineado no próximo capítulo) e a concessão do título de barão ao coronel e líder do partido conservador de Franca José Garcia Duarte, que

<sup>129</sup> LEITE, B.WC. A visão da República no interior das instituições monárquicas: Pronunciamentos políticos. **Revista de História**, São Paulo, n. esp., p. 116, 1989.

significava além da tentativa de devolução de um símbolo de status, uma aproximação dos proprietários a Coroa<sup>130</sup>. Por outro lado nesse momento é provável que a propaganda republicana tenha se intensificado ainda mais no município de Franca. Esse engajamento do município em relação ao movimento republicano pode ter contribuído para a participação do município nos últimos Congressos Republicanos que aconteceram nos anos de 1887, 1888 e 1889.

Portanto, diante da crise das instituições imperiais, e do crescimento da propaganda republicana, em Franca era comum no final do Império, as adesões à República e ao Partido Republicano:

Declaração:

Declaro que filiei-me ao partido republicano.

Vendo que a forma de governo monarchico nada adianta o vosso vasto paiz, engordando só a família real e os seus “afilhados” resolvi dar esse passo, porque só a República poderá salvá-lo, arrancando-o das mãos de especuladores ambiciosos.

Franca, 28 de Julho de 1888.

Felício Vieira da Silva.<sup>131</sup>

Declaração Necessária.

Tendo eu encarregado a um amigo para publicar no “Nono Districto” a minha passagem para o partido republicano, vi uma declaração no dito jornal, assignada por Antonio José da Silva Couto.

O fim que venho a imprensa é fazer sciente, que se a declaração é a minha, esta com a assignatura errada, visto há muito tempo ter feito também uma declaração de mudança de firma.

Franca 02 de Agosto de 1888.

Antonio do Couto.<sup>132</sup>

Mais um

Pessoa que nos merece toda a confiança asseverou-nos que o sr. Sebastião do Nascimento Falleiros, do Aterrado, filiou-se ao partido republicano.

Estão crescendo...<sup>133</sup>

Declaração.

Sempre militei nas hostes do partido liberal; mas ultimamente com (os últimos?) acontecimentos tenho comprehendido de que só a República Federal poderá collocar o nosso paiz na altura das nações civilizadas-de nação americana.

Por tanto, de hoje em diante, declaro pertencer as esperançosas fileiras do partido republicano.

Franca, 25 de Julho de 1888.

Lucas Borges de Carvalho.<sup>134</sup>

As declarações acima podem ser um indício do crescimento da propaganda republicana, e da inserção da municipalidade nos debates que evidenciavam a crise do Brasil Império, na medida em que se começava a ter a percepção de que o império brasileiro não era

---

<sup>130</sup> CARVALHO, J.M. **Teatro de sombras: a política imperial**. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Ed. IUPERJ, 1988. p. 14.

<sup>131</sup> **O Francano**, 2 ago. 1888, p. 3.

<sup>132</sup> **O Francano**, 8 ago. 1888, p. 3.

<sup>133</sup> **O Francano**, 14 nov. 1880, p. 2.

<sup>134</sup> **O Francano**, 27 jul. 1888, p. 2.

mais capaz de fornecer as repostas necessárias para o momento de crise que se vivenciava. Nesse caso “*só a Republica poderá salvar-o [o país]; só a Republica Federal poderá collocar o paiz na altura das nações civilizadas – de nação americana*”. (grifo nosso).

No dia 16 de novembro de 1889, o município de Franca - provavelmente por intermédio do advogado João de Faria que “curiosamente” na República será um dos líderes do situacionismo local e presidente do Diretório do Partido Republicano de Franca - manifesta a sua adesão à República nas páginas do jornal *A Província de São Paulo*:

Franca, 16.  
O povo em massa aclama a República. Os partidos contrários aderiram.  
(Dr. Faria).<sup>135</sup>

Nesse caso, diante do crescimento da propaganda republicana no município de Franca, somados a atividade intelectual<sup>136</sup> da localidade, possivelmente o advento da República não foi visto com indiferença política pelos francanos. Dessa forma, concordamos com José Geraldo Evangelista quando afirma que “[...] dizer que a cidade estava preparada para o novo regime seria exagero, mas negar que o esperava seria outro.”<sup>137</sup>

É possível que todos esses debates que tomaram conta da década 1880 no município de Franca, tenham influenciado as experiências de República no município inviabilizando as instituições monárquicas. O município de Franca na última década do Império acompanhava os debates que envolviam o momento de desagregação do Império brasileiro, como veremos no próximo capítulo.

A elite dirigente e intelectual de Franca, principalmente por intermédio do jornal *O Nono Districto* não se furtou dos debates das questões que colocavam em evidência essa crise; pelo contrário também propunha soluções na tentativa de implantação de uma nova ordem pública, que abarcava desde a federação, separação Igreja-Estado, secularização dos cemitérios, abolição da escravidão, imigração, instrução pública, até e principalmente a autonomia municipal visando beneficiar os interesses locais e o progresso do município.

---

<sup>135</sup> *A Província de São Paulo*, 16/11/1889 apud LANG, A.B.S.G. **A propaganda republicana na província de São Paulo**. São Paulo: USP : CERU, 1995. p. 90.

<sup>136</sup> Segundo José Geraldo Evangelista funcionavam em Franca duas escolas secundárias, o Colégio “N. S. de Lourdes e o Liceu “Culto as Letras” dirigido pelo redator do Nono Districto César Augusto Ribeiro. Em 1883 “[...] estava franqueada a Biblioteca, depois chamada de Gabinete de Leitura, que recebera 400 volumes do Dr. Estevão Leão Bourroul e o Teatro Santa Clara que funcionava regularmente.” Evangelista também destaca a grande quantidade de jornais semanais – muitos de existência efêmera - que circulavam pela cidade: “A Sentinela”, “O Tiradentes”, “O Papagaio”, “A gazetinha Familiar”, “O Pyrilampo”, o “Rosa Chá”, “República”, “A Justiça”, “A Gazeta da Franca”, e “O Francano”. EVANGELISTA, J.G. Notas sobre a abolição e a república na Franca. **Revista Regional de História**, Franca, p. 43-44, 1990. p. 44.

<sup>137</sup> *Ibid.*, p. 45.

## CAPÍTULO 2 A CRISE DO BRASIL-IMPÉRIO E AS EXPERIÊNCIAS DE REPÚBLICA NO JORNAL *O NONO DISTRICTO*

A idéia de República foi pensada por diversos grupos, com interesses diferentes e em vários momentos. Diante desse processo de tensão e afirmação que envolveu a República no Brasil cabe algumas perguntas: quais eram as experiências de República no município de Franca? Como as elites dirigentes e intelectuais locais concebiam essas idéias? Dessa maneira, ainda podemos indagar: quais foram os referenciais teóricos, filosóficos e literários que a elite dirigente e intelectual utilizou tanto para elaborar uma crítica coerente em relação ao regime monárquico, quanto para vislumbrar a República como saída política viável?

### **2.1 *O Nono Districto* na crise do Brasil-Império: debates e as vias de mudança**

*O Nono Districto*, por intermédio dos seus redatores, não se furtou aos temas dos debates políticos que envolveram as conjunturas de crise do Estado Imperial, no qual uma nova ordem pública era pensada pela elite política e intelectual do país. Como já foi referido, esse momento de crise das instituições imperiais coincide tanto com o aparecimento do ideal republicano quanto com a construção de uma nova ordem pública.

Diante disso, acreditamos que as experiências de República no município de Franca e concomitantemente os liames que direcionaram o jornal no momento de transição para a construção dessa nova ordem pública, explica-se por intermédio do tratamento que foi dado pelo *Nono Districto* às questões que configuraram a crise do Brasil-Império.

A partir dessa análise, é possível extrair do jornal os direcionamentos que conduzirão para um entendimento das experiências de República que a elite dirigente e intelectual francana construiu no decorrer do período de desagregação do Império brasileiro. Concomitantemente com os debates e com as experiências de República que estiveram presentes nas páginas do *O Nono Districto*, também é possível vislumbrar os referenciais teóricos<sup>138</sup> - filosóficos e literários em que o jornal se embasou para propor as soluções e críticas para o debate, ao mesmo tempo em que

---

<sup>138</sup> Segundo Alonso, “[...] o movimento intelectual da geração 1870 recorreu a componentes do repertório da política científica e à tradição nacional em busca de instrumentos de crítica intelectual e de formas de ação política para combater *as instituições, praticas e valores* essenciais da ordem imperial.” ALONSO, A. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 45.

esses referenciais teóricos - filosóficos e literários serviram de “ferramentas políticas” proporcionando aos redatores do jornal refletirem e debaterem as questões que ensejavam para a mudança de uma nova ordem pública.

Diante desse desafio, as temáticas selecionadas seguem a linha de contestação que a geração 1870 imprimiu para efetuar uma crítica coerente ao *status quo* imperial. As críticas efetuadas pela geração 1870 são um referencial para o mapeamento das idéias defendidas ou contestadas pelo jornal porque envolviam os temas que colocavam em dúvida a manutenção do regime monárquico, apregoando as reformas<sup>139</sup> necessárias - que incluía também a mudança de regime - que suplantassem a crise do Brasil-Império. No entanto, isto não impediu que questões de ordem local, de cunho mais pragmático, também se sobressaíssem nas páginas do *Nono Districto*.

Para a superação dessa crise esses grupos questionaram a tradição imperial construída ao longo de décadas, propondo uma série de mudanças já mencionadas acima, tais como federação, abolição da escravidão, separação Igreja-Estado, secularização dos cemitérios, imigração, ensino público, créditos para a lavoura, e a suplantação do regime monárquico pela República.<sup>140</sup>

Ao tentar demonstrar como essas questões foram reelaboradas pela elite dirigente e intelectual de Franca por intermédio do *Nono Districto*, buscou-se demonstrar como as experiências de República gravitaram ao redor desses questionamentos, e em que medida esses questionamentos foram reelaborados pelo jornal para dar respostas as demandas locais e sua contribuição para pensarmos a República no município de Franca.

*O Nono Districto* se mostrou um defensor das prerrogativas do município em detrimento do “predomínio abusivo dos governos”. Diante da centralização político-administrativa do regime imperial a autonomia do município aparecia como uma saída viável:

Nem o estado deve absorver o individuo, nem o individuo deve absorver o estado. A cada um o que lhe pertence. Ao individuo o que é do individuo, ao município o que é do município, ao estado o que é do estado – escreveu algures um pensador. O

---

<sup>139</sup> O movimento intelectual da geração 1870 se pautou pela contestação da ordem imperial demandando reformas estruturais. Apesar da composição socioeconômica dos grupos serem heterogêneos, todos pertenciam a uma elite, e sendo assim, transformações bruscas que poderiam colocar em perigo a ordem vigente foram totalmente rejeitadas, assim como a participação popular. Daí a característica reformista dos grupos. ALONSO, A. **Idéias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 245.

<sup>140</sup> Com a exceção dos “novos liberais” que ainda acreditavam na viabilidade de uma monarquia constitucional, todos os outros grupos que compunham a geração 1870 apregoavam a superação do regime monárquico. Para os “[...] novos liberais [a] interpretação da formação nacional orienta uma formulação da crise do Império cujo fulcro é o substrato econômico da colonização, a escravidão.” Nesse caso o atraso econômico e a escravidão eram os fatores que denegriam a imagem da monarquia brasileira. A correção desses erros era a garantia da manutenção do regime monárquico em sua plena “funcionalidade”. ALONSO, A. **Idéias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 188-204.

individuo delega no município o que por si não pode fazer e este por seu turno delega no estado o que é superior a sua esfera de ação. Para destruir o predomínio abusivos dos governos é preciso criar a autonomia municipal.<sup>141</sup>

O debate em torno da autonomia municipal esteve ligado a uma outra discussão que talvez ocupou maior espaço na pauta dos debates dos vários grupos: a federação. Contudo, o debate em torno da centralização-descentralização político-administrativa renasce com os monarquistas Tavares Bastos e Visconde do Uruguai nos anos 60. Entender os meandros desse debate é importante para a compreensão da dimensão que a idéia federativa e principalmente à sua correlata, a autonomia municipal, alcança tanto no âmbito dos debates dos vários grupos políticos quanto no âmbito das elites dirigentes e intelectuais do município de Franca.

Tavares Bastos era adepto de uma monarquia federativa, tendo na eleição do presidente de província “o ponto fulcral da reforma”. A eleição do presidente de província “[...] traria o duplo benefício de retirar-lhe a função de cabo eleitoral, e de estabilizar a administração das províncias.” Segundo Gabriela Nunes Ferreira, Tavares Bastos objetivava romper o elo que existia entre governo central e poder local, fazendo erigir entre ambos a Província, “[...] poder político-administrativo autônomo, com seus poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.”<sup>142</sup>

Concomitantemente com esse “reforço” do poder Executivo provincial, Tavares Bastos almejava também a aquisição por parte da Província a organização policial e judiciária, além da instituição “de um Senado provincial e de comissões permanentes” que, entre outras atribuições julgaria “sobre a validade das eleições de juizes de paz e vereadores” – funções essas exercidas pelo governo central. Caberia ainda às Assembléias provinciais “[...] a função de nomear os Senadores do Império – dois por cada província, com mandato de oito anos.”<sup>143</sup>

É Gabriela Nunes Ferreira quem sintetiza “o formato institucional” imaginado por Tavares Bastos:

[...] ganham as províncias, portanto o papel de maior relevo – em detrimento, como foi visto, tanto do poder central como dos poderes locais (municípios e paróquias). Dotadas de uma maior fatia tributária, elevadas a categorias de entidades político-administrativas autônomas, as províncias teriam em suas mãos o poder e a capacidade de empreender o desenvolvimento moral, social e econômico do país: emancipação, imigração, instrução pública, obras públicas, toda agenda do período é remodelada pelo autor sob o prisma de federalismo monárquico.<sup>144</sup>

---

<sup>141</sup> **O Nono Districto**, 1 jan. 1882, p. 1.

<sup>142</sup> FERREIRA, G.N. **Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e o Visconde de Uruguai**. São Paul: Ed. USP : Ed. 34, 1999.p. 116.

<sup>143</sup> *Ibid.*, p. 117.

<sup>144</sup> *Ibid.*, p. 118.

O “ordenamento político administrativo” proposto pelo Visconde do Uruguai era diferente do delineado por Tavares Bastos. Ao contrário de Tavares Bastos, Uruguai condenava a quebra do vínculo entre o governo central e a esfera local por uma entidade político-administrativa autônoma: a província. Segundo Uruguai, a função da província seria a de “[...] conciliar uma certa autonomia para gerir seus negócios próprios com sua posição de elo intermediário na grande cadeia político-administrativa que move o Império, sob o comando do governo geral.”

Ao criticar a submissão dos poderes locais aos provinciais, o Visconde de Uruguai queria evitar que interesses ‘encastelados’ “nas províncias dominem a vida política local” criando uma solidariedade política que poderia fugir do controle do governo central. Ao defender a concentração administrativa dentro do âmbito do governo central, Uruguai procura arrefecer seus efeitos propondo a criação dos “[...] agentes administrativos, auxiliares dos presidentes de província que estenderiam, assim, o raio de ação do poder central aos municípios.”

Os “conselhos administrativos” teriam a função de dotar os presidentes de província dentro do âmbito da administração, aumentando a capacidade dos mesmos de zelar dos interesses públicos e ao mesmo tempo evitando a sua “contaminação” pelo mundo da política. Diante disso, o governo central teria a função de um tutor, revogando, se necessário, as decisões legislativas sancionadas pelos presidentes de província.<sup>145</sup>

A questão da autonomia municipal também suscitou intensos debates entre Tavares Bastos e o Visconde do Uruguai. No entender de Uruguai, o Ato Adicional ao descentralizar o “poder geral em benefício das províncias” prejudicou as atribuições municipais ao centralizar os assuntos referentes aos interesses dos municípios nas Assembléias Provinciais.

Uruguai louvava a lei de interpretação do Ato Adicional de 1840 por “[...] fazer um favor à autonomia municipal, limitando o poder dos Legislativos provinciais de legislarem sobre assuntos municipais”. Como alternativa para tornar efetivo o poder municipal o Visconde de Uruguai propunha a criação “[...] de agentes administrativos, executivos municipais escolhidos pelos presidentes de província.” Segundo Gabriela Nunes Ferreira, Uruguai tinha a preocupação de estender o poder administrativo atrelando-o ao poder central como forma de se evitar “[...] os abusos promovidos pelas parcialidades políticas.”<sup>146</sup>

---

<sup>145</sup> FERREIRA, G.N. **Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e o Visconde de Uruguai.** São Paul: Ed. USP : Ed. 34, 1999. p. 119-120.

<sup>146</sup> Ibid., p. 95-96.

Ao que parece, a idéia central subsiste da organização proposta por Uruguai quando da sua análise da organização provincial: além de defender a liberdade municipal, também se buscava “[...] limitar a força de um poder intermediário interposto entre o governo geral e o poder local.” Nesse caso novamente aparece a figura do Estado como tutor. Ao contrário do Visconde de Uruguai, Tavares Bastos afirmava que o Ato Adicional ao atribuir às Assembléias Provinciais a competência de legislar sobre as municipalidades apresentava-se como um mecanismo capaz de “lidar com a diversidade dos municípios”.

A respeito dos assuntos internos aos municípios como “[...] despesas e receitas, contratação de empréstimos, obras públicas, empregados municipais, desapropriações, polícia”, Tavares Bastos asseverava que deveria ser reconhecida a “plena autonomia dos municípios”. No entanto, o próprio Tavares Bastos não abria mão “[...]a influência dos Legislativos provinciais sobre as municipalidades” anulando se preciso fosse, os atos e medidas propostas pelos municípios em casos contrários aos “interesses públicos”.<sup>147</sup>

Ao analisar os liames do debate travado entre Tavares Bastos e Visconde do Uruguai tanto no que diz respeito à descentralização político-administrativa das províncias quanto na questão da autonomia municipal, pode-se formular um questionamento: em quais autores o PRP buscou os referenciais teóricos para defender seu modelo de federação?

Nesse sentido, o “formato institucional” proposto pelo PRP no tocante a descentralização provincial pôde trazer a luz do debate muitos pontos de contato com o que foi proposto por Tavares Bastos. Vejamos o que o PRP entendia por descentralização político-administrativa:

- Criação de um senado provincial, composto de numero igual à metade dos membros da respectiva assembléia legislativa e com mandato pelo duplo do tempo, tornado assim efetiva a promessa do ato adicional (art. 3º);
- Eleição do presidente de província pelas câmaras provinciais reunidas; marcando o período de sua administração e reduzindo as suas atribuições aos negócios províncias;
- Os negócios gerais, tratados nas províncias, tendo por administradores os respectivos comissários e repartições da administração central, só a este subordinados e independentes do presidente de província.<sup>148</sup>

É interessante ressaltar que o projeto federalista do PRP, de uma maneira geral representava, os anseios da província de São Paulo face ao centralismo monárquico. Nesse

---

<sup>147</sup> FERREIRA, G.N. **Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e o Visconde de Uruguai.** São Paul: Ed. USP : Ed. 34, 1999. p. 96-97.

<sup>148</sup> PROGRAMA dos Candidatos Republicanos Paulistas. In: BARRIGUELLI, J.C. (Org.). **O pensamento político da classe dominante paulista: 1873-1828.** São Carlos: UFSCar, 1986. p. 20

sentido, os paulistas<sup>149</sup> radicalizariam, na ânsia de se encontrar uma solução para demanda federalista que a província cobrava: propunham o separatismo para se alcançar à federação, como consta no Manifesto de Campos Salles apresentado no Congresso do Partido Republicano Paulista em 1887:

A separação – reza o projeto – não exclui a federação, nem tão pouco a integridade territorial é indispensável para aplicação do principio federal, consagrando na organização republicana.

[...] Cumpre, entretanto, assinalar que o separatismo não exclui a federação; é antes um ponto de partida para ela. Esta aspiração não vem, portanto, sugerida pelo sentimento de egoísmo, como um meio de desagregação absoluta e perpetua. Ela deve ser, ao contrario, tomada como o inicio e primeiro passo para uma agregação completa, harmônica, sólida e estável sob o regime salutar da federação [...] É por isso que a separação deve ser aceita, não com o intuito exclusivista de uma desagregação absoluta, mas como meio de chegar a federação. Isto importa afirmar que o separatismo conduz direito aplicação do principio republicano. Portanto, opô-lo a centralização do império é levantar em face a democracia cesariana a doutrina, os direitos, as queixas e as incompatibilidades da democracia.<sup>150</sup>

No entanto, a proposta separatista e a “utopia” de se criar uma “Pátria Paulista”<sup>151</sup> foi juntamente com seus ideólogos duramente criticada:

[...] Utopias carrancudas e utopias symphaticas; mas utopia sempre.  
A que categoria pertence a pátria paulista?  
Certamente a segunda.  
A idéia seduz: Pátria Paulista.  
E onde fica a grande, a sublime Pátria Brasileira?

---

<sup>149</sup> Emília Viotti da Costa afirma que o movimento separatista não foi uma unidade dentro do PRP. Os republicanos paulistas nunca conseguiram chegar a uma posição acerca da questão. Prova disso foi que no Congresso do PRP realizado entre 30 de maio e 1 junho, “[...] embora vários políticos falassem a favor do separatismo, entre os quais Horácio de Carvalho, Campos Salles, Alberto Salles, Jesuino Cardoso, a idéia não se impôs, contando com a oposição e a resistência de outros elementos igualmente importantes como Julio de Mesquita e Glicério.” COSTA, E.V. **Da Monarquia a República: momentos decisivos**. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 478.

<sup>150</sup> **A Província de São Paulo**, 8 jul. 1887.

<sup>151</sup> Cássia Adduci fez um estudo detalhado do movimento separatista. A autora analisou os meandros dos discursos dos principais ideólogos do movimento. Para Alberto Sales, além dos fatores econômicos que motivariam o separatismo, pesavam também questões culturais e étnicas; projetava, portanto, “A Pátria Paulista” como sendo “geograficamente determinada, rica, branca e, por isso mesmo promissora”. Outro grande ideólogo do movimento, Martim Francisco, apontava o desenvolvimento econômico da província paulista e sua superioridade frente às demais províncias do Império como fator fundamental para separação, já que a província paulista não possuía o seu equivalente econômico em força e participação política. O conceito de nação ou de pertencimento na “Pátria Paulista” era distinto do de Alberto Sales: Martim Francisco - ao contrário de Alberto Sales que procurou “apontar como critérios para o estabelecimento da nação paulista a combinação de elementos étnicos, territoriais, históricos e culturais” - “tentou criar vínculos nacionais por meio de uma escolha, independente de pré-requisitos”. Segundo Adduci, a presença de Martim Francisco no movimento separatista faz com que o mesmo não seja estritamente republicano, devido à origem partidária duvidosa de Martim Francisco. Os outros dois ideólogos, Joaquim Fernando de Barros e Francisco Eugênio Pacheco e Silva eram republicanos e por isso mesmo cobravam uma política mais atuante do PRP no sentido de alavancar o movimento. Ambos também viam na superioridade da província de São Paulo a principal razão para separação. ADDUCI, C.C. **A “Pátria paulista”**: o separatismo como resposta á crise final do Império Brasileiro. São Paulo: Arquivo do Estado : Imprensa Oficial, 2000. p. 103-105.

Suprimir a mãe-pátria, a nacionalidade, para substituí-la por uma pátria pequenina, acanhada, sem horizontes, limitada a nossa província, parte de Minas e Paraná, segregada do resto do Império: ali a utopia.

Querem a realidade? Busquem melhorar as nossas condições políticas e sociais por meio da completa descentralização política, sem quebra, sobretudo da integridade e individualidade do Império.

[...] *Não temos autonomia de município* (grifo nosso). Não temos as franquezas locais. Não temos governo communal. Não temos discriminação e classificação das rendas. Não temos sufrágio universal.

E querem ter província independente, S. Paulo – Estado, enfrentando o Brasil!<sup>152</sup>

Quanto à organização municipal, o PRP sofreu influências das propostas defendidas por Tavares Bastos:

- Separar a deliberação da execução pertencendo aquela à Câmara e esta ao seu presidente, constituindo chefe do poder executivo municipal;

- Reconhecer a plena autonomia da municipalidade, dando-lhe faculdade para resolver definitivamente:

1- Sobre a criação, arrecadação e aplicação das rendas municipais;

2- Sobre posturas a bem da economia e polícia puramente municipais;

3- Sobre empréstimos, nos casos e pela forma prefixada em lei provincial;

4- Sobre desapropriações, nos casos e forma igualmente da lei anterior.

*Ficar o poder legislativo provincial com direito de cassar ou anular as deliberações das municipalidades, que forem contrárias ao interesse provincial ou nacional.*<sup>153</sup>

Assim como Tavares Bastos, o PRP reconhecia “a plena autonomia da municipalidade” conferindo-lhe prerrogativas para legislar sobre vários assuntos. Contudo, acima da autonomia do município residiria “o poder legislativo provincial com o direito de cassar ou anular as deliberações das municipalidades”, fazendo com que na prática a autonomia dos municípios ficasse dependente do veto do poder provincial. Nas Bases para Constituição do Estado de São Paulo formuladas pelo PRP ainda em 1873 percebe-se esse processo de dependência dos municípios em detrimento das prerrogativas da Assembléia Geral no artigo 43: “Quando as leis e decisões dos poderes municipais ofenderem os direitos de outro Município, ou as leis e Constituição do Estado, serão anuladas por ato da Assembléia Geral, na forma determinada pelo art. 11.”<sup>154</sup>

É Zimmermann que analisa essa relação entre PRP e Assembléia Provincial (Geral):

O poder legislativo provincial cumpre, para o Partido Republicano, o papel de organizar a sociedade, o de fazer leis que permitam a sociedade civil desenvolver plenamente seu potencial econômico; daí atribuíam grande importância a Assembléia enquanto controladora da renda e receita públicas provinciais.<sup>155</sup>

<sup>152</sup> *Correio Paulistano*, 12 set. 1887, p. 1-2.

<sup>153</sup> PROGRAMA dos Candidatos Republicanos Paulistas. In: BARRIGUELLI, J.C. (Org.). **O pensamento político da classe dominante paulista: 1873-1828**. São Carlos: UFSCar, 1986. p. 22. (grifo nosso).

<sup>154</sup> BRASILIENSE, A. **O programa dos partidos e o Segundo Império: exposição e princípios**. São Paulo: Tipografia de Jorge Seckler, 1978. p. 132.

<sup>155</sup> ZIMMERMANN, M.E. **O PRP e os fazendeiros de café**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1986. p. 54.

Diante desse debate é possível buscar no *Nono Districto* as peculiaridades referentes à autonomia municipal que o jornal defendeu em suas páginas, tentando na medida do possível, dialogar com o que foi exposto até o momento.

No artigo abaixo *O Nono Districto* cobra recursos para o município criticando o presidente de província:

O ato adicional deu esta autonomia às províncias e disse as assembléias provinciais – legilae, - porém a faculdade de fazer a lei não é tudo; é preciso que essas leis feitas tenham uma validade e execução, e para esse fim deu a lei um executor que é o presidente, homem esse que ressen-te-se do vicio orgânico de todos os homens do nosso paiz, que não sente-se independentes, não dispõe-se a vagar pelos mares da vida contando só com a sina de sua estrela, e os ventos de sua fortuna, mas sim alongam os olhos e procuram a arvore copada, a cuja a sombra estendem a sua barraca de viagem.

Depois que uma medida qualquer é tomada pelos poderes competentes, e que ao presidente só cumpre executá-la, elle requisita informações, formula regulamentos e manda proceder a exame, e com todo esse cortejo de formalidades inúteis, burla completamente o que é deliberado pelas assembléias.

Em nada aproveita o município com o entusiasmo adquirido pelos seus representantes.

[...] Na distribuição das quotas votadas para cadeias e estradas, coube a Franca 7:000\$000, sendo 5:000\$ para a cadeia que ameaça ruína completa e 2:000\$ para as estradas, que se acham intransitáveis. A câmara reclamou logo essas quantias, allegando a necessidade que havia de dar andamento às obras, uma vez que a cadeia e estradas, achavam-se em estado deplorável: porém não só o sr. Conselheiro Laurindo, como os seus sucessores fecharam os ouvidos a essas reclamações, mandando-se ultimamente fazer orçamento das obras, sendo esse o quarto que se faz na cadeia de Franca!<sup>156</sup>

Os redatores do jornal sempre primaram pelos interesses locais visando o progresso do município. Daí as suas reivindicações: implantação da ferrovia, criação de um matadouro, iluminação pública, criação de um mercado, aumento do número de praças para a cadeia pública, melhoria das condições da instrução pública, instalação de um telégrafo, abastecimento de água, reformas na Igreja Matriz, no cemitério, nas estradas.

Mas muitas dessas reivindicações dependiam das verbas votadas pela assembléia provincial e posteriormente liberadas pelo presidente de província. Na medida em que essas verbas, mesmo que aprovados pela assembléia, não fossem liberadas pelo presidente de província, muitas das prerrogativas que visavam o progresso do município e defendidas pelos redatores do jornal ficavam comprometidas.

Daí residiam as suas críticas à administração provincial. Em outros momentos, no entanto, a municipalidade conseguiu respaldo junto a Assembléia provincial referente às necessidades locais, como “a quota de um conto de réis para a Biblioteca Municipal dessa

---

<sup>156</sup> *O Nono Districto*, 5 mar. 1882, p. 1.

cidade”<sup>157</sup> ou na “autorização do empréstimo” concedido pela Assembléa provincial “[...] de 12:000\$000 e auxílio de 4:500\$000 para canalização de agoa potável para esta cidade.”<sup>158</sup>

Em artigo publicado no dia 12/07/1884 *O Nono Districto* criticava o presidente de província e a assembléa provincial pela retirada do delegado de policia de Franca para a capital da província:

O commandante do corpo de permanentes ordenou ao capitão Guilherme José do Nascimento, delegado de policia d’este termo e commandante do destacamento aqui estacionado, que recolhesse a capital a fim de assumir o commando da 2º companhia.

Esta ordem foi dada com autorização do presidente de província, o celebre dr. Assumpção.

[...] São estas as tristes consequências da inépcia dos nossos legisladores em assumptos de policia.

Agora reentegram-nos mas reduzem o numero de companhias e centralizam a força na capital, medida que tem tanto de liberal como Leão XIII tem de mouro.

[...] O que nós lastimamos e comnosco toda a população sensata de Franca e as autoridades honestas, é que se retire desta cidade o capitão Guilherme José do Nascimento, official brioso e honradíssimo e autoridade que soube collocar acima das questiúnculas políticas do lugar, mantendo sempre absoluta imparcialidade no serviço que lhe estava confiado.<sup>159</sup>

Em abril de 1882, o deputado Camillo Andrade apresentava na assembléa provincial um projeto que visava à descentralização administrativa nos termos abaixo:

1º Creação da 2º Câmara provincial.

2º Eleição dos presidentes de província pelas duas câmaras provinciais.

3º Emancipação das municipalidades.

4º Revisão dos impostos geraes e provincias.

5º Divisão dos serviços a cargo dos governos geral e provincial.

6º Liberdade de associação.

7º Reforma da lei hypothecaria.<sup>160</sup>

Essa proposta teve o apoio do deputado pelo Nono Distrito eleitoral da província de São Paulo, líder do partido Liberal francano e colaborador do *Nono Districto* Francisco Barbosa Lima. Esse projeto em alguns pontos era coerente com as críticas feitas acima pelos redatores do *Nono Districto*, não só por propor uma maior autonomia municipal através da “emancipação das municipalidades” (art. 3º), mas principalmente por propor a eleição dos presidentes de província (art. 2º), na medida em que esses se apresentavam como agentes do poder central obstaculizando (como foi visto por intermédio do *Nono Districto*) não somente

<sup>157</sup> Livro de Atas da Câmara Municipal de Franca, 25 jul. 1885, f. 10.

<sup>158</sup> Livro de Atas da Câmara Municipal de Franca, 4 abr. 1887, f. 86.

<sup>159</sup> O Nono Districto, 12 jul. 1884, p. 1.

<sup>160</sup> O Nono Districto, 2 abr. 1882, p. 1.

o desenvolvimento econômico das províncias, mas principalmente as necessidades das municipalidades.

Essa eleição se daria através das duas Câmaras provinciais: o legislativo provincial e o Senado provincial, residindo aí a importância da criação da 2ª Câmara provincial como o que foi proposto no artigo 1º. Em relação à “revisão dos impostos gerais e provinciais” (art. 4º) o que se propunha era uma melhor divisão das receitas entre o governo geral e as províncias, já que a “[...] divisão de rendas que prevalece desde a lei orçamentária de 31 de outubro de 1835 deixou as províncias [...] em precária situação financeira”, cabendo as mesmas apenas os impostos referentes “[...] a quota do dizimo do café, e do açúcar.”<sup>161</sup>

É possível que ao defender as prerrogativas do artigo 4º, o deputado francano Francisco Barbosa Lima acreditasse que o resultado da divisão mais equitativa das receitas entre o governo geral e as províncias beneficiasse as municipalidades na medida em que poderiam conseguir recursos maiores por parte das Assembleias provinciais, suprindo de certa forma as carências dos municípios.

No caso específico do município de Franca, o Código de Posturas do Município do ano de 1888 Título XII, Das Rendas Municipaes, no seu artigo 208 delibera quais os impostos poderiam ser cobrados: “A câmara municipal é autorizada a cobrar anualmente, além dos impostos que lhe são concedidos por lei provincial, mais os impostos de patentes e de licença, assim como as multas e impostos estabelecidos no presente código de posturas.”<sup>162</sup>

Por intermédio das Atas da Câmara Municipal de Franca ficam demonstradas as maneiras pelas quais os impostos eram cobrados. Na sessão do dia 28/02/1883 da Câmara Municipal de Franca, por intermédio de um ofício do fiscal da Câmara Joaquim Tristão de Lima dizendo que tem cobrado “[...] 50.000 (por) cada carro de fora do município que entra nessa cidade, sendo (que muitos) não querem pagar a conselho de pessoas desta cidade; por isso consultava se devia fazer a cobrança os meios enérgicos e executivos, ou de deixava ficar por cobrar.”

A resposta da Câmara foi que se continuasse a cobrar o referido imposto “[...] conforme manda o art. 155 combinado com o 147 das posturas em vigor.”<sup>163</sup> Em sessão do dia 22/07/1885, a Câmara cobrava do “Aferidor para fazer a aferição dos pesos e medidas dos negócios da cidade”, solicitando ao Delegado de Polícia que, “por intermédio dos inspectores de quarteirão”, fornecessem a Câmara “[...] os nomes das pessoas que possuem carros, cazas

---

<sup>161</sup> FERREIRA, G.N. **Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e o Visconde de Uruguai**. São Paul: Ed. USP : Ed. 34, 1999. p. 98.

<sup>162</sup> **Código de Posturas de Franca**

<sup>163</sup> **Livro de Atas da Câmara Municipal de Franca**, f. 84.

de telhas, ferro de marcar e engenho, afim de a Câmara possa fazer a cobrança daqueles impostos.”<sup>164</sup>

Na sessão de 07/04/1887, o vereador Thomaz José da Motta pedia que a Câmara efetivasse a cobrança “[...] de impostos e multas de diversos mascates e fazendas e outros gêneros os quaes sendo moradores em municípios diversos, estão acostumados a mascatearem neste município sem ter uma só vez pago o imposto devido.”<sup>165</sup>

Em outros momentos, as cobranças de impostos eram recebidas com protestos, como atesta a petição de Belarmino Lopes Valladão, “[...] pedindo para esta Câmara [que] reconsiderasse o seu acto, quando mandou que o peticionário pagasse o imposto [referente à produção de café] ou justificasse que não colhe 150 arrobas de café, pois que só colhe para seu gasto;”<sup>166</sup> ou a reclamação dos comerciantes de aguardente

[...] sobre artigo de posturas que foi elevado a 80:000\$ annual para vender aguardente, com quanto entender não haver razão da parte dos negociantes por não ser a aguardente gênero de primeira necessidade, contudo propõe a Câmara para que se reprezente aos poderes competentes para ser revogado esse artigo das posturas, deixando de se fazer a cobrança até que venha a solução do Governo.<sup>167</sup>

Outro ponto a ser observado é o de que a proposta de descentralização administrativa era uma bandeira do PRP e estava inclusa no Programa dos Candidatos<sup>168</sup> no qual o partido também cobrava a eleição do presidente de província “[...] pelas câmaras provinciais reunidas; marcando o período de sua administração e reduzindo as suas atribuições aos negócios provinciais.”<sup>169</sup>

Em um outro artigo, *O Nono Districto* continua a cobrar da administração provincial o repasse das verbas aprovadas pela assembléia provincial destinadas para a cadeia de Franca. Dessa vez a crítica recaía sobre a burocracia imperial:

---

<sup>164</sup> Livro de Atas da Câmara Municipal de Franca, 22/ jul. 1885.

<sup>165</sup> Livro de Atas da Câmara Municipal de Franca, 4 abr. 1887, f. 96.

<sup>166</sup> Livro de Atas da Câmara Municipal de Franca, 22 ago. 1885.

<sup>167</sup> Livro de Atas da Câmara Municipal de Franca, 18 jan. 1886.

<sup>168</sup> “O Programa – consigna o registro dos seus trabalhos – deixa de ser uma simples promessa pessoal para tornar-se um compromisso solene entre o partido e os candidatos: a unificação de opiniões relativa às soluções dos problemas da atualidade deve trazer ao novo partido mais merecimento e aos seus candidatos maior soma de adesões fora dos círculos dos parciais. Assim, o país ficará sabendo ao certo o que fará o deputado republicano e encontrará, na franqueza da exposição de suas idéias e na solidariedade do partido garantias para a verdade da representação popular. O novo agrupamento político mostra com este proceder que, afastando-se das normas dos velhos partidos, pretende influir diretamente na educação do povo. Este programa servirá para afirmação dos nobres e patrióticos intuits dos republicanos paulistas.” *A Província de São Paulo*, 10 maio 1881, p. 1.

<sup>169</sup> PROGRAMA dos Candidatos Republicanos Paulistas. In: BARRIGUELLI, J.C. (Org.). *O pensamento político da classe dominante paulista: 1873-1828*. São Carlos: UFSCar, 1986. p. 22.

O systema burocrático que impera desgraçadamente entre nós: o inveterario systema papelório, que faz gastar uma resma de papel hollanda para o pagamento de uns 100\$; esse regime chicanista e trapaceiro de nossas repartições publicas quer a inaugurar, como fructo sazonado de tantos martírios infligidos a quem recorre a ellas, o systema, o regimem do calote!?

Quem sabe! Que nome merece a celebre theoria dos exercícos fiados, que consiste em não pagar o que deixam de ser requerido em tempo, muitas vezes por causas das delongas insuperáveis e da reconhecida má vontade das repartições a cargo do governo geral e provincial.<sup>170</sup>

As críticas do *Nono Districto* tinham como objetivo a defesa dos interesses municipais, mas o teor do seu discurso se aproximava das discussões, principalmente na província de São Paulo, sobre a necessidade da descentralização política-administrativa que em Franca assumiu a forma de defesa da autonomia municipal. O apoio do deputado local ao projeto que previa a descentralização administrativa indica que a elite dirigente e intelectual local estava inserida nesse debate.

Muito provavelmente os francanos tinham a percepção da expansão cafeeira e dos lucros gerados pelo café que conseqüentemente acarretaram o crescimento econômico da província de São Paulo e diante disso sabiam que em muitos momentos as rendas da província não eram revertidas em beneficio da própria província e/ou do município; nesse caso o controle do orçamento provincial era imprescindível para a concretização da autonomia municipal.

A denúncia de que o presidente de província “burla completamente o que foi deliberado pelas assembléias” pode sugerir que o jornal concebía-o como um agente do poder central, desrespeitando a Assembléia nas suas atribuições de decidir sobre o orçamento. Em muitos momentos a percepção do crescimento econômico da província de São Paulo alavancado pela expansão cafeeira, e as críticas a centralização monárquica “unia” republicanos, conservadores e liberais pela “causa” de São Paulo, como demonstra a crítica do deputado liberal Martim Francisco:

Não vale, pois, a pena ser rica para soffrer todos os encargos determinados pela união e pelo proteccionismo do regime centralizador e tudo isso em beneficio de outras provinciase em desproveito próprio.

A província de S. Paulo é incontestavelmente a que supporta hoje maiores sacrificios affim de favorecer as outras.<sup>171</sup>

As imagens de superioridade e exploração sofrida pela província de São Paulo em decorrência da centralização administrativa do império em detrimento das outras províncias

---

<sup>170</sup> **O Nono Districto**, 21 out. 1882, p. 1.

<sup>171</sup> **Província de São Paulo**, 8/ fev. 1887.

desprovidas dos mesmos recursos materiais e que foi denunciado por Martim Francisco, também esteve presente no *Nono Districto*. Os redatores do jornal compartilhavam das reclamações feitas pelos paulistas – conservadores, liberais e republicanos – de que o progresso material da província de São Paulo era drenado para outras regiões do império:

A província de S. Paulo, que effectivamente leva de vencida suas co-irmãs em commedimentos materiais, coube também uma falta de *puding* de milhões que o governo tem repartido pelo império, para que, perfeitamente digerido por famintos filhotes metamorphoseie-se em engenhos centraes – o maná celeste que vem salvar a lavoura.<sup>172</sup>

*O Nono Districto* também esteve inserido no debate acerca do atraso intelectual em que se encontrava a sociedade brasileira:

È verdadeiramente vergonhoso o atraso intelectual do nosso povo. Parece que os governos brasileiros ainda não se convenceram da verdade expressa por Barthelemy: ‘A sorte das nações depende da instrução da mocidade’. Ao passo que nos EUA a cada 10:000 habitantes, 2:180 freqüentam as aulas de instrução primaria, no Brasil por cada 10:000, apenas 133 freqüentam as aulas de instrução primaria e superior! [...] Pode affirmar-se com segurança que qualquer das Republicas americanas, à exceção da do Paraguay, e, talvez da América Central, acha-se, sob todos os pontos de vista, mais adiantada que o Brasil. Nas Republicas americanas, mesmo através das comoções políticas, os governos procuram derramar a luz das instruções em todas as camadas sociais. Daí a prosperidade dessas nações, menos ricas menos vastas e menos importantes que o Brasil. [...] O povo do interior vive, pela sua ignorância, subordinado pela mais revoltante da tyrannias – a tyrannia religiosa. [...] Move-se ao menor aceno de um padre, que o explora, illude e ludibria, como um velho ursoà voz d’um histrião. Bastavam que os governos tivessem um pouco de patriotismo, porque um governo patriótico não pode deixar de incluir no seu programma medidas relativas a instrução. È a instrução que dá ao homem o governo da liberdade, porque é ella que lhe dá energia de character e convicções firmes. Não obstante o que deixamos exposto, falla-se actualmente na criação de uma universidade. Enorme disparate! Cuide-se da instrução superior depois de estar bem organizada a primaria e a secundaria.<sup>173</sup>

O artigo inicia tomando os Estados Unidos<sup>174</sup> como uma espécie de referência quando se trata de avaliar o avanço da instrução pública. A comparação com outras nações “menos ricas” que o Brasil, mas que em virtude do investimento em instrução pública conseguem atingir “prosperidade” superior que a brasileira reforça a necessidade de investimento.

<sup>172</sup> *O Nono Districto*, 12 mar. 1882, p. 1.

<sup>173</sup> *O Nono Districto*, 29 jan. 1882, p. 1.

<sup>174</sup> Mais adiante, poderemos perceber que os redatores do *Nono Districto* tomarão os Estados Unidos como exemplo a ser seguido pelo Brasil em muitos outros assuntos, indicando uma presença forte do “americanismo” nas páginas do jornal.

Mas por meio das críticas ao modelo de instrução pública do Império pode-se perceber também, o ataque à tradição inventada pelos saquaremas e que serviu como alicerce de sustentação do Segundo Reinado: “o catolicismo hierárquico”. A religião de Estado cumpria seu papel de garantir o “[...] controle social porque o Estado não lograra ainda realizar sua tarefa pedagógica de transformar todo o ‘povo’ brasileiro em ‘opinião publica’”.<sup>175</sup>

A educação aparece nesse momento como instrumento capaz de moralizar, ou interferir na moral dos indivíduos, principalmente num período em que a abolição da escravidão se aproximava e com ela a incógnita de como seria transformar uma massa de escravos em “cidadãos”. O artigo também criticava o modelo de educação adotado no Império, que consistia na criação de Universidades em detrimento da instrução primária e secundária.

Os republicanos paulistas – PRP - também se opunham ao método utilizado pelo governo imperial que privilegiava a criação de Universidades. Ao proporem a reforma no ensino, tinham por objetivo a defesa do ensino científico voltado para profissionalização, ou seja, criar escolas voltadas para formação de mão-de-obra, a fim de que pudessem ser absorvidas pela produção da riqueza nacional: a agricultura.

Em outro artigo, o jornal defende a importância da educação citando Voltaire: “*A instrução é tudo; é a fonte fecunda da ordem do repouso e da felicidade*”, e continuavam criticando o domínio exercido pela Igreja na educação:

O domínio que os padres exercem aqui firma-se tão somente na ignorância popular. Além de iludirem o pobre povo, de enganarem-no, ensinando-lhes doutrinas contrárias as christans, como sendo as de Christo, procuram conserva-l-o no obscurantismo e sugam-lhe quanto o dinheiro podem sugar-lhe.<sup>176</sup>

O jornal publica um artigo elogiando o deputado Afonso Celso de Assis Figueiredo Jr em decorrência do lançamento de seu livro *Seiscentas léguas de Bahia e Minas* criticando o estado em que se encontra a literatura brasileira:

Se o thesouro está vazio e é preciso encher-o, a litterarura brasileira está anêmica e precisa de reconstituintes.  
É verdade que pouco se pode esperar litterariamente do heroe de Cebolas, ou da barriga do sr. Conselheiro Martim, do sr Duque Estrada, que cultivava a flor da gente, ou do sr. Costa Pinto, que não cultivava flores, nem mesmo as da rhetorica.  
[...]  
Na Europa saem-se da litteratura para a política. Todos ou quase todos os estadistas e deputados portuguezes são ou foram litteratos.

<sup>175</sup> ALONSO, A. **Idéias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 65.

<sup>176</sup> **O Nono Districto**, 12 fev. 1882, p. 1.

[...]

Na Espanha os primeiros vultos da scena política são também os primeiros na arena jornalística.

A actual câmara dos deputados franceses, pertencem muitos jornalistas, philosophos, poetas e críticos.

[...]

Quem faz caso de Machado de Assis ou Bernardo Guimaraes – dous notáveis artistas? São litteratos, vivam lá da sua litteratura.

Política são para os políticos...

E viva Sua Majestade, que é sábio falla hebraico, copia Garção e protege o talento.<sup>177</sup>

O artigo possui uma interpretação não só da pobreza literária entre os políticos brasileiros, como também demonstra citando o exemplo europeu, a relação existente entre a literatura e a política. Essa relação com a literatura fornece à política um valor positivo na medida em que a literatura contribui para a formação intelectual do político como acontecia na Europa. Talvez, para os redatores do jornal essa relação entre a literatura e a política fizesse parte da construção desse novo espaço público que por sua vez vinha arraigado nas “liberdades democráticas”. Nesse sentido, a ilustração poderia ser uma forma de estabelecer novas hierarquias e diferenças numa sociedade de iletrados. Talvez por isto, a estreita relação entre política/literatura. Literatura como forma de legitimar poderes dos novos integrantes do regime.

Segundo Ângela Alonso, algumas obras literárias até pelo menos pouco mais da primeira metade do século XIX – período de consolidação do Estado imperial – serviram para “gerar uma imagem da nação brasileira como síntese americana de europeus e aborígenes” excluindo-se dessa maneira a presença e a identidade do africano como formador da nacionalidade brasileira. As obras dos Conservadores e Conselheiros de Estado José de Alencar n’*O Guarani* (1857), e Gonçalves de Magalhães em *A Confederação dos Tamoios* (1856) cumprem esse papel de forjar a identidade brasileira.<sup>178</sup>

Ângela Alonso elucida melhor essa questão: “[...] para que a nação fosse brasileira era preciso gerar uma diferenciação com a antiga metrópole, uma origem nativa. Tratava-se de dotar o Brasil de uma identidade, uma língua, uma historia, um povo, enfim inventar uma tradição nacional.”<sup>179</sup>

A liberdade de ensino ainda foi tema do *Nono Districto*, quando o jornal transcreve um texto de *V. de Benalcanfôr*. Nesse texto, o referido autor além de criticar a influência exercida pela Igreja em relação ao ensino também relaciona a liberdade de ensino como sendo

---

<sup>177</sup> *O Nono Districto*, 15 jan. 1882, p. 1.

<sup>178</sup> ALONSO, A. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 57.

<sup>179</sup> *Ibid.*, p. 29.

parte integrante do conjunto das “liberdades” que compõe a “associação humana”, liberdade de indústria, comércio, de trânsito, de pensamento, de cultos e de consciência:

A liberdade de ensino é o ideal supremo da escola liberal, desenvolvidas e paralelas com essas liberdades todas as outras que podem e devem co-existir na associação humana, taes como a liberdade de industria, de commercio, de transito, de pensamento, de cultos e de consciência.

[...]

A liberdade de ensino pertence a cathegoria das liberdades humanas, cujas únicas limitações são determinadas pelos grandes interesses sociais.

[...]

Limitar essa liberdade no intuito de subtrhair a influencias nocivas a geração nova e aniquilar a reacção clerical que não contente com a doutrinação do púlpito, aspira a imprimir no espirito da mocidade o cunho de uma theocracia absorvente, eis a necessidade social, o dever dos governos prudentes e esclarecidos.<sup>180</sup>

*O Nono Districto* nas publicações dos seus redatores ou na transcrição de textos de outros autores procurou adequar a instrução pública com as transformações econômicas pelas quais o Brasil se encontrava. Os redatores também não deixavam de criticar o que para eles seria a “antítese” do progresso que o ensino poderia proporcionar a sociedade brasileira: a Igreja. A liberdade de ensino consistia em retirar das mãos da Igreja a primazia do ensino que segundo *O Nono Districto* conservava o povo no “obscurantismo”. É interessante ressaltar que nessa época os “conservadores emperrados” – na expressão de Ângela Alonso – se colocaram contrários aos “efeitos” que as transformações socioeconômicas estavam ocasionando para a sociedade brasileira, operando-se uma tentativa de defesa das tradições imperiais agora ameaçadas. Contra a laicização da sociedade formou-se uma ala ‘ultramontana’ que defendeu a “religião de Estado e reafirmou a base católica do regime”. A ‘civilização moderna’ foi questionada, pois era a causadora da ‘corrupção e depreciamento moral’. Segundo o conservador Candido Mendes essa “nova” civilização teria se debruçado perante “[...] as ciências físicas e as invenções industriais” esquecendo-se “da verdade religiosa.”<sup>181</sup>

Sobre esse debate, *O Nono Districto* por intermédio de seu redator Gaspar da Silva publica um artigo no dia 26/04/1882 em que procura conciliar a religião com os avanços da ciência numa relação de reciprocidade, respeitando as especificidades de cada uma, bem como as contribuições que ambas podem fornecer a humanidade:

Não há homens mais religiosos que os que prestam culto á sciencia.  
Herbert Spencer demonstra admiravelmente essa verdade, de continuo atacada pelos theologos.

<sup>180</sup> *O Nono Districto*, 5 out. 1882, p. 1.

<sup>181</sup> ALONSO, A. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 89.

A sciencia, diz o grande pensador, é hostil as superstições, que tem curso no mundo, sob o nome de religião; não é, porém, a religião essencial, que as superstições occultam.

Se uma parte da sciencia corrente esta impregnada do espírito de irreligião, este espírito não existe na verdadeira sciencia, n'aquella que, não contentando-se com o conhecimento das superficies, penetra as profundezas.

[...]

Tanto mais prospera é a sciencia quanto mais é religiosa.

Tanto mais floresce a religião quanto mais scientifica é sua base.

[...]

Não é irreligiosa a sciencia, como muita gente crê e como toda a hora affirmam os maus padres.

Irreligioso é o desprezo pela sciencia.<sup>182</sup>

Diante do que foi exposto até aqui, o debate em que *O Nono Districto* esteve inserido em relação ao ensino e suas propostas, pode sugerir uma crítica à tradição imperial, não só por colocar em o Brasil “no plano das nações adiantadas” – posição essa que poderia ser alcançada por intermédio do ensino – mas por conceberem que a instrução “é que dá ao homem o governo da liberdade, por que é ella que lhe dá energia de character e convicções firmes” capaz de preparar o homem para viver numa sociedade em que as desigualdades inerentes do processo de desenvolvimento econômico fossem escamoteadas.

O debate em torno da substituição do braço escravo pelo imigrante foi tema recorrente no Brasil e *O Nono Districto* não se esquivou em debater esse assunto. Em abril de 1882, o jornal já se pronunciava defendendo a naturalização do imigrante. O artigo argumentava que devido à “nossas leis degradantes e vexatórias” o imigrante não tinha o interesse de permanecer no Brasil, porque não lhe era “franqueado”, ou não podia compartilhar das nossas poucas liberdades.

A falta de um aparato jurídico-constitucional organizado que transformasse os imigrantes em cidadãos com os direitos iguais aos brasileiros – “as poucas liberdades que nos alimentam” - foi uma das causas que impediram a fixação do imigrante ao Brasil. Como consequência, o imigrante vinha para o Brasil para “fazer” fortuna e logo após regressava ao seu país de origem não contribuindo “mais para a nossa prosperidade”. Isso pode indicar que *O Nono Districto* se preocupava em criar condições de acesso a novas cidadanias, principalmente em relação ao imigrante europeu, mas escamoteava a real condição dos brasileiros, em particular os ex-escravos ou os livres e pobres.

Os redatores do jornal, ao questionarem a “coleção de leis degradantes e vexatórias” estavam preocupados em garantir uma corrente de imigração “espontânea e limpa” para o Brasil visando solucionar o problema da substituição do braço escravo. Nesse artigo, a imagem do imigrante é associada à prosperidade e ao progresso.

---

<sup>182</sup> *O Nono Districto*, 26 abr. 1882, p. 2.

O estrangeiro emigrado para o nosso seio, vendo systematicamente fechadas para si as portas dos negócios políticos, e o que ainda é mais, encontrando uma coleção de leis degradantes e vexatórias, obrigando-o a um juramento ao encontro aos dictames da sua consciência, recúa espavorido ante a exigencia irracional, absysmando-se num egoísmo tão torpe como o nosso, e procurando elevar a altura de um principio absoluto o – serve te ipsum. È assim que, compenetrando-se da influencia do meio em que vive, torna-se logo ávido de fortuna, procurando, com a actividade de que é dotado, sugar a nossa riqueza, regressando assim que se levado pelo ouro, à terra natal, ao paiz que lhe é franqueado o direito de votar e ser votado, o direito em summa de intervir na grande elaboração política e humanitária das coisas.

[...]

O estrangeiro não contribue mais para a nossa prosperidade, porque, desde que obtem alguma fortuna, regressa a pátria, onde não medram prejuisos ou preconceitos mesquinhos. Já disse alguém – a corrente de uma imigração espontânea e limpa entre nós é impossível, enquanto ao estrangeiro não forem franqueadas as poucas liberdades que nos alimentam.<sup>183</sup>

As queixas dos republicanos paulistas – PRP - também vinham nesse sentido. Queriam propor medidas em que o imigrante pudesse ter maior facilidade para se naturalizar, participando na “comunhão da família brasileira”. Criticavam a reforma eleitoral do governo que “alargava os direitos do cidadão naturalizado” sem, contudo, definir as formas de naturalização. A intenção dos republicanos, em tornar os imigrantes cidadãos, era o de aumentar o fluxo dessa corrente imigratória para o Brasil.<sup>184</sup>

Nesses dois próximos artigos a naturalização do imigrante tomará outros caminhos. Vejamos o porquê:

Especializando a questão ao nosso paiz vemos que, talvez, em maior escala sejam os beneficios que lhe prestariam a Grande Naturalização.

Como consequência immediata teríamos a transplantação para o nosso paiz das industrias adiantadas, das artes úteis, das artes plásticas, e consequente incremento que teria o nosso commercio e a riqueza dos paiz.

Além do contingente que necessariamente havia de trazer a sciencia, entre nós, a massa de homens livres para aqui emigrados; *além do avigoramento da nossa raça depauperado pelo tacanho systema de educação de nossos avós e pelo cruzamento das raças inferiores ethnograficamente fallando*, nós temos que a sua realização viria solver o problema que na actualidade mais insta por uma solução – qual o da abolição do braço escravo.<sup>185</sup>

A melhor população – está plenamente demonstrado, - só nos pode ser fornecida pelos países mais avançados da Europa, por immigrants espontâneos, dirigindo-se ao Brazil na persuasão de aqui encontrarem elementos para melhorarem sua sorte.

---

<sup>183</sup> **O Nono Districto**, 29 jan. 1882, p. 1-2. Em outro artigo do dia 9 abr. 1882 o jornal coloca novamente a questão, mas desta vez exaltando as figuras políticas que estavam se empenhando para causa da naturalização. Dentre os nomes constavam os republicanos – “liberais republicanos” - Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva e Ubaldino do Amaral, além de outros como Pereira da Silva, Nicolau Moreira e Silvio Romero – “positivista abolicionista”.

<sup>184</sup> PROGRAMA dos Candidatos Republicanos Paulistas. In: BARRIGUELLI, J.C. (Org.). **O pensamento político da classe dominante paulista: 1873-1828**. São Carlos: UFSCar, 1986. p. 24.

<sup>185</sup> **O Nono Distircto**, 3 jun. 1883, p. 01.

[...] Cumpre não confundir o problema de imigração com o da substituição dos braços necessários à grande lavoura. Esta quer salários e chega a preferir os de raça inferior. *O escopo da imigração, porém, é de ordem muitíssimo mais elevada; busca organizar os elementos que devem formar a grande nacionalidade brasileira, senhora da maior e melhor parte do continente Sul – Americano. Exige por isso mesmo a maior seleção desses elementos.*<sup>186</sup>

Nos artigos, a “Grande Naturalização” seria benéfica ao país por que traria com ela o desenvolvimento do progresso material através das “indústrias adiantadas”, das artes de uma maneira geral, incrementando o comércio “e a riqueza do paiz”. A imagem do progresso na figura do imigrante é novamente aventada. O imigrante é inserido dentro do componente econômico de crescimento da província de São Paulo.

Nos decorrer dos artigos, o componente econômico cede lugar ao componente racial. Além de prover a lavoura de braços e de promover o progresso material das “riquezas do paiz”, a imigração ganha outra função: a de “organizar os elementos que devem formar a grande nacionalidade brasileira” através do “revigoramento da nossa raça” que há muito estava depauperada devido ao “cruzamento” com raças inferiores. Para esse revigoramento da “raça” brasileira os artigos eram unânimes em propor uma seletividade que por sua vez era concretizada apenas com a presença do imigrante europeu. Dessa forma buscava-se construir um novo espaço público, dotado também de uma nova moral que por sua vez era concretizada com a presença do imigrante europeu.

Em conferência realizada em Franca no dia 25/05/1884, César Ribeiro – um dos redatores do jornal – “[...] combateu a imigração asiática, fez um resumo histórico da colonização da América do Norte e demonstrou a superioridade e conveniência da imigração européia, máxime da germânica.”<sup>187</sup>

No Congresso Agrícola de 1878, a imigração asiática, em particular do *collie* indiano ou chinês, foi aventada como elemento de transição, até a constituição de uma corrente imigratória européia.

Mas, assim como *O Nono Districto*, os fazendeiros paulistas viam com desconfiança esse tipo de imigrante que poderia representar “o regresso [para] a nossa civilização”.<sup>188</sup> É importante salientar que esse posicionamento do *Nono Districto* era compartilhado por muitos outros políticos e pensadores brasileiros. Alberto Sales, por exemplo, projetou “A Pátria

---

<sup>186</sup> *O Nono Districto*, 23 fev. 1884, p. 1.

<sup>187</sup> *O Nono Districto*, 31 maio 1884, p. 1-2.

<sup>188</sup> SALLES, I.G. **Trabalho, progresso e sociedade civilizada: o Partido Republicano Paulista e a política de mão de obra (1870 – 1889)**. São Paulo: HUCITEC; Brasília, DF: INL, 1986. p. 96.

Paulista”<sup>189</sup> como sendo “[...] geograficamente determinada, rica, branca, e por isso promissora.”<sup>190</sup>

Por outro lado, Joaquim Nabuco concebia a miscigenação como parte integrante da nacionalidade brasileira, não considerando o negro como uma raça inferior; Nabuco criticava e responsabilizava a escravidão pelo atraso do país, obstaculizando toda a forma de progresso. Como forma de desenvolvimento da nação propunha o trabalho assalariado defendendo uma corrente imigratória européia que trouxesse “[...] sem cessar, para os trópicos uma corrente de sangue caucásico vivaz, enérgico e sadio.”<sup>191</sup>

O país passava por transformações socioeconômicas; essas transformações exigiam que a nação brasileira fosse repensada. A noção de progresso que essas transformações ensejavam teve seu correspondente no imigrante, no qual a sua imagem passou a estar associada com “a ordem, moralidade e progresso”.<sup>192</sup>

A noção de trabalho com o advento do imigrante ganha uma conotação positiva: o trabalho possibilitaria ao imigrante ter acesso à riqueza além de ser visto como o elemento capaz de desenvolver o aprimoramento técnico, em detrimento do aviltante trabalho escravo que “[...] pelas implicações de coerção e violência, (era) uma brutalização do trabalhador, cuja força era confundida com a força animal.”<sup>193</sup>

Ao propor que a função do imigrante era a de “organizar os elementos que devem formar a grande nacionalidade brasileira” através do “revigoramento da nossa raça” que a muito estava depauperada devido ao “cruzamento” com raças inferiores, *O Nono Districto* esteve inserido em um outro debate recorrente na segunda metade do século XIX: a discussão da nacionalidade brasileira frente às transformações socioeconômicas impostas pelo “*novo liberalismo*” e o papel que caberia ao negro em meio a essas transformações. Parece que ao que tudo indica, *O Nono Districto* compartilhou do pensamento e das metodologias empregadas na época: o “embranquecimento” da nação.

Todavia, o debate em torno do imigrante como saída viável para a substituição do trabalho escravo, esteve inserido também em uma outra questão: como dotar o Estado

---

<sup>189</sup> O termo “*Pátria Paulista*” surge do movimento criado em 1887 que visava à separação da província de São Paulo com o restante do império. “A *Pátria Paulista*” teve muitos idealizadores, dentre os quais podemos destacar o próprio Alberto Sales e Martin Francisco de Andrada Jr.

<sup>190</sup> ADDUCI, C.C. *A “Pátria paulista”*: o separatismo como resposta á crise final do Império Brasileiro. São Paulo: Arquivo do Estado : Imprensa Oficial, 2000. p. 103.

<sup>191</sup> Ibid., p. 52-53

<sup>192</sup> Ibid., p. 49.

<sup>193</sup> SALLES, I.G. *Trabalho, progresso e sociedade civilizada*: o Partido Republicano Paulista e a política de mão de obra (1870 – 1889). São Paulo: HUCITEC; Brasília, DF: INL, 1986. p. 80.

brasileiro de condições jurídico-institucionais que pudessem garantir a permanência do imigrante no Brasil. Vejamos como *O Nono Districto* debateu essa questão.

Fallamos ou queremos fallar do casamento civil e da secularização dos cemitérios.

[...]

Estes projetos convertidos em leis, depois de ligeiras modificações, muito concorrerão para melhorar o nosso estado de cousas, para a salvação da nossa lavoura quase em decadência, amenizando ao mesmo tempo a demora da passagem da lei sobre a liberdade de cultos.

[...]

Em todo o caso venham as reformas; venham acompanhadas da effectividade do registro civil que, antes mesmo da separação da igreja e do estado, teremos lançado forte barreira ás pretensões da igreja.

As lutas constantes entre o poder temporal e o espiritual desaparecerão.

A lavoura tomará força e vigor pela corrente de emigração que afluirá ás nossas plagas.<sup>194</sup>

Ao propor o casamento civil, a secularização dos cemitérios, a liberdade de culto barrando as pretensões da Igreja, o jornal também almejava oferecer ao imigrante uma sociedade liberal que pudesse além de atraí-lo, fixá-lo na terra. *O Nono Districto*, por intermédio do seu colaborador, o chefe do Partido Liberal de Franca, Francisco Barbosa Lima propôs que o Partido Liberal agora no poder executasse plenamente o seu programa político de 1868, no qual previa a separação Igreja – Estado.

Segundo Francisco Barbosa Lima, enquanto perdurasse no Brasil a “religião oficial” impondo ao povo uma religião, “forçando as mais das vezes a sua consciência: não nos é dado a reclamar os foros de nação livre e independente”. Esse era um dos fatores que ocasionava o atraso do comércio, das indústrias e da lavoura, além de obstaculizar a entrada de imigrantes para o país. Cabe ressaltar também que nos municípios, a construção de um novo espaço público representava também enfrentar aquilo que vêm como crise ou decadência da lavoura. A reforma que ao Partido Liberal cabia executar era em nome do progresso cujo próprio Partido acreditava fazer parte:

O partido liberal, hoje no poder, com maioria na câmara temporária e quase equilibrado no senado, cumpre examinar o seu programma e executal-o.

N’elle está inscripta, em caracteres indeléveis, a separação da igreja do estado.

È, pois, chegado o momento ao partido dominante para realizar o seu compromisso ou antes um dos seus compromissos solememente exarados no programa de 1868, fazendo a felicidade da pátria e conquistando para si os louros immorredouros da gloria.

O partido liberal perderá o seu prestigio, negará as suas gloriosas tradições, mentirá à sua própria consciência, se deixar de levar a effeito esta importante reforma.

[...]

E o obstáculo mais formidável lançado a frente do progresso, da industria, do commercio e da lavoura. E hoje, mais do que nunca, é preciso destruil-o.

---

<sup>194</sup> *O Nono Districto*, 22 jan. 1882, p. 1.

Tratamos de substituir o braço escravo para o braço livre, substituição de há de operar pelo estrangeiro e que não se realizará enquanto perdurar o estado de cousas que nos cerca.

Urge, pois, que se remova enquanto antes o espantinho da emigração, urge que seja de prompto riscado o artigo 5º da nossa constituição.<sup>195</sup>

A criação de uma lei de locação de serviços também era uma medida que visava garantir a permanência dos trabalhadores imigrantes no Brasil. A referida lei era uma das aspirações do PRP na medida em que facilitava a locação de serviços, ou seja, a relação entre patrão e empregado:

[...] parece urgência estabelecer na legislação um plano que possa adaptar-se melhor às mutuas relações entre o locador e o locatário, definindo com clareza e precisão os direitos e obrigações recíprocas, e afirmando ao mesmo tempo as garantias indispensáveis e eficazes para a execução do contrato.<sup>196</sup>

Na verdade, o PRP queria garantir os seus direitos como proprietários de que os contratos estabelecidos com os trabalhadores imigrantes fossem cumpridos na forma de lei, garantindo ao mesmo tempo, a continuidade da mão-de-obra nas suas propriedades, reforçando o vínculo empregatício via contrato, o que possibilitava a permanência do trabalhador imigrante na propriedade. É interessante notar que *O Nono Districto* tinha uma opinião semelhante:

A falta de braços, que sem duvida encareceu o trabalho, é uma das causas do definhamento da lavoura.

Não é, contudo, unicamente com esta dificuldade que luctam os fazendeiros do nosso paiz: outras de grande ponderação impedem-nos de utilizar-se de trabalhadores livres.

A Falta de uma lei simples e enérgica relativamente ao contracto de locação de serviços e as exigências de tratamento por parte dos trabalhadores atam completamente o lavrador brasileiro a um verdadeiro leito de dor.

É mal chronico dos nossos legisladores o consumirem tempo precioso na confecção de leis extensas e difíceis de serem executadas por qualquer individuo alheio á jurisprudência.

A única lei sobre locação de serviços que existe, é a de 15 de Março de 1879 e ainda dependente de regulamento. E esta, se não é um monstro de obscuridades, é um conjunto de tropeços para o locatário.<sup>197</sup>

Ao propor a criação de uma lei que pudesse organizar os contratos de trabalho, o jornal não estava apenas preocupado em garantir a permanência do trabalhador na propriedade. A situação da lavoura brasileira também levou *O Nono Districto* a propor

<sup>195</sup> *O Nono Districto*, 15 fev. 1882, p. 2.

<sup>196</sup> PROGRAMA dos Candidatos Republicanos Paulistas. In: BARRIGUELLI, J.C. (Org.). **O pensamento político da classe dominante paulista: 1873-1828**. São Carlos: UFSCar, 1986. p. 25.

<sup>197</sup> *O Nono Districto*, 8 abr. 1883, p. 1.

medidas que pudessem alavancar a sua expansão. Dessa forma, ao propor essas medidas o jornal também criticava os posicionamentos do governo imperial. No artigo do dia 12/03/1882, *O Nono Districto* criticava uma medida do governo que consistia em estimular o crescimento dos “engenhos centraes” – de cana de açúcar - como saída viável para o desenvolvimento da agricultura na província de São Paulo. Na opinião do jornal, “[...] os engenhos centraes não podem dar-no aquillo de que precisamos já e já; um auxilio efficaz à lavoura, auxilio que se traduza no seguinte:- crescente aumento de trabalhadores livres, facilidade e barateza nos transportes e conveniente obtenção de capitães.”<sup>198</sup>

Em outro artigo *O Nono Districto* propunha como solução para a falta de braços na lavoura, a utilização dos mendigos. Essa proposta também complementava o que constava no Código Posturas do Município, visto que no Título IV, Do Socego e Moradia Publica, “[...] ficava expressamente proibido a toda a pessoa, sob qualquer pretexto, para qualquer fim e destino, tirar esmolas dentro desta cidade.”<sup>199</sup>

Uma dellas (causas do atraso da lavoura) e talvez a principal, é a falta de braços, ou antes, o não se aproveitarem os ociosos que vivem do vicio e talvez do crime. Quantos indivíduos de ambos os sexos há na cidade, que não tem profissão alguma e que não procuram tel-a, tal é o preso da preguiça que se lhes agarrou aos hombros. Quantos mendigos não percorrem semanalmente em pechinchona via-sacra as ruas da cidade, podendo a maior parte delles, pela sua robustez, empunhar e manear desembaraçadamente uma enxada ou a rabiça de um arado?<sup>200</sup>

*O Nono Districto* também buscou alternativas para a expansão comercial e industrial de Franca como fica evidenciado no artigo abaixo:

È preciso crear em Franca a grande industria.  
O que lhe falta?  
Iniciativa não é porque ella manifesta-se na pequena industria, bastante animada mas pouco productiva.  
[...]  
Faltarão capitais?  
Entre três ou quatro indivíduos se realizaria de um momento para o outro o fundo social necessário para uma grande fabrica.  
Só o que falta, o que é deplorável, é um pouquinho de desprendimento da parte d’esses indivíduos – mais amor a causa commum e largar o receio de arriscar uma parcella das suas fortunas para felicitar uma população que contribuiu para essa fortuna.  
A via férrea aproxima-se de nós.  
E o que fazemos para recebê-la?  
Julgar-se que a locomotiva jorra a industria de mistura com o vapor?

<sup>198</sup> **O Nono Districto**, 12 mar. 1882, p. 1. Em artigo do dia 24 jun. 1883 o jornal transcreve artigo da *Folha Nova* em que é cobrada melhor condição de credito para a lavoura.

<sup>199</sup> **Código de Posturas Municipais**.

<sup>200</sup> **O Nono Districto**, 20 ago. 1882, p. 1.

A estrada de ferro vem assegurar o nosso bem estar, se soubermos preparal-o.  
Há actividade na Franca mas nota-se ainda o predomínio dos velhos costumes, todos medrosos, indecisos, vacillantes, caturras.  
Precisamos aqui da energia norte-americana.  
Três ou quatro yankees com uma dezena de contos de reis cada um, já teriam feito da Franca, só com a esperança da estrada de ferro, um grande centro comercial e industrial.<sup>201</sup>

Nesse artigo, *O Nono Districto* oferece espaço para a discussão em torno da expansão da indústria e do comércio no município de Franca, podendo indicar que ao pensar no surgimento de uma nova ordem pública, os redatores do jornal também pensavam em contemplar esses setores da economia. Essa proposta fazia com que os redatores do jornal se diferenciasssem, por exemplo, do PRP, cujas propostas visavam sempre à expansão do setor cafeeiro na província de São Paulo, que por sua vez propiciaria a “reprodução e ampliação” do capital a uma parcela dos cafeicultores do Oeste paulista vinculados ao partido como salienta Iraci Galvão Salles:

A expansão da economia cafeeira durante a metade do século XIX está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento histórico de reprodução e ampliação do capital, através da constituição de uma economia de caráter nacional, estabelecendo relações e interações com o capitalismo internacional.<sup>202</sup>

Por fim, cabe ainda ressaltar que dentro desse contexto de expansão industrial e comercial, os redatores do *Nono Districto* fazem referência aos Estados Unidos, ou a “energia norte-americana” contrapondo-a ao “predomínio dos velhos costumes” que imperavam no município de Franca obstaculizando tal expansão.

*O Nono Districto* propôs ainda, como medida de expansão do comércio, que se aproveitasse o potencial que o município de Franca possuía na produção de diamantes:

D’esta falta de dinheiro de que se resente o commercio e que faz-se recusar trabalho a quem o vem demandar a essas paragens, há de resultar uma crise tremenda de que só um meio nos poderá salvar: a exploração dos diamantes.  
[...] E as minas de um prodigiosa fecundidade, ahi estão abandonadas.  
[...] O commercio da Franca, que podia atrahir ao município milhares de garimpeiros, dando uma vida extraordinária à cidade, hoje que os diamantes estão em alta, dorme o somno da indiferença.  
[...] Exploreem-se as minas de diamantes em Franca e a nossa população crescerá também n’uma proporção phantastica, mas no meio da riqueza e da abundancia.<sup>203</sup>

---

<sup>201</sup> *O Nono Districto*, 12 abr. 1884, p. 1.

<sup>202</sup> SALLES, I.G. **Trabalho, progresso e sociedade civilizada: o Partido Republicano Paulista e a política de mão de obra (1870 – 1889)**. São Paulo: HUCITEC; Brasília, DF: INL, 1986. p. 34.

<sup>203</sup> *O Nono Districto*, 11 out. 1884, p. 1. A exploração de diamantes também foi tema do jornal nos dias 18 out. 1884, p. 1; 31 out. 1884, p. 1; 8 nov. 1884, p. 1; 5 out. 1882, p. 1.

## 2.2 As Experiências de República no *Nono Districto*

Como foi demonstrado até o momento, *O Nono Districto* esteve inserido nos debates que envolveram a crise do Brasil-Império. O jornal, por intermédio dos seus redatores e colaboradores, participou dos debates propondo soluções, apresentando também questões novas como a defesa do municipalismo e questionando alguns posicionamentos tomados pelo governo imperial. Na maioria das vezes, o jornal enveredou-se pelos caminhos da mudança que as transformações socioeconômicas cobravam.

Diante disso, quais foram às experiências de República que estiveram presentes no jornal? Ou melhor, a inserção do jornal nas questões acima debatidas confere-lhe aproximação ou distanciamento da mudança de regime que era proposta pelos vários grupos políticos que fizeram parte da geração 1870? Contudo, pelo menos no período pesquisado, o jornal não é órgão de propaganda republicana como já atestaram outros autores.<sup>204</sup> A indagação consiste no seguinte: se o jornal participou das discussões dos temas que ensejavam muitas vezes a mudança da ordem pública, como o jornal se posicionou frente à implantação da República em si?

No entanto, para tentar elucidar essas indagações foram selecionados os artigos que o jornal produziu envolvendo a República e os republicanos. Dessa forma, pode ser possível demonstrar as várias posições que o jornal tomou em relação à República investigando o que foi exposto nos artigos, demonstrando como o *Nono Districto* pensou os ideais de República.

Diante disso, *O Nono Districto* não deixou de criticar os republicanos paulistas – PRP - e suas alianças políticas e eleitorais com os Conservadores na província de São Paulo:

Creemos ter sufficientemente demonstrado no precedente artigo que em S. Paulo não existe ainda sincero e verdadeiro o partido republicano.

[...]

Que esse partido não existe, embora todas as pomposas aparências, é uma verdade incontestavel, queira ou não queira o illustre sr. Martinho Prado Jr.

Se s.s é realmente republicano, de boa fé adptou esse partido, tome muito em consideração o que vamos expor, e que muito de perto se entende com o futuro do mesmo partido.

O pretenso partido republicano paulista, já não existiria, não figuraria mais nos comícios eleitoraes, se o governo liberal fosse menos avaro.

Abrisse elle o cofre das graças, saptisfizesse a avidez de muitos republicanos que correm apoz um emprego retribuído; alimentasse a fofa vaidade de outros que sonham com uma subdelegacia de policia, com uma patente da guarda nacional, ou

---

<sup>204</sup> TAVARES, M.R. **Entre a cruz e o esquadro**: o debate entre a Igreja Católica e a Maçonaria na imprensa francana (1882-1901). 2007. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2007. p. 116.

com uma tetéia qualquer, e a debandada seria completa, e a republica ficaria reduzida a meia dúzia de chefes sem soldados.

[...]

E, se os liberais escrupulisam, se o governo do seu partido desatende as pretensões dos republicanos a empregos públicos, virão os conservadores que saberão usar e abusar d'esse recurso deixando desertas as fileiras republicanas.<sup>205</sup>

O artigo termina denunciando as alianças políticas entre conservadores e republicanos na província de São Paulo no momento em que “[...] o partido liberal (espalhava) aos quatro ventos o libérrimo programa de 1869, que em parte era do partido republicano, hasteava bem alto a bandeira liberal, e clamava pelas reformas democráticas.” A referida aliança entre conservadores e republicanos conseguiu derrotar os liberais nas eleições de 1869. Devido a essa vitória é que o artigo questiona: “È ou não (os republicanos) um grupo de conservadores disfarçados.”

Essa crítica feita pelo liberal francano, Francisco Barbosa Lima, questionando a “identidade política” dos republicanos tinha fundamento: segundo Sérgio Buarque de Holanda, mesmo após o Manifesto de 1870 ainda era muito difícil estabelecer uma diferenciação entre liberais e republicanos, devido o forte caráter reformista que marcou as ações políticas desses grupos.<sup>206</sup>

Para Raul de Andrade e Silva, a maior diferenciação dos republicanos em relação aos liberais monarquistas residia essencialmente na “opção declarada pela República”.<sup>207</sup> Devido a essas “afinidades” políticas, os republicanos sempre procuraram um distanciamento dos liberais, que muitas vezes se transformavam em apoio político aos conservadores quando das realizações das pugnas eleitorais.

Quando o Partido Liberal sobe ao poder em 1878 e consegue a adesão ao Gabinete Sinimbu de um dos signatários do Manifesto de 1870, Lafayette Rodrigues Pereira, os republicanos procuram um distanciamento ainda maior em relação aos liberais. Esse episódio fez com que o PRP se manifestasse através de um Manifesto em que negava o apoio ao novo Ministério: “Não podemos, pois, prestar-lhe o apoio direto, prometer-lhe adesão, porque isso seria negarmos a nossa própria existência e condenarmos os motivos justificáveis do manifesto de 3 de Dezembro de 1870.”<sup>208</sup>

---

<sup>205</sup> **O Nono Districto**, 23 jul. 1882, p. 2.

<sup>206</sup> HOLANDA, S.B. (Dir.). **O Brasil Monárquico**. São Paulo: DIFEL, 1972. t. 2. v. 7. (História geral da civilização brasileira). p. 258-259.

<sup>207</sup> SILVA, R.A. Os republicanos de 1870 e as realidades nacionais. **Revista de História**, São Paulo, ano 21, v. 41, n. 84, p. 439-447, out./dez. 1970. p. 445.

<sup>208</sup> BRASILIENSE, A. **O programa dos partidos e o Segundo Império**: exposição e princípios. São Paulo: Tipografia de Jorge Seckler, 1978. p. 162-163.

Em uma conferência abolicionista realizada no município de Casa Branca, um dos redatores do jornal, Gaspar da Silva, critica o Programa dos Candidatos do PRP, “apontando graves incoerências” e concluindo “disse que os republicanos da província podem ser expostos à irrisão pública, de barrete phyrrio na cabeça e chicote na mão”.<sup>209</sup> Em outra conferência do Centro Abolicionista de São Paulo Raul Pompéia critica o mesmo documento do partido alegando “[...] que os republicanos paulistas querem a liberdade religiosa, querem a liberdade de ensino, querem a liberdade de reunião; só não querem a liberdade do captivo, cujo o suor os sustenta.”<sup>210</sup>

*O Nono Districto* criticou também a posição dúbia adotada por Saldanha Marinho em relação à escravidão:

Como, porém, é preciso ser lógico, o sr Saldanha Marinho está no caso agora de pugnar pela escravidão, opondo-se aos abolicionistas reformadores também. A escravidão, que nos conste, não deixa de ser infelizmente garantida pelas leis brasileiras. E se amanhã encarregarem a s. exc. a defeza da barbaria – mantida constitucionalmente – s. exc. pôde recusar em nome do seu coração, mas não em nome da sua choerencia porque essa perecerá pela base. Se tudo quanto a Constituição mantém é excellente e deve ser inffalivelmente conservado, também chegaremos a conclusão pouco agradável de que o partido republicano é simplesmente monstruoso, tendo por alvo a destruição desse monumento de todas as felicidades imagináveis para uma nação.<sup>211</sup>

Na verdade, os republicanos sempre tomaram uma posição dúbia em relação à escravidão. No Manifesto de 1873, o partido prefere encarar o problema como uma “questão social” e não política, transferindo para a sociedade ou para o “organismo social” o tratamento do problema. Ao transferir o problema para “questão social” o PRP não se sentiu responsável em solucionar um problema de tamanha amplitude, já que afetava “todos os interesses” e colocava em risco a ordem social.

Nesse período, é importante ressaltar que, além do grande número de proprietários rurais que compunham as hostes do partido, a província de São Paulo não havia adquirido uma corrente imigratória, fatores esses que influenciaram nesse posicionamento do PRP. No Programa dos Candidatos de 1881, que como vimos, foi alvo de críticas pelo *O Nono Districto*, os republicanos paulistas continuavam com sua linha de ação: a eliminação da escravidão “[...] não poderia colocar em prejuízo (o) organismo de ação em que ela foi incrustada”; ou seja, os republicanos temiam que abolição viesse a desestabilizar a lavoura cafeeira por esta ainda depender do braço escravo.

---

<sup>209</sup> *O Nono Distrito*, 8 jul. 1883, p. 2.

<sup>210</sup> *O Nono Districto*, 22 abr. 1883, p. 2.

<sup>211</sup> *O Nono Districto*, 25 mar. 1884, p. 1-2.

Em decorrência disso, o discurso do PRP não se descuidava em um ponto: “[...] o processo de eliminação consiste em atacar a instituição por partes, criando logo o equivalente em forças e serviços.”<sup>212</sup>

Um fator que colocava o PRP a se posicionar mais “à vontade” sobre a abolição consistia na entrada mais acentuada de imigrantes na província de São Paulo. Entre 1884 e 1887 a província absorveu cerca de 53.020 imigrantes dos 145.880 que entraram no Brasil, o que dá aproximadamente 36,3% do total.<sup>213</sup>

Em maio de 1887, o PRP lança seu último manifesto debatendo o assunto. Nesse manifesto, o partido quase que referendava o fim da escravidão, exaltando que o “[...] esforço para a substituição do braço escravo e *organização* do trabalho livre foi sempre na linha crescente e *paralela* a da eliminação dos escravos pela generosidade dos senhores e cooperação dos poderes públicos.”<sup>214</sup>

Esse artigo de Gaspar da Silva, em sua análise do Congresso do Partido Republicano, parece resumir o pensamento do *Nono Districto* em relação aos republicanos:

Foi esta a única resolução importante tomada pelo Congresso (publicação do livro de Assis Brasil) segundo o resumo dos seus trabalhos publicados na (jornal) Província – orgam dos republicanos paulistas e dos senhores de escravos fugidos. Da abolição não se fallou. Os republicanos paulistas não tractam de questões sociaes... [...]  
Querem a extincção do elemento servil para d’aqui a vinte ou trinta anos. Uns patriotas exemplares!  
Na minha humilde opinião, o partido republicano brasileiro não deve por enquanto shair da esphera da propaganda. Distribuir as mãos cheias jornaes e livros, crear escolhas, pregar a doutrina democrática em logares públicos, analysando ao mesmo tempo os actos da monarchia, e, principalmente, combater a instituição negra – eis tudo quanto devem fazer os republicanos sinceros e despretenciosos. [...]  
Não há a mínima conveniência para o partido republicano brasileiro em disputar cargos electivos; ao contrario, há inconveniência e grande, porque, para não soffrer derrotas vergonhosas, é forçado a fazer transacções com qualquer partido monarchico. Não foi votação republicana a que levou os srs. drs. Rangel Pestana, Martinho Prado Junior, e Pinheiro Machado até a assembléia provincial...<sup>215</sup>

Gaspar da Silva condena a atitude do Partido Republicano – o redator não usa o termo Partido Republicano Paulista - por não tratar do problema da abolição do trabalho escravo no

<sup>212</sup> PROGRAMA dos Candidatos Republicanos Paulistas. In: BARRIGUELLI, J.C. (Org.). **O pensamento político da classe dominante paulista: 1873-1828**. São Carlos: UFSCar, 1986. p. 31.

<sup>213</sup> CARDOSO, F.H. Dos governos militares a Prudente – Campos Salles. In: FAUSTO, B. (Dir.). **O Brasil Republicano**. São Paulo: Difel, 1977. t. 3. v.1. (História geral da civilização brasileira). p. 22.

<sup>214</sup> **A Província de São Paulo**, 16 jul. 1887.

<sup>215</sup> **O Nono Districto**, 22 abr. 1883, p. 1.

Congresso do partido. Segundo Gaspar da Silva, a partir do momento em que os republicanos paulistas não tratavam de “questões sociaes”, também não poderiam deliberar a respeito da abolição do trabalho servil na medida que concebiam a escravidão como uma questão social, como já foi abordado acima.

No entanto, essa crítica de Gaspar da Silva era coerente com o projeto político dos republicanos paulistas: ocorre que para a parcela dos cafeicultores do Oeste paulista representada pelo PRP, a República Federativa conformava a principal necessidade. Suas críticas consistiam na “[...] inépcia da elite política (imperial) para gerir a modernização econômica” que a província demandava, no qual seu federalismo “[...] foi uma espécie de passo lógico, dada a impossibilidade de fazer valer suas idéias no regime de centralização administrativa e tributaria do Império.”<sup>216</sup> Por outro lado, o federalismo dos paulistas os levou a reivindicarem uma maior participação política de São Paulo em âmbito nacional que fosse correspondente com o crescimento econômico e populacional da província.

Dessa forma, acreditamos que Gaspar da Silva tinha razão em suas críticas, já que o programa dos republicanos paulistas era, pois, “político e não social”.<sup>217</sup> Na concepção do redator do *Nono Districto*, os republicanos teriam uma função peculiar: a de “doutrinar a sociedade” por intermédio dos jornais, livros, escolas, pregando essa “doutrina democrática nos logares públicos”, e ao mesmo tempo, analisar os atos da monarquia principalmente no tocante ao combate da “instituição negra”.

Dessa forma, para Gaspar da Silva a função dos republicanos, além de “pregar a doutrina democrática” para a sociedade, residia em transformá-la em uma sociedade liberal, sem a “iniqüidade” da escravidão. E para tal tarefa não seria necessário aos republicanos paulistas se lançarem nas disputas eleitorais, visto que não tinham um eleitorado que pudesse lhes garantir a vitória sem os ajustes com os partidos monárquicos. Talvez era essa a maior crítica de Gaspar da Silva aos republicanos paulistas: uma ação “menos política” e mais “pedagógica” capaz de conduzir a sociedade brasileira nesse momento de transição que as transformações socioeconômicas cobravam.

No entanto, *O Nono Districto* em outros momentos enalteceu a atuação de um deputado republicano na Assembléia Provincial quanto à questão do elemento servil, diferenciando-o dos republicanos de Campinas ao qual o jornal rotulava de escravocratas:

---

<sup>216</sup> ALONSO, A. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p., 154-155.

<sup>217</sup> *Ibid.*, p. 149-155.

Republicano desde os bancos acadêmicos, tem-se conservado indiferente as seduções da monarquia.

Uma promotoria pingue é o sonho dourado dos mais exaltados republicanos, quando chegam ao ultimo anno da vida acadêmica – temos ouvido dizer mais de uma vez.

[...]

É deputado pelo 7º districto; não representa, porém, a estrambótica Republica de Campinas, uma Republica ridícula, que empunha o bacalhau, em vez do facho incendiário e que tem na cabeça piolhosa, em vez do glorioso barrete phrygio, um coador de café...

[...]

Republicano sincero é por coherencia abolicionista intransigente.

Os fazendeiros que o elegeram se suppunham que votavam n'um escravocrata como elles, enganaram-se.

Muniz de Sousa é abolicionista sem restricções, entende, como nós entendemos, que a escravidão é um roubo, uma iniquidade revoltante, e que sua immediata extincção é a primeira necessidade do Brasil – que só será um paiz digno, um paiz honrado, quando não permitir que alguns dos seus filhos vivam a custa do suor de outros [...].

Nesse artigo, o deputado republicano pelo 7º distrito eleitoral da província de São Paulo, Muniz de Sousa, tem sua conduta moral exaltada por “conservar-se indiferente das seduções da monarquia”, referindo-se aos empregos públicos que eram constantemente oferecidos aos republicanos por parte do governo monárquico.

O artigo também não deixa de criticar a “Republica de Campinas” por sua posição escravocrata, representada nos interesses econômicos dos cafeicultores daquela região. Em contrapartida a essa crítica aos republicanos de Campinas, ao que parece, o articulista relaciona o movimento abolicionista com um republicanismo “sincero”. Na concepção do jornal, republicanismo e abolição talvez seriam duas propostas indissociáveis, o que faz sentido as criticas a “inchoerencia” dos republicanos paulistas em relação à escravidão e que também estavam contidas no Programa dos Candidatos.

Ao prosseguir o artigo, o redator mesmo afirmando que compartilha do posicionamento do referido deputado, deixa transparecer um fato importante: “[...] entende que como nós entendemos que a escravidão é um roubo, uma iniquidade revoltante, e que sua immediata extincção é a primeira necessidade do Brasil [...]”.<sup>218</sup>

Essa afirmação do *Nono Districto* pode indicar que para os redatores do jornal, a abolição da escravidão teria que preceder o advento da República, ou em outras palavras, que a abolição do braço escravo era uma necessidade imediata, talvez por sua realização estar mais perto do que a suplantação do regime monárquico. Como foi aventado acima, ao proporem uma sociedade liberal que garantiria os direitos dos indivíduos como cidadãos, é

---

<sup>218</sup> **O Nono Districto**, 22 abr. 1883, p. 1. (grifo nosso).

provável para os redatores do jornal que o advento da República sobreviria já sem a “iniqüidade” que a escravidão representava.

*O Nono Districto* em outro momento ainda enaltece a participação dos deputados republicanos na Assembléia provincial:

Os deputados republicanos uma insignificante minoria numérica, na assembléia, não podiam contar com aquillo que dá forças e valor ao deputado e que consiste nas boas graças do governo; entretanto, eram elles a única, verdadeiramente forte, potencia moral, no seio daquela corporação.

E de facto: em todas as discussões alli aventadas, os representantes dos partidos monárquicos, eram obrigados a ceder golpeados de frente pela minoria republicana. [...]

Vencendo intrepidamente e com muito custo toda essa pesada carga, conseguiram os republicanos, ou por iniciativa própria ou por predica incessante de suas idéias e de suas praticas, estes benefícios para a província:

Redução do imposto predial de 71/5 % para 3%;

Redução do imposto de 4 réis por quilo de café a 21/2;

Revogação da taxa adicional de 10% sobre a shaida do café;

Applicação de 50% de cada loteria extrahida na província ao fundo província de emancipação.<sup>219</sup>

Esse artigo mostra a atuação dos deputados republicanos na Assembléia Provincial: muitos dos benefícios que os republicanos conseguem para a província de São Paulo estão relacionados com o meio econômico ao qual estão vinculados, ou seja, a produção e exportação do café.

Segundo Zimmermann, o PRP era o canal institucionalizado pelo qual a parcela dos cafeicultores do Oeste Paulista dava vazão aos seus anseios. De certa forma, era uma maneira de se adentrar no “mundo político” da elite imperial. Daí a opção pelo evolucionismo, tendo no PRP a opção institucional de ação política organizada. Ao que parece, o PRP foi em alguns casos, o mediador entre as mudanças ocorridas a partir da década de 1870, o posicionamento do Estado imperial em relação às mesmas e os interesses dos cafeicultores do Oeste Paulista.<sup>220</sup>

Porém, mesmo representando os interesses de uma parcela dos cafeicultores do Oeste paulista, o PRP também se apresentava como sendo, pelo menos na teoria um “partido democrático”, oferecendo em seu programa espaço para outros setores da sociedade brasileira, na medida que procurava reivindicar: “o sufrágio universal, as liberdades de consciência e de culto, os direitos do cidadão, a separação entre Igreja e estado, o ensino livre”.<sup>221</sup>

<sup>219</sup> **O Nono Districto**, 14 maio 1882, p. 2.

<sup>220</sup> ZIMMERMANN, M.E. **O PRP e os fazendeiros de café**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1986. p. 36.

<sup>221</sup> *Ibid.*, p. 143.

Reivindicações essas que na sua maioria – com exceção do sufrágio universal - também foram propostas pelo *Nono Districto*.

*O Nono Districto* também ocupou suas páginas dos trabalhos intelectuais de muitos republicanos. O jornal publicou uma resenha do livro de Assis Brasil, *Republica Federal*, além de divulgar a obra de Alberto Sales, *Política Republicana*<sup>222</sup>. Segundo Ângela Alonso, as obras de Assis Brasil e Alberto Sales – “federalistas científicos” – criticavam o *status quo* imperial propondo vias de mudança. Dentre as várias propostas podemos destacar: a não intervenção do Estado na economia, livre concorrência, defesa da liberdade individual dentro de uma sociedade competitiva, limitação do poder político do Estado, demonstrando a artificialidade da monarquia brasileira e seu processo de decadência. Ambos estavam de acordo que essas medidas só poderiam ser plenamente exequíveis sob uma República Federativa.<sup>223</sup> Dessa forma *O Nono Districto* – que saía com uma tiragem de 800 exemplares<sup>224</sup> - contribuiu para colocar o município de Franca em contato com essas idéias que as obras exprimiam.

Em artigo “Cartas de um Desconhecido”, um leitor residente no município de Casa Branca elogia essa postura dos redatores do *Nono Districto* por conceder oportunidades à “mocidade acadêmica”<sup>225</sup>:

Há sempre entre a mocidade acadêmica um grupo de rapazes, que cultivam a litteratura. Tenho observado que esses rapazes não são convidados a collaborar na imprensa da capital e que vossa folha não só lhes aceita as producções, mas também os festeja e os incita.

Raymundo Corrêa, o inspirado cantor da *Luizinha*, o laureado auctor da *Simphonias*, estrella sempre as columnas do *Nono Districto*. Augusto de Lima, Assis Brasil, Raul Pompêia, Randolpho Fabrino, etc. recebem de vós o mais amável acolhimento e os mais honrosos estímulos.<sup>226</sup>

*O Nono Districto* também abriu espaço para os referencias teóricos que foram utilizados pelos grupos que fizeram parte da geração 1870 brasileira para criticar o *status quo* imperial. Durante a pesquisa, conseguimos identificar os nomes de Joaquim Pedro de Oliveira Martins e Joaquim Theófilo Fernandes Braga. Ambos os autores fazem parte da geração

---

<sup>222</sup> **O Nono Districto**, 9 abr. 1882, p. 2. Em artigos dos dias 15 e 22 jul. 1883 o jornal publica trechos da obra de Assis Brasil, *Republica Federal*.

<sup>223</sup> ALONSO, A. **Idéias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 222-237.

<sup>224</sup> **O Nono Districto**, 22 jan. 1882, p. 3.

<sup>225</sup> Dentre os colaboradores do jornal podemos destacar: Antonio Borges Sampaio, Dr. Augusto de Lima, Dr. Aristides Serpa, Francisco Barbosa Lima, Frederico do Nascimento Moura, J. A. Gomes da Silva, Dr. J. L. dos Santos Pereira, Raymundo Correa, Randolpho Fabrino, Assis Brasil e Raul Pompêia.

<sup>226</sup> **O Nono Districto**, 22/04/1883, p. 01.

portuguesa de 1870. Este grupo era em sua maioria anticlerical, anti-romântico, republicano e federalista.<sup>227</sup>

Oliveira Martins foi utilizado principalmente pelos “novos liberais”, na medida em que esses procuraram demonstrar de uma forma negativa o legado da colonização portuguesa para o Brasil: “[...] os três séculos de Colônia teriam dado os fundamentos da formação social brasileira e de suas instituições, seu corpus jurídico, o direito romano, o regime econômico, a forma de povoamento, a composição do povo, a forma de sociabilidade.”

Assim, os “novos liberais” justificavam essa herança negativa da colonização se utilizando da tese de Oliveira Martins que procurou contextualizar o momento em que Portugal efetuou a colonização: “[...] a colonização portuguesa acontecera em meio à decadência da metrópole.”<sup>228</sup> De igual modo, Theófilo Braga foi requerido pelos “federalistas científicos” que procuravam adequar de seu livro a “transição entre teses positivistas e o caso brasileiro”, incorporando a política do oportunismo em que o autor era vinculado em Portugal e que consistia em se aproveitar de determinados momentos de crise para efetuar as reformas necessárias.<sup>229</sup> Nesse caso, caberia a “[...] ciência da política determinar o momento em que o corpo social estivesse preparado para cada reforma e à política científica indicar qual a medida mais consoante com o ânimo da população.”<sup>230</sup>

Nos três artigos que *O Nono Districto* transcreveu de Theófilo Braga estiveram presente questões que estavam sendo debatidas pelos redatores do jornal. No primeiro artigo do dia 04/06/1882, Theófilo Braga condenava o avanço do clericalismo na Europa e suas alianças com os partidos absolutistas:

[...] “o clericalismo vendo que a sociedade se emancipa d’esse antigo viver espiritual da theologia, cujas explicações se tornam irrisórias diante das mais simples noções scientificas, allious-se aos partidários do principio da auctoridade absoluta, e é explorando os dormentes do antigo regimem que o clericalismo sae das sacristias, para os parlamentos, para a diplomacia, tentando apoderar-se as instrução publica” [...].<sup>231</sup>

No segundo artigo publicado no dia 23/07/1882 o referido autor ao demonstrar a transição do mundo antigo para o mundo moderno, assevera que as monarquias ainda

---

<sup>227</sup> ALONSO, A. **Idéias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 175.

<sup>228</sup> Ibid., p. 193-194.

<sup>229</sup> Ibid., p. 230.

<sup>230</sup> Ibid., p. 257.

<sup>231</sup> **O Nono Districto**, 4 jun. 1882, p. 1. (destaque do autor).

resguardavam muitos traços característicos do mundo antigo, obstaculizando, portanto essa transição, “explorando os preconceitos do passado para exercerem poderes abusivos.”<sup>232</sup>

No terceiro e último artigo, publicado no dia 20/08/1882 Theófilo Braga critica o poder pessoal personificado no absolutismo em detrimento do poder da lei que representava a democracia:

[...] “o privilegio dynastico, que é senão esse milagre personificado em uma determinada família; a sancção real para as leis terem vigor, que é senão a preponderância irrisória do arbítrio de uma personalidade somnambula senão imbecil sobre a marcha complexa dos phenomenos que constituem a actividade de uma nação?”[...].<sup>233</sup>

Diante disso, Theófilo Braga propunha a solução que acompanhava a evolução da sociedade moderna: “[...] consiste em ir substituindo um poder de um homem pelo poder impessoal da lei; não é outra coisa a democracia, e é esse o espírito da forma da republica, em que o interesse geral não esta sacrificado ao interesse de um individuo.”<sup>234</sup> No caso de Oliveira Martins, *O Nono Districto* transcreve uma crônica em que era ironizada a linhagem de sangue que constituiu o Império dos Bragança.<sup>235</sup>

Além desses autores acima mencionados, *O Nono Districto* transcreveu um artigo do também português, advogado, jornalista e republicano Sebastião de Magalhães Lima que critica a opressão vivida pela sociedade portuguesa exercida pela “vontade extraordinária e onnipotente” emanada pela monarquia.<sup>236</sup> *O Nono Districto* publicou dois artigos de Teixeira Bastos<sup>237</sup> cujo teor consistia em demonstrar que:

[...] a religião tem ido perdendo terreno e cedendo o passo para uma nova doutrina (o positivismo) inteiramente opposta as revelações theologicas e as phantasias metaphisicas de uma época que termina. [...] Ora a nova phase da moral, - a moral positiva - é sem contestação muito superior. Baseia-se no altruismo. Esta palavra significa a anteposição dos interesses geraes aos particulares, o sacrificio do individuo a collectividade - *vivre pour autrui*.<sup>238</sup>

No entanto, mesmo após de exposto os referencias teóricos que contribuíram para a geração 1870 elaborar uma crítica coerente à tradição imperial, fica difícil precisar com que intensidade os redatores do *Nono Districto* se utilizaram desses autores como “ferramentas

---

<sup>232</sup> **O Nono Districto**, 23 jul. 1882, p. 1-2.

<sup>233</sup> **O Nono Districto**, 20 ago. 1882, p. 1-2

<sup>234</sup> Ibid.

<sup>235</sup> **O Nono Districto**, 5/ mar. 1882, p. 1-2.

<sup>236</sup> **O Nono Districto**, 26 mar. 1882, p. 1-2.

<sup>237</sup> Infelizmente não conseguimos informações deste autor.

<sup>238</sup> **O Nono Districto**, 29 jan. 1882, p. 1; 9 mar. 1882, p. 1. (destaque do autor).

políticas”, proporcionando-lhes os argumentos em que o jornal firmou ao longo dos debates até aqui demonstrados.

Mas, muito possivelmente, o critério de seleção dos artigos publicados conferiu ao *Nono Districto* possibilidades de inserção e formulação de propostas viáveis nas resoluções aos temas debatidos. Acompanhando as temáticas dos artigos, em sua maioria convergem para os debates imprimidos pelo jornal: crítica à religião católica, ao clericalismo e suas alianças políticas com os partidos absolutistas, crítica ao absolutismo presente nos regimes dinásticos; os artigos se inclinaram em cobrar o ensino livre com a proeminência do cientificismo e a suplantação do catolicismo em favor do positivismo. Um outro possível critério de seleção desses autores pode dizer respeito à nacionalidade, pois assim como os redatores do jornal, todos os autores citados – exceção de Teixeira Bastos - eram portugueses.

A análise de alguns artigos nos quais as experiências ou percepções de República estiveram presentes nas páginas do *Nono Districto* se tornam um bom ponto de partida para aprofundar essa questão. Há que se ressaltar que nem todos os artigos que versam sobre a República foram de autoria dos redatores do jornal. Nesse sentido, ao transcreverem esses artigos, os redatores do *Nono Districto* estabeleceram um processo de “seleção”, publicando artigos nos quais foi possível exprimir ao mesmo tempo as experiências de República e o posicionamento do jornal.

Essa hipótese talvez tenha alguma sustentação já que tanto os artigos transcritos pelo jornal, quanto àqueles que foram de autoria dos seus redatores seguem uma coerência e revelam que as experiências republicanas contidas nas páginas do jornal na maioria das vezes complementam os debates em que *O Nono Districto* esteve inserido. Segundo Ângela Alonso, “[...] a geração 1870 utilizou um critério político de seleção em sua adoção de esquemas de pensamento”; portanto também acreditamos que os redatores do *Nono Districto* usaram de um certo critério que lhes proporcionaram vislumbrar certas nuances e por conseguinte lhes permitiram ter idéias próprias.

Nesse sentido, é importante destacar o papel da imprensa, em particular do *Nono Districto*, que por intermédio dos seus redatores e colaboradores despendeu esforços não somente para debater as questões que estiveram presentes na crise do Brasil-Império, mas também abriu espaço para discutir as experiências de República como saída política viável para o Brasil naquele momento.

Portanto, e de certa forma, *O Nono Districto* se transformou num “fórum de debates” que por intermédio da “relativização e reinterpretação” dos referências teóricos das correntes políticas provenientes do exterior – na sua grande medida da Europa – procurou empreender

esforços para compreender a realidade brasileira naquele momento, propondo por intermédio dos debates as vias de mudança.

Tânia Regina de Luca, ao trabalhar com a *Revista do Brasil*, destaca a capacidade da mesma em imprimir um “[...] conjunto de diagnósticos que pretendia refletir sobre a especificidade do Brasil e propor saídas para os nossos desacertos.” Ainda segundo a autora a *Revista do Brasil* procurou esmiuçar cuidadosamente “[...] os diferentes aspectos da realidade nacional” nos quais sempre estiverem presentes “a ânsia de propor os caminhos da ação.”<sup>239</sup>

Começamos então pelo artigo de Assis Brasil publicado pelo *Nono Districto* no dia 04/02/1882, em que o autor demonstra a incoerência do regime monárquico em garantir a plena liberdade do indivíduo. Ao conceituar a liberdade como sendo “a normalidade do movimento” de acordo com a natureza, Assis Brasil assevera que o regime monárquico cujas bases não estão assentadas “sobre o princípio da liberdade” não poderia garantir essa “liberdade natural” para uma “agremiação de indivíduos”.

A liberdade é a própria vida, no sentido de ser indispensável, essencial a ella. Por que n'uma palavra a liberdade se pode definir – a normalidade do movimento, isto é, o movimento de accordo com a natureza. O que não é natural não é livre.

[...]

Offerece-mos a monarchia – a nós, brasileiros e portuguezes – este conjunto de circumstancias? Dispenso-me de longa analyse para responder positivamente: não.

Para fazer transparecer numa agremiação de indivíduos, n'uma nacionalidade a ordem natural, é preciso que essa nacionalidade seja edificada sobre o principio da liberdade, isto é, que os movimentos da vida, do seu progresso, da sua evolução sejam a repercussão exacta dos movimentos da sua natureza. Só assim há homogeneidade, a unidade, o que é característicos dos seres vivos. Só assim há liberdade.

Na serie das instituições políticas que podem os povos adoptar só há um systema organizado sobre estas bases: é a republica federal, que é o systema em que cada função esta entregue ao seu órgão, e cada órgão é creado pela sua função. Outras formas de governo podem ser justificadas por circumstancias desgraçadas; só a republica federal é natural, livre e definitiva.<sup>240</sup>

Nesse próximo artigo, *O Nono Districto* parece se aprofundar no conceito de liberdade, aplicando-a para o regime republicano, ao mesmo tempo em que delinea sua concepção de República:

O homem não pode ser verdadeiramente livre senão sob a forma republicana. Esta forma de governo auctoris-o a exercer livremente tudo quanto a monarchia não lhe pode conceder.

[...]

Na Republica o homem não é súbdito nem vasallo; é cidadão, e, como tal, tem por garantia das suas liberdades o município.

---

<sup>239</sup> DE LUCA, T.R. **A revista do Brasil: um diagnóstico para a (N) ação.** São Paulo: Ed. UNESP, 1999. (Prismas). p. 297.

<sup>240</sup> **O Nono Districto**, 4 fev. 1882, p. 1.

Sob a forma republicana o município é tudo. As povoações, longe de continuarem a estar, como para vergonha nossa têm estado até agora, coarctadas pelos administradores que o governo estabeleceu nos concelhos, têm na Republica vida própria e independente que nada nem ninguém lhes pode contestar. O município é tão livre no Estado como o homem no Município.

È o homem que funda os municípios. São os municípios que fundam o Estado.

O município gerido pelos seus próprios habitantes tem em si o germen de todas as liberdades e de todas as legislações.

O Estado, que não é senão a agglomeração de todos os municípios, vela pela liberdade de cada um e pelas recíprocas relações que devem existir entre todos, assim como o município tem o imprescindível dever de velar sobre os interesses do Estado.

È assim que chegamos a encontrar a necessidade lógica da existência do estado e do município, mas encontramos-os muito differentes do que elles são sob a forma monarchica.

A monarchia vive do município e não lhe presta apoio; ella como o seu luxo real e com sua igualdade mentida; ella com seu poder moderador oppondo constante barreira a vontade do povo, [...] negando ao cidadão os seus direitos e as suas liberdades, isto é, a sua existência.

Sob a forma republicana, todos os cidadãos são iguaes; cada qual tem por divisa a legenda um para todos e juntos têm a não menos obrigatória de todos para cada um. È por isso que, desde o primeiro até o ultimo, todos possuem os mesmos direitos e os mesmos deveres.

A base de todos os direitos esta no sufrágio universal. Todo o cidadão é eleito e elegível desde que chegue a idade que a lei marcar. A monarchia tem restringido o voto, porque sabe que seria derribada no dia em que elle fosse concedido a todos. A Republica pelo contrario, só pode viver com o sufrágio universal, porque morreria no dia em que o restringisse.

O sufrágio universal rege o município e o estado: quer dizer, que o mais humilde dos cidadãos d'um estado rege-o pelo seu voto sem poder moderador que o restrinja. Se, sob a forma republicana, todos os homens são iguaes perante o estado e perante a lei, é de justiça que essa igualdade não seja coarctada pelo acaso nem pelo favoritismo.<sup>241</sup>

Ao que parece, umas das concepções de República que o artigo acima evidencia, vem ao encontro dos debates já mensurados e que contempla a autonomia municipal. O município dentro do regime republicano, que por sua vez também está no centro do debate que envolve a nova ordem pública ganha um novo dimensionamento, passando a representar “tudo”, ao mesmo tempo em que passa a ser “[...] o germen de todas as liberdades e de todas as legislações” tendo “[...] o imprescindível dever de velar sobre os interesses do Estado” na medida que são “os municípios que fundam o (próprio) Estado.”

Nesse ponto, a autonomia municipal ganha uma outra conotação: na República o homem se transformaria em cidadão “e como tal tem por garantias das suas liberdades o município”. Nesse caso, “liberdades” podem significar o sufrágio universal, mecanismo que segundo o artigo tornam os homens não só “iguaes”, mas aptos para regerem os municípios. Segundo Iraci Galvão Salles, o município “[...] ocupava no pensamento republicano (no

---

<sup>241</sup> O Nono Diatricto, 11 jun. 1882, p. 1-2.

período da propaganda) um lugar de destaque, na medida em que ele era compreendido como espaço por excelência do exercício político.”<sup>242</sup>

Nas palavras de Quintino Bocaiúva, o município ocuparia um lugar de destaque no regime republicano federal:

Administrativamente o regime republicano federal demonstra-se e afirma-se pelo seguinte modo: no governo da nação pelo congresso dos estados o qual faz leis gerais, e pelo delegado executivo que as observa e faz observar, pela autonomia e independência dos poderes locais, soberanos dentro da circunscrição, em tudo quanto fere a constituição geral e os interesses da comunhão nacional: *finalmente, pela eficiência e pela intensidade da vida municipal, célula matriz da organização política dos estados livres.*

O município, o estado, a nação – eis os três grandes órgãos administrativos pelos quais se subdividem e agem a opinião nacional, a vontade popular.<sup>243</sup>

No entanto, o advento da República e a Constituição de 1891 não lograram dar continuidade às prerrogativas de autonomia municipal. Segundo Leal, as constituições estaduais “[...] não tardaram a ser reformada, reduzindo-se o princípio da autonomia das comunas ao mínimo compatível com as exigências da Constituição federal”; nesse sentido os estados aproveitaram-se das “imprecisões” da Constituição Federal para tutelarem “[...] as municipalidades, com vistas ao interesse político da concentração do poder na órbita estadual.”<sup>244</sup>

Na verdade, segundo Silveira, na Constituição de 1891 “foi consignada a autonomia municipal”, contudo a elaboração das “[...] cartas municipais era competência das Assembléias e Congressos estaduais, assim como aquela de anular os atos e resoluções dos municípios, quando contrários às leis e constituição do estado e da União,”<sup>245</sup> ou seja na prática, a idéia de autonomia municipal era apenas ilusória já que aos estados competiam organizar as leis que pudessem viabilizar tal autonomia, o que não acontecia de fato.

Em Franca, logo no início do regime republicano, em 1892, o vereador do município o Dr. Marcilio Mourão, ao tomar posse de sua cadeira de vereador parecia ter consciência – pelo menos naquele momento - do papel do município dentro da República quando tomou a palavra para:

---

<sup>242</sup> SALLES, I.G. **Trabalho, progresso e sociedade civilizada:** o Partido Republicano Paulista e a política de mão de obra (1870 – 1889). São Paulo: HUCITEC; Brasília, DF: INL, 1986. p. 51.

<sup>243</sup> *O Paiz*, Rio de Janeiro, 22 jan. 1889 apud SILVEIRA, R.M.G. **Republicanism e federalismo:** um estudo da implantação da República Brasileira (1889 – 1902). Brasília, DF: Senado Federal, 1978. p. 50. (grifo nosso).

<sup>244</sup> LEAL, V.N. **Coronelismo, enxada e voto:** o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975. p. 81.

<sup>245</sup> SILVEIRA, op. cit., p. 75.

[...] manifestar publicamente a satisfação de que se achava possuído, assim como o povo ali presente, pelo acto que acabaram de presenciar [...] proferindo então elle um longo discurso, historiando a vida dos municípios nos governos bons e congratulando-se com o povo por ver realizado o ideal democrático em sua Pátria, *com a effectividade da autonomia municipal*;

logo a seguir pediu a palavra o Dr. João de Faria “*que também exaltou a excellencia do regime municipal nos moldes da nossa Constituição* e terminou saudando a nova Câmara, a Intendência que se retirava e aos novos juizes de paz (grifo nosso)”.<sup>246</sup>

Mas cabe ainda demonstrar a experiência de República que o artigo acima constrói. O referido artigo se utiliza de conceitos chaves para caracterizar o regime republicano a saber: “liberdade”, “cidadãos iguaes”, ou, “a base de todos os direitos está no sufrágio universal”, ou ainda, “todo o cidadão é eleito e elegível”. No entanto, seria essa realmente a experiência republicana que o artigo esta querendo demonstrar?

Na verdade, o articulista no início do artigo se mostra preocupado com os rumos que uma possível República poderia tomar no Brasil:

Há por ai temores, receios, duvidas. Teme-se que os que nada possuem (a partir do momento em que se instaurar a República) procurem obter. Receia-se que a propriedade seja ameaçada. Duvida-se que a Republica seja um governo de ordem.<sup>247</sup>

Mas logo depois de demonstrar sua insegurança em relação ao regime republicano, o articulista procura construir “a largos traços o que é que a República quer”. Dessa forma, a República asseguraria dois princípios caros à elite política e econômica do período: o direito de propriedade e a preservação da ordem.

È por isso que o artigo constrói a imagem de uma República como sendo aquela capaz de garantir aos homens a condição de “cidadãos iguaes”, capazes, por intermédio do sufrágio universal – um direito adquirido somente por intermédio da República, já que a mesma “morreria no dia em que o restringisse” – de participar nos destinos na nação; parafraseando Lincoln Penna: “*afastando o perigo da res publica que rondava as ante-salas do poder*”. Portanto, a República, ao dotar os homens como “cidadãos iguaes”, ou melhor, ao se apresentar como garantidora da igualdade entre os homens “perante o estado e perante a lei, é de justiça que essa igualdade não seja coarctada pelo acaso e nem pelo favoritismo”. Parece que essa foi à fórmula conciliadora do artigo: forjar a igualdade para garantir privilégios.

---

<sup>246</sup> Livro de Atas da Câmara Municipal de Franca, 1892, f. 2. (grifo nosso).

<sup>247</sup> O Nono Districto, 11 jun. 1882, p. 1-2.

A preocupação com o voto, ou como os cidadãos francanos deveriam proceder quando da escolha dos vereadores também foi matizado pelos redatores do *Nono Districto*. Além de citar novamente os Estados Unidos, o artigo asseverava que o progresso do município dependia de bons administradores:

Nos Estados Unidos às eleições para os cargos municipaes são tanto ou mais disputadas do que as dos representantes dos estados no parlamento.

Os candidatos arengam aos eleitores, discursam a cada esquina, fazem promessas de melhoramentos e reformas.

E ai d’elles se, victoriosos, deixam de cupril-as.

[...]

Entre nós a cousa é differente.

Os chefes dos partidos nas localidades, indicam aos leitores os nomes d’aquelles a quem querem lisongear e fazem vereadores como fazem officiaes da guarda nacional.

[...]

A criação de escolas e de bibliothecas, a aquisição de obras de arte, o auxilio a instituições scientificas e litterarias, devem ser realisados muitas vezes pelas câmaras municipaes.

[...]

Poderão os homens quasi analfabetos, individuos sem instrucção, desempenhar funcções tão transcendentas?

Certamente não.<sup>248</sup>

A República que esteve presente no *Nono Districto* tinha como um dos seus maiores referenciais o americanismo. Na inauguração da biblioteca municipal, Gaspar da Silva defendeu a “forma republicana que fez dos Estados Unidos à primeira nação da América”.<sup>249</sup> *O Nono Districto* também publica um artigo *Do Século jornal* de Lisboa que exalta a República dos Estados Unidos.<sup>250</sup> Na verdade, o americanismo esteve presente na geração 1870 – “liberais republicanos e federalistas científicos” - quando a elite brasileira passa a voltar os olhos para o progresso alcançado pelos Estados Unidos, pois, “[...] precisamente por ser jovem, a nação precisaria de uma forma de governo também nova e apropriada às dimensões territoriais e á composição populacional americana: a república.”<sup>251</sup>

Em outro momento, *O Nono Districto* transcreve um artigo de José do Patrocínio no qual o autor evidencia a superioridade política da República Argentina na América do Sul em detrimento da Monarquia do Brasil. Em termos de civilização e progresso, a República da Argentina estaria à frente da Monarquia brasileira. Para José do Patrocínio, isso ocorria pelo fato do Brasil conservar em seu seio as instituições mais “atrazadas” como era o caso da

<sup>248</sup> *O Nono Districto*, 4 jun. 1882, p. 1.

<sup>249</sup> *O Nono Districto*, 14 jun. 1884, p. 3

<sup>250</sup> *O Nono Districto*, 4 out. 1884, p. 3.

<sup>251</sup> ALONSO, A. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 243.

escravidão e da “centralização bestial” que por sua vez era alicerçada na “tyrannia” em que o imperador conduzia a política do império.

Há que se ressaltar ainda, que diante da crise do Brasil-Império, as repúblicas sul-americanas passaram a ser analisadas de uma forma positiva, como um exemplo de desenvolvimento e progresso principalmente quando se era levado em consideração conceitos como o de “civilização”. Essa nova concepção em que as repúblicas sul-americanas adquiriram contrastava com a opinião dos velhos estadistas do império que procuravam associá-las com as idéias de revolução e anarquia em detrimento da estabilidade política em que a monarquia brasileira – “planta exótica na América”- estava alicerçada.

Desde muito a política Argentina se occupa exclusivamente de adquirir na América meridional a preponderância política, que a incapacidade do segundo reinado nos deixou perder.

[...]

A política argentina é systematicamente hostile ao império, mas por motivos de alta compreensão civilizadora.

[...]

A odiosidade ao Brazil não é gratuita; é o resultado da observação e da experiência. Os povos americanos tem provas cabales da nossa imprevidência e pouca habilidade.

No interior mantemos religiosamente as instituições mais atrasadas. Principia-se na escravidão e acaba-se numa centralização bestial, que supprime as energias provinciales em favor da tyrannia do poder executivo, as energias do cidadão em favor da monarchia.

Tudo esta desgraçadamente invertido.

O paiz é uma pyramide voltada que o imperador, segurando-a pelo ápice, faz rodar como uma carrapeta, sem destino, doudamente.<sup>252</sup>

Em resposta ao artigo publicado no jornal *A Justiça* que defendia a elevação da comarca de Santa Rita do Paraíso e a “villa” do Carmo a categoria de municípios autônomos, *O Nono Districto* – na figura do seu redator César Ribeiro - definia a maneira pela qual pensava sobre a República:

A Republica, verdadeira forma democrática; a Republica federativa, ‘única que dura e prospera’ segundo Lavelley, que aponta como exemplos a Suissa e os Estados Unidos, demonstrando que o unitarismo dos republicanos franceses é um monstro, a Republica não é mais, no século em que estamos, do que a manifestação plena da Filosofia Positivista na sua missão sociocrática.<sup>253</sup>

---

<sup>252</sup> *O Nono Districto*, 20 ago. 1883, p. 1.

<sup>253</sup> *O Nono Districto*, 31 mar. 1884, p. 2. (destaque do autor).

A concepção de uma República federativa prevalece no artigo acima – mas o jornal não abria mão em delegar a autonomia municipal - tendo nos Estados Unidos e agora na “Suíça” os seus referenciais, em detrimento do unitarismo da República francesa.

As idéias políticas do *Nono Districto*, ao que parece se aproximavam dos liberais radicais de 1868 como demonstra o artigo em que um dos redatores critica a apresentação do novo ministério liberal e seu plano de reformas:

Sobre as reformas anunciadas só temos a dizer que o programma do partido liberal radical, affirmado em 1868, comprehende reformas muito mais importantes, como: Descentralização, policia electiva, abolição da Guarda Nacional, Senado Temporário, Extincção do Poder Moderador, substituição do trabalho servil pelo trabalho livre, presidentes de província eleitos.  
A estas reformas devem acrescentar-se hoje as seguintes: Grande naturalização, separação da igreja do estado, casamento civil.<sup>254</sup>

As reformas preconizadas pelo jornal pareciam quase que impossíveis de serem executadas pelos dois partidos monárquicos devido à falta de princípios de um programa político coerente. O agravamento da crise do Brasil-Império também atingira o mundo político imperial configurando um quadro de cisões intra-elite em que as diferenças entre os partidos monárquicos ficaram quase nulas, nas quais “[...] as designações entre liberal e conservador já estavam inaptas para expressar as divergências de opinião.”<sup>255</sup> Portanto, era esse o sentido da crítica do jornal *Globo* transcrita pelo *Nono Districto*:

Isto de partidos políticos no Brasil, presentemente é uma convenção.  
Os partidos denominados constitucionaes perderam os seus característicos essenciais – os princípios.  
As reformas são a aplicação dos princípios.  
Reformas querem fazer os dois partidos, mas de ordem secundaria, mais administrativas que políticas.  
[...]  
Há um fundo de theoria e de exhibição para os dois partidos sem compromeltel-os seriamente a cousa nenhuma.  
Em ambos os campos ninguém se bate mais por princípios e abstrações.  
Estes todas as vezes que apparecem nos debates parlamentares, servem apenas de capa para encobrir a explosão de interesses de outra ordem contrariados, que assim se acastellam em reductos donde é licito abrir franca hostilidade.<sup>256</sup>

A crise de identidade vivida pelos partidos imperiais também foi sentida no interior da própria elite política do império, como demonstra o discurso do deputado Afonso Celso em “derradeiro apelo em favor da reforma profunda dos partidos”:

---

<sup>254</sup> *O Nono Districto*, 23 jul. 1882, p. 1.

<sup>255</sup> ALONSO, A. *Idéias em movimento*: a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 90.

<sup>256</sup> *O Nono Districto*, 3 dez. 1882, p. 1.

[...] na atual situação do império, (os partidos) não obedecem critério seguro, mas simplesmente ao arbítrio de pontos de vista individuais as classificações partidárias. Se é um certo conjunto de princípios fixos servindo de base, se é uma determinada soma de processos constituindo os meios, se é uma aspiração ostensivamente assinalada formando o fim para o qual devem convergir os esforços solidários de um grupo de homens, unidos por inteira coesão de idéias e de sentimentos, o que define os partidos, força é confessar que eles longe estão de existir entre nós.<sup>257</sup>

Oliveira Vianna também credita a queda do Império à *descrença* das instituições monárquicas, asseverando que não existia um “sentimento republicano” as vésperas do 15 de Novembro capaz de derrubar a monarquia:

Os que concluírem destas palavras ardentes que o ambiente do País, anterior ao golpe de 15 de novembro, era universalmente republicano, incidiram num grande equívoco. Não havia tal generalização de sentimento republicano, quando se deu a queda do Império. Por essa época, como demonstramos, o sentimento mais generalizado não era o da crença na República, mas sim o de *descrença* nas instituições monárquicas, [...] mas o certo é que essa *descrença* na Monarquia não importava *necessariamente* a existência do sentimento contrario, de fé nas instituições republicanas.<sup>258</sup>

Diante disso, talvez essa falta de “princípios e abstrações” dos partidos monárquicos somados a *descrença* nas instituições monárquicas seja um dos motivos pelos quais *O Nono Districto* esteve engajado nos debates que marcaram esse momento de crise. Diante da inaptidão do Estado e dos partidos monárquicos em resolver as questões latentes nesse período de transformações socioeconômicas, os vários grupos da geração 1870, de acordo com sua leitura dos acontecimentos, inseriram-se nos debates criticando a tradição imperial e propondo resoluções viáveis para a superação da crise.

Nesse sentido, *O Nono Districto*, por intermédio dos seus redatores, também não acreditava que o Estado imperial e seus partidos políticos conseguissem a resolução dessas questões que o momento de transformação socioeconômica cobrava. Os seus redatores na medida em que traduziram algumas percepções da realidade nacional na qual vivenciavam - e mesmo defendendo os interesses do município de Franca - não se furtaram em debater as questões que configuraram o momento de crise nas páginas do jornal. É possível que para os redatores do *Nono Districto* as mudanças do “organismo” social que tinham como carro chefe à “iniquidade” da escravidão propiciariam posteriormente a oportunidade – política do “oportunismo” – para a suplantação do regime monárquico em detrimento da República.

---

<sup>257</sup> CHACON, V. **História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas**. Brasília, DF: Ed. UnB, 1981. p. 51.

<sup>258</sup> VIANNA, O. **O ocaso do Império**. Brasília, DF: Senado Federal, 2004. p. 91. (grifo do autor).

Concordamos com Marcelo Tavares dos Reis quando confere a associação entre *O Nono Districto* e a Maçonaria, “[...] pelo fato de Gaspar da Silva ter sido venerável da Loja Amor à Virtude, César Ribeiro tesoureiro e Francisco Barbosa Lima, assíduo colaborador da folha, seu venerável *ad vitam*.”<sup>259</sup> Contudo, a Maçonaria esteve diluída entre os vários grupos de contestadores que compuseram a geração 1870.

Diante disso, mesmo correndo vários riscos, mas com base nos debates propostos pelo jornal, já que *O Nono Districto* se transformou em um pólo de convergência de varias idéias que permitiram pensar sobre as experiências de República no município de Franca, acreditamos ser possível a inserção dos redatores do jornal dentro da classificação efetuada por Ângela Alonso da geração 1870: de acordo com as características e as propostas dos temas debatidos os redatores do *Nono Districto* transitaram entre os “federalistas científicos” e os “positivistas abolicionistas”.

Assim como os “federalistas científicos” os redatores César Ribeiro e Gaspar da Silva foram defensores da descentralização política e administrativa e em vários momentos seus artigos criticaram a centralização política na qual emanava a burocracia imperial; e assim como os “federalistas científicos”, os redatores do *Nono Districto* declararam sua opção pela “República federativa” em artigo do dia 31/03/1884.

Outro ponto em comum com esse grupo foi à constatação dos redatores em relação à inépcia dos partidos imperiais, conformando a carência dos seus programas políticos e sua falta de princípios. A maneira dos “federalistas científicos”, César Ribeiro e Gaspar da Silva também criticaram a união Igreja com o Estado, objetivando um Estado laico que acima de tudo viria garantir a permanência do imigrante ao país, como ficou demonstrado no artigo do dia 29/01/1882.

Quanto à questão da escravidão, os redatores do jornal se aproximavam dos “federalistas científicos” em dois pontos: primeiro por que também concebiam a presença da raça negra como “deletéria” para a formação da nacionalidade brasileira, tendo no imigrante a possibilidade do “avigoramento da nossa raça” (03/06/1883); e segundo, por que curiosamente abolicionistas declarados, os redatores do *Nono Districto* assim como os “federalistas científicos” tergiversaram em relação à indenização dos senhores: “Entendemos que a abolição de chofre e por um só golpe produziria males enormes e *entendemos também*

---

<sup>259</sup> TAVARES, M.R. **Entre a cruz e o esquadro**: o debate entre a Igreja Católica e a Maçonaria na imprensa francana (1882-1901). 2007. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2007. p. 102.

*que ao estado cumpre imndenisar os senhores na hora em que sejam declarados cidadãos os últimos escravos.”*<sup>260</sup>

Além do americanismo – nos artigos dos dias 31/03/1884; 14/06/1884 e 04/06/1882 – a opção pelo positivismo e pelo cientificismo os aproximou tanto dos “federalistas científicos” quanto dos “positivistas abolicionistas”. Mas em relação aos últimos, os redatores do *Nono Districto* compartilharam o ataque aos pilares de sustentação da escravidão: A Igreja e o Estado<sup>261</sup>. Nesse sentido, assim como procedeu os “positivistas abolicionistas”, Gaspar da Silva e César Ribeiro também exaltaram a província do Ceará devido ao seu pioneirismo em relação à abolição da escravidão:

Podemos festejar hoje, sem receio, a victoria definitiva da idéia abolicionista.  
Há, no Brazil, um pedaço de terra livre:- é quanto basta para que a escravidão morra.  
Toda a resistência dos exploradores do suor do negro será d’ora avante baldada.  
No Ceará não há mais escravos nem senhores: quem chega lá é cidadão, pode trabalhar livremente e livremente colher o fructo do seu trabalho.  
A infama instituição, que desaba, não tem embrutecido suas victimas a ponto de não comprehenderem o alcance do grande acontecimento deste dia...  
Não se extingue no homem o instinto de liberdade.  
Glória a terra de Alencar!<sup>262</sup>

Em artigo publicado no dia 19/02/1882, *O Nono Districto* criticava o clero católico por possuir escravos e por referendar a escravidão:

O clero cathólico possui uma boa parte dos escravos, que existem no Brasil.  
Não é um escândalo monstruoso?  
[...]  
Em primeiro lugar, acceitam e aproveitam leis contrarias as de Christo, como são as que permitem a escravidão; manifestam completa indiferença pela caridade – o caracter do crhistianismo.<sup>263</sup>

Mas o que evidenciou uma maior aproximação dos redatores do *Nono Districto* em relação aos “positivistas abolicionistas” foi à maneira pela qual se deu sua ação política. Assim como os “positivistas abolicionistas”, Gaspar da Silva e César Ribeiro incorporaram a “o esquema de ação política em voga na França e em Portugal: o oportunismo” – talvez o porque da escolha de autores portugueses adeptos a esse tipo de política. Segundo Ângela

---

<sup>260</sup> *O Nono Districto*, 19 fev. 1882, p. 1. (grifo nosso).

<sup>261</sup> *O Nono Districto* criticou o Conselho de Estado em artigo do dia 2 ago. 1884, p. 1; e a Fala do Trono do Imperador no dia 05/02/1882, p. 01. Ambas as críticas era pela não deliberação de medidas para acabar com o trabalho escravo.

<sup>262</sup> *O Nono Districto*, 6 abr. 1884, p. 1. No dia 12 abr. 1884 o jornal também publica um comunicado do deputado Mendes de Almeida, no qual o mesmo convidava a província de São Paulo a seguir o exemplo do Ceará, abolindo de suas terras o trabalho servil.

<sup>263</sup> *O Nono Districto*, 19 fev. 1882, p. 1.

Alonso, “a medida mais oportuna para os positivistas abolicionistas não era a república [...] mas a abolição do principal deletério da herança colonial, a escravidão”.<sup>264</sup> O motivo que levou a essa constatação reside no seguinte artigo de César Ribeiro: “[...] *a escravidão é um roubo, uma iniquidade revoltante, e que sua imediata extinção, é a primeira necessidade do Brasil* [...].” Mais adiante quando questionado se era republicano César Augusto responde: “*Além d’isso nós, antes de sermos republicano, somos abolicionista* [...].”<sup>265</sup>

Essa afirmação reforça a hipótese de que para os redatores do *Nono Districto*, a abolição seria uma necessidade imediata, mais até do que a República. Muito provavelmente para seus redatores, o advento da República viria sob uma nova ordem pública, sem a “iniquidade” que a escravidão representava. Portanto para os redatores do *Nono Districto* as reformas do “organismo social” – é importante salientar que ao defender essas reformas Gaspar da Silva e César Ribeiro não deixaram de atacar a tradição imperial - conduziriam ao momento “oportuno” em que a República pudesse surgir como alternativa viável.

Dessa forma, caberia aos republicanos uma ação “menos política” e mais “pedagógica” pregando a doutrina democrática, preparando talvez, a sociedade nesse momento de transição não só de um contexto de transformações socioeconômicas, mas também políticas, consubstanciadas numa República Federativa.

Diante das especificidades da propaganda republicana no município de Franca apontadas no capítulo I e das experiências de República presentes nas páginas do *Nono Districto*, é bastante provável que o jornal tenha caminhado gradativamente para o republicanismo como informa Boehrer: “[...] em Franca *O Nono Districto*, jornal que se editava ali havia seis anos, converteu-se ao republicanismo.”<sup>266</sup> Até porque nesse período, Gaspar da Silva tinha deixado a redação do jornal que agora era composta por César Augusto Ribeiro, Simplicio Vilaça e pelo Dr. João de Faria<sup>267</sup>, que mais tarde, no dia 16 de novembro de 1889 publicariam no jornal *A Província de São Paulo* a adesão do município de Franca à República.

---

<sup>264</sup> ALONSO, A. **Idéias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 221.

<sup>265</sup> **O Nono Districto**, 31/03/1884, p. 02. (grifo nosso)

<sup>266</sup> BOEHRER, G.C.A. **Da Monarquia á República**: história do Partido Republicano no Brasil (1870 – 1889). Rio de Janeiro: MEC, [195-?]. p. 111.

<sup>267</sup> *Ibid.*, p. 112.

### CAPÍTULO 3 “AS REPÚBLICAS” NO MUNICÍPIO DE FRANCA

Com o 15 de Novembro de 1889 inaugurava-se o regime republicano no Brasil. Mais do que isso, era derrubada uma monarquia septuagenária. A proclamação da República encerra o “clímax de um longo processo anterior, cujas tensões e complexidades” explodiram:

[...] no período Ministerial de Ouro Preto. Tendências federalistas, movimentos republicanos, crises religiosas, questões militares, problemas escravagistas, sucessão imperial, predomínio político de uma aristocracia decadente, ascensão de novas camadas oligárquicas, urbanização, lenta renovação das instituições do império, constituem o clímax em que fermentavam as contínuas crises imperiais e as alianças heterogêneas feitas pelos diversos grupos que lutavam contra o sistema dominante.<sup>268</sup>

No entanto, a via republicana passa por um longo processo de “acomodação” na medida em que os projetos e os interesses políticos das “alianças heterogêneas” que outrora lutaram “contra o sistema dominante” agora se colocavam como obstáculo a consolidação do regime, apontando incompatibilidades que concomitantemente esgarçavam as afinidades diante de um projeto de República. Os anos que se passaram indicavam que a República brasileira teria um longo caminho a percorrer, buscando assim, a sua afirmação no contexto político brasileiro. Dessa forma, pode-se questionar como a República brasileira se consolidou como saída política viável no município de Franca? Como ocorreu a transição da elite dirigente francana para com o novo regime, levando em consideração as experiências de República vivenciadas no período da propaganda? Em que medida, as crises que marcaram sua consolidação ensejaram entre a elite dirigente francana formas de repensar os caminhos traçados pelas elites dirigentes nacionais?

Essas respostas, em sua maioria, poderão ser encontradas por intermédio da imprensa local, pois a exemplo do que foi feito até o momento, também procuramos nos jornais francanos – *A Ephoca*, *Tribuna da Franca*, *O Francano* e *Cidade da Franca* - as formas com que a República foi concebida, levando em consideração seus momentos de crises não só institucionais, mas também de ordem econômica, envolvendo principalmente a produção cafeeira que se constituía em uma realidade econômica presente no município de Franca.

Estes questionamentos ficam delineados com o entendimento do papel exercido pelo Partido Republicano Paulista, tanto ao nível da política nacional, quanto e principalmente, no âmbito do Estado de São Paulo. Isso porque o PRP procurou marcar sua posição política

---

<sup>268</sup> CARONE, E. **A República velha**: (Evolução Política). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971. p. 7.

diante dos vários grupos que compunham o novo regime e como tentouse demonstrar no capítulo anterior, tinha um projeto político que adivinha desde os primórdios da propaganda republicana.

Mas para tal empreitada os “perrepistas” teriam que se manter à frente da política paulista, pois “[...] o fortalecimento de suas posições no Estado (São Paulo) era a garantia mais sólida para consolidar a República democrática sob a tutela dos civis”;<sup>269</sup> o que vai caracterizar o primeiro período do partido na República, denominado segundo José Ênio Casalecchi, como período de “superação dos conflitos e consolidação”, de 1889 a 1906<sup>270</sup>.

Nesse período, o partido irá enfrentar uma série de crises internas: criação do Partido Católico em 1890 e a eminente criação do Partido da Lavoura, a cisão do PRP em 1901 e a revolução monarquista em 1902. São nesses momentos de crise que envolvia o PRP, que o regime republicano foi contestado abrindo-se um leque de novas alternativas que viriam para corrigir os “defeitos” do novo regime, ou até mesmo fazer propaganda pela volta da monarquia.

No município de Franca, a contestação ao regime republicano foi feita por grupos que se aproveitaram dos momentos de crise do PRP. Esses grupos políticos locais aproveitaram-se da sua posição de “marginalização política” para, por intermédio do Partido Católico, da dissidência do Partido Republicano de Franca - que deu origem ao Partido Republicano Dissidente de Franca - e da participação do município no episódio que ficou conhecido como revolução monarquista de 1902, colocar-se de uma forma crítica em relação à República, debatendo por intermédio da imprensa o que para esses grupos representava os “vícios” do novo regime dando uma idéia de que pouca coisa havia mudado com o advento da nova ordem pública consubstanciada no regime republicano.

### **3.1 O Partido Republicano de Franca: “superação dos conflitos e consolidação”**

Porém, antes de adentrar a essas questões propriamente ditas torna-se necessário caracterizar o Partido Republicano Paulista após o advento da República. Como tentamos demonstrar nos dois primeiros capítulos, o PRP se constituiu na expressão política dos anseios de uma parcela dos

---

<sup>269</sup> CASALECCHI, J.E. **O Partido Republicano paulista: política e poder** (1889 – 1926). São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 62.

<sup>270</sup> Ibid., p. 14.

fazendeiros de café do oeste paulista - cerca de 30% dos indivíduos que compunham suas fileiras eram proprietários rurais dando ao partido uma “identidade liberal conservadora,”<sup>271</sup> segundo análise de Lincoln Penna – que por sua vez tinha como principal objetivo “adequar o Estado e seus aparelhos às necessidades de reprodução e ampliação do capital no âmbito da sociedade brasileira” via inserção da produção cafeeira no mercado internacional<sup>272</sup>.

Para “reprodução e ampliação” desse capital essa parcela dos fazendeiros paulistas contava com a atuação do PRP. Ocorre, que sendo um partido político, funcionava como um meio institucional para o qual esse setor da classe dominante paulista dava vazão aos seus anseios. Porém, mesmo representando os interesses de uma parcela dos fazendeiros paulistas, o PRP se apresentava como um partido “liberal democrático”, oferecendo em seu programa, espaço para outros setores da sociedade brasileira, na medida em que procurava reivindicar: “[...] o sufrágio universal, as liberdades de consciência e culto, os direitos do cidadão, a separação entre Igreja e Estado, o ensino livre.”<sup>273</sup>

Portanto, o PRP conseguiu construir um discurso ideológico que em certa medida, oferecia espaço para a militância” de “outros setores da sociedade”<sup>274</sup> ao mesmo tempo em que permitia à possibilidade de viabilizar seu projeto político, que por sua vez estava atrelado aos interesses de uma parcela dos fazendeiros do oeste paulista.

Segundo Renato Perissinoto, principalmente a partir de 1898 com a implantação da Política dos Governadores o PRP se “transforma” de um partido de classe – a dos cafeicultores do oeste paulista - para o partido da “administração”.

[...] as mudanças institucionais então ocorridas tiveram efeitos importantes sobre o PRP, que alteraram sua natureza oficial, e, por conseguinte, sua relação com a classe que lhe deu origem.

Como já dissemos no primeiro item, a “política dos governadores” funcionando com base no “compromisso coronelista”, teve, em nível regional, uma conseqüência imediata: a consolidação das situações políticas estaduais. Essa consolidação gerou, devido ao próprio funcionamento daquele sistema, um monopólio da vida política estadual pelos partidos governistas, que, por sua vez, foi acompanhado por uma impossibilidade institucional de se praticar a oposição política. Em São Paulo, como se sabe, a organização que exerceu esse monopólio foi o PRP.

Como resultado desse domínio absoluto propiciado pela “política dos governadores” e pelo “compromisso coronelista”, o partido veio a ser uma organização continuamente próxima da administração estatal na medida em que se transformou na via obrigatória de acesso ao Estado em todas as suas dimensões, seja para ter acesso aos cargos eletivos, da vereança ao Executivo estadual.<sup>275</sup>

<sup>271</sup> PENNA, L.A. **República brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 47.

<sup>272</sup> SALLES, I.G. **Trabalho, progresso e sociedade civilizada: o Partido Republicano Paulista e a política de mão de obra (1870 – 1889)**. São Paulo: HUCITEC; Brasília, DF: INL, 1986. p. 117.

<sup>273</sup> ZIMMERMANN, M.E. **O PRP e os fazendeiros de café**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1986.p. 143.

<sup>274</sup> *Ibid.*, p. 143.

<sup>275</sup> PERISSINOTTO, R.M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1994. p. 183. (destaque do autor).

Para Perissinoto, a partir do momento em que o PRP consegue se estabelecer no poder paulista organizando o governo, “[...] o partido não poderia levar a cúpula do Estado, indivíduos que ali atuassem como seus meros representantes de classe;”<sup>276</sup> e isso só foi possível porque segundo o autor, com o advento da República o aparelho estatal do estado de São Paulo foi sendo gradativamente reformado, com o intuito de tributar a maior fonte de renda que por sua vez era oriunda da produção cafeeira: “[...] sobre ele (café) assentava-se o financiamento de todas as atividades estatais [...].”<sup>277</sup>

Mesmo que se admita que Perissinoto eleva suas considerações “até as últimas conseqüências” é bem verdade que o governo paulista, ou o PRP, nunca abriu mão de ter em seu controle “a defesa permanente do café”, e em muitas oportunidades seus interesses foram diretamente opostos aos interesses do capital cafeeiro. É nesse choque de interesses que Perissinoto concentra todo o seu embasamento teórico: o PRP no governo atuou de acordo com as premissas da “administração” que incluía o gradativo fortalecimento da burocracia estatal, mesmo que contrariando os interesses econômicos do grande segmento econômico que deu origem ao partido: os grandes e poderosos plantadores de café.

Lembrando que, para Salles, nos anos da propaganda o PRP tinha como objetivo

[...] adequar o Estado e seus aparelhos às necessidades de reprodução e ampliação do capital no âmbito da sociedade brasileira” via produção cafeeira, daí a preocupação do partido com questões referentes à mão-de-obra, transportes e crédito agrícola. Talvez nesse momento, a preocupação do partido era além de garantir que essa “reprodução e ampliação do capital”

se constituísse em dotar o Estado de meios que pudessem não somente administrar todo esse processo, mas também o de controlar todos esses recursos gerados pela economia cafeeira.<sup>278</sup>

Diante disso, ao mesmo tempo em que o partido lança suas amarras no interior do aparelho administrativo do estado de São Paulo, também consegue colocar a sociedade paulista as margens das decisões políticas. Nesse sentido Casalecchi aponta as maneiras pelas quais o PRP conseguiu tal feito:

Como a sociedade paulista – a mais progressista e dinâmica do país – conviveu por tanto tempo marginalizada das decisões políticas explica-se por vários motivos: o republicanismo, desde a sua gênese, não cuidou do efetivo do envolvimento popular; o Partido reiterou tal procedimento; o progresso das condições materiais

---

<sup>276</sup> PERISSINOTTO, R.M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1994. p. 185.

<sup>277</sup> Ibid. p. 97

<sup>278</sup> PERISSINOTO, R.M. **Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889-1930)**. Campinas, SP: Selo Universidade, 1999. v. 2. p. 96.

justificava, em boa medida, o “acerto” das oligarquias e do seu Partido no domínio do poder; as condições de existência quotidiana da maioria da população não favoreciam o despertar da consciência política. As amarras eram fortes para um tecido social esgarçado, numa sociedade em que o peso do rural sobre o urbano, do analfabeto sobre o alfabetizado era enorme.<sup>279</sup>

Depois de feitas as considerações que buscam acima de tudo situar o PRP dentro do novo contexto político após o advento da República passa-se para a investigação do Partido Republicano de Franca, por intermédio das suas Atas.

No entanto as Atas do PRP francano, compreendem apenas os anos de 1894 e 1901<sup>280</sup>, permitindo, contudo, vislumbrar a gênese da formação do Partido Republicano de Franca num momento de grande instabilidade política não só para o Estado de São Paulo, mas principalmente ao nível da política nacional que vivia a experiência da transição republicana para um governo civil na figura de Prudente de Moraes, amparado politicamente pelo Partido Republicano Federal.

Os diretórios locais conformavam uma peça importante no interior da engrenagem política desenvolvida pelo PRP, como atesta Casalecchi:

Confabulações com os diretórios – um primeiro elo da Comissão para a política perrepista e de primeira valia para a sustentação do Partido. Aos diretórios competia “legitimar” a pratica partidária no permanente recurso das consultas aos eleitores.

[...]

A montagem das chapas dos candidatos era o outro momento da consulta da Comissão aos diretórios.<sup>281</sup>

Nos quadros a seguir, constam os indivíduos que compuseram o Partido Republicano de Franca entre os anos de 1894 e 1904 seguido de seu respectivo perfil socioeconômico.<sup>282</sup>

---

<sup>279</sup> CASALECCHI, J.E. **O Partido Republicano paulista: política e poder (1889 – 1926)**. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 187. (destaque do autor).

<sup>280</sup> Muito provavelmente as Atas do Partido Republicano de Franca a partir de 1901 continuaram a ser publicada, mas acreditamos que esse documento deve ter se perdido já que em meio a uma reunião para escolha do novo diretório do partido não há a continuidade com a folha seguinte, dando a entender que o restante do documento havia desaparecido. No período estudado encontramos apenas o resultado de uma reunião do diretório do Partido Republicano de Franca na imprensa: “Sob a presidência do Dr. João de Faria, teve lugar teve lugar domingo ultimo a reunião do Directório do Partido Republicano local para a indicação dos novos membros que devem compor a Comissão Central de S. Paulo. Foram indicados os srs. general Francisco Glycério, dr. Siqueira Campos, dr. Rubião Junior, cel. Lacerda Franco, e cel. Fernando Prestes.” **Tribuna da Franca**, 18 maio 1904, p. 2.

<sup>281</sup> CASALECCHI, op. cit., p. 190.

<sup>282</sup> O perfil socioeconômico dos membros do Partido Republicano de Franca são oriundos da análise que Melo faz da distribuição ocupacional dos vereadores francanos. MELO, E.R.M. **O coronelismo francano: a consolidação da hegemonia (1880 – 1914)**. 1995. 127 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 1995. p. 28-32.

**Tabela 8 - Partido Republicano Federal: 22/12/1894**

Francisco M. Ferreira Costa – presidente	Comerciante
Octaviano Barreto – vice	Agricultor
Urias Antonio do Nascimento	Agricultor
Felício Ferreira Gomes	
Antonio da Costa Valle	Agricultor
Tibúrcio José da Silva	Agricultor

**Fonte:** Atas do Partido Republicano de Franca.

**Tabela 9 - Partido Republicano Federal do Município de Franca: 30/12/1896**

Octaviano Barreto – presidente	Agricultor
Marcilio Mourão – vice	Advogado
Urias Antonio do Nascimento	Agricultor
Ricarte José Narciso	Agricultor
Tibúrcio José da Silva	Agricultor
Virginio Pereira dos Santos	Agricultor
Joaquim Antonio de Lima	Agrimensor.

**Fonte:** Atas do Partido Republicano de Franca.

**Tabela 10 - Partido Republicano Governista do Município de Franca: 09/04/1898**

Tibúrcio José da Silva – presidente	Agricultor
Thomaz José da Motta – vice	Agricultor
Ricarte José Narciso	Agricultor
Urias Antonio do Nascimento	Agricultor
Joaquim Andrade do Nascimento	Agricultor
José Rodrigues da Costa	Agricultor
Joaquim Antonio de Lima	Agrimensor

**Fonte:** Atas do Partido Republicano de Franca.

**Tabela 11 - Partido Republicano de Franca: 15/03/1901**

Urias Antonio do Nascimento	Agricultor
Godofredo Costa	
Ricarte José Narciso	Agricultor
Joaquim Antonio de Lima	Agrimensor
Felício Ferreira Gomes	
Joaquim Andrade do Nascimento	Agricultor
Ignácio Paes Lima	Agricultor

**Fonte:** Atas do Partido Republicano de Franca.

**Tabela 12 - Partido Republicano de Franca: 28/09/1901**

Francisco Martins Ferreira Costa	Comerciante
Caetano Petraglia*	Farmacêutico
José de Mendonça Ribeiro	_____
Antonio de Paula Coelho	_____
Martimiano Francisco de Andrade	Agricultor

**Fonte:** Atas do Partido Republicano de Franca

\*A partir de 20/12/1902 toma posse o advogado Julio Cardoso

**Tabela 13 - Partido Republicano de Franca: 05/10/1904**

Francisco Martins Ferreira Costa	Comerciante
João de Faria	Advogado
Antonio Flavio M. Ferreira	Agricultor
João Feliciano Cardoso	Agricultor
Gaudêncio J. L. de Oliveira	_____
Victor de Mendonça Ribeiro	Comerciante
José Rodrigues Costa	Agricultor
Bernardo Avelino de Andrade	Agricultor
João Diogo Garcia Martins	_____

**Fonte:** Atas do Partido Republicano de Franca

Num primeiro momento, é interessante notar a constante troca de nomes que envolveram o diretório republicano de Franca: Partido Republicano Federal, Partido Republicano Federal do Município de Franca, Partido Governista do Município de Franca e finalmente Partido Republicano de Franca. Essas trocas de nomenclaturas teriam, contudo alguma explicação? Expressa em algum momento o contexto político da época?

Essas simples trocas de nomenclaturas coloca a política de Franca em sintonia com a política nacional naquele momento. Isso por que o diretório do Partido Republicano de Franca teve origem em 1894, ano em que se processava a transição do governo militar de Floriano Peixoto para o governo civil de Prudente de Moraes. Essa transição tinha sido conduzida pelo Partido Republicano Federal criado um ano antes.

Segundo Witte, o Partido Republicano Federal tinha como principal objetivo, “[...] pelo menos em suas bases mais completas de organizar os partidos locais já organizados ou por organizar, que se propusessem a sustentar a Constituição de 24 de fevereiro de 1891 e ainda defender a prática sincera e real do sistema republicano federativo por ela estatuído.”<sup>283</sup>

<sup>283</sup> WITTER, J.S. **Partido político, federalismo e Republica**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1984. p. 52.

Além da defesa da República Federativa, havia ainda “[...] a necessidade de se aglutinar as forças em torno de uma agremiação partidária coesa e disciplinada.”<sup>284</sup> Ainda segundo Witter, o PRF esbarrou na composição heterogênea dos vários agrupamentos regionais que compunham as fileiras do partido: “[...] até que ponto os PRs regionais (PRP, PRM, PRB, etc) acabaram por se transformar efetivamente em seções regionais do PRF?”<sup>285</sup>

Quanto aos núcleos locais, o PRF procurou por intermédio das Instruções criadas pela Comissão Executiva do Partido Republicano Federal que “as direções locais poderão ter tanto a organização quanto a denominação que desejem os seus membros” facilitando, dessa maneira, “os agrupamentos de políticos nos diferentes municípios dos Estados da Federação”. Witter assevera que essa atitude da cúpula diretiva do PRF pode ser encarada como uma espécie de concessão “ao localismo” já que o PRF naquele momento não poderia abrir mão do que para ele se constituía “nas bases e estas se encontravam nas direções locais”.

Ao mesmo tempo em que o PRF buscou a coesão e a disciplina partidária, o partido também não se descuidou de se fortalecer “através de uma coordenação central” que facilitasse aos grupos locais “o controle da vida política de seus municípios”, ou seja, aos municípios eram garantidas as suas próprias vozes de comando.<sup>286</sup>

No caso de Franca, isso pode ter acontecido: o Partido Republicano local recém criado procurou uma denominação que fosse compatível com o momento da política em âmbito nacional buscando com isso o engajamento com o PRF que naquele momento representava a “força política da República”, preservando, no entanto, a sua voz de comando, e conseqüentemente os interesses da elite dirigente do município. Contudo, a partir do momento em que o PRF perde sua força dentro do cenário político nacional em 1897, a denominação do diretório local passa de Partido Republicano Governista do Município de Franca em 1898 para Partido Republicano de Franca em 1901 tendo no PRP o seu “referencial político.

Segundo Edgard Carone e Maria Silvia de Arantes Junqueira, a questão da nomenclatura também teve reflexos no PRP.

Esta tendência revela a personalidade política e ambígua e aceitação de tendências dominantes: como se sabe, o Partido Republicano do Estado de São Paulo, ou simplesmente o PRP, é conhecido por esta denominação desde 1873, quando da sua fundação. A ata da primeira reunião reproduz o nome; mas, em 31 de março de 1897, em plena briga entre Francisco Glicério e o presidente da República,

---

<sup>284</sup> WITTER, J.S. **Partido político, federalismo e República**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1984. p. 36.

<sup>285</sup> *Ibid.*, p. 67.

<sup>286</sup> *Ibid.*, p. 75-76.

Prudente de Moraes, a Ata fala na Comissão Central do Partido Republicano Federal. Em 7 de julho de 1897, quando Campos Sales (presidente de São Paulo) apóia Prudente de Moraes, a denominação encontrada é Partido Republicano. Só em 30 de outubro de 1901 é que volta a ser usado o nome primitivo e, mais tarde, Partido Republicano.<sup>287</sup>

### 3.1.1 O Partido Republicano de Franca e o “adesismo” na política local

Ainda pode-se fazer outros questionamentos acerca da composição do Partido Republicano de Franca. O Partido absorveu poucos indivíduos que estiveram à frente do poder local em Franca na última década do Império, a saber: dois ex-conservadores Tomaz José da Motta e José Rodrigues Costa, e dois ex-liberais, o Coronel Francisco Martins Ferreira Costa e Joaquim Andrade do Nascimento. Nesse sentido, ao que parece, o Partido Republicano de Franca se afastou da prática política utilizada pelo PRP que no início da República primou pelo “adesismo”.

É importante salientar que essa análise contempla apenas os indivíduos que estiveram à frente do poder local na última década do império, portanto são indivíduos que tiveram uma atuação mais intensa não só a nível partidário, mas também no âmbito das decisões políticas no interior da política municipal, visto que faziam parte do corpo político do município.

Em Franca não existiam os chamados “republicanos históricos” por conta das características demonstradas da propaganda republicana no município. Portanto essa análise se resume na tentativa de avaliação, por intermédio do diretório do Partido Republicano de Franca, de como ocorreu a adesão dos políticos ligados aos ex-partidos imperiais ao novo regime. Por exemplo, o Coronel Francisco Martins Ferreira da Costa pertenceu ao partido liberal e ocupou a vereança em Franca na última legislatura do império – 1887-1889 – e no entanto, foi um dos fundadores do Partido Republicano de Franca no ano de 1894.

Provavelmente outros indivíduos do diretório do partido também foram filiados aos partidos monárquicos, mesmo que não ocuparam cargos políticos no município. Contudo, nem todos os políticos que tinham ligações com os partidos imperiais aderiram – pelo menos de imediato – ao novo regime.

---

<sup>287</sup> CARONE, E.; JUNQUEIRA, M.S.A. Atas do Partido Republicano Paulista. **Estudos Históricos**, Marília, n. 11, p. 140, 1972.

Portanto, diante dessa situação, a análise consiste justamente em demonstrar como ocorreu o “adesismo” dos políticos locais não somente ao Partido Republicano de Franca, mas também em relação ao novo regime político, além de poder compreender também como ao longo do tempo foram se formando em Franca não só as “oposições” no interior da política local, mas também ao novo regime, podendo indicar que para alguns políticos locais, a nova ordem pública que emergia com a República tinha a necessidade de ser reelaborada, principalmente a partir da “política dos governadores” que veio referendar as posições políticas dos grupos dominantes nos estados.

Porém, essa política efetuada pelo PRP de fortalecer as posições do partido buscando a adesão dos ex-monarquistas também acabou se transformando numa tática política viável para os próprios monarchistas, já que temiam ficar a margem do processo político e “[...] confiavam os adesistas (monarquistas em geral) em que a Constituinte seria o seu futuro campo de ação, mostrando uma nítida atitude continuísta.”<sup>288</sup>

Apenas para se ter uma idéia de como o “adesismo” se estabeleceu com vitalidade na política a nível nacional, Janotti assevera que “as chapas formadas na maioria dos estados apresentavam, ao lado de republicanos, nomes pertencentes aos antigos partidos monárquicos”; na Assembléia Constituinte os monarchistas perfaziam um total de 38 indivíduos.<sup>289</sup>

Em 1906, o jornal *Cidade da Franca* criticava a atuação dos monarchistas por ainda tentarem “[...] embair a opinião publica apregoando a *urbi et orbi* uma firmeza de princípios que nunca tiveram, conforme está provado a luz da história, prometendo ao Povo, mundos e fundos, muita coisa boa, muitos benefícios [...]”. O artigo assevera que, mesmo após a proclamação da República, os monarchistas continuaram presentes no interior “dos Estados da União” por intermédio da ação das mesmas “[...] oligarchias antigas das províncias, com a única diferença da mudança de rótulo.”

O artigo desqualifica qualquer ação política por parte dos monarchistas, já que lhes foram concedidos espaços de atuação na política sob a égide do “nefasto regimen republicano” graças ao seu “[...] adhesivismo” político que lhes proporcionaram “conservarem suas antigas posições e não serem incommodados em seu bem-estar de Gargantuas e Sardanapolos da meza do orçamento.[...]”<sup>290</sup>

---

<sup>288</sup> JANOTTI, M.L.M. **Os subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.p. 19.

<sup>289</sup> Ibid., p. 36-38.

<sup>290</sup> **Cidade da Franca**, 1 fev. 1906, p. 1.

O artigo termina dando uma idéia de como se processaram a transição dos quadros políticos com a mudança de regime:

Onde esta a razão de tamanha celeuma por parte dos senhores sebastianistas, si a maior parte desses senhores é justamente a que esta de cima, no poleiro, como diz o vulgo, gozando de todos os proventos, de todas as regalias, de todo o arame que lhe da o nefasto regimem republicano a cujas liberalidades agarrarão-se, todavia, como ostras no rochedo?<sup>291</sup>

No interior da política paulista, Casalecchi descreve a importância do “adesismo” para a sustentação das bases políticas do PRP no Estado de São Paulo:

O adesismo aceito pelo republicanismo paulista sem dúvida favoreceu , no inicio do regime, a agremiação que, fazendo jus à sua composição estritamente elitista, buscava nas lideranças conservadoras e liberais a amplitude de suas bases.  
[...]  
Para os republicanos históricos essa “política de acomodação” era, antes, uma necessidade de segurar em mãos civis uma parcela do poder do novo regime.<sup>292</sup>

Em contrapartida ao adesismo proposto pelo Partido Republicano Paulista, surgia no Rio de Janeiro em maio de 1890 o Partido Católico, “propondo combater o ateísmo e anticlericalismo”.<sup>293</sup> A nível estadual, o referido partido teve uma atuação política efêmera, mas no município de Franca, conseguiu influenciar na política local, como nos mostra esse trecho do jornal *Tribuna da Franca* de 25/09/1903:

O movimento político católico em todo o antigo Nono Districto foi admirável: Nós vencemos em toda a linha, em duas terças partes das paróquias do districto. Mas ‘erat in factis’! O jacobinismo e a impiedade triunfaram, graças a violência, à fraude e o morticínio.<sup>294</sup>

Melo credita o relativo sucesso do Partido Católico<sup>295</sup> em Franca a dois fatores: primeiro, “o descontentamento dos políticos, afinados com o regime imperial, com a perda de

---

<sup>291</sup> **Cidade da Franca**, 1 fev. 1906, p. 1.

<sup>292</sup> CASALECCHI, J.E. **O Partido Republicano paulista: política e poder (1889 – 1926)**. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 65-66. (destaque do autor).

<sup>293</sup> *Ibid.*, p. 66.

<sup>294</sup> **Tribuna da Franca**, 25 set. 1903, p. 1.

<sup>295</sup> Segundo nota divulgada por Estevão Leão Bourroul sob o pseudônimo de Skander “[...] o Partido Catholico assim se organizava, creava directorios parochiaes e pregava pela imprensa e pela tribuna popular a necessidade da união e a coragem na lucta; que o partido republicano governista procurava rebater a golpes certo por meio da multiplicidade de suas gasêtas e das conferencias publicas, - cinco chefes prestimosos do partido conservador n’esta capital publicavam n’*O Mercantil* e no *Estado de S. Paulo* uma circular congregando os elementos conservadores para a formação de um novo partido com o principal intuito dizia o *Correio, de resistência a situação política inaugurada a 15 de novembro de 1889.*” (grifo nosso). **Tribuna da Franca**, 1 jan. 1904, p. 2.

seus cargos” e o segundo “à liderança exercida pelo pároco local, Monsenhor Rosa”, articulando o partido em oposição ao regime republicano.<sup>296</sup>

Em Franca, o “Partido Catholico” se constituiu de um “directorio” que contemplava uma “selecta organização” partidária: Coronel José Garcia Duarte, presidente da Câmara Municipal durante o Império na legislatura 1883-1886 e líder do Partido Conservador; o ex-conservador Álvaro de Lima Guimarães, vereador durante o Império na legislatura 1883-1886; o ex-liberal Antonio de Andrade Lobo Bastos, vereador durante o Império na legislatura 1887-1889, e Fulgêncio de Almeida que na República atuará como um dos opositores ao Partido Republicano local; Tenente Antonio Bernardes Pinto, Coronel José Nunes Ferreira, Major José de Mendonça Ribeiro, Capitão Antônio Canuto de Azevedo, João Feliciano Cardoso, Antonio Flávio Martins Ferreira, Tenente Urias Antônio do Nascimento, Antônio Martins de Andrade Júnior (ex-conservador e vereador na legislatura 1887-1889), Tenente José Esteves de Andrade.<sup>297</sup>

Em comunicado datado do ano de 1893 ao eleitorado do Sétimo Districto - antigo Nono Districto da província de São Paulo - Estevão Leão Bourroul, procura alertar quanto ao posicionamento dos monarquistas católicos em relação às eleições estaduais do Estado de São Paulo. Bourroul ainda acreditava na força dos “Catholicos Monarchistas” do antigo Nono Districto, que por sua vez constituíam “mais de dois terços” dos eleitores. Em decorrência dessa força política Bourroul criticava a postura do eleitorado com relação à abstenção eleitoral, que no seu entender acarretaria o “suicídio” político, descaracterização dos chefes partidários além de produzir a “debandada” do eleitorado.

É importante salientar que em 1893 já havia decorrido dois anos do fechamento do Partido Católico<sup>298</sup> e mesmo assim Bourroul procurava arregimentar os indivíduos partidários do ideal do partido disperso no antigo Nono Districto, pois além de conclamar o apoio dos antigos chefes monarquistas, como foi o caso do ex-conservador João Mendes de Almeida, se colocava a disposição como possível candidato<sup>299</sup>.

Arrelado da política activa – e entregue exclusivamente aos meus estudos históricos e deveres profissionais – acabo de em excursão determinada por negócios meramente particulares – percorrer grande parte do antigo Nono Districto – esse heróico e legendário baluarte da idéia Monarchista e Catholica.

Em minha peregrinação [...] a Franca do Imperador, Ribeirão Preto, São Simão, Casa Branca... fui consultado sobre qual attitude que devem os Monarchistas e Catholicos no próximo pleito para deputados geraes.

---

<sup>296</sup> MELO, E.R.M. **O coronelismo francano: a consolidação da hegemonia (1880 – 1914)**. 1995. 127 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 1995. p. 68.

<sup>297</sup> **Tribuna da Franca**, 1 jan. 1904, p. 2.

<sup>298</sup> O Partido Católico foi extinto em abril de 1891.

<sup>299</sup> Bourroul já havia sido candidato a deputado pelo antigo Partido Católico em 1890 obtendo 7.000 votos.

Chegando a Capital [ ] recebi novas consultas a semelhante respeito ressaltando de todas ellas o desejo de ser eu um dos candidatos.

[...]

Aguardo a palavra de ordem dos Chefes.

Soldado raso, - eis o que sempre fui e continuo a ser.

[...]

Entendo, todavia, ser um erro – e um erro gravíssimo preme das mais funestas consequências, - a abstenção eleitoral.

Estupenda ingenuidade, - acreditar que a victória final virá da abstenção systematica e prolongada!

A abstenção pode ser efficaz, como protesto, em certos e determinados casos.

Praticar, porém a abstenção continuamente, como programma político de um partido. É suicídio.

Amanham, o mesmo eleitorado que foi impellido à abstenção, desconhecerá, logicamente, os próprios chefes.

Muito embora argumente com a fraude dos governantes, o resultado será negativo, para a causa que defendemos.

A abstenção ergui-se-á a debandada. E então, poderemos inscrever em nossas bandeiras:- *Finis Polônios*.

Os amigos prestimosos que me consultaram,- os companheiros fieis que ainda me dão a honra de ouvir os meus conselhos,- reflectam maduramente sobre este ponto.

Constituímos mais de dois terços do antigo Nono Districto (hoje Sétimo Districto) da Província de São Paulo.

Aguardemos a palavra dos chefes.

Em meu humilde entender, não posso comprehender como summidades políticas aconselhariam, mais uma vez, a abstenção.

E talvez seja eu um visionário?!

Não nos abandonem os chefes.

Não nos abandone o velho piloto, João Mendes de Almeida.<sup>300</sup>

Contudo, além de uma “reação monarquista” creditada por Melo, a atuação mais intensa do Partido Católico no município de Franca acarretou um distanciamento dos “republicanos” locais em relação a grande parte dos políticos ligados aos ex-partidos imperiais – pelo menos aqueles indivíduos que ocuparam cargos políticos durante o império - explicando assim o número diminuto dos ex-monarquistas que tiveram uma atuação política mais intensa nas hostes do Partido Republicano de Franca.

### 3.1.2 Atuação do Partido Republicano de Franca

Em relação às deliberações do Partido Republicano de Franca, que estão contidas nas Atas, em sua maioria serviram para referendar a vontade da Comissão Central do PRP. Dessa forma, ao referendar os anseios da Comissão Central, o partido também angariava o apoio do governo para se estabelecer como situação política no município, conquistando ao mesmo

---

<sup>300</sup> A *Ephoca*, 31 ago. 1893, p. 2.

tempo “a autonomia extralegal” que consistia em obter “carta-branca que o governo estadual outorga aos correligionários locais, em cumprimento da sua prestação no compromisso típico do coronelismo” no qual “[...] em virtude dessa carta-branca que as autoridades estaduais dão o seu concurso ou fecham os olhos à quase todos os atos do chefe local governista, inclusive a violência e outras arbitrariedades.”<sup>301</sup>

Nesse caso, o Partido Republicano de Franca em nenhum momento se contrapôs às vontades políticas manifestadas pela Comissão Central. Ao contrário, sempre concedeu o apoio irrestrito, como por exemplo, na reunião de 22/05/1895 quando o diretório republicano local sugeria os nomes “[...] dos doutores Manoel Morais Barros e João Francisco de Paula Souza para preencher as vagas na senatoria federal deixadas pelo Exm. Senhor Prudente de Moraes e Francisco de Paula Alves, para o próximo pleito eleitoral que deve ter lugar a 15 de abril próximo.”<sup>302</sup>

Na reunião do dia 10/03/1897, “[...] os membros do Diretório do Partido Republicano Federal” indicavam cinco membros para comporem a Comissão Central do Partido Republicano Federal,

[...] e resolveu-se indicar unanimemente os seguintes cidadãos para servir durante o ano corrente de mil oitocentos e noventa e sete, a saber: gen. Francisco Glicério, Dr. Júlio de Mesquita, Dr. Luiz de Pereira Piza e Almeida [...] cel. João Batista de Mello e Oliveira e cel Augusto César do Nascimento, todos com sete votos e resolveu-se oficialiar a comissão central no sentido exposto na ata.<sup>303</sup>

O Partido Republicano de Franca também deliberou a respeito da composição da Comissão Central do PRP, e nesse caso, o diretório local tratou de estar em “[...] conformidade com a circular da Comissão Central os membros que deverão exercer a mesma comissão para o ano próximo sendo votados os seguintes: Dr. Bernardo de Campos, Francisco de Paula Rodrigues Alves, João Alves Ribeiro Júnior, cel João Batista de Mello Oliveira e (?) de Moura.”<sup>304</sup>

A leitura das Atas do Partido Republicano de Franca reflete uma preocupação do diretório do partido com uma importante questão que colocava em risco a autonomia política do PRP no Estado de São Paulo: a crise do café e a eminente tentativa de se formar um Partido da Lavoura.

---

<sup>301</sup> LEAL, V.N. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975. p. 51.

<sup>302</sup> ATAS do Partido Republicano de Franca, 22 maio 1895, p. 2-3.

<sup>303</sup> Ibid., p. 5.

<sup>304</sup> Ibid., p. 12.

Segundo Casalecchi, “os interesses da lavoura do café” em crise constituía o principal reduto do “contingente republicano”, na medida que ameaçava a estabilidade do PRP que tinha na lavoura “o grande contingente eleitoral do Partido”.<sup>305</sup> Diante da desvalorização dos preços do café e da inépcia do governo em solucionar a crise “articulava-se o Partido da Lavoura nos redutos municipais, até então fortalezas inexpugnáveis do perrepismo, estimulando o descontentamento” quando muitos municípios cogitavam lançar candidatos inclinados em defender as causas da lavoura em detrimento dos interesses do governo.

Para Perissinotto, o Partido da Lavoura tinha como principal objetivo “[...] defender os interesses dos fazendeiros do interior contra aqueles que, além da própria fazenda, tinham interesses urbanos: o grande capital cafeeiro.”<sup>306</sup> Essa oposição entre o fazendeiro propriamente dito, que buscava dar vazão aos seus reclamos por intermédio do Partido da Lavoura, e aqueles que possuíam uma diversificação nos negócios que suplantavam as porteiras das fazendas, na visão de Perissinotto, atesta “[...] uma cisão entre a lavoura, o Estado (leia-se o PRP - Partido Republicano Paulista) e os interesses urbanos do grande capital cafeeiro.”<sup>307</sup>

Em Franca, ao que parece o apoio a uma possível criação do Partido da Lavoura, foi afastado pelo diretório do Partido Republicano de Franca, preferindo seus membros emprestar seu apoio ao governo:

O presidente do diretório pediu aos membros presentes que se manifestassem sobre a atual situação política existente nesta cidade; isto é o que pensam sobre as futuras decisões, se sustentam à chapa do governo ou o partido da lavoura, a fim de que ele presidente pudesse bem representar o partido naquela conferência. Então os membros do diretório declararam-se solidários com o partido governista e que sustentariam a chapa recomendada pela Comissão Central, respondendo o seu ofício e delegando poderes ao nosso representante perante aquela comissão para satisfazer o apelo que faz.<sup>308</sup>

No entanto, torna-se necessário uma melhor avaliação dessa decisão do Partido Republicano de Franca, levando em consideração o grande número de agricultores que fizeram parte do diretório do partido. Porém, de acordo com os dados fornecidos pelo Almanaque de Franca para o ano de 1901, apenas dois indivíduos que, estando entre os maiores cafeicultores de Franca, também compunham as fileiras do diretório do partido a

---

<sup>305</sup> CASALECCHI, J.E. **O Partido Republicano paulista: política e poder (1889 – 1926)**. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 88-89.

<sup>306</sup> PERISSINOTTO, R.M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1994. p. 50.

<sup>307</sup> Ibid., p. 50.

<sup>308</sup> ATAS do Partido Republicano de Franca, 1 nov. 1899, p. 13-14.

saber: Dr. João de Faria, como sendo o “maior” cafeicultor do município de Franca com 185.000 pés de café, e Antonio Flávio Martins Ferreira com 60.000 pés de café. É importante mencionar que o Dr. João de Faria e Antonio de Flávio Martins Ferreira não faziam parte do diretório do Partido Republicano local no ano de 1899, quando da deliberação de apoiar o governo em detrimento do Partido da Lavoura.

Talvez a aparente ambigüidade envolvendo o apoio ao governo<sup>309</sup> de um partido que possuía em suas fileiras um grande número de agricultores se encontre nas próprias características da cafeicultura do município de Franca delineadas na assertiva de Lélvio Luiz de Oliveira:

Inseridos em propriedades rurais, com estruturas produtivas tradicionalmente voltadas para o abastecimento do mercado interno, o café, em Franca, passou a ser mais uma atividade dessa economia diversificada.

Assim, as fazendas e fazendeiros não se limitaram a agricultura. A nova atividade deu mais fôlego e dinamizou a produção destinada ao mercado interno local e de longa distancia. O caráter misto das fazendas foi reafirmado.

Essa característica inicial manteve-se durante todo o período da economia cafeeira, na República Velha (até pelo menos 1920). Os fazendeiros francanos preservaram o perfil tradicional das propriedades. A habitual auto-suficiência das fazendas, que trazia segurança ao proprietários foi um fator de manutenção das praticas econômicas arraigadas. Houve resistência em fazer investimentos vultuosos em uma nova lavoura, cujos resultados dependiam dos preços internacionais e das manipulações dos atacadistas. Produzir para o autoconsumo e para os mercados conhecidos era mais seguro. Mesmo os grandes proprietários não utilizaram, de imediato, todos os seus aportes na lavoura cafeeira. Aqueles que investiram sempre tiveram o café ao lado da pecuária. Foram miúdos os passos dados em direção a cafeicultura se comparado ao município vizinho de Ribeirão Preto.<sup>310</sup>

Concomitantemente, a eminência de criação do Partido da Lavoura – e em certa medida também em decorrência deste – muitos municípios levantaram bandeira em busca de uma maior autonomia. Esse “fenômeno municipalista” ecoou forte em muitas cidades do

---

<sup>309</sup> Sílvia Levi-Moreira em estudo sobre o Partido Republicano Dissidente de São Paulo observa que os dissidentes - por intermédio dos jornais **O Tempo** e **O Estado de S. Paulo** e dos anais da Câmara dos Deputados de São Paulo – tenderam a defender os interesses dos “[...] pequenos lavradores, que Flávio Saes define como um conjunto de fazendeiros (principalmente de menor porte) que vivia em suas propriedades e estava a testa da produção” diante das dificuldades de crédito e de comercialização do café, se colocando de modo contrário a muitas deliberações do governo paulista. Na Câmara dos deputados referendavam a intervenção do Estado na economia, além de se concentrarem em medidas que favorecessem o comércio do café: “[...] extinção dos impostos de trânsito, redução das tarifas de frete das estradas de ferro, a redução dos impostos de entrada para o café nos países estrangeiros” e a intensificação da propaganda da bebida no estrangeiro. LEVI-MOREIRA, S. **Liberalismo e democracia na dissidência republicana paulista**: estudo sobre o Partido Republicano dissidente de São Paulo 1901-1906. 1991. 196 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991. p. 119-144. Essas informações se tornam importantes porque em termos políticos, o apoio do Partido Republicano de Franca ao governo em relação à criação de um Partido da Lavoura pode indicar por parte dos republicanos de Franca uma “coerência” no que diz respeito à política do Estado de São Paulo.

<sup>310</sup> OLIVEIRA, L.L. **Heranças guardadas e transições ponderadas**: história econômica do interior paulista – 1890-1920. Franca: Ed. Unesp/FHDSS : FACEF, 2006. p. 43-44.

interior. Um exemplo da busca pela autonomia municipal e os conseqüentes choques com o governo do estado ocorreu na vizinha cidade de Batatais por intermédio da atuação política do advogado e futuro presidente da República Washington Luis. A sua posição em defesa da autonomia municipal foi uma constante enquanto residiu em Batatais: “[...] os municípios devem defender por todos os meios os seus direitos, segredo e causa de seu progresso; ao contrário, devem lutar embora essa luta lhes acarrete contrariedades, incomodos.”<sup>311</sup>

Washington Luis, além de ser convidado para elaborar o novo Código de Posturas do município, também tem uma atuação político partidária como opositor intensa em Batatais, ocupando o cargo de presidente da Câmara Municipal e posteriormente o de Intendente Geral, privilegiando, em quanto esteve à frente dessas funções

[...] uma proposta liberal de administração pública, seja pela proposição em torno da participação da iniciativa privada nos empreendimentos públicos, ou por um maior envolvimento do município na discussão de temas que lhe dizem respeito com a questão do orçamento, da criação de fontes de arrecadação e vários outros assuntos concernentes a esfera local indefinidos pela legislação constitucional.<sup>312</sup>

O exemplo de Batatais na busca pela autonomia municipal, faz questionar se o município de Franca também buscou arregimentar forças para empreender o fortalecimento das prerrogativas do municipalismo, visto que como foi demonstrado no capítulo II, esse foi um tema debatido e defendido nas páginas do jornal *O Nono Districto*. Porém, não foi possível identificar em Franca documentos que comprovem, no período republicano, campanha semelhante do que foi feito no período da propaganda envolvendo a autonomia municipal.

No entanto, apesar da não existência de uma propaganda que defendesse a autonomia do município, os jornais locais – a exemplo do jornal *O Nono Districto* – não deixaram de se preocupar com o progresso do município. Não eram poucos os artigos que cobravam melhorias na cadeia pública<sup>313</sup>; o aumento de policiais<sup>314</sup>; melhoramentos no matadouro<sup>315</sup>; melhoramentos no teatro Santa Clara<sup>316</sup>; preocupação com o estado da instrução pública em

---

<sup>311</sup> Relatório Intendente Municipal de 1899, p. 27. apud, PEREIRA, R.M. **O municipalismo de Washington Luis em sua atuação em Batatais (1893-1900):** aspectos da modernização urbana do interior paulista na República Velha. 1988. 249 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 1988. p. 108.

<sup>312</sup> PEREIRA, op. cit., p. 65.

<sup>313</sup> **Tribuna da Franca**, 22 jun. 1901, p. 1.

<sup>314</sup> **Tribuna da Franca**, 14 jun. 1902, p. 1.

<sup>315</sup> **Tribuna da Franca**, 12 jul. 1902, p. 2; **O Francano**, 1 mar. 1902, p. 2.

<sup>316</sup> **Cidade da Franca**, 5 ago. 1906, p. 1.

Franca<sup>317</sup>, ou que incentivasse a criação de uma Escola de leiteria, viticultura e vinicultura<sup>318</sup>, além da implantação de uma Industria Pastoril no município.<sup>319</sup>

Essa solidariedade do Partido Republicano de Franca em relação à Comissão Central do PRP tinha, em contrapartida, vantagens políticas, principalmente no que diz respeito à política municipal. Nesse sentido, dentro da “lógica do compromisso coronelista” o apoio ao governo significava, por sua vez, o “direito” de interferir no interior da política local como segue nesses vários exemplos contidos nas atas de reuniões do diretório do Partido Republicano de Franca: “Pelo presidente (do diretório do Partido Republicano de Franca) foi dito que para o bem da política local tornava-se necessário a *demissão do Dr. Promotor Público desta comarca* e a indicação de dois cidadãos para o preenchimento dos lugares de 2º e 3º suplentes de delegado de polícia desta cidade”<sup>320</sup>; “[...] foi mais oficiado a Comissão Central para que tratasse de exonerar o primeiro suplente de delegado e nomear o capitão Francisco García da Costa.”<sup>321</sup>

Em reunião do 15/01/1899, o diretório do Partido Republicano de Franca oficiava a “Comissão Central pedindo a nomeação de *Francisco de Assis Pereira* para professor da primeira cadeira e a exoneração de João Soares da Silva e nomeação de Francisco Garcia da Costa.”<sup>322</sup> Porém apenas um ano depois – 02/01/1900 – o mesmo diretório local reunia-se com o fim de “[...] resolver sobre a necessidade de ser removido o professor *Francisco Augusto de Assis Pereira*”<sup>323</sup> pelo procedimento incomodo que teve diante do pleito eleitoral de trinta e um de dezembro do ano passado, o que ficou resolvido por maioria de votos.”<sup>324</sup>

Além disso, não eram raras as circulares do Partido Republicano local publicadas nos jornais “[...] convidando a todos os seus amigos e correligionários políticos para comparecer a eleição de dous Senadores, um federal e outro estadual, eleições essas que se realizarão nos dias 29 e 30 do corrente mês e para as quaes deve convergir a atenção de todos *os bons republicanos*.”<sup>325</sup>

A Comissão Central do PRP sofria severas críticas da imprensa local devido o seu caráter autoritário, impondo aos diretórios locais suas vontades políticas, ratificando com isso a falta de soberania dos diretórios. Eram os diretórios locais aceitarem a imposição “*sine qua*

---

<sup>317</sup> **Cidade da Franca**, 10 mar. 1907, p. 1.

<sup>318</sup> **Tribuna da Franca**, 21 fev. 1901, p. 1.

<sup>319</sup> **Tribuna da Franca**, 7 set. 1901, p. 2.

<sup>320</sup> ATAS do Partido Republicano de Franca, p. 1. (grifo nosso).

<sup>321</sup> *Ibid.*, p. 13.

<sup>322</sup> *Ibid.*, p. 14.

<sup>323</sup> Francisco Augusto de Assis Pereira, provavelmente depois deste episódio, se posiciona contra o diretório do Partido Republicano de Franca, usando das páginas do seu jornal, **A Cidade da Franca** para apoiar os dissidentes locais.

<sup>324</sup> ATAS do Partido Republicano de Franca, p. 15. (grifo nosso).

<sup>325</sup> **O Francano**, 20 set. 1902, p. 2. (grifo nosso).

*non*” da Comissão Central e em troca “a Comissão Central do Partido Republicano (reconhecia) o Directorio político de tal parte constituídos pelos srs, F. F. e etc”.

Portanto, as indicações dos candidatos feitas pelos diretórios locais na maioria das vezes, não passavam de uma representação, um teatro político que servia para tentar disfarçar a verdadeira face da República: “[...] a de ser um regime que ao ser republicano era oligárquico e a de uma sociedade liberal e ao mesmo tempo discricionária.”<sup>326</sup>

### 3.1.3 A cisão de 1901 e a formação do Partido Republicano Dissidente de Franca

Por intermédio dos quadros que demonstram os indivíduos que compunham os diretórios do Partido Republicano de Franca – pode-se perceber que no ano de 1901 o diretório do Partido Republicano de Franca se apresenta com duas composições – uma em 15/03/1901 e outra em 28/09/1901 - completamente distintas uma da outra. O que teria ocorrido para que tal divisão se concretizasse no interior do Partido Republicano de Franca? Diante disso, essas formações distintas podem refletir as conseqüências da cisão no interior do PRP, que deu origem ao Partido Republicano Dissidente de São Paulo.

Em termos que vislumbram a política propriamente dita do PRP, a cisão acontece quando Campos Sales na presidência da República impõe o nome de Bernardino de Campos para presidente do Estado de São Paulo, em detrimento de Cerqueira César, que por sua vez tinha o apoio de Prudente de Moraes, produzindo assim a dissidência dos partidários de Prudente de Moraes e Cerqueira César. Esse ato de Campos Sales representava para “[...] os dissidentes de 1901, a intromissão federal nos negócios políticos do Estado (que) foi interpretada como rompimento do compromisso de respeito à autonomia estabelecido com o regime republicano.”<sup>327</sup>

Casalecchi caracteriza o aspecto político da dissidência de 1901:

A cisão é o choque entre dois grupos de políticos dentro do Partido (PRP). Um agrupamento em torno de Campos Salles – chamado grupo da “oligarquia”, que apoiava o governo paulista e federal, conivente com a “política dos governadores”. Outro, em torno de prudente de Moraes – “os dissidentes”; “os empurrados” que

---

<sup>326</sup> CASALECCHI, J.E. **O Partido Republicano paulista: política e poder (1889 – 1926)**. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 184.

<sup>327</sup> LEVI-MOREIRA, S. **Liberalismo e democracia na dissidência republicana paulista: estudo sobre o Partido Republicano dissidente de São Paulo 1901-1906**. 1991. 196 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991. p. 34.

acabaram por lançar o Partido Republicano Paulista Dissidente. Estavam contra a “política dos governadores”, propunham uma revisão constitucional no âmbito federal e no estadual, uma república parlamentar como forma de atacar a ação política de Campos Sales, calcada no presidencialismo, além da moralização dos costumes políticos.<sup>328</sup>

No entanto, para Love a crise política instalada no PRP refletia além do caráter propriamente político, o “[...] descontentamento de interesses comerciais e industriais associados ao partido”:

Os dissidentes favoreciam a supressão dos impostos de exportação, do imposto de transito e de todas as tarifas interestaduais. Propunham também ampliar o poder de o governo federal regulamentar o comércio, desnacionalização da marinha mercante [...] e a limitação do direito de propriedade por parte de corporações estrangeiras.

Por outro lado, os interesses bancários pareciam estar bem protegidos em 1901, a julgar pela composição da comissão executiva naquele ano. Dentre os cinco indiscutíveis chefes do partido à época – Bernardino de Campos, Rodrigues Aves, Campos Sales, Cerqueira César e Prudente – dois dos três sobreviventes no poder tinham interesses no sistema bancário.<sup>329</sup>

No município de Franca, a cisão do Partido Republicano Paulista dividiu o grupo que estava arrematado no interior do Partido Republicano local, explicando, portanto, as duas composições do partido no ano de 1901. O diretório do Partido Republicano de Franca, datado do dia 15/03/1901, tinha sido escolhido em função de eleições internas, com o fim de definir os indivíduos que iriam atuar a frente da agremiação nos próximos anos. A escolha desse diretório ocorreu antes de se processar a cisão do PRP.

Em 07/09/1901, os dissidentes liderados por Prudente de Moraes publicavam no jornal *O Estado de São Paulo*, o Manifesto do Partido Republicano Dissidente de São Paulo concretizando a cisão. Nas assinaturas do Manifesto, consta o nome do deputado estadual francano, Estevam Marcolino de Figueiredo.

Ora, isso explica o porquê da nova composição do Partido Republicano de Franca do dia 28/09/1901, ou seja, posterior a cisão do PRP a nível estadual. Provavelmente, depois de anunciada a cisão do PRP, os republicanos de Franca alinhados com a Comissão Central, e, portanto com Campos Sales, trataram de se rearticularem em torno do novo diretório do Partido Republicano local eliminando do seu seio os partidários de Estevam Marcolino de Figueiredo que por sua vez apoiava em âmbito estadual Prudente de Moraes, ou seja, os

---

<sup>328</sup> CASALECCHI, J.E. **O Partido Republicano paulista: política e poder (1889 – 1926)**. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 101-102. (destaque do autor).

<sup>329</sup> LOVE, J.L. **A locomotiva: São Paulo na federação brasileira (1889 – 1937)**. Tradução de Vera Alice Cardoso da Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Estudos brasileiros, v. 57), p. 161.

dissidentes. A imprensa francana,<sup>330</sup> logo depois de confirmada a cisão do Partido Republicano Paulista, não deixou de se pronunciar:

Esta positivamente feita a cisão do grande partido republicano paulista, sendo lógico portanto acreditar-se que dentro de poucos dias começara a operar-se em todo o estado a reacção natural que acompanha sempre os acontecimentos dessa ordem.

[...]

Não há como negar que essa dissidência encontrará dentro e fora do Estado valioso auxílio, franco e dedicado apoio de todos que, batidos pelas desilusões, assaltados pelas funestas conseqüências da fatídica política das olygarchias tem creado o momento oportuno [...] para se manifestarem abertamente contra este estado de coisas que, fundamente tem amordaçado as mais legítimas aspirações, as mais puras intenções que tolham na alma soffredora do povo, no peito oprimido dos brasileiros ante acima do venal interesse pessoal, collocam a estabilidade da República, a grandeza da Pátria.<sup>331</sup>

Cousas políticas. Prudente e Mesquita ariram-se em cisão, publicando manifesto e, muita gente foi-se, política francana mudada. É possível coronel Martins e amigos vossos montarem Maquina local.<sup>332</sup>

As conseqüências da cisão do PRP são sentidas de uma forma intensa no município de Franca. O grupo de políticos que apoiava Estevam Marcolino de Figueiredo procurou se reorganizar, fazendo de Franca uma das 80 localidades que constituiu diretório “oficial” do Partido Republicano Dissidente de São Paulo. O diretório do Partido Dissidente de Franca, como consta no quadro seguinte, abrigou em sua maioria os políticos que haviam composto as fileiras do Partido Republicano de Franca do dia 15/03/1901.

#### **Tabela 14 - Composição do Diretório do Partido Republicano Dissidente de Franca<sup>333</sup>**

Joaquim Antonio Garcia de Macedo
Ricarte José Narciso
Felício Ferreira Gomes
Urias Antonio do Nascimento
Joaquim Antonio de Lima

**Fonte:** Jornal *Tribuna da Franca*, 14/12/1901, p. 03.

<sup>330</sup> O Partido Republicano Dissidente de São Paulo contará como seu porta-voz político, a partir de fevereiro de 1902, com o jornal **O Tempo**. Em Franca os dissidentes terão na páginas da *Tribuna da Franca* um espaço no qual poderão se manifestar. É por intermédio dos artigos publicados nesse jornal que poderemos vislumbrar o posicionamento crítico dos dissidentes locais em relação à República debatendo temas que na maioria das vezes estarão sendo discutidos também nas páginas d’ **O Tempo**.

<sup>331</sup> *Tribuna da Franca*, 14 set. 1901, p. 1.

<sup>332</sup> apud MELO, E.R.M. **O coronelismo francano**: a consolidação da hegemonia (1880 – 1914). 1995. 127 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 1995. p. 71.

<sup>333</sup> Em setembro de 1904 o Partido Republicano Dissidente de Franca elegia novo diretório composto dos respectivos cidadãos: Coronel Antonio Jacintho da Silva, Dr. Joaquim Carrão, Coronel Chrysogono de Castro, Coronel Ricarte Narciso, Major Emilio Galvão de Miranda, Capitão Joaquim Alves Leite, José Bernardes de Andrade e Antonio Borges de Gouvêa. *Tribuna da Franca*, 22 jun. 1904, p. 1.

### 3.2 Os dissidentes francanos e a República contestada

A atuação do Partido Republicano Dissidente de Franca pode auxiliar no entendimento da consolidação do regime republicano e nas experiências de República do município. Os dissidentes, por intermédio da imprensa local também analisaram os “rumos” e os contornos da “política republicana” e toda sua problemática de crises e tensões emitindo suas críticas, mas também propondo vias de mudança. É importante salientar ainda que as críticas e/ou as propostas contidas nas páginas do jornal *Tribuna da Franca*, muitas vezes se originaram dos diálogos travados com eminentes membros do partido Republicano Dissidente de São Paulo, como por exemplo, Alberto Salles e Júlio de Mesquita. Nesse caso, muitos dos temas debatidos pelo referido jornal faziam parte do programa do Partido Republicano Dissidente de São Paulo e também se encontravam presentes nas páginas do jornal dos dissidentes da cidade de São Paulo, *O Tempo*.

A preocupação com a reforma eleitoral foi tema recorrente dos dissidentes francanos. Isso porque vivenciavam de perto a marginalização política no município. Na primeira eleição que disputaram – 16 de dezembro de 1901 – foram facilmente derrotados ocupando apenas 25% das cadeiras de vereadores restando aos candidatos governistas do Partido Republicano de Franca 75% restantes como consta no quadro abaixo<sup>334</sup>:

**Tabela 15 – Resultado da eleição de 1901**

Dr. João de Faria	620 votos
Hygino Caleiro	615 votos
Álvaro Abranches	615 votos
Dr. Joaquim Carrão	612 votos
Serafim Borges	603 votos
Francisco Marcolino	599 votos
Virginio Pereira*	214 votos
Joaquim Marcondes F. Lima*	210 votos.

**Fonte:** *Tribuna da Franca*, 21 dez. 1901, p. 2.

\* Candidatos Dissidentes.

No entanto, os pleitos eleitorais na época não serviam de parâmetros para uma avaliação do crescimento do Partido Republicano Dissidente devido a série de fraudes

<sup>334</sup> Em novo pleito eleitoral realizado no dia 28/10/1904 os dissidentes também saíram derrotados ocupando 27% das cadeiras. Os vereadores do Partido Republicano de Franca eleitos foram: André Martins 1.016 votos; Joaquim Garcia 1.014 votos; João de Faria 1.011 votos; Martiniano de Andrade 1.011 votos; Francisco Macedo 1.009 votos; Francisco da Silveira Gusmão 1.009 votos; Antonio P. Coelho 1.006 votos; José Pedro de Faria 1.005 votos. Antonio Jacintho com 418 votos, Joaquim Carrão com 414 votos e Abraham Mello com 412 votos foram os vereadores dissidentes eleitos. *Tribuna da Franca*, 3 nov. 1904, p. 1.

eleitorais praticados pelo situacionismo local, que “[...] tinham no domínio do município a senha dos favores do governo”.<sup>335</sup> Em 1904, após mais uma derrota dos dissidentes nas eleições municipais, João Villela dos Reis acusava os membros do Partido Republicano de Franca “[...] de forjar votos no distrito de São José da Bela Vista, onde a votação geral do município excedera o número de eleitores existentes.”<sup>336</sup>

O jornal *Cidade da Franca* denunciava que o delegado de polícia local “procura e põe em pratica toda a sorte de embaraços e obstáculos” impedindo o alistamento eleitoral dos membros “do directorio dissidente”:

Nem se diga que estamos exagerando os factos. O que ahi fica é uma verdadeira axiomática que dispensa commentarios. Ainda outro dia o capitão delegado (Acácio Alípio Pereira) não quis atestar a residência n’esta comarca do conhecido e popular membro do directorio dissidente – o sr. Major José Bernardes de Andrade Junqueira – fazendeiro aqui nascido e creado.<sup>337</sup>

Na vizinha cidade de Santa Rita do Paraíso foram relatados graves incidentes no dia que precedeu a eleição para vereadores: “indivíduos que se achavam emboscados nas proximidades da villa e diversos eleitores, cuja passagem aquelles pretenderam vedar”; esse conflito acarretou a morte de “Serafim de tal” que havia declarado “ter vindo da Rifaina com outros a mandado do tenente coronel Manoel Pereira Cavalcanti, com ordens de impedir a entrada na villa, aos eleitores do Jaboticabal.”<sup>338</sup> A gravidade do episódio fez com que o governo do estado enviasse um delegado até o município “[...] para syndicar os lamentáveis acontecimentos que se deram por ocasião das eleições municipaes.”<sup>339</sup>

Em artigo que antecedia as eleições municipais, o jornal *Tribuna da Franca* ressaltava o atual estado de “somnambulismo” em que se encontrava o povo quando tinha que exercer o “sagrado direito do voto”:

Chegamos a um tal estado de degradação moral, relativamente ao que se chama vontade popular, que é dolorosamente contristador o que se observa em todo o paiz nas occasiões em que é evocado esse elementar e imprescindível principio. O povo parece que envolto na mortalha do temor ou da desillusão, convencido da improficuidade da sua acção, sem qualquer prurido que atteste vontade, desconhecedor dos seus direitos e da sua força, não procura mais saber se os

---

<sup>335</sup> CASALECCHI, J.E. **O Partido Republicano paulista: política e poder (1889 – 1926)**. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 103.

<sup>336</sup> *O Estado de São Paulo*, 11/01/1905, p. 01. apud MELO, E.R.M. **O coronelismo francano: a consolidação da hegemonia (1880 – 1914)**. 1995. 127 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 1995. p. 80.

<sup>337</sup> *Cidade da Franca*, 14 jan. 1906, p. 2.

<sup>338</sup> *O Francano*, 12 abr. 1902, p. 1.

<sup>339</sup> *O Francano*, 19 abr. 1902, p. 2.

candidatos que lhe são apontados pelos partidos ou impostos pelos chefes onipotentes, tem a competência, a moralidade e finalmente a envergadura necessária para o desempenho da missão a cumprir; nenhum interesse mais o agita, nenhuma preocupação o afflige e o arranca a esse somnambulismo atrophante em que se emerge toda vez que tem de usar o sagrado direito do voto para eleger a collectividade que devem gerir os negócios da nação, dos Estados e dos municípios.<sup>340</sup>

É bem provável que diante das condições em que eram realizadas as eleições, se explique a intensidade com que o Partido Republicano Dissidente de São Paulo defendeu a reforma eleitoral. O jornal *Tribuna da Franca* criticava as formas com que as eleições eram realizadas, referendando apenas o predomínio das “oligarchias políticas” que simplesmente nomeavam os seus candidatos, o que para o artigo caracterizava “simulacros” de eleições; os candidatos nomeados pelas “oligarchias” eram os vencedores do pleito eleitoral reproduzindo uma espécie de “comedia” no “cenario político” brasileiro.

Factos que venham contristar ainda mais a alma d'aquelles que batidos pela desillusão observam a comedia constantemente representada no nosso scenario político, succedem-se diariamente neste Brazil bem digno de melhor sorte e hoje desgraçadamente entregue a um governo desorientado e impatriótico que já não sabe mais como se haver com a missão que lhe confiou a... fraude eleitoral. Sim porque toda a gente sabe que de há muito não há eleições neste paiz: há simulacros dellas. Os candidatos são nomeados pelas olygarchais que na proporção de uma por estado, uma, talvez, por município, ostentam-se garborosamente à luz brilhante do século XX, sob a immediata direcção da olygarchia mor que tem por sede a Capital Federal e por apaniguados os Murtinhos.<sup>341</sup>

No artigo a seguir, o jornal *Tribuna da Franca* se coloca defensor de uma reforma no sistema eleitoral. O artigo justifica a necessidade da reforma eleitoral utilizando vários argumentos, dentre os quais, que o povo brasileiro tendo cerceado seu direito ao voto, “deixa de figurar como factor directo nos acontecimentos e negócios do paiz” e diante disso, ao que parece, o articulista relaciona a perda dessas prerrogativas por conta do atual sistema eleitoral – o de participação do povo nos acontecimentos e negócios do “paiz” – a uma gradual perda de “soberania”.

Logo a seguir, o artigo denuncia os vícios do sistema eleitoral, fazendo com que o mesmo seja incompatível “com o nosso grau de civilização” e cultura, elencando uma série de fraudes e interesses políticos que moviam o sistema eleitoral. Contudo, o final do artigo parece contradizer essa idéia inicial quando o articulista assevera: o “mais lamentável e

---

<sup>340</sup> *Tribuna da Franca*, 7 dez. 1901, p. 1.

<sup>341</sup> *Tribuna da Franca*, 19 abr. 1902, p. 1.

desanimador é o não comparecimento do elemento pensante e das classes operosas e adiantadas do paiz” nos pleitos eleitorais.

O “simulacro” eleitoral denunciado pelo jornal era ainda mais esgarçado devido ao não comparecimento “do elemento pensante” e “adiantado” do “paiz”? O desinteresse desse segmento social adivinha dos próprios vícios eleitorais do regime? Nesse caso, estaria questionando a capacidade de “apenas” o povo participar das eleições? O articulista cobra a presença nos pleitos eleitorais não “apenas” do povo, mas também de outros segmentos sociais. Nesse caso, talvez o interesse “do elemento pensante” e “adiantado” em relação às eleições se constituiria em uma das saídas possíveis para se conseguir uma maior legitimidade das mesmas.

Um povo que é vilmente espoliado do sagrado direito do voto e que por isso mesmo deixa de figurar com factor directo nos acontecimentos e negócios do paiz, forçosamente há de se chegar, cedo ou tarde, pela lógica ineluctavel aos factos ao triste dilema de, ou submeter-se-á tutela de outrem ou a reagir pacificamente e mesmo revolucionariamente, se preciso for, para a conquista dos seus direitos, e da sua soberania.

O systema eleitoral em vigor não pode absolutamente satisfazer o ideal libérrimo do nosso povo, porque alem de ser, na opinião dos competentes, defeituosissimo na sua integra, é ainda uma arma perigosa, nas mãos inconscientes dos régulos de aldeia que a manejam servilmente a bello prazer das potentes centralisações.

Protestando eloqüentemente contra o actual systema elitoral, ainda só incompatível já com o nosso grau de civilisação como também com o desenvolvimento político e com a cultura intelectual a que temos atingido ahi estão os simulacros de eleições, a mentira dos alistamentos, a lucta estéril e vexatória entre os chefes partidários e ambiciosos, e o que é mais lamentável e desanimador o não comparecimento do elemento pensante e das classes operosas e adiantadas do paiz as eleições.<sup>342</sup>

Os dissidentes francanos seguiam a esteira de seus congêneres da cidade de São Paulo, que também propugnavam pela reforma eleitoral que viesse por fim as fraudes e ao predomínio das oligarquias, abrindo espaço de participação às minorias políticas.

A verdade do regime republicano repousa na pureza da representação popular.

E como esta si se pode realizar pelo voto, depende do livre pronunciamento da opinião, por meio de eleições legítimas.

Infelizmente, o maior dos males, que estão afetando a República, é a fraude eleitoral.

Enquanto a eleição não for uma verdade, enquanto não se assegurar à Nação o direito de livremente escolher os seus representantes, qualquer reforma política será ineficaz.

Para conseguirmos a fiel execução do regime constitucional, pugnaremos por todas as garantias ao sufrágio popular, quer dependam da severa fiscalização dos processos eleitorais, quer de medidas legislativas. Entre estas nos esforçaremos para que a legislação consigne, tanto para as eleições de deputados federais, como para a de senadores e deputados do Estado.

Voto uninominal;

Simple pluralidade de sufrágios;

Divisão dos Estados em distritos de três deputados pelo menos.<sup>343</sup>

<sup>342</sup> **Tribuna da Franca**, 26 abr. 1902, p. 1.

<sup>343</sup> PROGRAMA dos Candidatos Republicanos Paulistas. In: BARRIGUELLI, J.C. (Org.). **O pensamento político da classe dominante paulista: 1873-1828**. São Carlos: UFSCar, 1986. p. 53.

Segundo análise de Silvia Levi-Moreira<sup>344</sup> a reforma eleitoral proposta pelo Partido Republicano Dissidente de São Paulo visava de certa forma moralizar as eleições afastando ao mesmo tempo a fraude política ao corrigir o “maior dos males que afligia a República”. Ao propugnar pelo “[...] voto uninominal, pela simples pluralidade dos sufrágios e pela divisão dos Estados em distritos de três deputados” os dissidentes visavam garantir o direito as minorias políticas no Estado.

O apego à reforma eleitoral possivelmente visava garantir o sucesso do partido via participação eleitoral, já que o Partido Dissidente objetivava “[...] os combates pacíficos, no terreno legal, em prol da liberdade e da República, e para o bem da Pátria, do povo brasileiro.”<sup>345</sup> Outros pontos do programa dissidente que merecem ser destacados como o “aperfeiçoamento da boa organização da instrução pública”, reforma no judiciário visando à independência da magistratura, medidas que visavam à fixação do imigrante no estado de São Paulo, além dos já citados por Love, supressão dos impostos de exportação, de trânsito e de todas as tarifas interestaduais.

Os dissidentes francanos abordaram outras temáticas que exprimiam o atual momento da República, revelando também a incapacidade dos seus governantes. Nesse sentido, a *Tribuna da Franca* em número que comemorava o 7 de Setembro, não deixou de criticar o governo republicano pela “penúria” em que se encontrava o povo brasileiro, denunciando que mesmo muitos anos após a independência, a situação do Brasil pouco se modificará.

Onde esta a riqueza deste grande paiz, outrora tão prospero e respeitado das nações do velho mundo, que agora lançam os olhos ávidos para a presa appetecida que esta prestes a cahir-lhes nas mãos gananciosas?!...

Onde esta a lei e a liberdade tão valorosamente conquistada a 7 de setembro de 1822?

[...]

A liberdade esta nas garras de ferro dos potentados que extrangulam desapiadamente na garganta do povo oprimido, o protesto vehemente que, como a onda impetuosa, quer subir rugindo surdamente para por um dique invencível aos destinos de um governo inconsciente, ignorante e criminoso, que sacrifica os interesses e a vida de um povo ao capricho de meia dúzia de especuladores sem consciência que esvoaçam sobre os vazios cofres nacionaes, qual bando negro de corvos sobre o lúgubre banquete que lhes oferece a morte!...<sup>346</sup>

Em artigo intitulado *Liberte-mos*, *Tribuna da Franca* utiliza um tom um tanto quanto interessante para um jornal do interior, desferindo virulentas críticas ao governo Campos Sales,

---

<sup>344</sup> LEVI-MOREIRA, S. **Liberalismo e democracia na dissidência republicana paulista**: estudo sobre o Partido Republicano dissidente de São Paulo 1901-1906. 1991. 196 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

<sup>345</sup> PROGRAMA dos Candidatos Republicanos Paulistas. In: BARRIGUELLI, J.C. (Org.). **O pensamento político da classe dominante paulista**: 1873-1828. São Carlos: UFSCar, 1986. p. 60.

<sup>346</sup> *Tribuna da Franca*, 7 set. 1901, p. 1.

pregando a revolução pelas armas. O principal alvo das críticas do artigo é o “banditismo” caracterizado pela ação das “oligarchias”; percebe-se, portanto, que a crítica recaía na política dos governadores implementada por Campos Salles, rotulada de “insupportavel dictadura”.

Já é tempo deste povo sair desesperadamente do ostracismo em que vive mergulhado há annos, para protestar revolucionariamente contra o banditismo que com o rotulo de pomposo de governo da Republica, desgraça actualmente este paiz, que já foi uma nação poderosa, rica e respeitada.

E tempo de uma reacção necessária operar-se em todos os recantos do paiz, mas não uma reacção de palavras que pouco adianta, mas uma reacção de factos, verdadeira, revolucionaria, que implacavelmente venha terminar e fazer desaparecer para sempre o braço férreo das oligarchias que vergonhosamente opprimem um povo livre em pleno século XX.

[...]

E de facto, de certo tempo a esta parte o governo do sr. Campos Sales [...] assumio as proporções de uma insupportavel dictadura.<sup>347</sup>

Dessa vez, em artigo intitulado *A Farça*<sup>348</sup>, o jornal prefere criticar a “Constituição da República do Brazil” ao qual caracteriza de “ridícula farçola”; novamente o articulista se refere à política dos governadores como uma “farça” no qual Campos Salles fazia valer sua “imposição férrea” indicando o também paulista Rodrigues Alves na sucessão presidencial, em detrimento da “[...] vontade popular” ferindo a “celebérrima Constituição de 24 de Fevereiro.”

[...] passou-se no dia 24 do mez findo mais um anniversario da ridícula farçola que por ahi corre com o pomposo e bombástico nome de Constituição da Republica do Brazil.

[...]

Representa-se hoje no Brazil a confirmação legal da nomeação do sr. Rodrigues Alves para o elevado cargo de presidente desta República.

É mais uma farça que vae apresentar-se a sombra da celebérissima Constituição de 24 de Fevereiro, em que, quer a ponta das bayonetas, a pata de cavallos, ou a adestradas Mallats, triumphará das urnas o candidato do sr. Campos Sales.

Não queremos nem procuramos saber das aptidões daquelle que vae ser suffragado hoje nas urnas, o que sabemos é que vae subir, não pela vontade popular que parece não depositar confiança em nenhum homem da actualidade política, mas pela imposição férrea do sr. Campos Salles.<sup>349</sup>

---

<sup>347</sup> **Tribuna da Franca**, 15 fev. 1902, p. 1.

<sup>348</sup> **Tribuna da Franca**, devido à maneira com que debatia determinados assuntos, foi acusada de defender idéias monarchistas; em vários momentos o jornal teve que se defender de tal rótulo: “E de facto a *Gazeta* em seu ultimo número pretendeu insinuar que abandonamos o nosso programma, tresandando em coisas de monarchia e monarchistas [...] dizendo para adoçar sua opinião a colega cita nosso ultimo artigo *A Farça* tentando ridicularizar o auctor destas linhas [...], mas antes disso precisamos repetir, mais uma vez dentre tantas, aquillo que continuamente temos dito aqui mesmo destas columnas: em matéria de política, não abraçamos a causa de NENHUM dos partido militantes da actualidade em cujo o numero o collega podia ver que esta incluído o partido monarchista, para que estivesse perfeitamente convencido de que não somos partidário d’aquelle regimem, muito embora o preferimos mil vezes a actual forma de governo prostituído com que o rotulo de republica por ahi anda coberto de maldições [...]” **Tribuna da Franca**, 15 mar. 1902, p. 1. Em outra ocasião o jornal *O Francano* em um artigo referente à diretoria da Santa Casa de Misericórdia afirmava a relação da **Tribuna da Franca** com os dissidentes da política local: “Apenas parece que o collega (*Tribuna da Franca*) sente qualquer cousa de sympathia pelo grupo que representa o partido dissidente [...]” **O Francano**, 15 mar. 1902, p. 1.

<sup>349</sup> **Tribuna da Franca**, 1 mar. 1902, p. 1.

Para Renato Lessa, a política dos governadores tinha um peso significativo, enquanto propiciadora de uma ordem pública republicana que afastasse a instabilidade política dos anos iniciais do regime, já que ao conseguir implementar uma rotina institucional, “[...] o singular, nesse caso, foi que, do ponto de vista da construção institucional, as regras definidas pelo pacto oligárquico não tiveram como contraponto o regime que a República substituiu” ou seja, a política dos governadores não teve como “referência negativa para a nova ordem” o regime monárquico, mas sim os primeiros anos “do próprio regime republicano”.<sup>350</sup>

No dia 08/03/1902, o jornal voltava a atacar o “simulacro” das eleições, no qual os candidatos eram impostos pelo presidencialismo de Campos Sales. Segundo o artigo, o que poderia comprovar o caráter meramente ilustrativo das eleições foi o comportamento dos eleitores, dos representantes “da vontade nacional” que com um “exemplo de civismo” havia deixado de comparecer “a esse simulacro de eleição que se realizou no dia 1º do corrente”. No entanto, apesar da crítica e da constatação do “exemplo de civismo” do povo, não comparecendo as eleições, fica difícil de apreender se verdadeiramente o povo tinha a consciência do seu papel como “representante da vontade nacional”, até porque o PRP sempre procurou restringir a participação do povo nas urnas, pautando-se pela manutenção da imensa maioria da população na indigência política.<sup>351</sup>

Estão finalmente realizados os desejos e os sonhos doirados do sr. Campos Salles. Esta eleito o sr. Rodrigues Alves para presidente da infeliz republica brasileira; está, portanto, consumado mais esse erro, talvez o maior, do impatriótico governo que nos infelicitia.  
[...]  
A prova mais eloqüente, implacável de que S. Exc. não é escolhido pelo povo, não é um verdadeiro representante da vontade nacional, ahi está frisamente demonstrada nesse sublime exemplo de civismo dado pelo povo brasileiro, deixando de concorrer a esse simulacro de eleição que se realizou no dia 1º do corrente.<sup>352</sup>

As críticas feitas pelo jornal *Tribuna da Franca*, se assemelham muito ao posicionamento político adotado por Alberto Salles, exposto no *O Estado de São Paulo*, no qual demonstra uma visível decepção com os rumos tomados pela República, e dessa forma, propõe uma reavaliação do regime republicano, apontando para uma reforma Constitucional que possa combater o presidencialismo exacerbado de Campos Salles personificado na Política dos Governadores. Segundo Alberto Salles, a República, depois de uma experiência

<sup>350</sup> LESSA, R. **A invenção republicana**: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. São Paulo: Vértice : Ed. Revista dos Tribunais / Rio de Janeiro: Ed. IUPERJ, 1988.p. 111.

<sup>351</sup> CASALECCHI, J.E. **O Partido Republicano paulista**: política e poder (1889 – 1926). São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 186.

<sup>352</sup> **Tribuna da Franca**, 8 mar. 1902, p. 1.

de dez anos, havia incorrido no grave erro de desvirtuar o presidencialismo “[...]na mais completa ditadura política.”

Mas o que é pior, o que é excessivamente grave, porque é sentença de nosso infalível aniquilamento futuro é que [...] como sobre uma montanha de cadáveres, ergue-se disforme, assumindo proporções estranhas, como um imenso polvo que ameaça envolver em seus poderosos tentáculos o organismo inteiro da nação, a mais perigosa, *a mais perfeita das ditaduras políticas*.

Afirmando a todo o momento que vivemos no mais pleno dos regimes democráticos, que é o regime presidencial, único capaz de fazer a nossa prosperidade e a nossa grandeza, garantindo a ordem e fomentando o progresso. Nós, porém, o que vemos e o que sentimos com máguia, é que o presidencialismo não é mais que uma pérfida etiqueta, um rótulo falso, com que se procura impingir ao povo simplista a mais baixa, a mais passiva ditadura política. [...]

O que, porém, afirmamos hoje, depois de uma experiência de dez anos, amargurado por tantas vicissitudes e tantos erros, em que mais de uma vez tem a república corrido vários perigos, é que o regime presidencial, ou por um vício oculto do sistema, ou por má interpretação, ou, finalmente, porque seja antipático ao caráter nacional, aos nossos costumes, às nossas tradições e às nossas crenças, tem sido tão lamentavelmente desvirtuada e tão profundamente desfigurado que, ao cabo de uma experiência tão curta, já se vê inteiramente convertido, para o descrédito das instituições e a infelicidade da nossa pátria, na mais completa ditadura política. [...] O mandonismo político planta daninha de nova espécie, vai abafando por toda a parte, por onde se alastre com fúria, em sua medonha expansão absorvente, todas as manifestações legítimas, nobres e vivazes da consciência nacional e transformando pouco a pouco este grande país, digno de melhor sorte, em um vasto e melancólico deserto, onde a árvore da liberdade, crestada pelo sol ardente da ditadura, definha e morre<sup>353</sup>

Júlio de Mesquita, em artigo publicado n’ *O Estado de São Paulo*, também fazia um balanço dos primeiros anos de República enfatizando a crise política e econômica, temendo novamente a ação do jacobinismo e do elemento militar. Diante disso Julio de Mesquita se colocava a favor da revisão constitucional:

Hoje, no governo do dr. Campos Sales, os militares não governam, o jacobinismo continua oculto, e o tesourto nacional recomeça seus pagamentos. Mas ninguém qcredita que a crise financeira esteja definitivamente resolvida, porque a crise econômica é cada vez mais assustadoras. A lavoura não ganha, o câmbio desce e o comércio e as indústrias, com rara exceção, perdem. Não há miséria, mas o pobre cada vez se sente mais pobre, o remediado tem medo de empobrecer e o rico não confia na sua riqueza. Além disso, a indiferença dos eleitores já não é indiferença: é desprezo, intuitivo de alguns, noutros consciente, proposital e até acintoso. De maneira que, toda a gente receia que de um dia para outro, o jacobinismo reaparece e os soldados tomem outra vez as rédeas do governo.  
[...]

O meu programa hoje seria REVISÃO! Só, sem mais nada. A bandeira é ampla. Podem envolver-se nela todos os patriotas, estejam agora em que fileiras estiverem, ou não estejam em fileira alguma.<sup>354</sup>

<sup>353</sup> *O Estado de S. Paulo*, 18 jul. 1901, p. 2.

<sup>354</sup> *O Estado de S. Paulo*, 27 abr. 1901.

Os jornais francanos, além da questão política, também enfatizavam a crise econômica que o país atravessava com a queda do preço do café. Nesse sentido não somente a política dos governadores era questionada pela imprensa local, mas também a política econômica implementada por Campos Salles. Mesmo o PRP tendo afastado o perigo da criação de um partido que representasse os interesses dos agricultores, em especial dos cafeicultores, a inépcia do governo em resolver a crise do café era abordada pela imprensa.

O café continua a baixar o preço de um modo tristemente desolador!  
A sua depreciação chegou a ponto nunca esperado!  
O desanimo, alias, muito justo, começa a invadir o espírito descrente dos lavradores que vem desapontados a vil cotação do seu único gênero de exportação.<sup>355</sup>

Apesar de relatar os baixos preços do café no mercado internacional, o artigo evita creditar a culpa somente ao governo, apontando uma série de fatores que levaram a depreciação do preço do café, como o excesso de produção e principalmente “ao monopólio dos consumidores.”

O curioso é que, já em outro artigo, *Tribuna da Franca* credita as baixas dos preços do café à falta de ação do governo Campos Salles que não cuidou de controlar

[...] o já famigerado excesso de produção, pedimos a intervenção do Estado para a baixa das exorbitantes tarifas das estradas de ferro, aconselhamos a não remessa dos cafés *escolhas* e, sobretudo, toda a vigilância nos mercados estrangeiros para evitar as especulações dos celebérrimos intermediários.<sup>356</sup>

O artigo termina responsabilizando o governo, devido a pouca importância que o mesmo tem dado a lavoura, “[...] deixando-a entregue aos caprichos gananciosos de meia dúzia de especuladores que na Europa vende semente de fedegoso por café brasileiro e este, como de outras procedências!”<sup>357</sup>

Em artigo do dia 05/07/1902, *Tribuna da Franca* criticava a medida tomada pelo governador do estado, Bernardino de Campos, que pretendia efetuar uma cobrança de impostos nos cafeeiros novos, como tentativa de amenizar a crise que segundo o próprio governo residia no excesso de produtividade que não era acompanhado pela expansão dos mercados barateando com isso o preço do produto.

---

<sup>355</sup> *Tribuna da Franca*, 20 abr. 1901, p. 1.

<sup>356</sup> *Tribuna da Franca*, 5 out. 1901, p. 1. (grifo do autor).

<sup>357</sup> *Ibid.*

Agora o Dr. Bernardino de Campos apresenta a idéia que reputamos infeliz e contraproducente, de se lançar um imposto sobre os cafeeiros novos no intuito de assim diminuir a produção.

[...]

Aquelles que tenham apenas dois dedos de simples bom senso, não pode escapar pois, a infelicidade dessa idéia do Dr. Bernardino de Campos, idéia que vem a ser um flagrante attentado a liberdade de commercio e de industria acoroçada e respeitada em todos os paizes e como manda o próprio tribunal da boa razão.<sup>358</sup>

Os impostos cobrados pelo governo Campos Salles também foram tema de severas críticas pelo jornal *Tribuna da Franca*, como mostra o artigo de 16/11/1901 intitulado *Imposto de Consumo*:

Com esta epigraphe voltamos do celeberrimo imposto de consumo, ou, mais claramente, da escandalosa iniquidade da lei do imposto do sello que o sr. Campos Salles pretendeu perpetuar a memória da sua já famigerada administração.

Julgamos oportunas presentemente mais algumas considerações com relação a essa desastrada questão, que visivelmente o governo demonstrou ainda mais uma vez o seu desamor ao interesse do povo, de um modo claro, positivo, terminante irrefuctavel.

E não padece duvida a nossa affirmação, porque decididamente em meio das inúmeras difficuldades com que actualmente luctam todas as classes do nosso paiz, graças aos constantes desatinos do governo desta republica que em 12 annos reduziu a triste condição de mendigo, um paiz tão rico, a figura execranda do imposto do sello que surgiu ultimamente nos horizontes ensombrados da Pátria, semelha o aspecto da morte que veio amortallar um povo, outrora opulento e que hoje já não sabe mais como se haver com o lemma – Ordem e Progresso que ridiculamente inscreveram na sua glorioso bandeira.<sup>359</sup>

Na verdade, esse posicionamento crítico do jornal *Tribuna da Franca* em relação à política econômica do governo Campos Salles, refletia o momento de crise da lavoura cafeeira. Segundo Perissinotto<sup>360</sup>, “diante do perigo da bancarrota financeira” que vinha se agravando com a política emiccionista do Encilhamento “[...] ao governo coube optar entre acudir a lavoura, que reclamava da queda dos preços internacionais do café, ou sanear suas contas.” Nesse caso o governo optou por sanear as finanças implantando o fuding loan que visava acima de tudo “[...] promover a valorização cambial, desafogando o mercado de cambiais e reduzindo o papel-moeda em circulação.”

É interessante observar ainda que o caráter de “sanear as contas” só foi possível, segundo Lessa, pela implantação da política dos governadores, já que os:

---

<sup>358</sup> *Tribuna da Franca*, 5 jul. 1902, p. 1.

<sup>359</sup> *Tribuna da Franca*, 16 nov. 1901, p. 1.

<sup>360</sup> PERISSINOTTO, R.M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1994.

[...] termos práticos do arranjo (político) diziam respeito à constituição da ordem pública republicana, visando dotar a esfera pública de maior governabilidade através do congelamento da competição política, via reconhecimento das oligarquias regionais como proprietárias das parcelas estaduais do *demos* e como únicos atores relevantes.<sup>361</sup>

Lessa afirma que ao “congelar as competições partidárias” a nível estadual, Campos Salles pode implementar a “teoria do Estado administrador”, na medida em que a política “é percebida como exercício supérfluo e inessencial a produção do bem público”. Para Lessa na medida que Campos Salles consegue um distanciamento “das paixões partidárias” também consegue colocar em prática um modelo de administração “como valor suficiente para definir as metas do Estado” onde estava inclusa a recuperação financeira do Brasil via *funding loan*.

Perissinotto afirma que o *funding loan* trouxe conseqüências negativas para a lavoura cafeeira: na época do Encilhamento, a lavoura cafeeira se encontrava em uma “situação econômica ideal” em decorrência do aumento internacional do preço do café seguida pela desvalorização cambial; com o *funding loan*, a situação era inversa, no qual o preço do café decaía gradativamente, enquanto a moeda brasileira se valorizava. Em relação ao grande capital cafeeiro o *funding loan* teve outro significado já que a valorização da moeda acarretou um barateamento dos custos da ferrovia, além do que o setor importador “beneficiou-se na medida em que a valorização cambial garantiu competitividade aos produtos importados.”<sup>362</sup>

A questão da autonomia do governo brasileiro em relação aos países da América do Sul recebeu críticas da *Tribuna da Franca*, principalmente em relação à passividade do governo em relação à questão do Acre:

Em 1900 o chefe da nação brasileira prepara, ludibrio! A esquadra branca (rubra fosse ella) para banquetear-se e quebrar taças de champagne, com o ilustre colega Rocca, chefe da nação Argentina, nossa muito leal amiga, enquanto lá, ao longe, nas regiões da Amazonia, o estrangeiro audaz, o boliviano aventureiro, pisa o solo sagrado da pátria, conquistando-o palmo a palmo!!!

O brasileiro, porém, lá esta firem... enquanto o governo poltrão, inconsciente crusa os braços ante a afronta sangrenta!...

Oh cada gotta de sangue, generoso, de nossos irmãos, bravos como os mais bravos ira cahir salpicando de recriminações a gravata branda de nossa diplomacia ignorante e cobarde até o extremo da ignomia!...<sup>363</sup>

---

<sup>361</sup> LESSA, R. **A invenção republicana**: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. São Paulo: Vértice : Ed. Revista dos Tribunais / Rio de Janeiro: Ed. IUPERJ, 1988. p. 119.

<sup>362</sup> PERISSINOTTO, R.M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1994. p. 64-65.

<sup>363</sup> **Tribuna da Franca**, 7 set. 1900, p. 2.

Em outro artigo, o jornal volta a criticar a posição do governo Campos Salles ante a questão do Acre:

O estrangeiro conquista o nosso território palmo a palmo e o governo cruza os braços e só os tira d'esta posição para auxiliar a invasão e mandar fuzilar os brasileiros que, apesar da corrupção sem igual que tudo domina actualmente conservam ainda no recôndito do coração generoso, um pouco de civismo, bastante para protestar alta e heroicamente contra o senhorio que os procura avassalar! A Bolívia vende aos estados Unidos o nosso torão e o governo sustenta a venda: é o leilão da pátria, como muito bem disse um illustre collaborador do Comercio. “Quem dá mais?” – grita a bolívia; “quem dá mais?” repete cynicamente o sr. Campos Salles.<sup>364</sup>

As críticas feitas pela *Tribuna da Franca* em relação à autonomia do Brasil perante as nações estrangeiras e principalmente quanto à questão do Acre eram encontradas nas páginas do jornal do Partido Republicano Dissidente de São Paulo, *O Tempo*. Como mostrou Silvia Levi-Moreira nos editoriais d' *O Tempo* à questão do Acre se tornou o centro das “[...] críticas a expansão imperialista norte-americana”; a autora relata que vários artigos alertavam “[...] sobre o perigo latente do Brasil tornar-se protetorado americano.”<sup>365</sup>

A *Tribuna da Franca* abordou um tema bastante peculiar: a fome no estado do Ceará. Segundo o seu articulista, “[...] enquanto lá no norte, os nossos irmãos morrem de fome, rios de dinheiro são gastos, perduriamente, aqui no Sul, no Rio, no preparo da esquadra destinada ao passeio presidencial, à República Argentina.”<sup>366</sup>

O jornal também enfatizou o atual estado da instrução pública no Brasil. O artigo critica o atual sistema de ensino, propondo uma reforma “pedagógica” calcada em bases “científicas” que abranjam das camadas mais altas as mais modestas do povo”.

Não! A educação nacional está acima do estalão, pelo qual pensam medir-a ao representantes do poder. Ella faz parte intrínseca das instituições democráticas, e se não é uma chimera a sinceridade do regimem actual, merece ser erguida ao valor de um problema capital. [...] o que é verdade é que abrir escolas, fomentar a instrução calcada em bases científicas, difundil-a largamente, prodigamente, das camadas mais altas as mais modestas do povo, é preparar com firmeza e segurança o apogeu de uma nacionalidade. Abra, pois, o governo escolas por toda a parte, não as conte, não as calcule avaramente, seja pródigo para instruir. [...] Tomem obrigatório o ensino, promovam uma lei sabia, útil e justa, apresentem uma reforma pedagógica digna do progresso científico, digna deste grande povo.<sup>367</sup>

<sup>364</sup> *Tribuna da Franca*, 2 fev. 1901, p. 1.

<sup>365</sup> LEVI-MOREIRA, S. **Liberalismo e democracia na dissidência republicana paulista**: estudo sobre o Partido Republicano dissidente de São Paulo 1901-1906. 1991. 196 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991. p. 89.

<sup>366</sup> *Tribuna da Franca*, 6 out. 1900, p. 1.

<sup>367</sup> *Tribuna da Franca*, 1 set. 1900, p. 1.

*Tribuna da Franca*, mesmo se apresentando como um jornal de oposição ao governo Campos Salles, de certa forma consegue estabelecer uma crítica contundente ao modelo de República então vigente, abordando temas variados. Isso por que a nova ordem pública implantada pela República foi sendo ao longo do tempo questionada, passando por momentos de tensões e acomodações.

Além dos debates travados pela imprensa oposicionista, o município de Franca teve participação direta na rebelião monarquista de 1902 que visava derrubar a “República de Campos Salles”. Para o propósito do trabalho, a participação direta de Franca na rebelião pode indicar a exacerbação de uma experiência de República mal sucedida na visão de alguns grupos políticos locais. Diante disso, pode-se questionar o porque de uma rebelião monarquista ter acontecido em Franca, e o como esse acontecimento pôde direcionar para uma avaliação das experiências de República no município.

Antes, porém, se torna necessário delimitar alguns pontos da revolta. Para Casalecchi “o movimento imputado de monarquista era muito mais do que isso. O seu caráter restaurador apontado pelo oficialismo ao indicar entre os componentes notórios monarquistas, objetivava diminuir-lhe a amplitude”; é interessante frisar que o movimento, além da liderança dos fazendeiros monarquistas “que são a mão armada do movimento” contava em suas fileiras com o apoio dos dissidentes, ou seja, “republicanos” outrora ligados ao PRP.

Segundo Janotti, o movimento foi “predominantemente monarquista e paulista” sendo os principais implicados “fazendeiros influentes” com ligação com chefes monarquistas, além das oposições estaduais concentradas principalmente nos dissidentes. Para Carone “[...] a revolta é o resultado de uma aliança de várias tendências, que, desgostosas com a situação política e econômica, se unem numa frente única para tentar derrubar o governo federal de Campos Salles e o de Bernardino de Campos.”<sup>368</sup>

Diante da análise da historiografia sobre a revolução monarquista de 1902, muito provavelmente os motivos que levaram o município de Franca a ter participação direta no movimento caminham para a confluência de fatores de ordem política e econômica.

Em primeiro lugar, o jornal *Tribuna da Franca* não poupou críticas a política dos governadores implementada por Campos Salles acompanhando uma tendência de críticas ao modelo de República feitas por políticos que compunham o auto escalão da dissidência paulista, como foi o caso de Alberto Salles e Julio de Mesquita, que propunham acima de tudo uma reavaliação dos primeiros anos da República, indicando a necessidade de se processar

---

<sup>368</sup> CARONE, E. **A República velha: (Evolução Política)**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971. p. 190-191.

uma revisão constitucional, propondo a implantação de uma República parlamentar como forma de se afastar do seio do regime “a mais perfeita das ditaduras política”.

Em termos de política local é Janotti que esclarece a questão:

Um fato ainda não observado é que enquanto, e por vários anos, a cúpula monarquista discordara a respeito das candidaturas dos seus correligionários às eleições estaduais e federais e preocupara-se, apenas e tão somente, com a política nacional e a queda do regime, processara-se a integração dos monarquistas na política local. Recrudescer ainda mais o mandonismo; e o coronelismo comandava a política do município. Realmente, se bem que muitos dos poderosos fazendeiros continuassem a ser monarquistas, não perderam eles suas bases de influencia e sequer desistiram de participar da política como chefes de facções locais. Em decorrência dessa situação é que se explica terem sido os fazendeiros, com sua clientela, a mão armada do movimento de 1902. Aliados á dissidência paulista, tinham eles motivos objetivos para se rebelarem: haviam sido totalmente vencidos nas eleições municipais de 16 de dezembro de 1901; e estavam sendo vítimas da mais completa degola que São Paulo presenciaria.<sup>369</sup>

O quadro acima exposto por Janotti é muito parecido com a realidade do município de Franca. Nas eleições para vereadores de 16 de dezembro de 1901 - portanto a primeira que os dissidentes participaram – o Partido Republicano Dissidente de Franca lançava a sua chapa a fim de medir forças com o diretório governista. A chapa era composta dos seguintes indivíduos: Dr. Antonio Vicente da Silveira Xandó, Dr. Antonio Joaquim dos Santos, Capitão Antonio Alves Pereira Machado, Tenente – Coronel Crysógono de Castro, Joaquim Marcondes de Faria, Tenente-Coronel Virgínio Pereira dos Santos.<sup>370</sup>

A chapa dissidente conseguiu eleger apenas dois vereadores: Joaquim Marcondes de Faria e Virgínio Pereira dos Santos, ocasionando de certa forma uma derrota política frente ao diretório do Partido Republicano de Franca que conseguiu ampla maioria na Câmara Municipal, ocupando 75% das cadeiras. Considerando que os implicados na revolta eram os candidatos derrotados na eleição de dezembro de 1901, Dr. Antônio Vicente da Silveira Xandó, Crysógono de Castro<sup>371</sup>, e os opositoristas Arlindo de Lima e Joaquim de Lima, que segundo Melo<sup>372</sup> haviam publicado dias antes, declarações no jornal *O Estado de São Paulo* no sentido de se implantar “[...] antes uma monarquia com bem sal e pimenta do que a República que ai está”,<sup>373</sup> percebe-se que o quadro político descrito por Janotti tem seu

---

<sup>369</sup> JANOTTI, M.L.M. **Os subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 221-222.

<sup>370</sup> **Tribuna da Franca**, 14 dez. 1901, p. 3.

<sup>371</sup> **O Francano**, 30 ago. 1902, p. 1.

<sup>372</sup> MELO, E.R.M. **O coronelismo francano**: a consolidação da hegemonia (1880 – 1914). 1995. 127 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 1995.p. 73.

<sup>373</sup> apud Ibid.

correspondente no município de Franca, ainda mais porque já foi atestado a força dos “monarquistas” locais quando da organização do Partido Católico em 1890.

O jornal, *O Francano*, em uma coluna intitulada *notas avulsas* divulga o que supostamente seria a atitude dos sediciosos locais:

Na véspera das ocorrências corria pela cidade o boato de terem sido convidados vários indivíduos para cargos públicos, caso fosse avante a supposta revolução, começada no Porto João Gonçalves.

- Que alguns capangas conhecidos pela polícia, foram encarregados de alliciar companheiros para desordens.

- Durante as diligências da polícia em frente a casa do Coronel Chrysogono, foram vistas diversas pessoas armadas de carabinas, emboscadas nos quintais vizinhos, o que só tarde chegou ao conhecimento da autoridade.

- [...] *Boletins sediciosos foram distribuídos neste município, concitando o povo a pegar armas contra as instituições.*<sup>374</sup>

O diretório do Partido Republicano de Franca publica uma circular em que enaltece os trabalhos da autoridade policial “pela sua atitude enérgica, na repressão das desordens havidas naquele dia em face dos sucessos havidos” constituindo-se “[...] *numa necessidade para o respeito da Lei e prestígio das instituições republicanas.*”<sup>375</sup>

Portanto, se os sediciosos tinham como principal objetivo “pegar em armas contra as instituições”, o partido do governo, o Partido Republicano de Franca, enaltecia justamente a defesa empreendida pela “Lei” defendendo essas mesmas “instituições republicanas” outrora atacadas pelos dissidentes.

No que diz respeito aos fatores econômicos que motivaram o movimento revolucionário - principalmente a crise do setor cafeeiro oriunda da política econômica implementada por Campos Salles e que foram veementemente abordadas pelos artigos do jornal *Tribuna da Franca* - de certa forma afetou a produção cafeeira no município, já que segundo Oliveira, “[...] a produção local estava plenamente integrada a conjuntura econômica nacional, pois, as crises de preços e superprodução atingiam, diretamente, a área de Franca.”<sup>376</sup>

Um exemplo disso é a crise de numerário acarretada pelo *fundings loan* que segundo Teodoro, afetou diretamente as relações de crédito no município, “tanto que o maior volume destes ocorre concomitantemente a maior expansão do plantio, durante as décadas de 1890 até

<sup>374</sup> **O Francano**, 30 ago. 1902, p. 1. (grifo nosso).

<sup>375</sup> **Ibid.**, p. 2. (grifo nosso).

<sup>376</sup> OLIVEIRA, L.L. **Heranças guardadas e transições ponderadas: história econômica do interior paulista - 1890-1920.** Franca: Ed. Unesp/FHDSS : FACEF, 2006. p. 50.

o *funding Loan*, em 1898”<sup>377</sup>. O autor demonstra, que a partir de 1898, o número de empréstimos tomados no município decaíram drasticamente chegando no “ponto mais agudo” em 1901 só alcançando uma plena recuperação após o plano de valorização em 1906.

A depreciação no preço do café e a política do *funding Loan* implementada pelo governo Campos Salles surtiram os efeitos negativos na produção cafeeira do município. Diante do quadro de crise econômica é que Perissinotto assevera:

A crise da lavoura no governo de Campos Sales foi tão grande que ela não hesitou em participar, em 1902, de um movimento rebelde com vistas a depor Campos Sales. A causa primeira desse movimento foi à política financeira do governo que deixou a lavoura em situação precaríssima. Assim o movimento eclodiu em 22 de agosto de 1902 em Franca, Ribeirãozinho, Itatinga, Jaboticabal, São Carlos, Araras, Casa Branca, Moji-Mirim e Espírito santo do Pinhal.<sup>378</sup>

Nesse sentido, o movimento de 1902 em que Franca esteve diretamente envolvido segue de perto a intersecção de fatores políticos e econômicos – tanto a nível municipal, quanto a nível estadual. Para o propósito do presente trabalho, a participação de Franca no movimento, mesmo tendo como pano de fundo interesses políticos e econômicos também pode ser um reflexo de experiências “negativas” de República. Mesmo considerando que essa experiência “negativa” de República adivinha dos interesses de um determinado setor político do município - os dissidentes - não se pode desqualificar que seu posicionamento frente à República contribuiu para um questionamento do projeto republicano posto em prática naquele momento.

É importante ressaltar que esses conflitos também fazem parte do primeiro período do PRP na República que Casalecchi<sup>379</sup> denominou de “período de superação de conflitos e consolidação”. No entanto, além dos conflitos, todo esse processo de afirmação pelo qual passou o PRP no Estado de São Paulo, conforma pontos-chaves nos quais foi possível demonstrar as insatisfações de determinados grupos políticos locais com relação ao modelo de República proposto, como foi o caso de Franca.

Em Franca, com o advento da República os grupos políticos, de certa forma, também deram origem às “tendências heterogêneas” disputando no interior da nova ordem pública

---

<sup>377</sup> TEODORO, R.S. **O crédito no mundo dos senhores do café: Franca 1895 – 1914**. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, SP, 2006. p. 97.

<sup>378</sup> PERISSINOTTO, R.M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1994. p. 108.

<sup>379</sup> CASALECCHI, J.E. **O Partido Republicano paulista: política e poder (1889 – 1926)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

inaugurada pelo novo regime seu espaço de atuação política, conformando, portanto, “uma guerra de posições.”

Passado o conturbado interregno de atuação do Partido Republicano Federal, os grupos políticos “minoritários” – dissidentes do PRP e os “monarquistas” - excluídos do situacionismo local representado pelo Partido Republicano de Franca, aproveitando-se dos momentos de tensões e crises por quais passou o PRP, conseguiram fazer uma (re)leitura do atual momento da República, expondo por intermédio da imprensa as mazelas do regime. Nesse sentido, a imprensa local e em particular *Tribuna da Franca* defendendo a causa dos dissidentes locais selecionou, ordenou, estruturou e narrou essa (re)leitura da República, fazendo com que todo esse processo se tornasse “digno de chegar até o público”.<sup>380</sup>

*Tribuna da Franca* se preocupou em abordar temas que, muitas vezes, estavam fora da realidade vivenciada em Franca, como foi o caso da questão do Acre, ou do estado de miséria em que se encontrava o estado do Ceará. Por outro lado, debateu temas que estavam diretamente inseridos com a realidade e com os interesses do grupo ao qual representava. A submissão dos diretórios municipais aos interesses da Comissão Central do PRP e o caráter pessoal que Campos Sales impunha os candidatos a governador do estado de São Paulo eram temas recorrentes abordados pelo jornal.

Essa imposição transformava as eleições em verdadeiras “farças” políticas, em um “simulacro” que apenas referendava o peso das “oligarchias” estaduais. Não era por acaso que clamavam por uma reforma eleitoral com o objetivo de dar voz política as minorias que estavam relegadas ao ostracismo político oriundo da ação da política dos governadores, como havia ocorrido com o líder da oposição local, Estevam Marcolino de Figueiredo que havia sido barrado pela ação da mesa de verificação de poderes.

De igual modo, se colocaram em uma posição contrária em relação à política econômica implantada com o *funding loan* e com o descaso que o governo Campos Salles procurou solucionar a crise do café, propondo por intermédio dos debates na imprensa, soluções para que a crise pudesse ser solucionada e/ou minorada.

Portanto diante disso, para esses grupos políticos em particular, as experiências de República até aquele momento foram concebidas de uma forma “negativa”, chegando a ponto de participarem de uma rebelião que tinha em vista “*pegar em armas contra as instituições*”

---

<sup>380</sup> DE LUCA, T.R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 139.

e porque não implantar “[...] *uma monarquia com bem sal e pimenta do que a República que ai está.*” (grifo nosso).

### 3.3 Em defesa do regime

No entanto, é importante demonstrar que a República nem sempre foi vista de uma forma “negativa” ou repleta de “vícios” pela imprensa de Franca; em vários momentos a República foi “defendida” nas páginas dos jornais francanos. Contudo, a defesa do regime também obedeceu a pontos-chaves na política nacional e principalmente paulista e foi empreendida não somente pela situação política local representada pelo Partido Republicano de Franca, mas por políticos ligados à dissidência local que outrora atacaram o regime republicano.

A tentativa de criação em Franca de um Partido Monarquista pelos indivíduos José Bento do Valle, Major Claudiano Ferreira Martins e Estevam Leão Bourroul<sup>381</sup> juntamente com a conferência “política-histórica” do monarquista Martim Francisco Filho motivou o jornal *O Francano* a sair em defesa do regime:

Pobre República! Com toda a certeza estás aqui estás *frita* e já vemos, em caminho do exílio, os drs. Rodrigues Alves, Silviano Brandão, Campos Salles, e toda essa gente que gosta da *Ordem* e do *Progresso* destes unidos estados do Brazil!

O que poderá valer-te, ó desventurada república, é que a comissão, composta de homens idosos e por isso merecedora de nossos respeitos, não consente que já se dê o grito de *Independência ou Morte*, mesmo porque nestes tempos, em que a vida torna-se mais agradável, ninguém quer morrer, ainda que já tenha vivido muitos annos.

O que poderá valer-te ó desventurada, é que a propaganda contra ti é feita por homens já cansados de guerras e, todos ajuisados, não quererão que os pobres brasileiros se matem numa guerra fratricida, só porque se deseja mudar o rótulo de uma garrafa que sempre conteve *bebidas falsificadas*.<sup>382</sup>

O editor e proprietário do jornal, *O Francano*, era Álvaro Abranches Lopes que pertencia ao Partido Republicano de Franca, sendo eleito vereador com 615 votos na legislatura 1902-1904.

---

<sup>381</sup> *Tribuna da Franca*, 5 abr. 1902, p. 1.

<sup>382</sup> *O Francano*, 21 mar. 1902, p. 1.

O jornal *Tribuna da Franca* fez um resumo da conferência do Dr. Martins Francisco, dando uma outra ênfase ao teor de seu discurso, procurando enfatizar a “mentira” em que A República tinha se constituído, além de aludir a necessidade da volta da monarquia:

Ao fundo do palco via-se um grande retrato de D. Pedro II e ao centro uma pequena mesa coberta com uma capa que tinha as cores nacionaes e ao lado diversas cadeiras em que se achavam os membros da commissão, Monsenhor Rosa e diversos outros cavalheiros.

[...]

Finalmente em longa peroração, incitou o povo a reagir contra o despotismo e a proclamar a monarchia em nome da liberdade.

A república é uma mentira e a Pátria é uma verdade – foram sua ultimas palavras.

[...] por um grande número de pessoas que ainda o acclamaram, respondendo o orador em bem enfeixada oração, terminando por dizer que até as pedras das calçadas levantariam um viva a monarchia.<sup>383</sup>

Na sua Conferência, Martim Francisco, além da sua postura crítica em relação ao regime republicano tentou resgatar o orgulho paulista:

Povo de Franca! Povo generoso e bom; povo herdeiro genuíno, legitimo, incontestável, do antigo vigor bandeirante, do velho sangue paulista: consenti que um vosso patricio, encanecido, decadente, extenuado na lueta da vida, tocado pelo inverno da existência, cançado dos homens e das coisas, cançado das desillusões e dos contratempos, porém não cançado de adorar a Pátria, de amar S. Paulo e de freqüentar o dever e a honra, vos outorgue um mandado, vos encarregue de uma missão.

[...]

Jurae que a Pátria não esta morta. Dae aos paulisras, para que elles, repetindo a nossa historia, o transmittam mais uma vez ao Brasil inteiro, o exemplo de um povo que quer ser livre, que há de ser livre. [...]<sup>384</sup>

O jornal *O Francano*, discordava dos pontos principais abordados por Martim Francisco:

O eloqüente tribuno [...] disse que os homens destes brazis são todos os mesmos, mas que a república não presta pra nada.

Ora neste ponto não concordamos com s. ex.

Não concordamos, porque no tempo que se fazia propaganda da república, s. ex. era um dos seus mais fieis defensores e, logo depois da revolução dos quartéis, de onde veio a nossa desgraça, fazia-se em Santos a deposição da Câmara Municipal, facto que s. ex. não pode esquecer tão facilmente...

Portanto, se o systema republicano é prejudicial, o dr. Martim Francisco concorreu para nossa desgraça, fazendo propaganda d'elle.

E, em vista disso, não podemos agora acreditar que só a monarchia nos poderá salvar, tirando o Brazil da posição afflictiva em que o collocaram os propagandistas do systema republicano [...].<sup>385</sup>

<sup>383</sup> **Tribuna da Franca**, 12 abr. 1902, p. 2.

<sup>384</sup> ANDRADA, M. F. R. de. *Pátria Morta? De Pombal a Pires Ferreira*. Conferencia proferida em Franca em 7 abr. de 1902 apud, ADDUCI, C.C. *A “Pátria paulista”*: o separatismo como resposta á crise final do Império Brasileiro. São Paulo: Arquivo do Estado : Imprensa Oficial, 2000. p. 82.

<sup>385</sup> **O Francano**, 12 abr. 1902, p. 1.

Ao fazer o resumo da conferência, o jornal *O Francano*, em contraposição do que tinha noticiado *A Tribuna da Franca*, procurou destacar a leitura de um “libello accusatorio” ao regime republicano, no qual Martim Francisco procurou traçar uma linha de análise onde se esforçava “por fazer acreditar que os homens do Brazil são sempre os mesmos e que só não presta o systema de governar” terminado o seu discurso com as seguintes palavras: “a República é uma mentira e o Brazil uma verdade”. O artigo de *O Francano* termina destacando o respeito com que os convidados ouviam as palavras de Martim Francisco, destacando que “[...] s. ex. deve estar convicto de que na Franca, embora republicana, há espírito de tolerância, sem prejuizo da pátria.”<sup>386</sup>

É interessante destacar também além da conferência “político-histórica” proferida por Martim Francisco Filho que o município de Franca também foi palco de algumas conferências socialistas. A primeira de que temos notícia aconteceu no dia 04/05/1902 e foi organizada pelos italianos, Alceste de Ambrys e Estevam Estrella.<sup>387</sup>

Assim como fez em relação à conferência monarquista, o jornal *O Francano* também questionou a conferência socialista sentenciando: “[...] e já tivemos a visita de um socialista que quer, a todo o transe, mudar a ordem das cousas, deixando-nos, talvez, numa amedrontadora *teia de aranha*, visto que a gente terá de repartir com os vagabundos aquillo que ganhamos com sacrifício e muito trabalho.”<sup>388</sup>

Em janeiro de 1905 era publicada no jornal *Cidade da Franca*<sup>389</sup>, pelo “Comitê Socialista desta cidade” assinado pelo indivíduo Salvador Ernesto Napoli, a criação do Circulo Socialista Internacional de Franca com o fim de divulgar o ideal e os fundamentos do socialismo:

Acaba de reorganizar-se este circulo, composto de sérios elementos quer em relação aos próprios deveres dos associados, quer em relação ao ideal socialista. Pelo titulo INTERNACIONAL deve-se entender que se trata da Fraternidade Universal pois que o socialismo não tem outro fim senão pugnar pelos direitos e deveres da collectividade humana e pela verdadeira igualdade de todos os povos. Pede-se, por conseguinte, a todos que abraçam essa idéia, e especialmente aos jovens brasileiros e estrangeiros, que sentem este puríssimo sentimento de amor pela humanidade, procurarem conhecer os fundamentos do socialismo, e sendo certo que todos aquelles que amam a verdade trabalharão pelo porvir de nossa geração”.<sup>390</sup>

<sup>386</sup> *O Francano*, 12 abr. 1902, p. 1. (grifo nosso).

<sup>387</sup> *O Francano*, 3 maio 1902, p. 1.

<sup>388</sup> *O Francano*, 10 maio 1902, p. 1.

<sup>389</sup> A *Cidade da Franca* era um jornal declaradamente dissidente em termos de política local, dirigida pelo antigo “professor de primeira cadeira” Francisco Augusto de Assis Pereira, exonerado do cargo pelo diretório do Partido Republicano de Franca no ano de 1900 devido o “procedimento incomodo que teve diante do pleito eleitoral de trinta e um de dezembro do ano passado.”

<sup>390</sup> *Cidade da Franca*, 5 jan. 1905, p. 3.

De acordo com informações do jornal *Cidade da Franca*, o Círculo Socialista Internacional “[...] inaugurar-se-á definitivamente no dia 1 de Maio, dia consagrado aos trabalhadores de todo o mundo,”<sup>391</sup> no qual se realizará uma conferência socialista presidida pelo indivíduo Joaquim Gasparino, seguida da circulação de um novo jornal intitulado de “*O 1º de Maio* que terá por fim difundir entre nós as idéias socialistas.”<sup>392</sup>

O jornal *Cidade da Franca* noticiou ainda uma segunda conferência socialista presidida “[...] pela distinta esciptora italiana Ernestina Lesina, fundadora e directora do *Anima e Vita* que se publica na capital.”<sup>393</sup> No dia 16/10/1906 ocorreu ainda outra conferência socialista no município de Franca, de autoria do indivíduo Oreste Ristori, procurando demonstrar:

[...] que na sociedade presente existe um desequilíbrio inqualificável, sendo mister que por isso mesmo as classes oprimidas se congreguem, no intuito altruístico de restabelecer-se em um paiz riquíssimo como o Brazil, a verdadeira divisão do trabalho e de molde a que todos possamos viver com as commodidades que nos foram reservadas pelo destinos.<sup>394</sup>

A mudança de postura com que o governo tratou o problema da crise no setor cafeeiro implantando o Convênio de Taubaté foi bem recebida pela imprensa francana. O jornal *Cidade da Franca* prestou seu apoio ao governo se colocando contrário aos críticos do Convênio:

[...] Que querem, afinal de contas, os inimigos do convenio de Taubaté que, alias, não são nem mais nem menos se não aventureiros conhecidos em demasia no vergonhoso jogo das transações bancarias, occultos sob a capa impermeável de um patriotismo ardoroso.

O convenio é um convenio, uma simples combinação previa entre os Estados da união, representados pelos que mais se interessam nesta causa, um ponto, enfim de partida, para o tentamem da valorisação do café e, em consequencia, da valorisação do nosso credito no estrangeiro, base primordial do progresso e do engrandecimento do paiz.

[...] sustentaremos, com todas as forças que possamos dispor o convenio sobre a valorisação do café, cujas medidas para isso adoptadas há pouco e pendentes de approvação do poder legislativo, só poderão soffrer a critica justa, sincera e leal depois de praticadas, depois de trabalhadas, postas emfim em franca actividade e generalisadas por entre as múltiplas classes de que se compõe os nossos organismo político-social.<sup>395</sup>

---

<sup>391</sup> *Cidade da Franca*, 27 abr. 1905, p. 1.

<sup>392</sup> *Cidade da Franca*, 30 abr. 1905, p. 2.

<sup>393</sup> *Cidade da Franca*, 7 maio 1905, p. 2.

<sup>394</sup> *Cidade da Franca*, 18 out. 1906, p. 2.

<sup>395</sup> *Cidade da Franca*, 22 mar. 1906, p. 1-2.

Em outro artigo, o jornal critica parte da imprensa por se colocar contrário ao plano de valorização do café:

Agora, emfim, após tão criminosa inércia do nosso poder legislativo e tão demorada providencia por parte dos encarregados da administração publica; agora que alguma cousa se quer ensaiar em prol do bem commum e colectivo, agora que é de todos os pontos convergem os artigos de critica, as abjurgatorias, as malsinações de toda a espécie, até então arrefecidos, como que manhosa e propositalmente armazenados para uma investida geral contra o Governo da União!!!

Jornalistas cobardes! Publicistas de encomenda! Legisladores de borra!<sup>396</sup>

Ainda é interessante observar que mediante ao plano de valorização do café via Convênio de Taubaté, os fazendeiros de Franca decidiram se reunir para discutir as medidas propostas pelo Convênio a fim de deliberar ou não apoiar seu apoio. Essa reunião foi considerada desnecessária pelo jornal *Cidade da Franca* alegando que a reunião apenas acarretaria na criação de “embaraços a acção governamental”.

Na argumentação do articulista sobre o conteúdo da reunião, é possível observar como a República, por intermédio da ação do governo, ganha outros “valores” devido ao seu empenho na busca pela valorização do café: “[...] teremos muito palanfrorio inútil e vae repetir-se a mesma toada e no mesmo realejo de peças immutaveis, isto é: que a crise é medonha, que o café esta baixo, *que não era essa a República que sonhávamos, etc, etc.*”<sup>397</sup>

O articulista termina argumentando: “Ora comprehende-se bem que estas lamurias, que estas jeremiacas lamentações são deveras justificáveis mas sedições por velhas, archaicas e obsoletas, *nada concorrendo em summa para a construção do edificio da grandeza da pátri.a*”<sup>398</sup>.

A subida de Jorge Tibiriçá, ocupando o novo quadriênio do governo do estado também provocou alterações na política paulista. Essas alterações foram sentidas no município de Franca. Tibiriçá colocou em prática a reforma eleitoral comprometendo-se “com a realidade do sufrágio popular, a representação das minorias, o voto distrital e o uninominal”.<sup>399</sup>

O jornal *Cidade da Franca* exaltou a reforma eleitoral efetuada pelo governo asseverando que “pela primeira vez o voto foi uma verdade”.

---

<sup>396</sup> **Cidade da Franca**, 25 mar. 1906, p. 1.

<sup>397</sup> Ibid. (grifo nosso).

<sup>398</sup> Ibid. (grifo nosso).

<sup>399</sup> CASALECCHI, J.E. **O Partido Republicano paulista: política e poder (1889 – 1926)**. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 125.

Nas recentes eleições para preenchimento de lugares nas duas câmaras legislativas federaes a moralidade – desterrada de ha muito – presidiu o grande pleito sem sacrificio da liberdade dos eleitores que se approximaram confiantes das urnas, objectivando seus desejos mediante o exercicio de um direito sagrado que por tantos lustros fora objecto de comentários ridiculos.

Pela primeira vez na República – a soldadesca armada deixou correr em paz as eleições e, ruminando uma cólera surda, os Satrapas do poder calaram seus desígnios perversos.<sup>400</sup>

As eleições antes criticadas, rotuladas de “simulacros” e de “farças” políticas, agora eram sinônimas da “verdade eleitoral”. Isso em grande medida devido à derrota do governo para os candidatos dissidentes nas eleições que se feriram em 30 de janeiro para preenchimento “de lugares nas duas câmaras legislativas federaes”, garantindo dessa forma a representação das minorias políticas ao mesmo tempo em que exprimia o ímpeto “enthusiatico” do povo:

Entretanto, agora, bastou que se offerecesse ao povo uma legislação eleitoral que, embora imperfeita, todavia garante a representação das minorias, bastou essa simples naturalissima faculdade, para que o eleitorado soffregamente, num ímpeto irreprimível e enthusiastico, derrotasse vergonhosamente vários candidatos do governo, abalando assim seriamente a estabilidade da poderosa Comissão (Central do PRP) e com ella os allicerces em que se assenta a oligarchia paulista.<sup>401</sup>

Diante do momento favorável em termos políticos “os dissidentes e opositoristas de todos os matizes” se reúnem na cidade de São Paulo com representantes de mais de 60 municípios para a criação de uma Liga Republicana – “uma aliança partidária temporária para determinados fins comuns” - para fazer frente à Comissão Central do PRP.

O debate travado por dissidentes e opositorista resultou em um “projeto de programma” que curiosamente não tinha como meta propor uma revisão constitucional; nesse caso, a revisão constitucional havia se constituído “em uma questão aberta”. Os principais pontos do programa da Liga Republicana eram: “liberdade do voto e defesa da autonomia municipal”, “moralização dos costumes políticos da República”, “aperfeiçoamento e desenvolvimento da instrução publica”, “reforma judiciária” e a valorização do café.<sup>402</sup>

Dessa forma e diante da eminência de perda de poder e votos, e de um possível enfraquecimento das oligarquias políticas, restou ao PRP “congrajar” os partidos, eliminando as oposições estaduais, aumentando o número da Comissão Central de cinco para sete membros abrindo, portanto, espaço de atuação para a dissidência na cúpula do partido.

---

<sup>400</sup> **Cidade da Franca**, 8 fev. 1906, p. 2.

<sup>401</sup> **Cidade da Franca**, 11 fev. 1906, p. 1.

<sup>402</sup> **O Estado de S. Paulo**, 15 abr. 1906.

Em Franca, os dissidentes da política local em reunião liderada pelo Coronel Estevam Marcolino de Figueiredo expedem dois ofícios dirigidos a Liga Republicana e ao Presidente do estado de São Paulo, Dr. Jorge Tibiriçá que exprimem o seu posicionamento frente a duas questões que parecem vislumbrar a experiência de República naquele momento no município de Franca:

O Diretório do Partido Republicano Dissidente desta cidade, em perfeita união e solidariedade de vistas, com a directoria da Liga Republicana, applaude o congraçamento em boa hora realizado entre os altos Directores dos Partidos do Estado, e felicita com effusão a V. Excia. Por esse facto, que veio abrir a causa republicana um novo periodo de prestigio, de confiança e de prosperidade – quebrando os acanhados moldes da política oppressora e impatriótica que se procurava implantar no nosso grande e glorioso estado.

Felicita igualmente a V. Excia. Pela sancção do projeto que revalidou o Convenio de Taubaté, acto que enche de gloria e de benemerência o seu governo, já tão fecundo em beneficio ao estado.

A valorisação do café, com os seus naturaes corollarios, e o congraçamento das forças republicanas do estado, são dois actos por si só sufficientes para immortalisar o seu gênero e sagrar o seu nome como um dos nossos maiores bemfeitores.<sup>403</sup>

Após o congraçamento realizado no município de Franca, os antigos dissidentes ganharam espaço no diretório do Partido Republicano:

#### **Tabela 16 – Presença de dissidentes no Partido Republicano**

---

Francisco Martins Ferreira Costa - presidente  
João Diogo Garcia Martins  
João Feliciano Cardoso  
Antonio Flavio Martins Ferreira  
Victor de Mendonça Ribeiro  
José Rodrigues da Costa  
Julio Cardoso  
Antonio Jacintho da Silva\*  
Joaquim Antonio de Lima\*

---

**Fonte:** A Cidade da Franca, 18 out. 1906, p. 1.

\*ex-dissidentes

Para Casalecchi “[...] o congraçamento se consolida com o episódio do movimento grevista de 1906” que depois de se iniciar na Cia Paulista de estradas de Ferro, havia conquistado “outros setores e alastrava-se para varias regiões do Estado”. Ainda segundo o autor a dissidência “por razões de interesse de classes” preferiu apegar-se à ordem em

---

<sup>403</sup> Cidade da Franca, 9 ago. 1906, p. 2.

detrimento do movimento grevista. O jornal *O Estado de S. Paulo*, que sempre prestou seu apoio aos dissidentes condenou o movimento grevista:

Os grevistas não reclamam satisfações porque se sintam com a razão: reclamam porque tem por si a força do numero. Não querem obter a justiça: querem arrancar concessões. Não se limitam a pretender a legitima reparação das affrontas allegadas, não pretendem razoáveis compensações merecidas por seu pesado e ingrato labor, porque nem se quer exigem aumento de salário ou diminuição de serviços: o que pretendem é humilhar inutilmente o imaginário inimigo...<sup>404</sup>

Nesse sentido o articulista da *Cidade da Franca* vê no movimento grevista uma ameaça ao regime republicano, imputando de monarquista os mentores do movimento.

A greve, emfim, não é mais o resultado de uma machinação partidária; e pra conter-lhe os ímpetos de nada mais precisamos se não de muita energia e de muito devotamento pela República, ora ameaçada e seriamente ameaçada. De nosso lado só poderemos hypothecar ao governo a nossa fé inabalável, a palavra solemne de que, para as hostes defensoras do regime inaugurado a 15 de novembro de 1889, aqui estão os modestos redactores desta modesta folha sertaneja.<sup>405</sup>

A defesa do regime republicano demonstrou uma outra vertente da experiência de República em Franca. Isso implicou por parte da elite política e dirigente de Franca que também se procedesse a uma (re)leitura de um novo contexto de República que significou na maioria da vezes, o contorno de problemas antes latentes que direta ou indiretamente estavam arraigados com seus interesses. É bem provável que as medidas de valorização do café tenham beneficiado dissidentes e situacionista da política local. De igual modo, a plataforma política com que Bernardino de Campos iniciou seu governo, principalmente colocando em vigor a nova lei eleitoral, foi vista com bons olhos pelos dissidentes da política paulista e de Franca. O conagraçamento do PRP - pelo menos por pouco espaço de tempo – serviu para cicatrizar as feridas e conter os reclamos dos dissidentes.

---

<sup>404</sup> *O Estado de S. Paulo*, 25 maio 1906.

<sup>405</sup> *Cidade da Franca*, 20 maio 1906, p. 1.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A propaganda republicana tem início no município de Franca a partir de meados da década de 1880, quando da fundação do Partido Republicano local. Se comparadas com outras localidades como Campinas, Amparo, Rio Claro, São João da Boa Vista -que desde os primórdios da propaganda republicana na província de São Paulo, já se destacavam como centros republicanos de destaque, tendo participação ativa nos primeiros Congressos Republicanos realizados pelo PRP – começou de forma tardia, - já que a localidade começou a participar dos Congressos Republicanos somente a partir de 1881, fato este que se repetiu nos anos de 1883-87-88-89 - mas nem por isso deixou de contribuir com experiências de Repúblicas próprias do município.

Os ajustes político-partidários entre os republicanos e os outros partidos imperiais tão comuns em toda a província de São Paulo também ocorreram no município, dando mostras que mesmo em quantidade numérica pequena, os republicanos locais procuravam essas alianças como alternativa de alcançar o poder político do município como aconteceu com o vereador republicano Francisco Lucas Brigagão.

A partir do ano de 1887, a propaganda republicana se intensifica no município sendo acompanhada com a criação de jornais que defendiam os ideais republicanos: *A Sentinela* e *O Tiradentes*. Outro fator que pode ter indicado crescimento da propaganda republicana no município foram as adesões dos cidadãos francanos às idéias republicanas, e conseqüentemente enxergavam na República uma opção política viável frente à crise das instituições imperiais.

No entanto, a crise do Brasil-Império e as questões que estavam latentes naquele momento foram discutidas por parte da elite dirigente e intelectual do município nas páginas do jornal *O Nono Districto*. O jornal em grande medida discutiu os temas que estavam na pauta dos reformadores que compunham a geração de 1870: federação, abolição da escravidão, separação Igreja do Estado, imigração, instrução pública. Ao inserir-se nos debates, *O Nono Districto* propôs soluções, ou mesmo vias de superação dos problemas, não se esquecendo de primar por questões mais pragmáticas que envolviam os interesses e o progresso de Franca, como a autonomia municipal.

Além disso, *O Nono Districto*, por intermédio dos seus redatores e colaboradores posicionou-se de maneira crítica também em relação aos republicanos e aos rumos de uma possível República no Brasil, traduzindo em suas páginas experiências de Repúblicas peculiares do município. Antes de se implantar o regime republicano, era necessário “moldar” a sociedade brasileira corrigindo seus males, principalmente o que dizia respeito à “iniquidade” do trabalho escravo. Nesse caso, caberia, pois, aos republicanos uma tarefa “menos política e mais pedagógica”

da sociedade, preparando-a para o advento da República. Possivelmente, *O Nono Districto* caminhou de um jornal de tendências liberais, para o republicanismo em fins da década de 1880.

Diante dessas características que conformaram as experiências de Repúblicas no município de Franca, a República não foi recebida pelos francanos com indiferença política. Pelo contrário, a adesão, pelo menos no seu início foi imediata. No entanto, principalmente após a criação do Partido Republicano de Franca em 1894, grupos marginalizados na política local aproveitaram-se dos momentos de instabilidades políticas tanto do regime, como do PRP para se rearticularem, casos da criação do Partido Católico em 1890, da cisão do PRP em 1901, formando-se em Franca o diretório do Partido Republicano Dissidente de São Paulo e a participação do município na revolução monarquista de 1902.

Esses pontos-chaves da política local, somados aos debates proferidos pela oposição no Congresso clamando por uma reforma constitucional e conseqüentemente com o “modelo” de República então vigente, fizeram com que os dissidentes da política local se arregimentassem em torno da imprensa local, para também debater questões que faziam parte do contexto da crise republicana.

A política dos governadores, o “simulacro” das eleições, e a política econômica de Campos Salles foram os principais assuntos debatidos pelos jornais *Tribuna da Franca*, *Cidade da Franca*; outras questões como a invasão boliviana no Acre, que colocava em xeque a autonomia do Brasil na América do Sul, a fome do Ceará também foram debatidos pelos jornais locais.

No entanto, a República foi “defendida” pela imprensa francana, em particular pelo jornal “situacionista” *O Francano*, mais outras ocasiões pelo *Cidade da Franca*. Tal fato aconteceu em grande medida devido à ação do governo em questões antes criticadas pela imprensa local, como a reforma eleitoral em 1905, e principalmente devido à valorização do café implementada em 1906.

Nesse sentido, ao longo da pesquisa pôde-se verificar várias experiências de Repúblicas no município de Franca, cidade do nordeste do Estado de São Paulo. Essas experiências, ora se encontravam mais nítidas, ora codificadas nas ações e nos ordenamentos da elite dirigente local.

Contudo, e talvez o mais importante, é que por intermédio dessas experiências de Repúblicas, o município de Franca esteve inserido, a sua maneira, no contexto de crises e afirmações que fizeram parte do caminho da República brasileira, propondo vias de mudanças e de superação dos problemas inseridos nos debates travados ao longo do tempo, mesmo que isso estivesse arraigado nos interesses políticos presentes na localidade.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

#### **ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE FRANCA CAPITÃO HYPÓLITO ANTÔNIO PINHEIRO.**

22 Inventários (Partilhas) *post-mortem* – 1. e 2. Ofício Cível.

#### **MUSEU HISTÓRICO MUNICIPAL JOSÉ CHIACHIRI**

ATAS do Partido Republicano de Franca. 1894-1901.

CAMARA MUNICIPAL DE FRANCA. **Livro de Atas da Câmara Municipal.** Franca, 1880-1920.

PREFEITURA DE FRANCA. **Código de Posturas Municipais.** Franca, 1888

Jornais:

**O Nono Districto,** Franca, 1882-1884.

**A Ephoca,** Rio de Janeiro, 1893.

**A Cidade da Franca,** Franca, 1905-1907.

**O Francano,** Franca, 1901-1903.

#### **CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E APOIO A PESQUISA HISTÓRICA – Unesp/Franca (CEDAPH)**

**Tribuna da Franca,** Franca, 1901-1905.

**A Província de São Paulo,** São Paulo, 1881-1882, 1887.

**Correio Paulistano,** São Paulo, 1906.

#### **ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (APESP)**

**O Estado de S. Paulo,** São Paulo, 1901, 1906.

## LIVROS

ADDUCI, C.C. **A “Pátria paulista”**: o separatismo como resposta á crise final do Império Brasileiro. São Paulo: Arquivo do Estado : Imprensa Oficial, 2000.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, H.R.C. **O Republicanismo Fluminense**: 1887-1891. 1974. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1974.

ALONSO, A. **Idéias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BILAC, M.B.B. **As elites políticas em Rio Claro**: um estudo sobre a formação dos setores dirigentes em um município paulista. 1995. 345 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, SP, 1995.

BOEHRER, G.C.A. **Da Monarquia á República**: história do Partido Republicano no Brasil (1870 – 1889). Rio de Janeiro: MEC, [195-?].

BRASILIENSE, A. **O programa dos partidos e o Segundo Império**: exposição e princípios. São Paulo: Tipografia de Jorge Seckler, 1978.

CARDOSO, F.H. Dos governos militares a Prudente – Campos Salles. In: FAUSTO, B. (Dir.). **O Brasil Republicano**. São Paulo: Difel, 1977. t. 3. v.1. (História geral da civilização brasileira).

CARONE, E. **A República velha**: (Evolução Política). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

\_\_\_\_\_.; JUNQUEIRA, M.S.A. Atas do Partido Republicano Paulista. **Estudos Históricos**, Marília, n. 11, p. 135-230, 1972.

CARVALHO, J.M. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Brasília, DF: Ed. UnB, 1980.

\_\_\_\_\_. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: \_\_\_\_\_. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. (Humanitas, 22).

\_\_\_\_\_. **Teatro de sombras**: a política imperial. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Ed. IUPERJ, 1988.

CASALECCHI, J.E. **A proclamação da República**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CASALECCHI, J.E. **O Partido Republicano paulista: política e poder (1889 – 1926)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHACON, V. **História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas**. Brasília, DF: Ed. UnB, 1981.

COSTA, E.V. **Da Monarquia a República: momentos decisivos**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

DE LUCA, T.R. **A revista do Brasil: um diagnóstico para a (N) ação**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999. (Prismas).

\_\_\_\_\_. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

DEAN, W. **Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DEBES, C.S. **O Partido Republicano de São Paulo na propaganda (1872-1889)**. São Paulo: [s. n.], 1975.

DI GIANNI, T.P. **Italianos em Franca: imigrantes de boa estrela em uma cidade do interior**. Franca: Ed. Unesp/FHDSS, 1997.

EVANGELISTA, J.G. Notas sobre a abolição e a república na Franca. **Revista Regional de História**, Franca, p. 43-44, 1990.

FALEIROS, R.N. **Homens do café: Franca 1880-1920**. 2002. 224 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, SP. 2002.

FERREIRA, G.N. **Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e o Visconde de Uruguai**. São Paul: Ed. USP : Ed. 34, 1999.

FRANCO, M. (Org). **Almanack da Franca: 1902**. São Paulo: Duprat, 1902.

GODOY, H.A. **O coronelismo em Ribeirão Preto de 1889 a 1937**. 2000. 179 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

HOLANDA, S.B. O Manifesto de 1870. In: \_\_\_\_\_. (Dir.). **Do Império à República**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972. t. 2. v. 5. (Historia geral da civilização brasileira).

\_\_\_\_\_. (Dir.). **O Brasil Monárquico**. São Paulo: DIFEL, 1972. t. 2. v. 7. (História geral da civilização brasileira).

JANOTTI, M.L.M. **Os subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

JARDIM, A.S. **Propaganda republicana (1888 – 1889)**. Rio de Janeiro: Fundação Rui Barbosa : Conselho Federal de Cultura, 1978.

LANG, A.B.S.G. **A propaganda republicana na província de São Paulo**. São Paulo: USP : CERU, 1995.

LAPA, J.R.A. **História política da República**. Campinas/SP: Papyrus, 1990.

LEAL, V.N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LEITE, B.WC. A visão da República no interior das instituições monárquicas: Pronunciamentos políticos. **Revista de História**, São Paulo, n. esp., p. 105-120, 1989.

LESSA, R. **A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira**. São Paulo: Vértice : Ed. Revista dos Tribunais / Rio de Janeiro: Ed. IUPERJ, 1988.

LEVI-MOREIRA, S. **Liberalismo e democracia na dissidência republicana paulista: estudo sobre o Partido Republicano dissidente de São Paulo 1901-1906**. 1991. 196 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

LIMA, S.L.L. **Fazendeiros do oeste paulista rumo a republicanização (1870-1889)**. 1986. 158 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

\_\_\_\_\_. **O oeste paulista e a República**. São Paulo: Vértice, 1986.

LOVE, J.L. **A locomotiva: São Paulo na federação brasileira (1889 – 1937)**. Tradução de Vera Alice Cardoso da Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Estudos brasileiros, v. 57).

MELO, E.R.M. **O coronelismo francano: a consolidação da hegemonia (1880 – 1914)**. 1995. 127 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 1995.

NALDI, M.R.G. **Monsenhor Rosa e sua participação na vida Francana (1860 – 1903)**. 1979. 65 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

\_\_\_\_\_. **O Barão e o bacharel: um estudo de política local no II Reinado, o caso de Franca**. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

\_\_\_\_\_. **Coronelismo e poder local: Franca 1850-1889**. Franca: Ed. Unesp/Franca, 1992.

OLIVEIRA, L.L. **A questão nacional na Primeira República.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. **As transformações da riqueza em Franca no século XIX.** 1995. 214 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 1995.

\_\_\_\_\_. **Heranças guardadas e transições ponderadas: história econômica do interior paulista – 1890-1920.** Franca: Ed. Unesp/FHDSS : FACEF, 2006.

PENNA, L.A. **O ideal republicano e seu papel histórico no segundo reinado: 1870 – 1889.** São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1986.

\_\_\_\_\_. **O progresso da ordem: o Florianismo e a construção da república.** Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.

\_\_\_\_\_. **República brasileira.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PEREIRA, R.M. **O municipalismo de Washington Luis em sua atuação em Batatais (1893-1900):** aspectos da modernização urbana do interior paulista na República Velha. 1988. 249 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 1988.

PERISSINOTO, R.M. **Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889-1930).** Campinas, SP: Selo Universidade, 1999. v. 2.

\_\_\_\_\_. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha.** Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1994.

PESSOA, R.C. O primeiro centenário do Manifesto Republicano de 1870. **Revista de História,** São Paulo, ano 21, v. 41, n. 84, p. 401-437, out./dez. 1970.

PESSOA, R.X.C. **A idéia de República no Brasil através dos documentos.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1973.

\_\_\_\_\_. **O ideal republicano e seu papel histórico no segundo reinado: 1870-1889.** São Paulo: Edições do Arquivo do Estado, 1983.

PONTES, H. **Historia de Uberaba e a civilização no Brasil Central.** 2. ed. Uberaba: Academia de Letras do Triangulo Mineiro, 1978.

PROGRAMA dos Candidatos Republicanos Paulistas. In: BARRIGUELLI, J.C. (Org.). **O pensamento político da classe dominante paulista: 1873-1828.** São Carlos: UFSCar, 1986.

SALES, A. Catecismo Republicano. In: VITA, L.W.; SALES, A. **Ideólogos da República.** São Paulo: Cia Editora nacional, 1965.

SALES, C. **Da propaganda à presidência**. Brasília, DF: Ed. UnB, 1983.

SALLES, I.G. A ordem como condição da civilização: o Partido Republicano Paulista (1870 – 1889). **Revista de História**, São Paulo, n. 118, p. 13-27, jan./jun. 1985.

\_\_\_\_\_. **Trabalho, progresso e sociedade civilizada: o Partido Republicano Paulista e a política de mão de obra (1870 – 1889)**. São Paulo: HUCITEC; Brasília, DF: INL, 1986.

SARMENTO, C. Estabilidade governamental e rotatividade de elites políticas no Brasil Imperial. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 150, 1986.

SILVA, R.A. Os republicanos de 1870 e as realidades nacionais. **Revista de História**, São Paulo, ano 21, v. 41, n. 84, p. 439-447, out./dez. 1970.

SILVEIRA, R.M.G. **Republicanism e federalismo: um estudo da implantação da República Brasileira (1889 – 1902)**. Brasília, DF: Senado Federal, 1978.

TAVARES, M.R. **Entre a cruz e o esquadro: o debate entre a Igreja Católica e a Maçonaria na imprensa francana (1882-1901)**. 2007. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2007.

TELAROLLI, R. **Eleição e fraudes eleitorais na República Velha**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

\_\_\_\_\_. **Poder local na República Velha**. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

TEODORO, R.S. **O crédito no mundo dos senhores do café: Franca 1885 – 1914**. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, SP, 2006.

TOSI, P.G. **Capitais no interior: Franca e a história da indústria coureiro-calçadista (1860-1945)**. Franca: Ed. Unesp/FHDSS, 2002.

\_\_\_\_\_.; FALEIROS, R. N. Nas fronteiras do capitalismo: a Mogiana e os (dês)caminhos da expansão ferroviária. **Lócus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 06, n. 2, p. 111-126, 2000.

VIANNA, O. **O ocaso do Império**. Brasília, DF: Senado Federal, 2004.

WITTER, J.S. **Partido político, federalismo e Republica**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1984.

ZIMMERMANN, M.E. **O PRP e os fazendeiros de café**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1986.